

“Plano de formação para intérpretes do património cultural europeu nas zonas rurais”

Rural Heritage

2020-1-ES01-KA202-082577



**RURAL
HERITAGE**

CURSO DE FORMAÇÃO ESTRUTURADO

INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL EUROPEU

2020 - 2022



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista dos autores, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.



CPI
CENTER RS ZA
POKLICNO
IZOBRAŽEVANJE



Eötvös Loránd
Tudományegyetem

FOR.ES.
FORMAZIONE E SVILUPPO



Projeto RURAL HERITAGE: Plano de formação para intérpretes do património cultural europeu nas zonas rurais. Projeto ERASMUS+: 2020-1-ES01-KA202-082577.



RURAL HERITAGE

Projeto RURAL HERITAGE: Plano de formação para intérpretes do património cultural europeu nas zonas rurais

Projeto ERASMUS+: 2020-1-ES01-KA202-082577

CURSO DE FORMAÇÃO ESTRUTURADO PRODUTO INTELECTUAL 2 (IO2)



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

CURSO DE FORMAÇÃO ESTRUTURADA

ÍNDICE

PARTE I. O NOSSO PATRIMÓNIO COMUM

MÓDULO 1: PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU.

PARTE II. PATRIMÓNIO CULTURAL RURAL DA EUROPA

MÓDULO 2: PATRIMÓNIO MATERIAL (I): PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E MONUMENTAL NO MEIO RURAL

MÓDULO 3: PATRIMÓNIO MATERIAL (II): ARQUITECTURA VERNACULAR OU POPULAR e ARTESANATO

MÓDULO 4: PATRIMÓNIO MATERIAL (III): PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

MÓDULO 5: PATRIMÓNIO IMATERIAL E CONHECIMENTOS LOCAIS

MÓDULO 6: PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGENS CULTURAIIS.

PARTE III. INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO

MÓDULO 7: INTERPRETAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO

MÓDULO 8: COMO CONCEBER E DESENVOLVER ATIVIDADES E MATERIAL DE INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO.

MÓDULO 9: PROJETOS INTERPRETADOS, EXEMPLOS E EXPERIÊNCIAS DE ITERPRETAÇÃO & CONSERVAÇÃO DE PATRIMÓNIO RURAL).

ANEXOS

PARTE I.

**O NOSSO PATRIMÓNIO
COMUM**



**RURAL
HERITAGE**

MÓDULO 1. PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU: O NOSSO PATRIMÓNIO CULTURAL COMUM

Índice:

- Património cultural europeu: o conceito:
 - Introdução ao património cultural europeu
 - O conceito de património cultural europeu
 - União Europeia e património cultural
 - O património cultural atual e as suas potencialidades
 - Algumas outras noções e exemplos chave
 - Bibliografia
- Património cultural e identidade europeia:
 - Introdução
 - Três aspetos para compreender e interpretar o património cultural europeu
 - Impactos sociais e económicos do património cultural europeu contemporâneo
 - Categorias e diferenças dentro do património cultural europeu
 - Exemplos
 - Bibliografia
- Políticas culturais europeias:
 - Introdução às políticas culturais europeias
 - Quadro europeu de ação em matéria de património cultural
 - Políticas de património cultural europeu em matéria de património material e imaterial
 - Património natural e políticas culturais europeias
 - Outras noções-chave e exemplos
 - Bibliografia

2

1.1. PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU: CONCEITO

1.1.1. INTRODUÇÃO AO PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU

O conceito de património cultural europeu

O património cultural europeu como (1) um "**conceito**" é o produto das três poucas décadas da integração europeia; como (2) a "**resposta europeia aos efeitos destruidores da modernização baseada no futuro**" data da viragem dos séculos XVIII e XIX, onde as revoluções políticas e industriais começaram na Europa; e como (3) a referência chave a uma "**identidade europeia partilhada**" data da Idade Média e corresponde à história conceptual dos ocidentais. Estas três definições estão inter-relacionadas e coexistem nos processos e práticas contemporâneas de construção da identidade europeia. A história relevante do património cultural europeu é explicada em termos do **modelo dos regimes de património cultural**.

União Europeia e património cultural



O património cultural tornou-se significativo no processo de integração europeia gradualmente. O património europeu representa simultaneamente a unidade cultural da Europa e a sua rica diversidade a nível dos Estados-Membros, regiões e localidades. O património cultural europeu é um **meio de integração**, no qual a diversidade é considerada como uma mais-valia. O **património regional** é **crucial**, porque liga heranças nacionais e locais e contribui para o património e identidade europeus partilhados através da preservação e promoção de valores particulares, bens materiais, reservas naturais e práticas culturais e sociais intangíveis. A **institucionalização do atual património cultural europeu** é explicada por três indicadores (ciclos de planeamento; condições administrativas internas; eventos externos).

O património cultural atual e as suas potencialidades

A partir dos anos 2000, a Europa desenvolveu o seu próprio **conceito de património cultural**, que se baseia na atual abordagem holística do património integrando heranças materiais, naturais e imateriais. Esta abordagem oferece um **modelo de governação do património** a vários níveis; identifica o **património como uma fonte de inovação económica, social e cultural**; e explora o seu enorme potencial de **emancipação e integração de comunidades**, que foram frequentemente marginalizadas em processos anteriores de construção de identidade e podem (re)interpretar-se a si próprias através dos conceitos e práticas dos direitos do património, ciências sociais, turismo sustentável, integração social e especialização inteligente.

1.1.2. O CONCEITO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU

Embora a identidade cultural da Europa possa ser rastreada até à Idade Média e um património cultural europeu comum já seja mencionado no início da União Europeia, a sua construção concentrada começa durante as **últimas décadas da integração europeia**, quando a noção de património cultural atinge a sua complexidade actual e passa de uma abordagem orientada para a conservação (ou orientada para o objeto) para uma abordagem **orientada para o valor** (ou para o objeto). Atualmente, considera-se que a natureza abrangente do ambiente histórico une os bens tangíveis, naturais e intangíveis. Há esforços para conciliar os conceitos e práticas conflituosas de conservação estática e desenvolvimento dinâmico de acordo com os princípios de sustentabilidade e resiliência. Isto leva a uma notável mudança no discurso do património nas políticas contemporâneas, em que o valor do património cultural é argumentado como um impacto social e económico significativo na sociedade. Assim, a gestão adequada da mudança no património cultural pode contribuir para a instigação de uma sociedade inclusiva graças a uma integração mais estreita dos valores económicos e sociais representados no património cultural.

Aqui, a expressão 'regime' é considerada adequada para demonstrar a história das mudanças culturais e sociais através de paradigmas, que **não se substituem, mas que se integram** mutuamente e em relação aos níveis de estabelecimento político de europeu para local. De acordo com esta interpretação, a história do património cultural europeu desenrola-se em três regimes, que são os seguintes:

1. O **primeiro regime** começou com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial Britânica e é determinado pelas regulamentações nacionais e locais de conservação do património a diminuir a destruição da modernização. Globalmente, é principalmente um fenómeno europeu e dura até à codificação da proteção do património cultural internacional. Já existe um importante "transnacionalismo do património neste regime". Neste regime, o termo "património cultural" ou mesmo património é raramente utilizado para descrever bens culturais reclamados por uma nação ou comunidade na maioria das línguas europeias, exceto para o francês e o inglês (c. 1800s-1960s).

2. O **segundo regime** corresponde à primeira institucionalização do património cultural como norma internacional (património mundial). Neste regime, os principais agentes de normalização são a UNESCO e as suas instituições afins e as línguas dominantes continuam a ser o francês e o inglês deste



discurso (1960s-1990s).

3. O **terceiro regime** corresponde à institucionalização renovada do património cultural caracterizado pela sua expansão em termos de conceitos, significado e número de sítios patrimoniais e elementos tangíveis. Através da normalização internacional da preservação do património cultural, quase todas as línguas estatais implementam o termo "património cultural" como noção-chave para a sua construção identitária e para determinar a sua relação com o seu passado (1990s-).

O património cultural atual descreve e mobiliza ligações sociais, culturais e mesmo espirituais a uma dada comunidade, bem como ao seu lugar de uma **forma funcional, inclusiva e não conflituosa**, o que permite refletir a herança negra e consolidar conflitos nacionais e outros decorrentes do passado.

1.1.3. UNIÃO EUROPEIA E PATRIMÓNIO CULTURAL

4

A identidade cultural partilhada da Europa tornou-se particularmente importante após a devastadora Segunda Guerra Mundial, quando o núcleo da Europa se encontrou entre as duas superpotências da Guerra Fria - os EUA e a União Soviética - e a unidade da Europa teve de ser enfatizada e construída. Esta procura da unidade, ou seja, a integração europeia não começou principalmente como um esforço cultural, o Tratado da Comunidade do Carvão e do Aço era principalmente económico e "*resolveu substituir as rivalidades históricas por uma fusão dos seus interesses essenciais*" em 1951.

Gradualmente, as "*rivalidades históricas*" dão lugar a semelhanças culturais, que são expressas no **Tratado da União Europeia de 1992 como "património cultural comum"** enquanto que, a "*diversidade nacional e regional dos Estados-Membros*" é respeitada. Este facto é refletido no Tratado de Lisboa de 2007, no qual "a rica diversidade cultural e linguística" da Europa representada pelos Estados Membros está em harmonia com "a herança cultural da Europa". O conceito de património cultural ou, mais precisamente, de **património cultural europeu é escolhido para representar uma identidade comum sem ameaçar as diferenças culturais**, que são da competência dos Estados Membros.

Características estruturais e dificuldades para desenvolver uma política cultural partilhada em EU:

1. Os **ciclos de planeamento e financeiros**, que seguem a sua própria lógica de preparação, implementação e avaliação. Correspondem aos períodos de sete anos (anteriormente de cinco anos) do orçamento da UE. Até 2013, estes períodos eram denominados "PQ" (Programa-Quadro) e numerados cronologicamente (PQ6 para 2002-6, PQ7 para 2007-13, etc.). O PQ8 chamava-se "Horizonte 2020" (2014-20) e o atual PQ chama-se "**Programa Horizonte Europa" (2021-27)**. Do ponto de vista do património cultural, o PQ7 representou uma verdadeira mudança, uma vez que a investigação financiada pela UE sobre identidades, património cultural e história se tornou mais complexa e diversificada. Desde então, o orçamento atribuído ao património tem aumentado significativamente.

2. De acordo com o lema de bon mot atribuído habitualmente a Jean Monnet, "*Se tivesse de o fazer de novo, começaria pela cultura*". O reconhecimento administrativo da cultura depende também dos **períodos de mandato dos principais políticos europeus**. Como revela a citação, há uma tendência para enfatizar a importância da cultura europeia no final dos seus períodos, o que impele a administração a delinear devidamente as ações necessárias. Esta prática está a mudar desde o **Ano Europeu do Património Cultural em 2018**, o que constitui uma manifestação simbólica do reconhecimento oficial de uma identidade europeia partilhada significativamente apoiada pela UE, devido a acontecimentos e tendências perturbadoras nas primeiras décadas do século XXI.

3. Os **acontecimentos históricos externos** tiveram sempre um impacto importante na institucionalização do património cultural europeu. Nos anos 2000, o resultado negativo do referendo francês sobre o Tratado



que estabelece uma Constituição para a Europa (2005) e a crise financeira mundial de 2007-08 estiveram entre os incidentes mais influentes para reformular ideias e acções sobre a identidade e cultura europeias. O referendo Brexit em 2016, bem como o nacionalismo e populismo extremos crescentes nos estados membros da UE estão a alimentar novas tentativas para reforçar a construção de uma identidade europeia comum sob o rótulo de património cultural europeu.

1.1.4. O PATRIMÓNIO CULTURAL ACTUAL E AS SUAS POTENCIALIDADES

O significado do património cultural como conceito de enquadramento da identidade e cultura europeias coincide com a sua evolução conceptual, chegando ao **terceiro regime de património cultural**. Neste sentido, a construção do património cultural europeu segue uma lógica semelhante à do Património Mundial, definindo primeiro o património cultural em vários documentos normativos como património cultural tangível (arquitetónico /1975, 1985/ e arqueológico /1992/) em harmonia com a tradição europeia de proteção monumental; depois, oferecendo uma definição mais complexa como "*um grupo de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente da propriedade, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, conhecimentos e tradições em constante evolução. Inclui todos os aspetos do ambiente resultantes da interação entre pessoas e lugares através do tempo*", como se afirma na Convenção de Faro. Dois Tratados do Conselho da Europa - a Convenção Europeia da Paisagem (2000) e a Convenção de Faro (2005) - tornaram-se referências frequentemente citadas para desenvolver o **próprio conceito de património cultural da Europa**. A Convenção Europeia da Paisagem construiu uma nova ponte conceptual entre sociedade e natureza, de acordo com os quatro pilares da sustentabilidade (ecologia, economia, sociedade e cultura). A Convenção de Faro contribuiu para a mudança política em direção aos valores democráticos e humanos, ancorando os direitos patrimoniais, os direitos culturais e os direitos humanos no centro de uma interpretação renovada do património cultural. Consequentemente, os direitos relativos ao património cultural são entendidos como inerentes ao direito de participar na vida cultural, tal como definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem. A Convenção de Faro manifesta o **novo paradigma do património cultural europeu**, que é adequado à abordagem holística do património cultural do terceiro regime. Os elementos-chave deste novo conceito de património cultural europeu são:

1. Um **modelo dinâmico de gestão do património**, que é determinado por valores partilhados e que facilita uma comunicação e cooperação tripartida - simultaneamente descendente, horizontal e ascendente - entre os diferentes **níveis de construção da identidade** (europeu, nacional, regional, local). O património regional e local recebe mais reconhecimento e as suas **comunidades** criam os seus próprios tipos distintivos de identidade cultural como parte integrante da identidade europeia.
2. O património não é considerado como um conjunto de objectos e práticas obsoletas, que requerem recursos financeiros e sociais a preservar, mas como uma **fonte de inovação e criação**, que é a base da sobrevivência das comunidades e assentamentos. Faz a ponte entre os diferentes pilares da sustentabilidade através da inovação social e cultural.
3. É também uma fonte de **intercâmbio de conhecimentos** através do emprego criativo, da ciência social e co-criativa (em relação à educação e investigação), do turismo cultural e sustentável (em relação às indústrias criativas e turísticas), da inclusão social (em relação à integração de diferentes grupos sociais e comunidades representativas da diversidade económica e cultural), da inovação regional para a especialização inteligente (em relação à exploração do património local para o desenvolvimento regional) e da promoção dos direitos patrimoniais (que é uma extensão dos direitos culturais para grupos sociais, que anteriormente não podiam ou só parcialmente podiam expressar a sua identidade cultural de forma independente).



1.1.5. OUTRAS NOÇÕES E EXEMPLOS CHAVE

Paisagem cultural europeia

A paisagem cultural é uma das noções-chave do património cultural do terceiro regime, porque 1/ une a **definição profissional e as percepções populares** do território do património; 2/ une também o **património natural e cultural** e considera-o e gere-o como uma entidade indivisa; 3/ integra o **uso e a experiência social e cultural** do espaço concebido como 'escapes' sensoriais, nos quais se fundem uma grande variedade de apropriações individuais e comunitárias.

Embora a UNESCO tenha aprovado a noção de paisagem cultural (patrimonial) em 1992, foi a Convenção Europeia da Paisagem em 2000, que paradigmaticamente padronizou esta noção como "*um elemento-chave do bem-estar individual e social e que a sua proteção, gestão e planeamento implicam direitos e responsabilidades para todos*". Esta definição é particularmente útil para a gestão e conservação contemporânea do património rural.

Selo do património Europeu

Uma iniciativa intergovernamental criou a Marca do Património Europeu (MPE) em 2006, a fim de "*reforçar o sentimento de pertença à União por parte dos cidadãos europeus*". A seleção e o acompanhamento dos sítios selecionados começou em 2013, de acordo com a Decisão n.º 1194/2011/UE do Parlamento Europeu. Em 2022, sessenta sítios situados em vinte e dois Estados Membros pertencem a esta ação.

Os sítios MPE não são selecionados de acordo com valores excecionais ou pela sua estética (como sítios do Património Mundial), representam uma **abordagem ao património baseada em projetos e comunidades**, com critérios de subscrição flexíveis e abertos. Uma vez que o património cultural europeu é uma construção em curso e não uma entidade realizada, o património cultural manifestado nestes sítios é dinâmico, o que inclui a organização de uma vasta gama de atividades educativas, especialmente para os jovens e que podem ser desfrutadas individualmente ou como parte de uma rede, a **Rede MPE em rápido desenvolvimento integrando igualmente sítios urbanos e rurais**.

1.1.6 BIBLIOGRAFIA

Bridge over troubled waters? The link between European historical heritage and the future of European integration, Comissão Europeia, 2015 (https://ec.europa.eu/info/publications/bridge-over-troubled-waters_en)

Sonkoly, Gábor – Vahtikari, Tanja, Innovation in Cultural Heritage - For an integrated European Research Policy, Comissão Europeia, 2018 (<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/1dd62bd1-2216-11e8-ac73-01aa75ed71a1/language-en>)

Convenção sobre a Paisagem do Conselho da Europa, com as alterações introduzidas pelo Protocolo de 2016 (<https://rm.coe.int/16807b6bc7>)

Decisão, DECISION No 1194/2011/EU OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL de 16 de Novembro 2011 que cria uma ação da União Europeia relativa à Marca do Património Europeu (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32011D1194>)



1.2. PATRIMÓNIO CULTURAL E IDENTIDADE EUROPEIA

1.2.1. INTRODUÇÃO

A evolução do património cultural europeu e dos seus três regimes é explicada através da história dos seus três aspetos, que são **território** (ou seja, a definição espacial do património, em que território é utilizado para expressar o lugar/paisagem de uma comunidade); **temporalidade** (ou seja, a definição da história e do passado para a **comunidade** patrimonial) e comunidade (ou seja, um grupo de pessoas que expressam a sua identidade através de um sítio ou elemento patrimonial e que são consideradas como membros legítimos desse grupo). É crucial compreender a novidade destes três aspetos no terceiro regime do património cultural. Atualmente, tudo pode tornar-se um território patrimonial (que não é necessariamente um monumento ou um sítio, mas um lugar ou uma paisagem), ou seja, o espaço já não está dividido entre protegido e não protegido, mas existe um **potencial continuum patrimonial**. O tempo é igualmente considerado como um **fluxo contínuo entre passado, presente e futuro**, no qual o património é a ponte de ligação. Aqui, a apreciação da distância crítica da história (escrita) é o principal desafio. O papel da **comunidade** é primordial, o que é explicado no Exemplo 1.

O património cultural europeu tem um grande potencial para a inovação **social, cultural e económica**. Pode mobilizar capital social e gerar bem-estar económico para as comunidades. Modelos inovadores de património são especialmente aplicáveis às zonas rurais, que foram economicamente desfavorecidos pela industrialização e podem permanecer mais tradicionais do que os polos da modernização. A divisão tradicional entre o sector privado (investindo principalmente em serviços turísticos) e o sector público (centrando-se na conservação) deve ser substituída **por modelos empresariais inovadores** para alcançar um maior **impacto social e económico** do património rural.

O património cultural europeu é um **composto** que reflete a diversidade da história e da cultura europeias, o que requer reflexão, compreensão e apreciação na sua complexidade. Para uma interpretação correta do património europeu, três aspetos serão aqui destacados e brevemente explicados: 1/ **diferenças linguísticas** de adaptação do discurso patrimonial com especial atenção ao terceiro regime; 2/ **diferenças regionais** dentro da Europa em relação à história da democratização e à definição dos direitos culturais; e, 3/ a **coexistência de tipologias do património cultural** que datam de diferentes regimes e que afetam o património rural contemporâneo.

1.2.2. TRÊS ASPECTOS PARA COMPREENDER E INTERPRETAR O PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU

A evolução do património cultural europeu através dos seus três regimes é mais fácil de compreender se considerarmos separadamente os **três aspetos mais importantes do património cultural** - concebido como o discurso principal da construção da identidade contemporânea. Estes três aspetos são território (ou seja, a definição espacial do património, em que o território é utilizado para expressar o lugar/paisagem de uma comunidade); temporalidade (ou seja, a definição da história e do passado para a comunidade patrimonial); comunidade (ou seja, um grupo de pessoas que expressam a sua identidade através de um sítio ou elemento patrimonial e que são consideradas como membros legítimos desse grupo).

1. O território do **património contemporâneo não está dividido** entre "o antigo" (prestigioso, histórico, protegido) e "o novo" (em constante desenvolvimento) - como era habitual no primeiro e no segundo regimes de património -, mas sim delimitado pelo uso e pela interpretação das comunidades envolvidas, que podem selecionar os seus lugares significativos pela sua prática atual a partir de um **espaço**



concebido como continuidade. Anteriormente, os territórios do património cultural sob a forma de monumentos e sítios eram determinados por especialistas da proteção de monumentos dentro do paradigma do património cultural e natural (tangível) separado. Mais tarde, o seu ambiente construído/natural foi integrado nos níveis de proteção ao reunir o monumento com a sua envolvente. No terceiro regime, os sítios e zonas são frequentemente associados a denominações mais antropológicas como o "**lugar**" de identidade e a "**paisagem cultural**" determinada pela consideração e utilização social. Lugares e paisagens da "Europa local" podem re-territorializar - ou seja, expressar identidade através do estabelecimento de relações com unidades territoriais - o continente através da **ligação pragmática de tendências e interpretações "locais" e "globais"** e podem contribuir para uma identidade europeia mais consensual a fim de completar ou eventualmente substituir referências territoriais determinadas por histórias nacionais ou por técnicas burocráticas da União Europeia.

2. A **temporalidade** do património no primeiro e segundo regimes - tal como a história (principalmente nacional) que aprendemos na escola e estudámos na universidade - considerou o tempo moderno como uma **ruptura** com as condições tradicionais, o que resultou na perda do mundo tradicional. Como vimos, a história e o património foram o resultado de revoluções, que prometeram um futuro melhor e mais brilhante, em vez do passado retrógrado. No entanto, as interpretações **pós-modernas** e as posteriores interpretações **presbiterianas** do tempo, redefiniram o nosso futuro. Cada vez mais frequentemente, o futuro é concebido como um cenário provável para uma catástrofe ecológica, natural, demográfica, social e económica, que deve ser gerida com precaução. Neste sentido, o futuro é ameaçador, o passado é inatingível (desde que séculos de modernização o erradicaram). Assim, estamos presos no presente em contínua expansão, que liga passado, presente e futuro num **continuum**. O património cultural do terceiro regime pode re-historicizar a Europa ao absorver a diversidade de interpretações históricas de diferentes níveis e grupos de construção de identidade, sem dar prioridade às histórias nacionais.

3. O património cultural é exibido pela sua **comunidade**, que necessita de um palco para realizar as actividades intangíveis relacionadas. No conflito politizado e ideológico entre 'localistas' e 'globalistas', qualquer formação de identidade necessita de lugares de património cultural de designações, símbolos e rituais. Como resultado, a Europa precisa também de se ancorar através de lugares de património cultural, que são igualmente distribuídos no seu território e apropriados pelas comunidades, que estão dispostas a definir o seu **património e o seu território de forma mais autónoma**, bem como a **comercializar e a marcar a si próprias** e a satisfazer a dupla expectativa (teoricamente contraditória) de transferência de conhecimento (local) para as suas próprias gerações futuras, bem como para o grande público, incluindo os turistas (Ver Exemplo 1.).



<https://www.yumpu.com/en/document/view/19869223/rural-cultural-heritage-in-europe-from-past-to-present-a-cult-rural>



1.2.3. IMPACTOS SOCIAIS E ECONÓMICOS DO PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU CONTEMPORÂNEO

O património cultural europeu não é apenas um vestígio do passado, que já não requer manutenção e proteção dispendiosas, mas sim um grande potencial de **inovação social, cultural e económica**. Pode mobilizar capital social e gerar bem-estar económico para as comunidades, que são suscetíveis de aplicar **modelos** empresariais inovadores relacionados com os seus bens patrimoniais. Modelos inovadores de património são especialmente aplicáveis às zonas rurais, que foram economicamente desfavorecidos pela industrialização e podem permanecer mais tradicionais do que os polos da modernização. Tendo sido "menos desenvolvidos" podem **transformar-se numa vantagem** através de práticas de inovação patrimonial. Se o património cultural for considerado como um motor económico positivo, o envolvimento do sector privado é óbvio para explorar o seu potencial. A divisão tradicional entre o sector privado (investindo principalmente em serviços e produtos turísticos) e o sector público (centrando-se na conservação) deve ser substituída por uma **abordagem alternativa**, que consiste em o sector privado se envolver mais no património, para atrair investimento no tecido patrimonial e para gerar crescimento e emprego.

1. Impacto social da utilização inovadora do património cultural

Nos regimes anteriores, o património foi identificado e mantido por especialistas em património e/ou instituições de património profissional, pelo que as comunidades locais têm frequentemente pouca responsabilidade pelo seu próprio património material e imaterial. Agora, quase todos os países europeus visam a desregulamentação e a descentralização esforçam-se por **novos arranjos coletivos para a gestão do património e da paisagem**. Esta utilização inovadora do património cultural tem o potencial de envolver ativamente as pessoas e assegurar a **integração, a inclusão, a coesão social e o investimento sólido**, ingredientes necessários para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O **voluntariado** é uma grande possibilidade para toda a comunidade, e, especialmente, para os cidadãos idosos com mais tempo livre e conhecimentos sobre o património local.

2. Impacto económico da utilização inovadora do património cultural

A abordagem holística em relação ao valor económico do património cultural é essencial. Inclui tanto os valores de utilização (utilização real, consumo de um determinado bem) como os valores de não utilização (atribuídos a bens que podem nunca ser "utilizados" por um indivíduo). Supõe-se que um euro incorrido no património cultural pode **estimular ações e fluxos de recursos financeiros** noutras áreas ou sectores que tragam rendimentos adicionais ou desenvolvimento a um determinado lugar (como uma injeção de dinheiro extra no sistema económico conduz a mais despesas, o que cria mais rendimentos, o que por sua vez cria mais despesas e assim por diante). Para ter impacto na comunidade local através do efeito multiplicador, é importante ter em mente que o efeito é mais forte quando bens e serviços para um projeto de património ou manutenção de um local de património são **adquiridos localmente** e quando utiliza a sua **mão-de-obra local**.

3. Modelos empresariais inovadores para o património cultural

Muitas paisagens rurais contêm bens históricos que enfrentam **redundância funcional**: igrejas já não utilizadas para o culto, edifícios agrícolas já não utilizados para a agricultura, etc. Os custos de conversão de tais locais para usos alternativos são muitas vezes tão elevados que um modelo tradicional do sector privado que depende de um retorno do investimento não será bem-sucedido. **Novos modelos** de financiamento de tais projetos poderiam ser aplicados, quer mobilizando dinheiro público para alavancar o investimento privado, quer **implementando modelos que**



dependem mais fortemente da filantropia, ONG, empresas sociais e fundos de investimento. Estes modelos requerem normalmente **novos modelos de governação e quadros legais**.

1.2.4. CATEGORIAS E DIFERENÇAS DENTRO DO PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU

O património cultural europeu não é um monólito, mas sim um composto que reflete a diversidade da história e da cultura europeias, o que requer reflexão, compreensão e apreciação na sua complexidade. Para uma interpretação correta do património europeu, três aspetos serão aqui destacados e brevemente explicados: 1/ **diferenças linguísticas** de adaptação do discurso do património; 2/ **diferenças regionais** na Europa; e, 3/ a **tipologia** relevante do património cultural do ponto de vista do património rural.

1. Diferenças linguísticas do discurso sobre o património cultural europeu

Como vimos anteriormente, embora a noção de "património cultural" seja contemporânea até ao início da modernização, a própria expressão deriva **do inglês e do francês** (*patrimoine culturel*) e só foi traduzida para outras línguas europeias durante o segundo regime devido à internacionalização do conceito - primária por causa do Património Mundial da UNESCO - que também estava a ter lugar em inglês e francês, que por acaso são as línguas de trabalho da UNESCO, bem como as das instituições europeias. Consequentemente, os debates internacionais tendem a esbater o **duplo discurso sobre o património cultural**, que pode ocorrer entre o nível europeu/internacional e o nacional. Mesmo a herança cultural e o *patrimoine culturel* não revelam necessariamente o mesmo significado, e é mais complicado se estudarmos este conceito nas outras línguas europeias. A difusão do discurso internacional em discursos nacionais jurídicos, oficiais, académicos e populares criou uma **variedade de técnicas nacionais** de adaptação e conceitos atuais emprestados dos discursos internacionais poderia levar à substituição de uma proteção monumental institucionalizada centenária por instituições do património cultural.

2. Diferenças regionais do discurso sobre o património cultural europeu

Uma diferença regional significativa pode ser testemunhada dentro da UE entre os Estados-Membros, que se situavam em **ambos os lados da Cortina de Ferro** durante a Guerra Fria. Embora a ascensão do património cultural a partir dos anos 70 se deva em parte à democratização das sociedades ocidentais, os antigos países do Bloco de Leste não puderam experimentar os mesmos movimentos sociais e culturais ao mesmo nível. Assim, a adaptação do conceito de património cultural nos anos 90 **não reflete necessariamente as mesmas realidades nestas sociedades**. Além disso, o património cultural como interpretação popular do passado pode fornecer uma ferramenta não reflexiva, mítica e populista como um substituto para abordagens críticas. Outra diferença importante é revelada pela ratificação da Convenção para a Salvaguarda do **Património Cultural Imaterial** e o número de elementos do património imaterial reconhecidos nos Estados-Membros da UE mostram uma divisão entre o Norte e o Sul da Europa que remonta aos debates sobre os significados da cultura e dos direitos culturais entre os contextos germânico e neolatino nos anos 2000 uma proposta desta Convenção.

3. Tipologia do património cultural

Como pudemos ver, a primeira e segunda categorias de regime do património (tais como o **tangível, natural, intangível**, etc.) são o resultado de um desenvolvimento histórico e ainda estão em uso, mas gradualmente emparelhadas por **abordagens holísticas** e baseadas em valores. Estas abordagens consideram o património como uma carreira da identidade de uma comunidade e como a **manifestação da sua resiliência, que pertence ao vocabulário da sustentabilidade**, em que os quatro pilares (cultura, sociedade, ecologia e economia) estão inter-relacionados. Seguindo a lógica dos regimes integradores do património, coexistem a tipologia científica e as abordagens holísticas e baseadas na inovação, o que exige uma reflexão regular da comunidade e dos outros participantes do discurso do património.



1.2.5. EXEMPLOS

Comunidade do património cultural

No terceiro regime, a comunidade do património cultural é o principal vector e agente da definição e prática do património cultural. É graças ao papel que o património cultural desempenhou nos **processos de democratização e emancipação**, a partir dos anos 70. No entanto, como pudemos ver, este papel não foi o mesmo em diferentes partes da Europa. Idealmente, o reconhecimento do património cultural local pode levar à democratização e integração social e cultural, mas também pode suportar uma **utilização não crítica do passado** numa sociedade com reflexos autoritários. Uma vez que a expansão conceptual e a institucionalização do património cultural nem sempre aderiu aos padrões críticos, essenciais para a investigação científica, as atuais formações populistas e xenófobas de identidade podem aplicá-lo para evitar o controlo científico e as interpretações reflexivas do passado. Neste último caso, as comunidades são exploradas para a (ab)utilização política do passado. Por razões económicas, é imposta uma **dupla expectativa** às comunidades locais: espera-se que assegurem a **transmissão interna** do património cultural e que se exponham ao **olhar externo** (turistas culturais, etc.), o que transforma o seu património cultural em produtos e as suas práticas em património performativo.

Diversidade cultural na Europa

A diversidade cultural é um padrão do discurso do património cultural do terceiro regime. Resulta da compreensão de que **é impossível impor um padrão único e universal à humanidade** ou mesmo a um continente e do reconhecimento antropológico de que as comunidades humanas são adversas ao desconhecido e ao desconhecido. Assim, a **diversidade cultural é uma característica inerente à existência humana**, que pode ser cultivada através da preservação do património. A integração adequada da diversidade cultural na preservação do património pode mitigar não só os efeitos da globalização nas culturas locais, mas também o medo das comunidades e dos indivíduos de que possam perder a sua identidade. Assim, o património cultural europeu não deve ser definido como uma norma de cima para baixo, mas como uma **entidade composta**, que integra o património de diferentes regiões e de diferentes condições sociais (urbanas e rurais, nacionais e regionais, representando diferentes contextos religiosos, etc.) e dá a oportunidade à grande variedade de europeus de **aprender e de apreciar a cultura e a história uns dos outros**.

1.2.6. BIBLIOGRAFIA

Cultural Heritage Counts for Europe. Full Report, Comissão europeia, 2015, (<http://blogs.enactc.org/culturalheritagecountsforeurope/outcomes/>)

Getting cultural heritage to work for Europe. Report of the Horizon 2020 Expert Group on Cultural Heritage, Comissão europeia, 2015, (<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/b01a0d0a-2a4f-4de0-88f7-85bf2dc6e004>)

Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society, Faro, 2005 (<https://www.europeansources.info/record/council-of-europe-framework-convention-on-the-value-of-cultural-heritage-for-society-faro-convention/>)

Towards an integrated approach to cultural heritage for Europe, European Parliament resolution of 8 September 2015 towards an integrated approach to cultural heritage for Europe (2014/2149(INI)) (https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2015-0207_EN.html)



1.3. POLÍTICAS CULTURAIS EUROPEIAS

1.3.1. INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS CULTURAIS EUROPEIAS

O Ano Europeu do Património Cultural em 2018 foi uma iniciativa abrangente e inclusiva, que criou uma dinâmica para definir um **quadro europeu de ação sobre o património cultural com quatro princípios e cinco pilares relevantes** que ainda determinam as políticas europeias para o património cultural. Estes princípios (holístico, integrado, baseado em provas, multi-stakeholder e participativo) e pilares (Europa inclusiva, sustentável, resiliente, inovadora e global) estão em conformidade com o conceito e as práticas do património cultural do **terceiro regime**. Oferecem uma grande possibilidade aos intervenientes do património rural europeu de (re)definir os seus bens patrimoniais e interpretações em conformidade, a fim de aumentar o impacto social, económico e ecológico e a resiliência das suas comunidades.

Ao contrário das instituições especializadas em Património Mundial, as instituições europeias não estão preocupadas com a construção de categorias rígidas de heranças materiais, naturais e imateriais, mas **concentram-se em definir o papel do património na sociedade**, particularmente no que diz respeito à interpretação e explicação do património. No entanto, as categorias habituais do património herdadas do segundo regime (património cultural versus património natural, património "misto") e das suas críticas ao terceiro regime (património material versus imaterial, diversidade cultural) continuam a ser referências, mas convergem para o conceito e **prática holística e integradora do património no discurso europeu**.

O significado e o conceito de património natural nas políticas culturais europeias são demonstrados nas suas três componentes. Primeiro, a breve história da Convenção sobre a Paisagem mostrará como **a proteção do ambiente e o planeamento regional prepararam uma abordagem** e práticas holísticas do património rural europeu, já nos anos 90. Graças aos fundos de desenvolvimento regional e às ações ambientais, um **quadro holístico** para a proteção poderia ter sido desenvolvido bastante cedo e ter servido como uma base sólida para desenvolvimentos posteriores. Em segundo lugar, os aspetos patrimoniais do Acordo Verde Europeu serão apresentados como uma orientação significativa para as próximas décadas. Em terceiro lugar, será apresentado um projeto notável do 7PQ para manifestar como a **abordagem holística do património natural pode resultar num renascimento rural**.

1.3.2. QUADRO EUROPEU DE ACÇÃO EM MATÉRIA DE PATRIMÓNIO CULTURAL

The European Year of Cultural Heritage in 2018 was a wide-ranging and inclusive initiative, which created a momentum to define a **European framework for action on cultural heritage** with relevant four principles and five pillars which still determine European policies towards cultural heritage.

Princípios

Abordagem holística. Em conformidade com a definição e prática do terceiro regime do património cultural, considera as dimensões material, imaterial e digital do património cultural como **inseparáveis e interligadas**. Também considera o património cultural como um **recurso para o futuro**, a ser salvaguardado, valorizado e promovido, também através do incentivo de sinergias com a criação contemporânea. Coloca as **pessoas no seu centro**, estimulando o acesso e o envolvimento e promovendo o desenvolvimento do público, com enfoque nas comunidades locais, crianças e jovens, promovendo a inclusão e integração social. Sustentabilidade e inovação são princípios centrais para o Quadro de Acção e a sua abordagem ao património cultural.



Integração e abordagem integrada. O Quadro põe em prática o **princípio da integração do património cultural nas diferentes políticas da UE**. Abrange diversas áreas políticas da UE: desenvolvimento regional, urbano e rural, educação e coesão social. É crucial compreender a importância de uma abordagem holística para o valor económico incorporado no património cultural integrando a transformação digital, o ambiente (incluindo a conservação da natureza), o turismo, a acessibilidade, a agenda da sustentabilidade e a adaptação às alterações climáticas, a investigação e inovação e as relações externa.

A elaboração de políticas baseadas em evidências é tão necessária no campo do património cultural como o é noutras políticas. Por conseguinte, o Quadro implica várias ações destinadas a **medir o impacto das ações sobre o património cultural**. A Comissão Europeia continuará também a melhorar a metodologia e os instrumentos de recolha de dados para as estatísticas culturais.

Cooperação multi-stakeholder para manter o espírito de cooperação durante o Ano Europeu do Património Cultural e para continuar o diálogo político, a Comissão Europeia está a criar um grupo informal de peritos da Comissão - o **Fórum do Património Cultural**. O objetivo do Fórum será promover políticas públicas que garantam o valor a longo prazo e a sustentabilidade do património cultural da Europa, com base numa abordagem integrada.

Os cinco pilares são os seguintes

1. Património cultural para uma **Europa inclusiva**: participação e acesso para todos;
2. Património cultural para uma **Europa sustentável**: soluções inteligentes para um futuro coeso e sustentável;
3. Património cultural para uma **Europa resiliente**: salvaguarda do património ameaçado;
4. Património cultural para uma **Europa inovadora**: mobilizar o conhecimento e a investigação;
5. Património cultural para o **reforço de parcerias globais**: reforçar a cooperação internacional.



Prémios European Heritage Awards/Europa Nostra Awards colocam em destaque projectos, iniciativas e personalidades notáveis no domínio do património cultural. Fotografia: <https://culture.ec.europa.eu/cultural-heritage/initiatives-and-success-stories/european-heritage-awards>



1.3.3. POLÍTICAS DO PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU EM MATÉRIA DE PATRIMÓNIO MATERIAL E IMATERIAL

No final dos anos 90, as instituições europeias aprenderam com a definição e as críticas do segundo regime de Património Mundial, que não é prático construir **categorias rígidas** de património tangível, natural e intangível. Pelo contrário, em vez de duplicar com os esforços da UNESCO para atualizar constantemente definições, é melhor concentrar-se no papel do património na sociedade, particularmente no que diz respeito à interpretação e explicação do património. Assim, estas categorias de património continuam a ser referências, mas convergem para a prática holística do património.

Políticas e princípios para preservar o património tangível europeu

Desde 1985, a Convenção de Granada é um instrumento-chave para o estabelecimento de normas na área da **proteção do património arquitetónico** da Europa. De acordo com este instrumento, a cooperação internacional, europeia e transfronteiriça e o **intercâmbio de experiências** tem sido um tema chave em relação à salvaguarda do património arquitetónico. Políticas para desenvolver **rotas culturais** são particularmente importantes no contexto do património rural para identificar a prioridade da cooperação na investigação e desenvolvimento, intercâmbios culturais para jovens europeus, a necessidade de **turismo cultural sustentável** e a criação de uma rede de rotas culturais. A primeira *Convenção Europeia sobre a Proteção do Património Arqueológico* foi assinada em Londres em 1969. Foi revista pela *Convenção de Valetta para a Proteção do Património Arqueológico da Europa*, em 1992. Refletiu a mudança na natureza das ameaças ao **património arqueológico**, que agora provém menos de escavações não autorizadas, como nos anos 60, e mais dos grandes projetos de construção realizados em toda a Europa. Estabeleceu um conjunto de novas normas jurídicas básicas para a Europa, a serem cumpridas pelas políticas nacionais de proteção do património arqueológico como fontes de evidência científica, em linha com os princípios da **conservação integrada**, o que dá uma extraordinária possibilidade aos intervenientes do património arqueológico rural de aplicarem a prática da **arqueologia participativa**, que é um grande trunfo para a inovação cultural e social.

Promoção dos direitos culturais através da proteção do património cultural imaterial

Desde a fundação do Conselho da Europa em 1949, tem vindo a trabalhar para construir uma Europa unida baseada na democracia, liberdade e respeito pelos **direitos humanos** e pelo Estado de direito. A promoção dos direitos culturais através da cooperação cultural e do estabelecimento de normas é um fator chave neste esforço. Desde os anos 90, o processo de desenvolvimento de novos textos normativos sobre **direitos culturais no campo do património cultural** passou a ser uma prioridade à medida que o património cultural se tornou integrador e holístico. Os princípios deste processo são: 1/ a diversidade do património distintivo europeu exige compreensão mútua, respeito e **reconhecimento dos valores culturais dos outros**, particularmente em relação às identidades culturais e ao património dos grupos minoritários e vulneráveis, e consideração do interesse comum no património europeu; 2/ há necessidade de uma **responsabilidade partilhada** e cooperação transnacional na proteção do património comum independentemente do seu contexto físico ou político; 3/ a importância de **salvaguardar a diversidade cultural em termos de desenvolvimento sustentável** e democrático deve ser sublinhada, na medida em que o património deve ser preservado e entregue às gerações futuras. As comunidades rurais e o seu património, geralmente marginalizadas durante a modernização, poderiam reivindicar o reconhecimento em nome dos direitos culturais e de acordo com os seus princípios, que abraçam a diversidade cultural e beneficiam do **património imaterial**, que é crucial para as comunidades rurais.



1.3.4 PATRIMÓNIO NATURAL E POLÍTICAS CULTURAIS EUROPEIAS

O significado e o conceito de património natural nas políticas culturais europeias são demonstrados em três componentes. Primeiro, a breve história da Convenção sobre a Paisagem mostrará como a **proteção do ambiente e o planeamento regional** preparam uma abordagem e prática holísticas do património rural europeu. Em segundo lugar, serão apresentados os aspetos patrimoniais do **Acordo Verde Europeu**. Terceiro, um projeto notável do 7PQ irá manifestar como a **abordagem holística do património natural pode resultar num renascimento rural**.

A primeira fase: património natural, planeamento regional e ambiente cultural

Enquanto a UNESCO desenvolvia o conceito de paisagem cultural nos anos 90, na Europa, a ligação entre o património cultural e natural e o planeamento regional foi posteriormente desenvolvida e levou à assinatura da **Convenção Europeia da Paisagem** e à adoção dos Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Espacial Sustentável do Continente Europeu em 2000. A Convenção de Florença tem um papel potencialmente fundamental a desempenhar no desenvolvimento do conceito de "ambiente cultural". Como **elemento de bem-estar individual e social e de qualidade de vida**, a paisagem, é agora vista como tendo um papel importante na realização do ser humano e no reforço da identidade europeia. A proteção e gestão da paisagem é significativa no domínio cultural, ecológico, ambiental e social e constitui um recurso favorável às atividades económicas, incluindo o turismo e a hospitalidade.

15

O património rural e o Acordo Verde Europeu

Mais de vinte anos depois, as orientações políticas da União Europeia para a Comissão Europeia 2019-2024 "Uma União que se esforça por mais" dá **prioridade à sustentabilidade** na sua concentração em seis objetivos políticos com Um *Acordo Verde Europeu* como primeiro objetivo. Assim, os sítios do património rural devem desenvolver estratégias para um turismo sustentável, uma gestão ecológica, bem como reforçar a sua contribuição para o desenvolvimento regional. No PF Horizon Europe, os fundos europeus ajudarão as zonas rurais a aproveitar as oportunidades na circular e na bio-economia. Prestará especial atenção ao papel das regiões ultraperiféricas no Acordo Verde Europeu, tendo em conta a sua **vulnerabilidade às alterações climáticas e catástrofes naturais e os seus bens únicos: biodiversidade e fontes de energia renováveis**.

As boas práticas que unem elementos das políticas europeias sobre o património natural: Projeto MEMOLA (2014-17) <http://memolaproject.eu/>

O projecto é uma abordagem interdisciplinar das **paisagens culturais** das zonas montanhosas mediterrânicas, tomando como eixo central o estudo histórico de dois recursos naturais essenciais para gerar agro-sistemas: **a água e o solo**. Analisa os agro-sistemas (culturas e gado), através da recolha e exame (**trabalho de campo arqueológico e levantamentos etnográficos**) dos vestígios históricos que permaneceram fossilizados na paisagem. Este estudo comparativo examina a produtividade e a eficiência da utilização de recursos nas quatro áreas históricas da amostra, através de modelos agronómicos e hidrológicos de gestão de recursos, tendo em conta as **alterações climáticas globais, e as políticas e estratégias da UE**. As suas propostas políticas abordam o ambiente de uma **perspectiva holística**, enfatizando o significado do património cultural intangível representado pelo conhecimento oral partilhado centenário relativo às **comunidades locais**. Aqui, a **paisagem patrimonial** é considerada "como um meio vivo" para transferir "a prática sustentada e o conhecimento ecológico tradicional das comunidades locais" para as novas gerações e para a comunidade científica.



1.3.5 OUTRAS NOÇÕES CHAVE / EXEMPLOS

Sustentabilidade e património cultural

A Declaração de Namur em 2015 define o património cultural como **um dos quatro pilares da sustentabilidade**. O património cultural nesta complexidade e na sua definição baseada no valor e na inovação pode mesmo substituir a cultura. De acordo com esta abordagem, o património cultural manifesta o potencial, que pode permitir ao sector público melhorar efetivamente a qualidade de vida e o ambiente de vida - uma vez que lhe sejam fornecidos os meios necessários. Neste sentido, o principal objetivo de realizar o património cultural como um pilar sólido da sustentabilidade é melhorar a capacidade de gestão do património cultural do sector público para que este possa gerir o património como um verdadeiro recurso local e regional. O património cultural deve ser promovido como um fator de coesão social e territorial e de qualidade paisagística. O papel do património cultural deve ser reforçado no desenvolvimento dos espaços públicos e a sua preservação deve ser alargada ao âmbito das missões de cooperação técnica e consultoria no âmbito de projetos europeus e esquemas de gestão de risco no contexto da sustentabilidade.

Governança participativa do património cultural

Em 2012, o Conselho da UE sublinha a importância de tornar a **governança cultural mais aberta, participativa, eficaz e coerente** e convida os Estados-Membros a promoverem uma abordagem participativa na elaboração de políticas culturais. O património cultural tem uma **relevância política transversal** e desempenha um papel específico na realização dos objetivos estratégicos da Europa para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, com os modelos apropriados de **política de património baseados em provas e orientados para a sociedade e os cidadãos**. Para atingir estes objetivos, é necessário desenvolver sinergias entre estratégias de turismo sustentável e os sectores culturais e criativos locais, bem como promover quadros de governança que envolvam ativamente a população local. A fim de promover um **turismo cultural sustentável de qualidade para oferecer e contribuir para a revitalização das áreas urbanas e rurais**, salvaguardando ao mesmo tempo a integridade e mantendo o valor cultural do património e equilibrando as oportunidades económicas e o bem-estar dos cidadãos.

1.3.6. BIBLIOGRAFIA

European Framework for Action on Cultural Heritage. Documento de trabalho dos serviços da Comissão, Comissão europeia, 2019 (<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/5a9c3144-80f1-11e9-9f05-01aa75ed71a1#:~:text=The%20European%20Framework%20for%20Action,by%20developing%20further%20concrete%20actions.>)

Pickard, Robert, European cultural heritage (Volume II) A review of policies and practice, Conselho europeu, 2002, (<https://book.coe.int/en/cultural-heritage/2571-european-cultural-heritage-volume-ii-a-review-of-policies-and-practice-brbr.html>)

The Namur Declaration. The Ministers of the States Parties to the European Cultural Convention Meeting in Namur on 23-24 April 2015 (<https://rm.coe.int/16806a89ae>)

Council conclusions on participatory governance of cultural heritage (2014/C 463/01),([https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014XG1223\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014XG1223(01)&from=EN))



PARTE II.

**PATRIMÓNIO CULTURAL
RURAL EUROPEU**



**RURAL
HERITAGE**

MÓDULO 2. PATRIMÓNIO RURAL TANGÍVEL (I): PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E MONUMENTAL NAS ZONAS RURAIS

Índice

- Introdução
- Conceitos, origens e proteção do património material e das suas instituições
- Princípios de protecção e conservação do património monumental e construído
- Exemplos de património arqueológico e monumental no meio rural
- Conclusão
- Bibliografia

18

2.1. INTRODUÇÃO

O património europeu é o nosso recurso mais valioso. É a nossa identidade, o nosso presente, é "o nosso património: onde o passado encontra o futuro" - o slogan oficial diz do Ano Europeu do Património Cultural (EYCH) em 2018 que foi celebrado em todos os estados membros da União Europeia e em muitos outros países. Este slogan resume claramente que o património é o nosso legado do passado, define como e com o que vivemos hoje, e o que transmitimos às gerações futuras. Hoje, é internacionalmente aceite que o âmbito do património inclui o **património cultural e natural**. Contudo, a terminologia mais fina e a definição de património não foi uniformizada, existe uma coexistência de tipologias de património que datam de diferentes regimes de património, juntamente com diferenças linguísticas e regionais na Europa (ver Módulo 1). A UNESCO define **património cultural** como "o legado de artefactos físicos e atributos intangíveis de um grupo ou sociedade que são herdados de gerações passadas, mantidos no presente e outorgados em benefício das gerações futuras" (<https://whc.unesco.org/en/about/>), distingue assim duas categorias principais: património **cultural tangível e intangível**. Algumas tipologias consideram o património artístico, como uma terceira categoria, individual, enquanto que este poderia estar relacionado com as duas primeiras. A fim de compreender o **próprio conceito de património cultural europeu** e a sua evolução, é essencial iniciar o nosso exame e este curso com a **primeira categoria** de património e proteção, ou seja, património cultural tangível, tal como foi definido por vários documentos normativos de organizações internacionais e europeias (por exemplo, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, Conselho Internacional sobre Monumentos e Sítios - ICOMOS, Conselho da Europa) desde a segunda metade do século XX. Neste módulo, faremos referência à seguinte tipologia (feita por Tamás Fejérdy, DLA, arquiteto, conservador, Presidente Honorário do ICOMOS Hungria):

1. Património cultura tangível:

- Património arqueológico
- Património construído
- Bens/propriedades culturais móveis

2. Património construído:

- Edifícios/construções
- Áreas protegidas
- Paisagem cultural/paisagens históricas

3. Edifícios:

- Monumentos históricos
- Conjuntos históricos
- Jardins históricos.



Estrutura e importância do tema



Este módulo apresenta o conceito de património cultural tangível centrando-se nas suas duas categorias mais conhecidas: património monumental e arqueológico. As duas categorias estão ligadas, e ambas estão enraizadas na proteção do monumento histórico. O monumento histórico foi o primeiro elemento protegido do que hoje consideramos património cultural tangível e os seus princípios de proteção e conservação deram a base das nossas estratégias de proteção, preservação e interpretação do património que podem ser utilizadas para o desenvolvimento rural sustentável. Consequentemente, é dada uma ênfase especial aos monumentos históricos, ao património construído/arquitetónico e ao património arqueológico que está relacionado com ambos. As origens e os principais passos da institucionalização de cada conceito são brevemente apresentados juntamente com a sua proteção em várias camadas (ou seja, internacional, europeia, nacional, regional, local). Finalmente, o módulo discute os princípios da proteção e conservação do património monumental e arquitetónico, incluindo os desafios da interpretação do património, especialmente nas zonas rurais através de exemplos da Europa Ocidental e Europa Centro-Oriental dos países parceiros do projeto. O objetivo é sensibilizar os habitantes, visitantes e "utilizadores" da Europa rural sobre o valor do seu património único. O mundo rural europeu tem sido subestimado devido à modernização e urbanização durante muito tempo e muitas vezes considerado apenas pelo seu papel na produção alimentar e nas atividades de lazer. Felizmente, tem sido redescoberto nas últimas duas décadas e tem havido uma necessidade imensamente crescente da natureza e dos sítios rurais desde o surto da pandemia de Covid-19 e a enorme onda de digitalização. A utilização sustentável e o turismo são, portanto, essenciais nestas áreas e todos nós temos uma responsabilidade neste processo de revalorização através de proteção e interpretação. Os intérpretes do património rural têm um papel especialmente importante para mostrar que o património rural não só é parte integrante da nossa identidade e memória coletiva, como também é um recurso para o crescimento económico, emprego e coesão social. É um valor insubstituível que deve ser protegido e transmitido às gerações futuras.

2.2. CONCEITOS, ORIGENS E PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO MATERIAL E DAS SUAS INSTITUIÇÕES

O património tangível europeu é rico e imenso, e inclui diferentes monumentos históricos, edifícios, jardins, paisagens culturais, sítios arqueológicos, e diversos artefactos, etc., protegidos e interpretados a diferentes níveis. Existem vários locais e elementos bem conhecidos, mas existem exemplos menos conhecidos dos nossos recursos com diferentes níveis de proteção: desde as igrejas românicas do norte de Espanha, protegidas mundialmente, e as habitações pré-históricas de montanha em redor dos Alpes em Itália, passando pelo Hospital Partisan Franja na Eslovénia, classificado como património europeu, até ao monumento histórico da Igreja Premontrei Ruin de Zsámbék, Hungria. Há também muitos outros tipos do nosso património que ainda não foram descobertos e que não gozam de qualquer proteção (por exemplo, o património arquitetónico da aldeia de Villar del Monte em Castela e Leão, Espanha).



Foto 2. *património arquitectónico e paisagem cultural de Villar del Monte em Castela e Leão em Espanha.*
Foto: Lilla Zambo



É vital examinar e aprender mais sobre a proteção destes sítios e recursos do património rural tangível, porquê e como eles estão relacionados, devem ser utilizados e interpretados. Para efeitos deste curso, os módulos seguintes apresentam o património tangível de acordo com as seguintes categorias: Módulo 2 património arqueológico e monumental que inclui monumentos e conjuntos históricos, património construído, sítios arqueológicos (por exemplo, castelos, ruínas, igrejas, edifícios públicos e residenciais, pontes, sítios arqueológicos, etc.). Embora sítios e elementos da arquitetura popular (por exemplo, aldeias, casas populares, quintas, etc.), património industrial (por exemplo, minas, fábricas, moinhos, ferramentas agrícolas) e paisagens culturais possam ser protegidos como monumentos históricos e sejam mencionados neste módulo, serão tratados e apresentados em profundidade em módulos separados, ou seja, no Módulo 3 sobre património popular e artesanato, no Módulo 4 sobre património industrial e no Módulo 6 sobre paisagens culturais.

2.2.1. MONUMENTO HISTÓRICO

Para compreender os princípios e práticas atuais do património cultural tangível, temos de começar pela apresentação do monumento histórico, a sua conservação e proteção. O monumento histórico foi o primeiro elemento protegido do que hoje consideramos património cultural tangível, e os seus princípios de proteção e conservação deram a base da nossa proteção e preservação do património. Este capítulo visa clarificar os **termos-chave do património cultural tangível** e a sua proteção. Há já algum tempo que os dois termos **monumento histórico** e **património construído/arquitetónico** têm sido utilizados quase como sinónimos, à semelhança da proteção do património e da proteção de monumentos, e da proteção e conservação de monumentos.

Contudo, existem **algumas diferenças importantes** entre estas noções e práticas que vale a pena destacar. Primeiro, precisamos de começar pelas origens e significado do monumento histórico e do património cultural construído. A ideia de **monumento histórico** (em inglês), monumento *historique* (em francês), *monumento histórico* (em espanhol e português), *kunstdenkmal* (em alemão) está ligada às revoluções políticas, industriais e filosóficas que têm lugar na **Europa na viragem dos séculos XVIII e XIX**. O conceito de monumento histórico e as suas primeiras instituições foram inicialmente estabelecidas no final da década de **1830** nos países da Europa Ocidental (por exemplo, França, Prússia) e com algum atraso na Europa Centro-Leste (por exemplo, na década de 1870 na Monarquia Austro-Húngara). Estava ligado ao despertar nacional, ao patriotismo, bem como a uma sensação de perda, ao medo de que memórias importantes do passado, tais como edifícios e obras de arte antigas desaparecessem devido a mudanças e novas construções nos países em **industrialização**. Surgiu uma necessidade e um **apego emocional** a edifícios e registos do passado, uma vez que foram reconhecidos como portadores da **identidade nacional** e, conseqüentemente, tiveram de ser **listados e protegidos**.

Considerando as origens semânticas do monumento de trabalho, acredita-se que provém do *mnesosynon* grego e o monumento latino de *moneo*, *monere*, que significa "lembrar" e "aconselhar" ou "avisar". O adjetivo *monumental* em inglês significa "muito importante e com grande influência, especialmente como resultado de anos de trabalho" (Oxford Learner's Dictionaries), pelo que é frequentemente utilizado em referência a algo de tamanho e poder extraordinários. Monumento histórico, segundo as suas definições oficiais, é "um edifício ou lugar antigo que é uma parte importante da história de um país" (Cambridge Dictionary) e "oficialmente protegido por lei de ser danificado ou destruído" (Oxford Learner's Dictionaries). As definições mostram claramente que existe uma **definição legal** e uma **definição conceptual** do que constitui um monumento histórico.



No plano jurídico, a história, o enquadramento e o suporte institucional das definições legais de monumento histórico diferem em cada país, mas os princípios são os mesmos: **monumento histórico tem importância nacional**, representa as características e elementos que têm **significado para a auto-representação nacional e é classificado** por profissionais autorizados com base em provas científicas e nos valores de um determinado edifício (e local).

A nível conceptual, o monumento histórico pode ter **3 valores específicos: histórico/documentário, estético/artístico, e valor ético** que deriva dos dois primeiros (Román 2004). É importante salientar que os valores e a percepção **dos valores estão a mudar com o tempo**, uma vez que estão sempre ligados às pessoas, a uma sociedade específica em tempo específico, pelo que não são categorias objetivas e desequilibradas.

2.2.1.1. Valor histórico/documentário:

Um edifício ou uma estrutura construída poderia ser considerada como um **livro de história** aberto que está a transferir conhecimentos para os seus leitores. É de que se trata:

- condições culturais, económicas e sociais no momento da sua construção e o tempo que passou desde então (a sua história ainda não terminou);
- desenvolvimentos técnicos, guerras e catástrofes naturais, últimas intervenções, mudanças no gosto e mentalidade de diferentes sociedades de diferentes épocas (por exemplo, mudanças na preferência pelos estilos arquitetónicos);
- os seus proprietários, comissários e todos os atores envolvidos na sua história (p. ex., incluindo os seus conservadores).

Se quisermos compreender o valor histórico/documentário dos monumentos históricos, a sua importância na proteção e interpretação, temos de ter em mente os seguintes princípios:

- **Fontes** documentais únicas (descrições ou fontes visuais) sobre um edifício não podem substituir o complexo valor documental e histórico do próprio edifício. Tem de ser preservado e interpretado na sua integridade, como um todo.
- O valor histórico **não é limitado no tempo**, uma vez que monumentos históricos relativamente 'jovens' também podem ter significado histórico (por exemplo, edifícios industriais construídos nos anos 70). Na proteção dos monumentos húngaros, todos os edifícios (e estruturas construídas) que foram construídos antes de 1711 são considerados históricos, contudo os países que são "mais ricos" em património medieval preservado têm um procedimento de seleção mais rigoroso.
- O valor histórico **não está apenas relacionado** com os bens **tangíveis do monumento histórico, mas também com as suas dimensões "intangíveis"** (na maioria das vezes ocultas) (por exemplo, quando um monumento histórico está associado à memória de um evento importante ou de uma pessoa).

Se o valor histórico se refere ao passado, é legítimo perguntar porque é que os monumentos/memoriais não são considerados como monumentos históricos? (A clarificação entre os dois termos é necessária, porque podem muitas vezes ser misturados e utilizados simultaneamente em várias línguas). A resposta é que os dois termos têm historicidades diferentes. **Não se constrói um monumento histórico, mas sim os edifícios tornam-se um só.** Aqui, a **historicidade é imanente**. Enquanto um monumento é "um objeto ou uma estrutura, que foi construído para honrar uma pessoa ou evento famoso" (Cambridge Dictionary). Aqui, a historicidade é intencional. Um memorial (monumento) é um gesto deliberado, uma vez que queremos comemorar algo ou alguém. No entanto, um edifício torna-se um monumento histórico, porque é um portador de valor nacional, enquanto que foi originalmente criado para uma função específica e para satisfazer uma necessidade específica. Este valor também pode ter significados diferentes em momentos diferentes e o nível de proteção e apreciação depende deles.



2.2.1.2. Valor estético (artístico):

Para além do valor histórico/documentário, o valor estético determina os monumentos históricos. Durante muito tempo, ao longo do século XIX, o valor estético e artístico foi considerado como um critério exclusivo para a avaliação de monumentos históricos (exceto no caso de ruínas), mas mudou. Hoje, é um dos fatores de avaliação e proteção que também tem de ser considerado nas estratégias de interpretação, com os seguintes pontos:

- O valor estético é uma categoria histórica que **muda com o tempo**, seguindo as opiniões da maioria das pessoas.
- A receção e apreciação do valor estético determina o âmbito e a categoria da proteção, tal como a apreciação de estilos arquitetónicos específicos ou dos proprietários e utilizadores do edifício. Há dois exemplos para estes:

1. Arquitetura do século XX: a receção do estilo Art Nouveau (*Modernismo, Secessão, Jugendstil*, etc.) que nasceu da viragem dos séculos XIX e XX mudou de aprovação para rejeição e para admiração novamente durante o século passado. Durante muito tempo, o estilo foi considerado como o principal exemplo de mau gosto tanto para os críticos modernos como para os conservadores. Durante quase meio século, não foram feitas tentativas sérias para o reavaliar, daí que, com raras exceções - até aos anos 60 - os edifícios Art Nouveau não tivessem qualquer valor relevante em contraste com a construção de estilos históricos anteriores).



Foto 2: A antiga Maison du Peuple ("Casa do Povo") em Bruxelas (Bélgica), desenhada por Victor Horta (1896-1898), que foi demolida em 1965 pelas autoridades da cidade apesar do protesto de muitos arquitectos e do comité internacional da Carta de Veneza para fins de desenvolvimento urbano (foi construído um arranha-céus no seu local).

Foto da Wikimedia commons. <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:20051004MaisonDuPeuple.jpg>

2. A arquitetura e cultura popular/rural só foi reconhecida e protegida após a Segunda Guerra Mundial, mais cedo, apenas etnógrafos apreciaram o seu valor artístico (ver mais no Módulo 3), enquanto que desde o início tem sido parte integrante da identidade do nosso europeu.



*Foto 3. património arquitectónico da região de Kisalföld no Skanzen (Museu ao Ar Livre da Hungria) em Szentendre (Hungria).
Fotografia: Skanzen.*



Há vários exemplos de um edifício ou sítio que se tornam protegidos como monumento histórico **sem valor estético significativo e explícito** (p. ex., hillforts, alguns monumentos industriais), especialmente quando se **perdeu ou ficou escondido** devido a eventuais **destruições ao longo do tempo** (p. ex. ruínas).



Foto 4. Ruínas do Castelo de Szádvár em Szódliget (Hungria).

Foto de László Keserü (Fundação dos Arquivos do Castelo Húngaro). <https://www.szadvar.hu/>

23

No entanto, podemos descobrir a estética em ruínas. Durante o romantismo, construíram mesmo ruínas falsas que se tornaram inseparáveis da paisagem romântica e da arte de jardim. Os profissionais envolvidos na conservação de monumentos, reconstrução e interpretação do património podem muitas vezes tentar reabilitar e exibir os valores estéticos perdidos ou escondidos e os significados mais profundos de um edifício ou local.

2.2.1.3. Valor ético:

Monumentos históricos (e sítios patrimoniais) geram emoções, que deram a base e a razão para a sua apreciação e proteção. Podemos compreender as condições e aspirações de épocas passadas e podemos identificar-nos com elas. **A capacidade de suscitar emoções é considerada como valor ético e deriva do valor histórico e estético** do monumento histórico.

- Durante a seleção e avaliação de um edifício a ser protegido como monumento histórico, os profissionais têm de considerar as suas dimensões éticas, tal como os intérpretes.
- Da mesma forma, aos valores históricos e estéticos, isto também pode mudar com o tempo, quando os contextos políticos, ideológicos e éticos estão a mudar, e afetam e modificam a perceção da sociedade em questão. Por exemplo, na Hungria, à semelhança de outros países da Europa Central e Oriental que faziam parte do Bloco Soviético, a arquitetura socialista realista que foi aplicada de forma centralizada e aplicada entre 1949-53, foi negada com base ética pela proteção do monumento. Algumas das suas memórias só puderam ser classificadas como monumentos históricos nos últimos anos, principalmente devido ao seu significado histórico e não aos seus valores estéticos. No entanto, muitos bons exemplos de arquitectura modernista ainda não são apreciados pelo público e, portanto, estão em perigo e são frequentemente demolidos mesmo nas capitais (por exemplo, a demolição do edifício da Central Nacional de Distribuição de Energia Eléctrica no distrito do castelo de Budapeste em 2020).



Foto 5. Central Nacional de Distribuição de Energia Eléctrica em Budapeste (Hungria), concebida por Csaba Virág em 1972-1974, que foi demolida em 2020. Foto de Dorka Bartha (We love Budapest).

<https://welovebudapest.com/cikk/2020/4/28/vegleg-eltunhet-a-keso-modern-epiteszet-varbeli-remeke-egy-bontas-amely-ujra-parazs-vitakat-general>



- O património cultural da Europa é bastante complexo, e pode ser aprovado e percebido de forma diferente, razão pela qual os sítios patrimoniais e os monumentos históricos **podem tornar-se contestados**. Uma categoria especial e um domínio de investigação recente do património contestado é o "património negro". Aqui, referimo-nos aos sítios que se tornam protegidos devido às suas conotações negativas na nossa história. São sítios e lugares de memória de morte, sofrimento e catástrofe (por exemplo, campos de batalha e campos de concentração, como Auschwitz Birkenau, Campo de Concentração e Exterminação Nazi Alemão). Nesta categoria, as considerações éticas têm especial importância na interpretação do património!



Foto 6. Campo de Concentração e Extermínio Nazi Alemão Auschwitz Birkenau (Polónia). Foto do Wikimedia Commons.

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?search=Auschwitz+concentration+camp&title=Special:MediaSearch&type=image>

2.2.1.4. + 1 Valor acrescentado das conservações

Para além destes valores acima mencionados de monumentos históricos (e sítios patrimoniais), temos de acrescentar uma categoria extra: o **valor da conservação**. Em muitos casos, as intervenções de conservação de monumentos estão a acrescentar outros valores ao monumento e local histórico em questão. De acordo com os princípios de proteção e conservação do monumento (e do património), **tudo o que foi acrescentado ao monumento ao longo do tempo tornou-se parte integrante do mesmo**. Tais adições posteriores estão também a **dar testemunho da sua própria idade** e têm de ser tidas em consideração em quaisquer obras de conservação e interpretativas no local. Por conseguinte, é essencial e vem com uma grande **responsabilidade** para os atores da proteção do monumento examinar e considerar cada caso **individualmente** para saber que **tipo de trabalho é necessário** (isto é, conservação, restauração, ou reconstrução, etc.). Há também desafios:

- Infelizmente, ainda existem exemplos de abordagens de reconstrução e preservação não autênticas e ultrapassadas, como o *facadismo* (quando um edifício é "esfolado" e apenas a fachada de um edifício é preservada com novos edifícios com nova tecnologia e materiais erguidos atrás ou à sua volta) ou a utilização da velha abordagem purista do século XIX (quando um edifício é "purificado" da sua historicidade e a conservação pouco ou nada teve em conta todo o passado do monumento e restaurou a primeira ou mais prevacente condição, que era considerada como a "original". Para este fim, todos os outros períodos da vida do monumento são banidos, os seus elementos e vestígios são removidos). Por exemplo, além de alguns grandes sucessos, houve alguns exemplos preocupantes de reconstrução de monumentos no Programa Nacional dos Castelos e no Programa Nacional das Fortalezas que visavam renovar e reconstruir 18 castelos e 12 fortalezas em 30 cidades, incluindo cidades rurais, e aldeias, co-financiadas pela UE e pelo Governo Húngaro entre 2016-2020. O caso das fortalezas de Diósgyőr é altamente contestado por profissionais, municípios locais e cidadãos, pois em vez de respeitar os princípios da conservação de



monumentos, o programa preferiu servir objetivos turísticos e decidiu renovar a ruína do monumento dilapidado para reavivar a "atmosfera original" (ou melhor, o que se pensa ser original).



Foto 8. Reconstrução da Fortaleza de Diósgyőr (Hungria) que foi premiada pelo Lemon-award pelo ICOMOS Hungria.

Foto de Épkar Zrt.

<http://www.diosgyorivar.hu/rekonstrukcio-fotok-epkar-zrt>

25

- Nos casos em que os objetivos económicos se sobrepõem às considerações profissionais, o monumento e o sítio são confrontados com os desafios globais da gentrificação e da mercantilização. O papel dos profissionais e dos intérpretes do património é imenso, pois podem chamar a atenção das pessoas para estes fatores de perigo.
- As conservações também podem ser comprometidas ao longo do tempo. As obras que sofreram grande deterioração devido a catástrofes naturais têm de sofrer processos mais profundos de restauro (por exemplo, a Itália Central foi atingida por um grande terramoto em 2016, vários sítios patrimoniais e monumentos históricos em cidades e zonas rurais foram destruídos ou seriamente danificados). As condições de preservação proporcionadas por profissionais e museus (por exemplo, utilização de materiais e técnicas de restauro) são outros elementos potenciais a integrar na interpretação deste tipo de património.



Foto 9. A Basílica de San Benedetto do século XII em Norcia (Itália) está a ser restaurada após o terramoto de 6,5 graus de magnitude em 2016. Fotografia: Wikimedia Commons.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Norcia,_piazza_san_benedetto,_01.jpg

2.2.1.5. Tipos de monumentos históricos

Podemos dividir os monumentos históricos em duas categorias básicas com base nas suas condições atuais: 1. os que ainda **têm uma função específica**, que são regularmente utilizados, e os monumentos são "vivos", e 2. os que não têm, que **perderam a sua função**. Relativamente a estas funções específicas, hoje em dia, podemos enumerar diferentes tipos de monumentos históricos, por exemplo, ruínas, fortalezas, castelos, também edifícios residenciais, públicos, religiosos, industriais, agrícolas e rurais/folk, juntamente com jardins, paisagens (culturais), etc.



No início, a proteção institucional de monumentos históricos considerava apenas igrejas, castelos, e edifícios de importância notável dignos de respeito e proteção. O âmbito e as categorias de proteção expandiram-se lentamente para o cenário do monumento histórico, depois para o conjunto de edifícios, e hoje mesmo para os centros das cidades e cidades. De acordo com a **Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios** (Carta de Veneza 1964): "o conceito de monumento histórico abrange não só a obra arquitetónica única mas também o cenário urbano ou rural em que se encontra a evidência de uma determinada civilização, de um desenvolvimento significativo ou de um acontecimento histórico (...) [um monumento histórico] é inseparável da história de que dá testemunho e do cenário em que ocorre".

No entanto, como vimos anteriormente, um monumento é também inseparável da sociedade em que é erguido, protegido e interpretado. Os diferentes atores (por exemplo, habitantes locais, profissionais, partes interessadas, etc.) que o utilizam, protegem, ou pelo contrário, o negligenciam, representam narrativas diferentes. Identificá-los (ou seja, encontrar a sua motivação) e os seus papéis nos processos de patrimonização e interpretação são importantes. Um monumento histórico (e um sítio do património) também pode ser reconhecido e protegido a outros níveis: regional, europeu e internacional (por exemplo, sítio do Património Mundial da UNESCO) que será discutido na Parte 3 deste módulo.

Para concluir, um edifício pode tornar-se um monumento histórico baseado na procura social e valorização das gerações posteriores, mas é necessário que esta expectativa social seja satisfeita através de uma seleção profissional-científica baseada nos seus aspetos históricos, artístico-estéticos e de valorização ética.

2.2.2. PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO/ARQUITECTÓNICO

A situação é diferente com o património (cultural) (*patrimoine* em francês, *patrimonio* em espanhol e *kulturerbe* em alemão). O conceito de património é sobre o que as comunidades (de todos os níveis) consideram o seu próprio património (tangível e intangível) que exprime a sua identidade. A ideia de património cultural **surgiu em meados do século XX** e tornou-se popular como norma internacional nos **anos 70** devido à criação do "património mundial" (Convenção da UNESCO sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural 1972).

O termo está originalmente ligado ao termo latino *patrimonium*, derivado de *pater*/pai, e refere-se a propriedade privada inalienável que é transmitida na família (ou seja, direito de nascimento) às gerações futuras (Chastel 2004). A dimensão jurídica do conceito era evidente desde o início e, como "propriedade", a sua natureza era principalmente material e estava profundamente ligada ao ato de "transmissão". As origens do conceito de património remetem-nos para a época do nascimento do monumento histórico e para a necessidade de proteção dos bens culturais reivindicados por uma nação ou outra comunidade (após a Revolução Francesa e a revolução industrial britânica). Durante o período em que podemos considerar "**primeiro regime de património cultural**", desde os anos 1800 até 1960, o termo "património cultural" ou simplesmente "património" não é comumente utilizado, apenas em francês ou inglês (ver Módulo 1). A primeira institucionalização do património cultural tem lugar durante o "**segundo regime**" dos anos 60 a 90, durante o qual as organizações e instituições internacionais definem o seu conceito e proteção. Tem vindo a expandir-se desde então em todas as perspectivas (conceitos, número de sítios, etc.), especialmente desde os anos 90, um período atual que poderíamos considerar como "**terceiro regime**", no entanto, há que salientar novamente que estes regimes não se estão a substituir, mas sim a integrar-se (Sonkoly 2017).

2.2.2.1. Poder de construção da identidade: utilização e abuso do património



O património cultural é um **conceito amplo e em constante expansão**, e está ligado ao presente, e menos ao passado, uma vez que liga o património ao futuro num continuum. Mais uma vez, o conceito de património é sobre o que as comunidades consideram como uma representação da sua identidade e valor de proteção e transmissão, que não é exclusivamente tangível!

De acordo com a Convenção sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade do Conselho da Europa: "o património cultural é **um grupo de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente da propriedade, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, conhecimentos e tradições em constante evolução**. Inclui todos os aspetos do ambiente resultantes da interação entre pessoas e lugares através do tempo" (Convenção de Faro 2005). Hoje em dia, estamos cada vez mais conscientes de que um edifício específico ou mesmo um dos seus elementos pode ser associado a uma **vasta gama de emoções**, mesmo as contraditórias. O respeito e consideração destas emoções e aspetos são também explicitamente afirmados na Convenção de Faro; é necessário "estabelecer processos de conciliação para lidar equitativamente com situações em que valores contraditórios são colocados no mesmo património cultural por comunidades diferentes". Há vários **exemplos de sentimentos contraditórios e alterados** sobre significados históricos, estéticos e éticos do património construído, especialmente em **áreas multi-étnicas e multiculturais da Europa** ou nos países que sofreram várias mudanças de regime político e ideológico e deslocalização das fronteiras nacionais (especialmente nos países da Europa Central e Oriental devido à dissolução da monarquia austro-húngara ou, mais tarde, da Jugoslávia). Por exemplo, o património construído também sofreu as consequências da dissolução da Monarquia Austro-Húngara. Edifícios com elementos decorativos húngaros e iconografia nacional (como os edifícios Art Nouveau húngaro) foram frequentemente demolidos ou alterados, total ou parcialmente, pois geraram sentimentos hostis dentro das novas fronteiras.

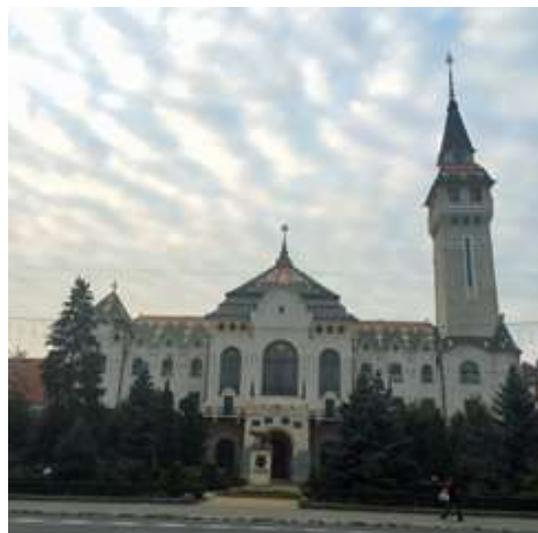


Foto 10-11. Palácio da Cultura (esquerda) e a Casa Municipal (direita) de Tirgu Mures (Roménia) de onde várias obras de arte como vitrais representando figuras históricas importantes tiveram de ser removidas. Fotografias: Lilla Zámbo

Na Bulgária, a proteção do património cultural do período otomano é ainda difícil (quase impossível) devido à narrativa nacional oficial que nega o passado multiétnico do país. Por outro lado, o Salão do Centenário (antigo Salão do Povo) em Wrocław, Polónia, foi construído durante o período alemão, mas agora é considerado pelo povo polaco como o seu próprio (é também um sítio do Património Mundial). No entanto, podem existir outras situações específicas, onde a



perspectiva seleccionada para a construção, preservação e interpretação de um **sítio do património exclui as pessoas de experimentarem o seu próprio património**. Neste caso, o património cultural torna-se **dissonante**, e a apropriação do sítio pode mesmo conduzir a **conflitos** (Husz 2014).

Não há limites para a interpretação do património para as comunidades. A construção do património cultural por diferentes comunidades implica muitas vezes que diferentes grupos também interpretam a sua história e as suas mensagens de forma diferente. No entanto, à semelhança da proteção do património, **a interpretação do património nunca pode ser independente do poder (político) e dos atores** (Pomian 2004). Os **governos** têm um papel crucial na elaboração da interpretação "oficial" do património. As interpretações oficialmente aceites são geralmente apoiadas por financiamento público e outros meios, ao passo que as narrativas marginalizadas não o são. Estes grupos têm geralmente dificuldades em afirmar a sua identidade e narrativa; por conseguinte, é importante que encontrem outros recursos criativos para deixar um impacto no local em questão (por exemplo, fundando museus ou criando memoriais). Ao estudar um monumento histórico ou um sítio de património, é aconselhável procurar **todas as narrativas relacionadas e possíveis ferramentas de interpretação interativa**. No caso de colecções e museus privados ou não governamentais, a utilização de ferramentas e estratégias digitais poderia ser acessível e frutuosa (por exemplo, projeto MUSE.ar da KÖME - Associação de Gestores do Património Cultural, Hungria com a participação do Museu da Cortina de Ferro de Felsőcsatár também: <https://www.heritagemanager.hu/en/work/muse-ar/>, ver mais no Módulo 8). Para concluir, quando quisermos **interpretar** o património cultural tangível (ou qualquer outra categoria), devemos ter sempre em conta de **onde e a quem o património veio, a quem o património pertence agora, e a quem é dirigido**.

2.2.2.2. Património em diferentes níveis - local, regional, nacional, internacional, europeu

Assim, **o património cultural é um grande conjunto de bens materiais** (tais como edifícios, monumentos históricos, paisagens, artefactos, etc.) e **imateriais** (folclore, tradições, línguas, conhecimentos, etc.), dos quais o **património construído (arquitetónico)** é uma categoria ainda mais pequena e os monumentos históricos são categorias ainda mais pequenas (património cultural/património material/património construído/património edificado/monumentos históricos). Por outras palavras, todos os monumentos históricos são património arquitetónico, mas nem todo o património arquitetónico é monumento histórico. Comparado com o termo objetivo de "monumento histórico", que exprime a identidade nacional, o termo "**património arquitetónico**" é **análogo e subjetivo** e significa que um edifício expressa a **identidade de uma pessoa, de uma comunidade humana mais pequena ou maior**. Assim, a **seleção e qualificação** dos sítios do património realiza-se a **diferentes níveis** no caso de:

- **monumentos históricos** - a nível nacional, resultado de uma seleção profissional (por lei),
- **património arquitetónico** - do nível local, regional e europeu e não resultam necessariamente de uma seleção profissional-científica, mas sim dos adectos subjetivos das pessoas envolvidas no processo de patrimonização (por patrimonização entendemos o procedimento através do qual o património é criado).

O significado de um sítio e monumento e os afetos podem ser alterados ao longo do tempo por cada geração, como vimos anteriormente e como a Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975) o sublinha: "cada geração coloca uma interpretação diferente sobre o passado e dele deriva uma nova inspiração". Assim, podemos afirmar que a arquitetura antiga só é admirada e protegida na medida em que a sociedade atual reconhece que a sua própria referência não está nela (Bercé 2004).

A **nível internacional**, no caso do **Património Mundial (PM)**, o ponto de referência é o **valor universal excepcional** e os sítios são escolhidos de acordo com os sítios já protegidos a nível nacional (ver Convenção da UNESCO relativa à **Proteção do Património Mundial**, Cultural e



Natural 1972 e Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial 2003). Neste caso, o mesmo sítio segue narrativas opostas (sendo particular para a avaliação nacional e universal para os critérios dos sítios do património mundial), pois pode representar valores únicos e universais ao mesmo tempo. Curiosamente, destaca também a flexibilidade que pode ter a construção da identidade e a patrimonização (Sonkoly 2020). **Os sítios e elementos rurais** (por exemplo, património tangível, paisagens culturais, tradições, etc.) estão presentes em mais de 30% entre os sítios da PM UNESCO.

A nível europeu, a **Convenção para a Proteção do Património Arquitetónico da Europa do Conselho da Europa** (Convenção de Granada de 1985) é considerada como o primeiro documento normativo não só na conceptualização e proteção do **património arquitetónico europeu**, mas também contribui para a criação da **identidade europeia**. A convenção seguiu e desenvolveu as iniciativas do **Ano Europeu do Património Arquitetónico em 1975 e a Carta Europeia do Património Arquitetónico do Conselho da Europa de 1975**. A Carta Europeia visava promover uma política europeia comum e uma ação concertada para proteger o património arquitetónico com base nos princípios da **conservação integrada** (no espírito da Carta de Veneza de 1964). A Carta foi um passo importante no reconhecimento das **zonas rurais menos conhecidas** e também dos edifícios de menor escala: "O património arquitetónico europeu não consiste apenas nos nossos monumentos mais importantes: inclui também os grupos de edifícios de menor dimensão nas nossas cidades antigas e aldeias características nos seus cenários naturais ou artificiais". O primeiro ponto da carta refere-se também à **territorialização e expansão** da proteção dos monumentos históricos e do património construído (proteção incluindo os arredores). Para assegurar a conservação integrada e a proteção eficaz do património arquitetónico, a Convenção de Granada apela à cooperação, ao intercâmbio de experiências e ao turismo sustentável (por exemplo, rede de rotas culturais). Além disso, afirma que o **património arquitetónico** compreende os seguintes bens:

- 1. monumentos:** todos os edifícios e estruturas de conspícuo interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as suas instalações e acessórios;
- 2. grupos de edifícios:** grupos homogéneos de edifícios urbanos ou rurais conspícuos pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, que sejam suficientemente coerentes para formar unidades topograficamente definíveis;
- 3. locais:** obras combinadas do homem e da natureza, tais como áreas, que são parcialmente construídas e suficientemente distintas e homogéneas para serem definíveis topograficamente e de interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico conspícuo.

Como vimos no Módulo 1, a criação do próprio conceito de património cultural europeu e de uma **identidade europeia partilhada** através dele é ainda um processo em curso no qual os tratados do Conselho da Europa (a Convenção Europeia da Paisagem 2000 e a Convenção de Faro 2005) se tornaram referências. Em comparação com os sítios WH, os sítios classificados e protegidos como património europeu (European Heritage Label) são selecionados com base em critérios de subscrição flexíveis e abertos para realizar uma **abordagem ao património baseada em projetos e na comunidade**. Devido ao modelo dinâmico de gestão do património do terceiro regime do património cultural, tornou-se possível uma comunicação de três vias (simultaneamente *top-down*, *horizontal*, e *bottom-up*) e a cooperação entre os diferentes níveis de construção de identidade (europeu, nacional, regional, local), ver Módulo 1.



Foto 11. Compilação de fotografias da 'European Heritage Label Exhibition'.

Data: Maio de 2021, Instituição: Comissão Europeia, Copyright: Creative Commons.

<https://pro.europeana.eu/post/the-european-heritage-label-discover-the-network-of-sites-that-have-shaped-the-history-of-europe>



A nível **regional e local**, como resultado desta cooperação acima mencionada, os sítios e elementos do património poderiam obter mais reconhecimento e as suas comunidades poderiam criar a sua própria identidade (como parte integrante da identidade europeia). A abordagem em rede das Rotas Culturais Europeias poderia ser utilizada como modelo para cooperações regionais de menor escala, bem como para reforçar a coesão regional (por exemplo, a criação da "rota de Palóc" (*Palóc út*), como rota temática cultural na região fronteiriça húngaro-eslovaca para promover e proteger o Palóc, o património rural da maior minoria étnica católica da Hungria: <http://www.palocut.hu/en/>).

30

2.2.3. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

O património arqueológico faz parte do património cultural tangível. O conceito, proteção e institucionalização do património arqueológico têm estado **estritamente ligados aos monumentos históricos e ao património arquitetónico e à conservação** na Europa, uma vez que a ideia de monumentos históricos e a sua proteção emergiu do reconhecimento e diferenciação do **valor estético/artístico e histórico e "memorial" dos registos e do passado**.

As origens do conceito remontam ao final da **Idade Média e ao início da Renascença já deram grande atenção aos monumentos arqueológicos** e arquitetónicos da **antiguidade**, mas esta atenção limitou-se à documentação das **ruínas** pelo seu valor estético. Contudo, para além da escavação teórica e da documentação, na prática a Renascença e períodos subsequentes utilizavam bastante monumentos históricos antigos e sítios arqueológicos como "pedreiras" (por exemplo, para a construção da Basílica de São Pedro em Roma, utilizavam também as pedras de edifícios antigos, incluindo o Coliseu). No período classicista, desde o **início até meados do século XVIII**, houve um interesse crescente nas memórias e na história da antiguidade que acompanhou a descoberta de monumentos antigos clássicos em Itália (a popular "grande digressão" da aristocracia tornou as digressões à Itália ainda mais na moda). Este interesse em toda a Europa levou à formação de **sociedades científicas para estudar e preservar vestígios arqueológicos** (por exemplo, a Sociedade de Antiguidades de Londres foi fundada em 1751, seguida um ano mais tarde pela Sociedade de Dilettanti em Inglaterra). A arqueologia tornou-se uma disciplina independente no século XIX, e tem sido uma ciência auxiliar crucial para a arte e a história arquitetónica e também para a conservação de monumentos. Entre as principais figuras e promotores da antiguidade e do seu património estava **Johann Joachim Winckelmann**, arqueólogo alemão (1717 - 1768) que foi não só um helenista pioneiro, mas também o pai fundador da arqueologia moderna, história da arte e, portanto, um contribuinte para o nascimento da proteção de monumentos históricos (arte e memória da arte (monumento) tornou-se uma categoria independente e central na sua famosa obra: *História da Arte Antiga* (1764).



A história e evolução dos monumentos históricos e do património arquitetónico dos **séculos XIX e XX** tem estado intimamente ligada à conceptualização do património arqueológico, uma vez que os sítios arqueológicos passaram a **ser considerados como parte integrante dos monumentos históricos e do património construído**. Em meados do século XX, ao mesmo tempo que a disciplina lutava com ideias de arqueologia relevantes para a sociedade contemporânea, cresceu a preocupação pública sobre o **desenvolvimento urbano do pós-guerra** e as construções que **ameaçavam significativamente os sítios arqueológicos**. Como resultado, tem havido um discurso arqueológico crescente sobre o património desde as décadas de **1960 e 1970** e as legislações de vários países europeus reconheceram oficialmente a autoridade e a importância dos arqueólogos na salvaguarda do passado. O discurso enfatizou o papel dos arqueólogos como mordomos do passado, os entendimentos universais do passado, a ideia quase "antiquária" do valor inerente dos sítios e artefactos arqueológicos, e a necessidade de os arqueólogos serem não só cientistas mas também profissionais do património e intérpretes. Estes discursos no âmbito da arqueologia durante as décadas de 1960 e 1970 coincidiram e interagiram com os debates e movimentos **internacionais de proteção de monumentos arquitetónicos e históricos sobre conservação**. (Anteriormente, a UNESCO fez recomendações sobre Princípios Internacionais Aplicáveis às Escavações Arqueológicas em 1959). Consideraram o papel dos arqueólogos e arquitetos semelhantes como conservadores do património construído da humanidade, defendendo uma ética de conservação específica. Posteriormente, as duas disciplinas foram novamente reunidas na elaboração da **Convenção do Património Mundial da UNESCO em 1972**, e no desenvolvimento de políticas nacionais nos países europeus para a conservação e preservação do património.

A primeira **Convenção Europeia sobre a Proteção do Património Arqueológico 1969** foi assinada em Londres. Mais tarde foi revista, e a **Convenção para a Proteção do Património Arqueológico da Europa** (Convenção Valetta 1992) completou os seus princípios em **1992**. De acordo com a Convenção de Valetta, "o património arqueológico deve incluir estruturas, construções, grupos de edifícios, sítios desenvolvidos, objetos móveis, monumentos de outros tipos, bem como o seu contexto, quer situados em terra ou debaixo de água". Como vimos no Módulo 1, o documento visa proteger o património arqueológico como fonte da memória coletiva europeia e como instrumento para estudos históricos e científicos. A convenção refletiu a mudança na natureza das ameaças ao património arqueológico, que agora provém menos de escavações não autorizadas, como nos anos 60, e mais dos grandes projetos de construção realizados em toda a Europa. Além disso, estabeleceu um conjunto de novas normas jurídicas básicas para a Europa, a serem cumpridas pelas políticas nacionais de proteção do património arqueológico como fontes de evidência científica, em linha com os princípios da conservação integrada, o que dá uma extraordinária possibilidade aos intervenientes do património arqueológico rural de aplicarem a prática da arqueologia participativa, que é um grande trunfo para a inovação cultural e social.

Considerando a proteção e gestão do património arqueológico, temos também de mencionar a **Carta do ICOMOS para a Proteção e Gestão do Património Arqueológico 1990** preparada pelo Comité Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (ICAHM) em Lausanne. A criação do documento destacou a importância crescente do património arqueológico, uma vez que foi feito em paralelo com a revisão das diretrizes de gestão dos Sítios do Património Mundial. De acordo com a Carta, a **proteção e gestão adequada** do património arqueológico é essencial para permitir aos arqueólogos e outros estudiosos estudá-lo e interpretá-lo em nome e para benefício das gerações presentes e futuras. Dado que "alguns elementos do património arqueológico são componentes de estruturas arquitetónicas e em tais casos devem ser protegidos de acordo com os critérios para a proteção de tais estruturas estabelecidos na Carta de Veneza



sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios. Outros elementos do património arqueológico constituem parte das tradições vivas dos povos indígenas, e para esses sítios e monumentos a participação da comunidade local é essencial para a sua proteção e preservação".

Entre os princípios da Carta, alguns deles são importantes a destacar no que diz respeito à conservação e interpretação:

- A proteção do património arqueológico deve ser integrada nas políticas de planeamento a **nível internacional, nacional, regional, e local**.
- O objetivo global da gestão do património arqueológico deve ser a **preservação** de monumentos e sítios *in situ*, incluindo a **conservação e cura** adequada a longo prazo de todos os registos e coleções relacionados, etc.
- O património arqueológico é comum a toda a sociedade humana, pelo que deve ser dever de cada país **assegurar a disponibilidade de fundos adequados** para a sua proteção.

Por exemplo, na Hungria, no início dos anos 90, o Governo iniciou um programa de infraestruturas de grande escala para construir uma rede nacional de autoestradas, o que exigiu uma cooperação arqueológica intensiva e contínua entre os diferentes atores, tais como museus (centrais e departamentais), arqueólogos, investidores, e administradores estatais. O sistema atual é frequentemente contestado e ainda há planos para o reformar, mas devido a esta situação financeiramente favorável (especialmente para instituições como museus e centros de investigação), a investigação e gestão do património arqueológico é uma das áreas mais desenvolvidas do sector do património no país com modelos arqueológicos preditivos e tecnicamente avançados (Relatório sobre Gestão e Proteção do Património Cultural nos Países V4 2021). A Hungria também participa em várias iniciativas internacionais e inter-regionais na preservação do património arqueológico, por exemplo, a Rota do Danúbio da Idade do Ferro (Rota Cultural oficial do Conselho da Europa desde 2021) que resultou de um Programa Transnacional do Danúbio com várias instituições parceiras da Áustria, Croácia, Hungria, Eslováquia e Eslovénia. O objetivo do projeto era estabelecer uma abordagem conjunta de investigação, gestão e proteção de paisagens pré-históricas complexas que se caracterizam não só por estruturas monumentais (por exemplo, cemitérios funerários, cemitérios planos e colinas fortificadas, bem como paisagens pertencentes ao período entre o 9º e o final do século I a.C.), mas também de património móvel e intangível, que estão expostos em numerosos museus (regionais e nacionais) da região do Danúbio (<https://www.ironagedanuberoute.com/copy-of-about>).



Foto 12. Museu ao Ar Livre e Parque Arqueológico de Százhalombatta (Hungria). Fotografia do Museu da Matrica.

<https://matricamuzeum.hu/galeria/>



2.3. PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO MONUMENTAL E CONSTRUÍDO

Como vimos, monumentos históricos e património arquitetónico/construído são frequentemente utilizados como sinónimos, mas não são a mesma coisa. O seu conceito e os seus níveis de proteção são diferentes. Embora os monumentos históricos façam parte do nosso património construído, têm importância nacional e são protegidos por lei a nível nacional, o património arquitetónico/construído pode ser proclamado e protegido por qualquer comunidade desde o nível local, passando pelo regional, até ao internacional e europeu. A situação é semelhante no que diz respeito à utilização dos termos proteção e conservação do monumento histórico/loja. Os dois conceitos têm sido frequentemente utilizados simultaneamente hoje em dia e este capítulo visa clarificar confusões e apresentar a tarefa de proteção e os princípios de conservação que devem ser considerados na interpretação do património.

33

2.3.1. PROTEÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS VS CONSERVAÇÃO

Antes de mais, temos de notar que a proteção do monumento histórico não é o mesmo que a conservação, significa muito mais. Significa cuidado permanente, manutenção adequada e preservação para assegurar que os edifícios e sítios são bem preservados, apresentados/interpretados e tornados acessíveis àqueles que vêm depois de nós. Devemos considerar a proteção de monumentos históricos não apenas como o nosso objetivo, mas como um instrumento (ver entrevista com Tamás Fejérdy, Paksy 2021).

2.3.2. O OBJETIVO E A TAREFA DO MONUMENTO E A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

O objetivo da proteção do monumento é proteger o monumento. Mas como? Podemos distinguir 3 tarefas principais (Román, 2004): **1.** A primeira e mais importante é **proteger, preservar e manter** o edifício ou local, para **evitar** a sua lenta ou rápida **deterioração**; **2.** Isto requer uma **utilização e função** apropriadas; e **3.** é necessário ter **cuidado** para garantir que intervenções incompetentes ou prejudiciais não danifiquem o edifício ou local.

1. Preservação e manutenção: Manter e assegurar a existência de monumentos é uma **tarefa difícil e complexa**, uma vez que um certo número de fatores objetivos e subjetivos contrariam a sua sobrevivência. Entre os **fatores objetivos**, existem **catástrofes naturais** (inundações, terremotos, danos causados por incêndios, frequentemente ligados a erros humanos), **envelhecimento dos materiais** e elementos estruturais, como a corrosão devido a condições meteorológicas que requerem cuidados constantes. Existem materiais particularmente perecíveis, por exemplo, argila, madeira, cana-de-açúcar, principalmente utilizada na arquitetura popular/rural, que a tornam ainda mais ameaçada na categoria de património. Além da deterioração natural, podemos também falar de "**degradação moral**" de edifícios e monumentos (por exemplo, castelos abandonados, edifícios rurais ou industriais que se tornaram obsoletos por diferentes razões ou que não satisfazem as necessidades atuais) que poderiam ter lugar ainda mais rapidamente. Existem também vários outros fatores sociais objetivos, tais como a **urbanização** excessiva e o congestionamento do **tráfego** nas cidades, o **turismo de massas** patrimoniais, a sobrecarga de sítios patrimoniais, e o **despovoamento nas zonas rurais**, etc. Quanto aos **fatores subjetivos**, um dos mais evidentes e tristemente atuais é a **guerra**. Desde as destruições da Segunda Guerra (por exemplo, os bombardeamentos de Varsóvia e Dresden), as Guerras Jugoslavas (por exemplo, a demolição da Ponte de Mostar Velha na Bósnia-Herzegovina) até à devastação ainda hoje em curso na Ucrânia ([https://www.unesco.org/en/articles/ukraine-over-](https://www.unesco.org/en/articles/ukraine-over)



[150-cultural-sites-partially-or-totally-destroyed](#)) mostram que a guerra destrói não só pessoas, mas também o nosso património construído, incluindo monumentos.



Foto 13. O Satri Most (Ponte Velha) de Mostar na Bósnia e Herzegovina. Foto de Wikimedia Commons

Os **danos e destruição deliberados e egoístas** sempre foram uma questão de proteção de monumentos desde os primeiros períodos da história europeia (por exemplo, levar e utilizar as pedras do Coliseu em Roma para a construção de outros edifícios) até aos nossos dias (por exemplo, destruição ou **alteração inadequada** de monumentos em projetos de desenvolvimento urbano por **razões económicas**, muitas vezes pelos **próprios proprietários**). O **abuso** de poder, tirania em regimes ditatoriais, é também uma séria ameaça aos monumentos. Os hábitos bem conhecidos dos ditadores na história europeia, que destruíram os monumentos dos regimes anteriores, tanto por ignorância como para criar os seus próprios monumentos e narrativas históricas, são ainda uma tendência viva em certos países europeus. A **negligência** da sociedade e mesmo dos proprietários, a **falta de cuidados** adequados, a manutenção (por exemplo, a utilização de princípios antiquados de conservação de monumentos) e os **bens financeiros** (por exemplo, fundos estatais) estão também a levar à decadência do nosso património construído e dos monumentos. Os elementos-chave para preservar e assegurar a existência de monumentos e sítios patrimoniais são a sua utilização e função.

2. Utilização e função: Um **edifício** (ou qualquer outro sítio e elemento patrimonial) **que não seja utilizado para algo, acabará por desaparecer**. Isto também é verdade naqueles casos excepcionais, quando um monumento é mantido durante um certo período de tempo em que não está a ser utilizado (por exemplo, é assim que vários castelos na Hungria rural poderiam sobreviver após a mudança do regime político democrático em 1989/90 até terem novos proprietários e funções). Geralmente, um monumento sem uma função está em perigo e acabará por se perder. Os **monumentos foram outrora construídos para um fim específico e mesmo que tenham sido alterados e perdidos ao longo do tempo**, são melhor utilizados se lhes for atribuída uma função semelhante. Certamente, poderá haver muitos casos, quando é impossível assegurar isto, caso em que é aconselhável **dar uma função semelhante que seja digna e não desrespeite a função original** (por exemplo a Sinagoga de Subotica (Sérvia) que perdeu a sua função original foi reatribuída ao uso temporário do Teatro Nacional dirigido por um realizador de vanguarda no final dos anos 80 e o novo uso da Sinagoga não só arruinou fisicamente o edifício e o seu ambiente,



como também o conteúdo obsceno das peças profanou-o e dessacralizou-o. Felizmente, a Sinagoga foi completamente restaurada e aberta ao público desde 2018).

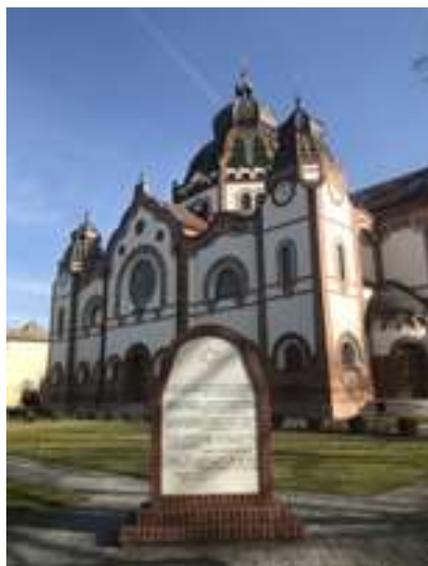


Foto 14. Sinagoga de Subotica (Serbia). Foto de Lilla Zámbo

Os monumentos têm um **valor utilitário**, e uma boa utilização poderia não só assegurar a sobrevivência dos monumentos, mas também satisfazer as **necessidades do proprietário** (por exemplo, benefícios financeiros através do turismo) que não é contrário aos objetivos da proteção do património (monumento). Há certos tipos de monumentos que já **não têm valor utilitário**, como as ruínas e o seu valor, o uso sentimental e turístico pode substituir a função utilitária, uma vez que a sua função é deleitar e elevar as emoções e o intelecto. A interpretação do património tem um papel essencial na preservação destes monumentos sem valor utilitário claro.

3. Cuidados com monumentos e sítios patrimoniais: Não é apenas da responsabilidade dos proprietários e profissionais cuidar dos monumentos, reconhecer o seu valor e importância ou assegurar a sua boa utilização e prevenir intervenções nocivas, mas **de todos**. Deve ser um objetivo comum da sociedade (a comunidade de todos os níveis), como vimos anteriormente na Parte 1 (ver os princípios das citadas convenções e cartas europeias e internacionais). Uma lei (ou convenção) bem conceptualizada sobre sítios patrimoniais por si só não garante a preservação e manutenção de monumentos históricos. A lei é apenas um quadro, mas **é tarefa conjunta do proprietário, da sociedade** (comunidade) e dos **profissionais** da proteção de monumentos, preenchê-la com o **apoio necessário do Estado e das suas instituições**.

Para alcançar os seus objetivos, a proteção do património pode utilizar **estratégias ativas e passivas**. **As estratégias ativas são preventivas**. No caso de um determinado monumento, isto pode significar uma utilização adequada, manutenção regular, mas em geral a proteção do monumento é muito mais, pois inclui procedimentos legislativos, criação de recursos públicos, eclesiásticos e municipais, influência social, e requer investigação científica. Não influencia apenas o desenvolvimento técnico, mas também a educação, a formação e aumenta a consciência e a atividade da sociedade. São necessárias **estratégias passivas** quando um **monumento (sítio ou elemento patrimonial) fica em perigo**, e a proteção do monumento tem de interferir (se tal for legalmente possível). Neste caso, por proteção de monumentos, podemos entender não só as instituições oficiais, públicas ou municipais, mas também a esfera civil e todas as partes interessadas. Como vimos, este é também um dos princípios principais do atual **quadro europeu de ação em matéria de património cultural: Os quatro princípios** (holístico, integrado, baseado



em provas, *multi-stakeholder* e participativo) e os **cinco pilares** (Europa inclusiva, sustentável, resiliente, inovadora e global) determinam as políticas europeias em matéria de património cultural, e estão em conformidade com o conceito e as práticas do **património cultural do terceiro regime** (ver Módulo 1).

Relativamente à diferença entre a proteção de monumentos históricos e o património material, precisamos de separar as duas categorias. Considerando o alcance e a rapidez da expansão das categorias de proteção, se cada elemento do património fosse tratado como se fosse um monumento histórico (por exemplo, princípios, requisitos legais da sua proteção e conservação), isso significaria que a vida pararia. No entanto, o oposto também é verdade. O valor dos monumentos históricos poderia perder-se facilmente se os considerássemos simples monumentos patrimoniais, tratando-os com uma mão leve, sem regulamentação rigorosa, como julgamos conveniente.

2.3.3. CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO E DOS MONUMENTOS

Os métodos de conservação de monumentos também **mudaram ao longo do tempo**. As intervenções têm sido sempre impulsionadas pelo **desejo de autenticidade**. A questão tem sido sempre quem, quando e como eles entendem a autenticidade.

No início da proteção de monumentos históricos, no **século XIX**, a **abordagem purista** dominou a conservação de monumentos. Pensava-se que a autenticidade significava despojar todas as camadas "ultimamente" acrescentadas de um edifício e restaurar o primeiro ou mais prevalecte estado do mesmo, que era considerado (ou pensado) como sendo o "original". Como resultado, o dado edifício foi "purificado" da sua historicidade e a conservação pouco ou nada teve em conta de todo o passado do edifício.



Foto 7. A Cidadela de Carcassone (França). Foto da Wikimedia Commons.
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Carcassonne-vignes.jpg>

Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, arquiteto francês, restaurou muitos marcos medievais proeminentes em França com este espírito purista, por exemplo, o Castelo de Carcassone na região da Occitânia em França, mas também concebeu a torre de madeira de inspiração gótica de Notre-Dame em Paris, que se perdeu tragicamente num incêndio devastador em 2019. Desde então, tem sido muito discutido e debatido se deveriam ou não reconstruí-la no seu estado "original" (a sua torre era algo que ele acreditava que os construtores originais teriam criado se tivessem a tecnologia e a imaginação), afinal, concordaram em reconstruir o design de Le-Duc, referindo-se às últimas cartas reconhecidas também pelo ICOMOS (Carta de Cracóvia 2000 sobre princípios de conservação e restauro do património construído e Carta de Riga 2000 sobre autenticidade e reconstrução histórica em relação ao património cultural).



A abordagem purista foi criticada no final do século XIX e a autenticidade pretendia ser encontrada através de **métodos de conservação e reconstrução baseados na investigação científica**. Mais tarde, a I e a II Guerra Mundial trouxeram mudanças e novas abordagens. Vendo a devastação após a Primeira Guerra Mundial, foi criada a **Carta de Atenas (1931)**, que defendia que deveriam tentar preservar os monumentos históricos na sua autenticidade, consequentemente, a **reconstrução não é permitida**, especialmente se não soubermos se existem dados. Um tipo de reconstrução, chamada **anastilose**, foi apoiada no caso das ruínas. Significa a recuperação de quaisquer fragmentos originais que possam ser recuperados e que novos materiais possam ser utilizados para este fim devem, em todos os casos, ser reconhecíveis. Além disso, quando a preservação das ruínas trazidas à luz no decurso das escavações é considerada impossível, recomenda-se que "sejam enterradas, sendo obviamente feitos registos precisos antes de se realizarem as operações de enchimento". A anastilose podia ser utilizada no caso de sítios antigos, mas era impossível no caso de monumentos 'mais jovens'. Apesar destes desafios, a maioria dos seus pontos continuam a ser válidos na conservação de monumentos.

Após a devastação da Segunda Guerra Mundial, os desafios tornaram-se ainda maiores, e a já mencionada **Carta de Veneza de 1964** tentou dar-lhes resposta. É importante notar que não se trata de uma carta de proteção de monumentos, mas sim de uma carta para a **Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios**. O Artigo 9 resume um dos seus princípios mais importantes:

1. "O processo de restauração é uma operação altamente especializada. O seu objetivo é **preservar e revelar o valor estético e histórico do monumento e baseia-se no respeito pelo material original e documentos autênticos**.

2. Deve parar no ponto de partida da conjectura e, neste caso, qualquer **trabalho adicional**, indispensável, deve ser distinto da composição arquitetónica e **deve ostentar um selo contemporâneo**.

3. O restauro, em qualquer caso, deve ser precedido e seguido de um estudo arqueológico e histórico do monumento".

Esta abordagem tem sido praticamente a atitude predominante na conservação de monumentos durante muito tempo, especialmente na Hungria, apesar dos seus muitos circos. O selo 'contemporâneo' tem sido muitas vezes mal compreendido e a necessidade de distinguir o que é acrescentado também criou resultados alienantes e didáticos, que **levaram a críticas**, não só do público, mas também dos profissionais da proteção do património. Outro ponto importante é que um monumento é inseparável da história de que é testemunha e do cenário em que ocorre. A deslocação de todo ou parte de um monumento não pode ser permitida, exceto quando a salvaguarda desse monumento o exija ou quando se justifique por interesses nacionais ou internacionais de primordial importância. Este artigo tornou possível mover memórias da arquitetura popular/rural do seu cenário original para museus ao ar livre ("*skansen*") a fim de melhor os preservar e apresentar ao público (por exemplo, o Museu Húngaro ao Ar Livre em Szentendre, Hungria).





Foto 15. Património arquitectónico da região Norte-Hungria exposto no Skanzen (Museu ao Ar Livre da Hungria) em Szentendre (Hungria). Fotografia de Skanzen.

O resultado mais importante da Carta de Veneza é a fundação do **Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1965**, a mais importante organização internacional de monumentos e sítios históricos que tem sido o órgão consultivo do Comité do Património Mundial e da UNESCO. Atualmente, estamos a utilizar todo o tipo de tecnologias para reunir todos os conhecimentos e fontes possíveis para métodos de conservação ou reconstrução e tentar alcançar um nível que seja autêntico e credível. A perceção da reconstrução também mudou muito, por exemplo, ninguém poderia negar que foi uma boa escolha reconstruir o Campanile em Veneza após o seu colapso em 1902, uma vez que tem feito parte da paisagem urbana e da identidade dos habitantes.

Ao referir-se às ideias da Carta de Veneza, a autenticidade permaneceu no foco da conservação de monumentos e o Documento de **Nara sobre Autenticidade 2004** da UNESCO e do ICOMOS declarou que a autenticidade é **um termo relativo e tem significados diferentes em tempos e lugares diferentes**: "Todos os juízos sobre valores atribuídos a bens culturais, bem como a credibilidade das fontes de informação relacionadas podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro da mesma cultura. Assim, não é possível basear os juízos de valor e autenticidade dentro de critérios fixos. Pelo contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que os bens patrimoniais sejam considerados e julgados dentro dos contextos culturais a que pertencem. Em suma, o restauro autêntico não deve prejudicar o carácter histórico do edifício, mas deve ser coerente com o mesmo". Para encontrar fontes adequadas sobre a autenticidade de um restauro, precisamos de fazer uma investigação adequada (e utilizar os métodos e fontes das ciências auxiliares, se necessário, por exemplo, a investigação arqueológica). Em caso de falta de fontes, deveremos procurar analogias credíveis.

Categorias e considerações de conservação:



- O **carácter histórico e a proteção** de um monumento ou sítio patrimonial não reduzem, mas **aumentam o seu valor económico**, mas a sua **manutenção adequada e constante é vital**.
- O tipo de conservação **depende do estado e das condições** do monumento histórico (função, estado atual: em perigo ou não, etc.).
- A conservação tem duas categorias principais: **conservação e restauro**. A sua definição pode variar.
- O **restauro** altera a visão do monumento.
- **Conservação** não o modifica (ou não o modifica significativamente). Qualquer intervenção pode ser considerada como conservação que não modifica a visão do monumento mas que o torna permanente, quer através de renovação ou restauro. (Um bom exemplo para um mestre na conservação da Igreja da Ruína de Premontrei de Zsámbék, Hungria).
- **Restauração**: todos os aditamentos devem estar em harmonia com todo o edifício e os diferentes materiais têm de ser distinguidos.
- **Reconstrução** (parcial e total): a parte mais debatida da conservação e a Carta de Veneza. Muitos profissionais e proprietários de monumentos têm criticado a atitude rigorosa em relação às reconstruções. No entanto, foram feitas algumas concessões, por exemplo a Carta de Cracóvia afirma que "a reconstrução de partes inteiras no estilo do edifício deve ser evitada, mas a reconstrução de partes muito pequenas com significado arquitetónico pode ser aceitável como exceção, desde que se baseie em documentação precisa e indiscutível. Se necessário, para uma utilização adequada do edifício, a conclusão de partes espaciais e funcionais mais extensas deve refletir a arquitetura contemporânea. A reconstrução de um edifício inteiro, destruído por conflitos armados ou catástrofes naturais, só é aceitável se houver motivos sociais ou culturais excepcionais relacionados com a identidade de toda a comunidade".

Para além dos métodos de conservação de monumentos, os seus **princípios também poderiam mudar**. Temos de notar que não se deve a razões económicas ou políticas, mas porque a conservação de monumentos é uma tarefa arquitetónica. Nos últimos anos, tem havido algumas mudanças significativas nas obras de conservação. Há cada vez mais reconstruções, e os atores da conservação gostariam de tornar os monumentos históricos e sítios patrimoniais mais experimentais, mais ricos e agradáveis para os seus utilizadores (por exemplo, turistas e habitantes). Esta necessidade é ainda maior no caso de sítios menos populares, abandonados ou desprotegidos em zonas rurais. Serão necessários **instrumentos de interpretação criativa do património** para os tornar visíveis, acessíveis e amados por um público mais vasto. A descoberta e reavaliação de sítios desprotegidos são essenciais na **revitalização e reabilitação do nosso património material rural na Europa**.

Proteção integrada do património material e imaterial

Na Europa, com a atrofia acelerada das culturas tradicionais folclóricas/rurais e o avanço da produção em massa, o património cultural intangível foi marginalizado durante muito tempo, o que será apresentado nos próximos módulos do curso. Ao mesmo tempo, foi dada particular ênfase à protecção e preservação do património material como monumentos históricos, património arquitectónico e arqueológico. Acreditava-se que a sua preservação na sua forma tangível garantiria que o património e a identidade da comunidade em causa não se perderiam. No entanto, já sabemos que esta abordagem não tem sido suficiente. No final dos anos 90, as instituições europeias aprenderam também com as críticas ao segundo regime do património cultural, nomeadamente que não é prático construir e manter categorias rígidas de património material, natural e imaterial. Pelo contrário, é necessária **uma abordagem integrada e holística do**



património que não trate separadamente do património cultural tangível e intangível. Enquanto as antigas categorias de património do segundo regime (património cultural, natural, património "misto") e do terceiro regime (diversidade tangível, intangível, cultural) continuam a ser referências, a Europa começou a concentrar-se no papel do património na nossa sociedade e especialmente na forma de o **proteger, utilizar e partilhar através da interpretação do património.**

2.4. EXEMPLOS DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E MONUMENTAL NO MEIO RURAL

2.4.1. PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO (OS SÍTIOS SÃO TAMBÉM PROTEGIDOS A NÍVEL NACIONAL)

40

2.4.1.1. Nome: Parque Arqueológico (Parque Arqueológico do Vale do Côa) e locais de arte rupestre pré-histórica no Vale do Côa e Siega Verde, local: Vila Nova de Foz Côa país: Portugal

O Parque Arqueológico do Vale do Côa foi criado em 1996 para proteger e mostrar ao público o conjunto de arte rupestre. O Vale do Côa é a maior coleção de arte rupestre ao ar livre do Paleolítico conhecido hoje em dia. O reconhecimento pela UNESCO da arte rupestre do Vale do Côa como Património Mundial em 2 de Dezembro de 1998, foi o culminar de um processo que marcaria de forma indelével a Arte Rochosa Portuguesa, Arqueologia e Património Cultural. Em 2010, a UNESCO listou também a vizinha arte rupestre Paleolítica de Siega Verde (Ciudad Rodrigo, Espanha) como uma extensão do Vale do Côa.

Fontes: <https://arte-coa.pt/en/the-region/>



Fotos: Creative Commons

2.4.1.2. Nome: Sítio arqueológico de Las Médulas, local: Província de León, país: Espanha

"Las Médulas" foi declarado Património Mundial pela UNESCO em 2002. É a maior mina de ouro romana (mais de 2000 Ha.) do século I a.C. quando as autoridades Imperiais Romanas começaram a explorar os depósitos de ouro desta região, utilizando uma técnica baseada na potência hidráulica (conhecida por Pliny como "ruina montium").

A área arqueológica compreende as próprias minas e também grandes áreas cobertas pelos rejeitos resultantes do processo, barragens para recolher as vastas quantidades de água necessárias, um intrincado sistema de canais, aldeias, estradas romanas, etc. É inquestionavelmente a mais bem preservada e representativa de todas as áreas mineiras do mundo greco-romano da época clássica.



É um exemplo notável de tecnologia romana inovadora, na qual todos os elementos da paisagem antiga sobreviveram a um grau excepcional. A área conservou uma paisagem de cortar a respiração formada pelas operações mineiras que pouco mudou ao longo de muitos séculos; a paisagem desolada resultante foi simplesmente parcialmente colonizada pela vegetação natural. A sua autenticidade é absoluta, uma vez que não foram feitas quaisquer alterações às instalações e depósitos romanos desde que estas deixaram de ser utilizadas no início do século III d. C.

Fontes:

<https://whc.unesco.org/en/list/803>

Video links:

https://www.youtube.com/watch?v=sgf9Jy5_Oho

<https://www.youtube.com/watch?v=M6NzO7GrcMY>



Foto: Jesús Núñez

2.4.1.3. Nome do sítio nomeado em conjunto: Pilha Pré-Histórica de Pilha em redor do local dos Alpes: Áustria, França, Alemanha, Itália, Eslovénia, Suíça

Nome do sítio protegido a nível nacional e local: **Pile-Dwellings do lago Ledro (Palafitte di Ledro) local: Ledro, Trento, País: Itália**

Este sítio conjunto de património mundial incorpora 111 pequenos sítios individuais, abrangendo os restos de povoações de estacas pré-históricas (ou casas de palafitas) nos Alpes e à sua volta, construídos entre cerca de 5000 e 500 a.C. nas margens de lagos, rios ou zonas húmidas. As escavações, realizadas apenas em alguns dos locais, produziram provas que permitem conhecer a vida na pré-história durante a Idade Neolítica e do Bronze na Europa Alpina e a forma como as comunidades interagiram com o seu ambiente. Cinquenta e seis dos sítios estão localizados na Suíça. Os assentamentos são um grupo único de sítios arqueológicos excepcionalmente bem preservados e culturalmente ricos, que constituem uma das fontes mais importantes para o estudo das sociedades agrárias primitivas da região.



O Pile-Dwellings of Lake Ledro foi reconhecido como Património Mundial desde 2012, como parte da nomeação conjunta de vários países, enquanto que o sítio já foi protegido a nível nacional e local. As pilhas, datadas da Idade do Bronze, foram descobertas em 1929, após uma descida temporária do nível da água, para a construção de uma central hidrelétrica em Riva del Garda. Entre 1936 e 1937 houve uma grande seca, o nível da água baixou novamente, e os trabalhos de escavação foram retomados, pela superintendência e pela Universidade de Pádua. Mais tarde, o Museu Tridentino de Ciências Naturais encarregou-se do trabalho.

Experiência de herança relacionada: O Museu Pile Dwelling foi criado nos anos 70 e está localizado na margem do Lago Ledro, adjacente ao sítio arqueológico. Preserva o requintado artesanato de uma das aldeias mais importantes da Idade do Bronze nos Alpes e exhibe as notáveis coleções arqueológicas do sítio e realiza programas de investigação durante todo o ano em "arqueologia imitativa".

Fontes:

<https://www.palafittedro.it/>

<https://patrimonidellumanita.provincia.tn.it/Siti-del-Patrimonio-mondiale-UNESCO/Siti-preistorici-palafitticoli-dell-arco-alpino>



Foto: <https://www.flickr.com/photos/181878091@N02/>

2.4.2. NÍVEL EUROPEU DE PROTECÇÃO: ETIQUETA DO PATRIMÓNIO EUROPEU

2.4.2.1 Nome: Igreja Memorial de Javorca e a sua paisagem cultural, local, país: Slovenia

No alto do leito do rio Tolminka, há um lugar sagrado de madeira, a Igreja Memorial do Espírito Santo em Javorca, que foi reconhecida como Património Europeu. A igreja celebra os defensores austro-húngaros caídos do campo de batalha da Frente Isonzo (1915-1917). Sendo o mais belo memorial da Primeira Guerra Mundial na área da República da Eslovénia, foi colocado na lista do património histórico e cultural europeu particularmente importante em 2007 e recebeu o rótulo de Património Europeu em 2018. É um excelente exemplo para a preservação e proteção conjunta de bens corpóreos e incorpóreos.

A própria Igreja é uma peça única da arquitetura Art Nouveau, construída nas montanhas, uma vez que o estilo Art Nouveau é conhecido principalmente por ser um fenómeno urbano na viragem dos séculos XIX e XX. A igreja foi construída por soldados austro-húngaros, mestres de



vários ofícios. A Igreja e a sua paisagem são o símbolo de um apelo à reconciliação e um testemunho da força de ligação entre a criação artística e a construção. Há um campanário com um relógio solar, o brasão da monarquia e a inscrição PAX (paz) por cima da entrada. O exterior é adornado com brasões de armas das vinte terras, que formaram a Áustria-Hungria, enquanto que o interior é decorado com painéis de carvalho, que simbolizam páginas de um livro memorial, com 2.564 nomes de soldados austro-húngaros caídos que morreram nos campos de batalha próximos. Os seus nomes foram queimados em madeira, de acordo com o sistema da hierarquia militar. Os planos para a igreja, que celebrou o seu centenário de construção em 2016, foram criados por Remigius Geylinga, um pintor de Viena, que era um tenente sénior na altura. A construção foi liderada por Géza Jablonszky, um tenente de origem húngara. Foi completamente renovado em 1934, no início da década de 1980, em 2005 e em 2016.

Fontes: <https://www.javorca.info/>

[https://www.javorca.info/mma/Javorca Memorial Church of the Holy Spirit.pdf/2020030312541921/](https://www.javorca.info/mma/Javorca_Memorial_Church_of_the_Holy_Spirit.pdf/2020030312541921/)

<https://culture.ec.europa.eu/cultural-heritage/initiatives-and-success-stories/european-heritage-label/european-heritage-label-sites/javorca-memorial-church-and-its-cultural-landscape-slovenia>



Fotos: <https://www.javorca.info/>

2.4.3. NÍVEL NACIONAL E LOCAL DE PROTECÇÃO

2.4.3.1. Hungria

Nome: Igreja do Mosteiro Premontrei de Zsámbék **local:** Zsámbék, conselho de Pest **país:** Hungria

A Igreja do Mosteiro de Premontrei é uma igreja românica em ruínas na cidade rural de Zsámbék. Graças à sua conservação magistral (no seu estado de ruína), tornou-se um exemplo inconsequente para a conservação do monumento histórico do final do século XIX na Hungria. Poderíamos considerá-la como o monumento histórico da conservação histórica! A igreja tem sido protegida como monumento histórico e considerada como parte do património cultural local e regional.

A construção da igreja começou em 1220 como parte de um mosteiro Premonstratense, mas só foi concluída várias décadas mais tarde. Tornou-se a igreja privada de família, do cavaleiro Aynard. A igreja estava situada ao lado da rota medieval mais popular, ligando as cidades de



Székesfehérvár e Esztergom. összekötő út mentén állt. O Premonstratense utilizou a igreja durante dois séculos, mas mais tarde foi entregue aos Padres Paulinos. A igreja foi submetida a alguns trabalhos de reconstrução em estilo tardo-gótico. O mosteiro foi muito danificado durante a ocupação otomana na Hungria e ruiu devido a um terremoto em 1736. Desde então, a igreja foi abandonada, e as suas pedras foram levadas para construções vizinhas. Poderia ter-se perdido, mas Flóris Rómer e Imre Henszlmann, os pais fundadores da proteção do monumento húngaro, notaram os seus valores históricos e estéticos na década de 1870 (durante a institucionalização da proteção do monumento nacional).

No final do século XIX, István Möller István conservou a ruína de uma forma magistral que foi mantida e expandida por Kálmán Lux na década de 1930. A igreja em ruínas tem vindo a deteriorar-se lentamente devido às condições meteorológicas e os arredores continuam à espera de escavações arqueológicas adequadas. Algumas obras de manutenção são realizadas, mas alguns dos profissionais gostariam de cobrir pelo menos algumas partes ou em condições para a salvar de mais danos. Quanto à sua preservação, a maioria das pessoas concorda que apenas as obras de manutenção necessárias devem ser realizadas, no entanto, o governo húngaro planeia investir uma grande soma de dinheiro na sua reconstrução.

A igreja em ruínas tem sido considerada como um dos excelentes exemplos da primeira abordagem conservadora da proteção de monumentos na Hungria e um dos locais favoritos para eventos culturais e religiosos na cidade. Tornou-se também um local popular de casamentos.

Fontes:

https://www.muemlekem.hu/magazin/zsambeki_romtemplom_helyreallitas_kormanydotes

Valter Ilona (1991). 'Újabb régészeti kutatások a zsámbéki premontrei prépostsági romban 1986-1991' In: Műemléki Szemle 1991/2.



Foto 20: Indafoto (Pukkancs 2011). URL: Wikipedia commons, acedido em Maio de 2022

Foto 21: Sztelho Otto (1922): Desenhos de reconstrução <https://varlexikon.hu/zsambek-premontrei-templomrom>

2.4. 3.2. Espanha

Nome: **Igrejas românicas do Norte de Espanha**, local (aldeia ou região): **Castilla y León, Astúrias, Galiza, Catalunha, Aragão e Navarra**, e país: **Espanha**



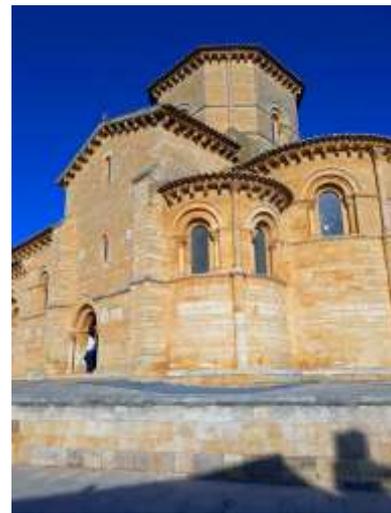
A arte românica desenvolvida na Península Ibérica nos séculos XI e XII tem características estilísticas comuns ao românico europeu, mas também características particulares nas diferentes regiões. A arte românica foi introduzida na Península Ibérica de leste a oeste, pelo que os estudiosos têm geralmente definido características regionais em conformidade. Em algumas zonas rurais do norte de Espanha, existe uma das maiores concentrações de monumentos românicos na Europa. Dois grandes grupos de igrejas românicas foram declarados Património Mundial: "O Caminho Francês de Santiago e os Caminhos do Norte de Espanha" e "As igrejas românicas catalãs do Vall de Boi".

O Primeiro Românico ou Românico Lombardo está especialmente presente na Catalunha, enquanto que o Românico completo se estendeu desde as fundações da Ordem de Cluny ao longo do eixo do Caminho de Santiago. O final do românico do século XIII, pode ser encontrado especialmente em edifícios rurais.

Cada igreja, desde pequenos eremitérios a mosteiros, tem a sua peculiaridade devido aos seus aspetos artísticos (motivos arquitectónicos ou decorativos). Há muitas atrações adicionais tais como as paisagens variadas, as vistas panorâmicas de muitas das igrejas ou a possibilidade de apreciar a gastronomia, as festividades típicas e o artesanato que abundam nas aldeias.

Quase todos os edifícios românicos são protegidos a nível nacional e regional e foram declarados Sítios de Interesse Cultural.

<https://whc.unesco.org/en/list/988>



Fotos: *SERVIMA SL*

2.5. CONCLUSÃO

Este Módulo apresentou o conceito e os princípios da proteção e conservação do património cultural tangível, centrando-se nas suas duas categorias mais conhecidas: património monumental e arqueológico. As duas categorias estão ligadas, e ambas estão enraizadas na proteção do monumento histórico. O monumento histórico tem sido o primeiro elemento protegido do que hoje consideramos património cultural tangível e os seus princípios de proteção e conservação deram a base das nossas estratégias de proteção, preservação e interpretação do património que podem ser utilizadas para o desenvolvimento rural sustentável e a interpretação do património rural. Os intérpretes do património rural têm um papel especialmente importante para mostrar



que o património rural não é apenas uma parte integrante da nossa identidade e memória coletiva, mas também um recurso para o crescimento económico, emprego e coesão social. Para concluir, a preservação e interpretação bem-sucedida do património cultural material (ou de quaisquer outras categorias) deve ter em conta os seus diferentes valores e dimensões intangíveis também. O sítio tem de ser considerado como um todo e a sua autenticidade tem de ser respeitada em todas as obras relacionadas. A interpretação e proteção do sítio **exige que se tenha em conta de onde e de quem veio o património, a quem o património pertence agora, e a quem se dirige.**

2.6. BIBLIOGRAFIA

Ashworth, G. J – Graham, B.– Tunebridge, J.E. (2007). *Pluralising Pasts. Heritage, Identity and Place in Multicultural Societies*. London: Pluto Press.

Bercé, F. (2004). 'Műemlékek és kortársi létük'. In: *A kulturális örökség*, edited by Erdősi, P. and Sonkoly, G., Budapest: L'Harmattan. 347–369.

Choay, F. 1992. *L'Allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil.

Fejérdy, T. (2012). 'The Genie of Cultural Heritage – In Whose Service?'. In: *The 1st Heritage Forum of Central Europe*, edited by Jacek Purchla, Krakow: International Cultural Centre. 41 – 55. URL: <https://polona.pl/item/the-1st-heritage-forum-of-central-europe,Mzk2MzkzODU/5/#info:metadata>

Graham, B. – Ashworth, G. J.– Tunebridge, J.E. (2000). *A geography of heritage. Power, Culture and Economy*. London: Hodder Arnold Publication.

Harlov-Csörtán, M. (2018). "Heritagizing the Countryside in Hungary", In: *Acta Univ.Sapientiae, European and Regional Studies*, 13, 19–35. file:///Users/admin/Downloads/10.2478_auseur-2018-0003.pdf

Husz M. (2014). Az örökségkonstrukciók geopolitikai kerete. *Földrajzi Közlemények*. Vol. 138. No.1. 64– 73.

Kelly, C. (2009). 'Heritage'. In: Kitchin, R.– Thrift, N. (eds.): *International Encyclopedia of Human Geography*. Oxford. Elsevier. 91–97.

Mezos, T. (2001). Műemlékvédelem. Budapest, Építésztechnika Kar Építész-történelmi és Műemléki Tanszék, <https://adoc.pub/50-valtozat-jegyzet-es-abraanyag-sszeallitotta-mezs-tamas-az.html>

Pasikowska-Schnass, M. (2018). Cultural heritage in EU policies. European Parliamentary Research Service. PE 621.876 – June 2018.

[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/621876/EPRS_BRI\(2018\)621876_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/621876/EPRS_BRI(2018)621876_EN.pdf)

Pomian, K. (2004). 'Nemzet és örökség'. In: ERDŐSI P. – SONKOLY G. (szerk.): *A kulturális örökség*. Budapest. L'Harmattan – Atelier. 85-95.

Pratt, J. (2003). Yugoslavia: Making War. In: PRATT, J.: *Class, nation and identity: the Anthropology of political movements*. London, Pluto Press. 131-160

Román, A. (2004). 487 bekezdés és 617 kép a műemlékvédelemről. Budapest, Terc.

Smith, L. (2012). Discourses of heritage : implications for archaeological community practice.

<https://doi.org/10.4000/nuevomundo.64148>

Sonkoly, G. (2019). 'From tangible to intangible heritage. Hollókő, the 'world -protected village''. In. *Ethnologies*, vol. 41, no. 2. 3–20.

https://edit.elte.hu/xmlui/bitstream/handle/10831/51333/Sonkoly_From%20tangible%20to.pdf



Tunbridge, J. E. (1994): Whose Heritage? Global problem, European nightmare In: Ashworth, G. J. – Larkham, P. J. (eds.): Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe, London, Routledge, 123–134.

Printed sources:

Cultural Heritage Management and Protection in V4 Countries (2021) Report. ed. Michał Wiśniewski, Marek Świdrak. International Cultural Centre, Kraków, Poland. URL:

https://mck.krakow.pl/images/upload/ICC_REPORT_CULTURAL_HERITAGE_MANAGEMENT_AND_PROTECTION_IN_V4_COUNTRIES_1.pdf

Charter of Cracow (2000)

<https://www.triestecontemporanea.it/pag5-e.htm>

Charter of Riga. ICCROM. (2000)

https://www.iccrom.org/sites/default/files/publications/2020-05/convn8_07_rigacharter_ing.pdf

European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage (1969)

<https://rm.coe.int/168007231>

European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage (1992)

<https://rm.coe.int/168007bd25>

Faro Convention (2005)

<https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list?module=treaty-detail&treatynum=199>

ICOMOS Charter for the Protection and Management of the Archeological Heritage (1990)

https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/arch_e.pdf

European Charter of the Architectural Heritage (1975)

<https://www.icomos.org/en/resources/charters-and-texts/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/170-european-charter-of-the-architectural-heritage>

Granda Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe (1985)

<https://rm.coe.int/168007a087>

European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage (1992)

<https://rm.coe.int/168007bd25>

UNESCO Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage (1974)

<http://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf>

Valetta Convention for the Protection of the Archaeological Heritage of Europe in (1992)

<https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list?module=treaty-detail&treatynum=143>

International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (Venice Charter 1964):

https://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf

Interview:

Paksy, E. (2021). Építsük-e vissza a „romokat”? – Identitás, műemlékek és a változó szemlélet. In: Újváros. 16 April 2021. <https://ujvarosonline.hu/tarsadalom/epitsuk-e-vissza-a-romokat-beszelgetes-szemleletekrol-es-muemlekekrol>



MÓDULO 3: PATRIMÓNIO RURAL TANGÍVEL (II): ARQUITETURA POPULAR OU VERNÁCULA NAS ZONAS RURAIS.

Índice:

- As medidas de salvaguarda da arquitetura vernacular ou popular
- A escala física da arquitetura rural na Europa
- A abordagem histórica da arquitetura rural na Europa
- Interpretar as características gerais da arquitetura vernacular na Europa.
- Exemplos de arquitetura popular/vernacular europeia em zonas rurais.
- Bibliografia

48

3.1. INTRODUÇÃO

O interesse pela arquitetura tradicional e vernacular e popular tem crescido consideravelmente nas últimas décadas. Embora exista uma diferença semântica entre **arquitetura "tradicional"**, **"popular"** e **"vernacular"**, utilizaremos os termos como sinónimos.



O interesse pela arquitetura tradicional e vernacular e popular tem crescido consideravelmente nas últimas décadas. Embora exista uma diferença semântica entre arquitetura "tradicional", "popular" e "vernacular", utilizaremos os termos como sinónimos.

Se utilizarmos o termo vernáculo neste contexto, basear-nos-emos nos escritos do filósofo e historiador Ivan Illich, que trabalhou e definiu este fenómeno nas décadas de 70 e 80 do século passado.

Segundo Illich, o termo vernáculo "vem de uma raiz indo-germânica que implica "enraizamento" e "habitação". Vernacular em latim era usado para tudo o que era pão caseiro, cozido em casa, feito em casa, ao contrário do que era obtido em troca formal."

Os termos "vernacular", "popular" e arquitetura "tradicional" são por vezes utilizados como sinónimos. No entanto, Allen Noble escreveu uma longa discussão sobre estes termos: onde a arquitetura vernacular ainda é do povo comum, mas pode ser construída por profissionais treinados, como por exemplo através de aprendizagem, mas ainda utilizando desenhos e materiais locais e tradicionais.

A arquitetura tradicional é a arquitetura que é **transmitida de pessoa para pessoa, de geração para geração, particularmente oralmente, mas em qualquer nível da sociedade, não apenas por**



peças comuns. Nobre desincentiva o uso do termo arquitetura primitiva como tendo uma conotação negativa.

O termo **arquitetura popular** é mais utilizado na **Europa Oriental** e é **sinónimo de arquitetura vernacular**.

A **Enciclopédia da Arquitetura Vernacular do Mundo** define o género vernacular como: "... Compreendendo as habitações e todos os outros edifícios do povo. Relacionados com os seus contextos ambientais e recursos disponíveis, são habitualmente construídos pelo proprietário ou pela comunidade, utilizando tecnologias tradicionais. Todas as formas de arquitetura vernacular são construídas para satisfazer necessidades específicas, acomodando os valores, economias e modos de vida das culturas que as produzem".

A arquitetura vernacular é a construção realizada fora de qualquer tradição académica e sem orientação profissional, ou seja, é baseada numa construção não profissionalizada e cujo conhecimento é herdado dos antepassados.

Em conclusão, este género de arquitetura é um conceito amplo e de base que abrange campos de estudo arquitetónico, incluindo a arquitetura aborígine, indígena, ancestral, rural e étnica e é contrastada com a arquitetura mais intelectual chamada arquitetura educada, formal, ou académica, tal como a arte popular é contrastada com a arte fina.

Esta categoria engloba uma **vasta gama e variedade de tipos de edifícios, com diferentes métodos de construção**, sendo responsáveis pela maioria dos **edifícios e assentamentos criados em sociedades pré-industriais**.

Há estimativas de que a arquitetura vernacular constitui 95% de toda a arquitetura no mundo, em comparação com a pequena percentagem de novos edifícios concebidos todos os anos por arquitetos e construídos por engenheiros.

O interesse pela chamada construção tradicional/vernacular, habitações e povoações começou já no século XIX e foi largamente desencadeado pelo desenvolvimento da antropologia como uma nova disciplina académica.

Quando usamos a arquitetura popular, tal como a arte popular, é a arquitetura das classes populares, feita pelos próprios utilizadores ou por artesãos, que constroem vários tipos de edifícios, como alojamentos em zonas rurais, bem como vários tipos de edifícios auxiliares para fins próprios ou secundários, relacionados com a vida e o trabalho, tais como construções para uso agrícola, por isso vamos usar indistintamente os termos bot "arquitetura vernacular" e "arquitetura popular".

Por artesanato rural, referimo-nos à produção artesanal tradicional que é feita, simplesmente para uso prático quotidiano, no meio rural ou no campo agrícola. Por vezes, o artesanato rural não é considerado parte das artes e ofícios, uma vez que é produzido para um meio prático e não para lazer. Como fazem parte de um conjunto geral e simples de conhecimentos facilmente aprendidos, não foram produzidos para venda por uma classe de artesãos.

O artesanato é uma expressão dos valores culturais, da originalidade, do carácter distintivo e da identidade étnica de cada lugar, região ou país. Podem ser classificados em artesanato tradicional baseado em tecnologias antigas e exemplos mais contemporâneos utilizando tecnologias antigas, ajustadas às preferências do cliente moderno.



De acordo com a UNESCO, o **artesanato tradicional** é talvez a **manifestação mais tangível do património cultural intangível**. No entanto, a Convenção de 2003 preocupa-se principalmente com as competências e conhecimentos envolvidos no artesanato e não com os próprios produtos artesanais. Para que possamos considerar o artesanato como património imaterial.

3.2. AS MEDIDAS DE SALVAGUARDA DA ARQUITETURA VERNACULAR OU POPULAR.

A principal característica da arquitetura vernacular em todo o mundo é o **respeito e a sensibilidade às condições locais do ambiente geográfico onde se encontra**, tais como o clima e a vegetação.

Devido à globalização, à pressão urbana e agora às alterações climáticas, o património vernacular, a arquitetura em madeira e terra estão sob **perigo real e ameaça de desaparecimento**, a uma velocidade muito rápida. São necessárias ações urgentes para proteger este património frágil e subvalorizado, e mais especialmente nas zonas rurais, onde os recursos e a sensibilidade são geralmente fracos.

50



Isto só será possível através do desenvolvimento de parcerias fortes e da colaboração entre instituições sensíveis com valores comuns, através de ações coordenadas e pensamento estratégico e crítico, a fim de valorizar e proteger o património vernacular em toda a Europa e no mundo.

É geralmente partilhado entre académicos e profissionais que a arquitetura vernacular é frágil em muitos aspectos. O passar do tempo, o abandono dos edifícios, as catástrofes naturais, a demolição por proprietários privados de casas ou edifícios não protegidos, devido à falta de consciência dos valores e da importância da arquitetura vernacular, são os perigos mais comuns. As competências tradicionais e o artesanato aplicado aos edifícios vernáculos seriam mais facilmente perdidos do que os aplicados aos monumentos, uma vez que o mercado de trabalho para carpinteiros ou para aqueles que trabalham com terra ou pedra, com competências e conhecimentos tradicionais em técnicas de construção, tem vindo a encolher. Por conseguinte, é difícil evitar influências modernas, não só no seu modo de vida, mas também nas suas casas tradicionais. Talvez seja necessária uma acção urgente para ajudar e assistir os profissionais que são bem versados nas técnicas de construção da arquitetura vernacular.

Na maioria das partes do mundo a **arquitetura em terra (ou argila)** é a base da arquitetura vernacular. A arquitetura de terra é uma das expressões mais originais e poderosas da nossa



capacidade de criar um ambiente construído com recursos prontamente disponíveis (Programa de Arquitetura de Terra do Património Mundial).

O Programa do Património Mundial de Arquitetura de Terra (WHEAP) visa a melhoria do estado de conservação e gestão de sítios de arquitetura de terra em todo o mundo. Projectos-piloto em sítios arquitetónicos inscritos na Lista do Património Mundial, ou incluídos nas Listas Indicativas dos Estados parte, ajudarão a identificar as melhores práticas e darão exemplos para o desenvolvimento e divulgação de métodos e técnicas adequadas de conservação, gestão e desenvolvimento de capacidades. A investigação científica contribuirá para o esforço de aperfeiçoamento do *know-how* neste domínio. Os resultados esperados incluem uma melhor compreensão dos problemas enfrentados pela arquitetura em terra, o desenvolvimento de políticas que favoreçam a sua conservação, a definição de diretrizes práticas e a organização de atividades de formação e sensibilização, particularmente nas comunidades locais através de workshops, exposições, conferências e publicações técnicas para aumentar o reconhecimento da arquitetura em terra, bem como a criação de uma rede global ativa para o intercâmbio de informação e experiência.

51

Na sua 31ª sessão (Nova Zelândia, 2007), o Comité do Património Mundial aprovou o início do Programa Integrado do Património Mundial sobre Arquitetura da Terra (2007-2017) (decisão 31 COM 21C, documento de trabalho 31 COM 21C).

O WHEAP envolve o apoio técnico das principais instituições internacionais de conservação: o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), o Conselho Internacional sobre Monumentos e Sítios (ICOMOS), e o instituto de conservação da terra CRATERRE-ENSAG, bem como das instituições regionais School of African Heritage (EPA, Benim), Centre for Heritage development in Africa (CHDA, Quénia), e Centre for Conservation and Restoration of Atlas and Subatlas



Architectural Heritage (CERKAS, Marrocos). Em 2009, a Universidade de Udine (Itália) tornou-se também um parceiro de programa. No decurso das atividades, o programa procura uma maior cooperação e parcerias com outras instituições especializadas, bem como com as autoridades governamentais nacionais e locais.

O "valor universal" do património arquitetónico vernacular na prestigiada Lista do Património Mundial da UNESCO é talvez ainda muito limitado, como demonstram os mais de 11.000 bens inscritos nesta lista até à data. Os **valores materiais e imateriais** do património vernacular e o seu **carácter exemplar**, no que diz respeito à **eco-responsabilidade** dos construtores, por exemplo, constituem um património valioso que não pode ser negligenciado, especialmente tendo em conta as provas agora indiscutíveis da sua relação com os recursos disponíveis na diversidade dos seus ambientes. Isto diz respeito aos recursos humanos: as culturas construtivas educadas pela memória colectiva de conhecimentos e competências, as artes e ofícios da construção e da arquitetura, mas diz igualmente respeito aos recursos físicos, materiais orgânicos e geológicos, madeira, palha, fibras vegetais, terra, pedra, etc.



A vulnerabilidade do património do habitat vernacular tem estado exposta à destruição maciça desde a Revolução Industrial até ao final do século XIX; além disso, o período de crescimento económico durante as "gloriosas décadas" (desde finais dos anos 40 até ao início dos anos 70) levou à destruição maciça desta arquitetura.

Esta vulnerabilidade é provocada por interesses comerciais, económicos e financeiros, deixando todo o espaço para a expansão da cidade contemporânea, ordenando a destruição de exemplos históricos como as casas rurais na Roménia, ou as casas de terra em Tierra de Campos em Espanha ou as "pallozas" em León, para mencionar exemplos próximos.

Face a estas situações, apesar das convenções internacionais da UNESCO (1954, 1970, 1972, 2003), que constituem instrumentos de salvaguarda, e das recomendações dos Comités Científicos Internacionais (ICOMOS), é ainda muito frequentemente difícil agir para proteger o património vernacular. Em muitos casos, as populações são forçadas a abandonar o seu património vernacular, a abandonar as suas habitações rurais devido à asfixia económica e social, de modo a estarem sujeitas a uma destruição lenta, à falta de manutenção e ao saque.

Isto é intensificado quando o património não é suficientemente reconhecido ou considerado erroneamente como património secundário, uma vez que a **arquitetura rural popular tem sido tradicionalmente considerada como de baixo estatuto ou sem relevância cultural**.

Como consequência, pode afirmar-se que muito poucas culturas de arquitetura vernácula que estão inscritas na Lista do Património Mundial ou, se não estiverem, podem reivindicar a sua inclusão. A perspetiva de uma destruição multiplicada deste património está, portanto, irremediavelmente programada, e constituiria uma perda imensurável e insubstituível de cultura e história para a humanidade.

Os tempos atuais estão sujeitos a muitas incertezas e ameaças amplamente discutidas em incontáveis fóruns. O pacto quebrado com a natureza, estabelecido de geração em geração de construtores populares, deve ser absoluta e urgentemente restaurado. Defender esta perspetiva seria proteger a herança do "sentido" da vida, dos seus valores intrínsecos essenciais, que em si mesmos habitam o património vernacular. É parar a loucura destrutiva da natureza, da tradição, da história, dos valores e dos conhecimentos históricos e ajudar a encontrar esta cultura indispensável e ética de eco-responsabilidade. A fim de manter esta essência, é absolutamente necessário transmiti-la às gerações futuras. Uma sociedade que conduza a humanidade ao seu necessário reenraizamento em territórios habitáveis. Devemos avançar para outras possibilidades em que os valores do património arquitetónico vernacular sejam tidos em conta, de sentir a obrigação de os proteger e classificar através do seu profundo conhecimento, da importância histórica que têm desempenhado nas culturas locais, da sua função social e económica baseada no respeito e sustentabilidade do território.

Embora a definição do conceito de Património Mundial tenha sido aceite e utilizada durante quase meio século, existem categorias de bens culturais que colocam conflitos para a sua valorização e proteção. Entre estas, as construções vernaculares são cada vez mais danificadas e impactadas, e simultaneamente excluídas das definições oficiais, levando a uma falta de consciência da importância da sua conservação.

A noção de Património Mundial em 1972 surgiu como medida para promover a colaboração internacional para proteger os marcos mais importantes da humanidade. Além disso, destinava-se a incentivar o desenvolvimento de ações de conservação que pudessem ser adaptadas a



estruturas culturalmente significativas a nível nacional, regional ou local. Desta forma, a seleção de sítios únicos com reconhecimento universal serviria de exemplo para o cuidado de todo o património.

Embora estes objetivos tenham sido alcançados em muitos contextos e uma preservação cada vez mais abrangente dos bens monumentais tenha sido alcançada, a definição de património baseada na identificação do "Valor Universal Excepcional" gerou resultados não intencionais.

Sem prejuízo de outros tipos de impactos, tais como os causados pelo abandono dos territórios pelos seus habitantes originais, há danos colaterais de natureza concetual cujo impacto não foi suficientemente abordado. As instituições nacionais e a sociedade em geral não questionam a prioridade da salvaguarda de sítios arqueológicos, catedrais, santuários, fortificações ou centros urbanos. A sua singularidade notável devido à sua idade, tamanho, estilo ou significado cultural realça a necessidade de atenção internacional, mas infelizmente esta forma de categorização discrimina milhões de estruturas rurais e urbanas cujo Valor Universal Excepcional não é evidente. Todas aquelas amostras anónimas de cultura, feitas à mão de materiais naturais, de dimensões 'modestas' e modificadas em diferentes épocas da história, dificilmente são vistas como monumentos", embora a sua equivalência tenha sido declarada na Carta de Veneza.

Segundo a **Carta de Veneza**, no artigo 1, "o conceito de monumento histórico abrange não só a obra arquitetónica única mas também o ambiente urbano ou rural em que se encontra a evidência de uma determinada civilização, de um desenvolvimento significativo ou de um acontecimento histórico. Isto aplica-se não só a grandes obras de arte, mas também a obras mais modestas do passado que adquiriram significado cultural com o passar do tempo", mas esta definição condiciona o valor do património à passagem de um período de tempo indefinido.

Embora a definição do conceito de Património Mundial tenha sido aceite e utilizada durante quase meio século, existem categorias de bens culturais que colocam conflitos para a sua valorização e proteção. Entre estas, as construções vernaculares são cada vez mais danificadas e impactadas, e simultaneamente excluídas das definições oficiais, levando a uma falta de consciência da importância da sua conservação.

A noção de Património Mundial em 1972 surgiu como medida para promover a colaboração internacional para proteger os marcos mais importantes da humanidade. Além disso, destinava-se a incentivar o desenvolvimento de ações de conservação que pudessem ser adaptadas a estruturas culturalmente significativas a nível nacional, regional ou local. Desta forma, a seleção de locais únicos com reconhecimento universal serviria de exemplo para o cuidado de todo o património.

Embora estes objetivos tenham sido alcançados em muitos contextos e uma preservação cada vez mais abrangente dos bens monumentais tenha sido alcançada, a definição de património baseada na identificação do "Valor Universal Excepcional" gerou resultados não intencionais.

Sem prejuízo de outros tipos de impactos, tais como os causados pelo abandono de territórios pelos seus habitantes originais, há danos colaterais de natureza concetual cujo impacto não foi suficientemente abordado. As instituições nacionais e a sociedade em geral não questionam a prioridade da salvaguarda de sítios arqueológicos, catedrais, santuários, fortificações ou centros urbanos. A sua singularidade notável devido à sua idade, tamanho, estilo ou significado cultural realça a necessidade de atenção internacional, mas infelizmente esta forma de categorização discrimina milhões de estruturas rurais e urbanas cujo Valor Universal Excepcional não é evidente.



Todas aquelas amostras anónimas de cultura, feitas à mão de materiais naturais, de dimensões 'modestas' e modificadas em diferentes épocas da história, dificilmente são vistas como monumentos", embora a sua equivalência tenha sido declarada na Carta de Veneza.

3.3. A ESCALA FÍSICA DA ARQUITETURA RURAL NA EUROPA.

Se considerarmos a arquitetura como o elemento mais duradouro do comportamento humano, podemos facilmente assumir que o património vernacular, a arquitetura popular rural, é uma consequência objetiva das características essenciais de comunidades locais específicas. Não podemos continuar a dar especial relevância aos elementos da arquitetura urbana e continuar a negá-los aos elementos da arquitetura rural.

Para além de ser uma expressão cultural, o património vernacular tem a vantagem de constituir um testemunho pragmático das principais atividades subsistentes e da sua relação geográfica; a **arquitetura rural europeia** é um **reforço da identidade local**, em que os comportamentos de adaptação ao ambiente, a **gestão sustentável dos recursos locais**, a **adaptação ao clima** e os **conhecimentos tecnológicos transmitidos de geração em geração** se conjugam.

Sendo reconhecida como um bem patrimonial, a sua morfologia torna-se a manifestação material fundamental dos valores da comunidade, representando as suas principais tradições e afirmando a sua memória coletiva.

A dimensão física da arquitetura vernacular é diretamente influenciada pelo ambiente físico em que se estabelece, ou seja, pela perceção paisagística do lugar, mas também tem a sua correlação e influência nos instrumentos dos artesãos para as atividades comunitárias, bem como no artesanato que é desenvolvido.

Quando procedemos a uma interpretação do património arquitetónico, não nos podemos desligar da análise do nível da paisagem, do ambiente, da forma como foi realizada a ocupação territorial, ou seja, devemos estar conscientes da apropriação humana e da gestão dos elementos naturais do ambiente.

Isto deve ser assim porque é um reflexo direto da localização das principais estruturas e infra-estruturas, da distribuição dos povoados de acordo com a exploração dos recursos naturais, mas também das suas relações diretas com outras comunidades.

A análise a este nível permite compreender as principais atividades de subsistência dos grupos sociais que vivem em conjunto numa dada região. Inclui as estratégias selecionadas para tirar partido das condições particulares da geografia física e para alcançar os melhores resultados possíveis.

Considera também as vias de comunicação, o acesso direto aos recursos locais e a estrutura de abrigo apropriada, tendo em conta o clima, a exposição solar e as características geológicas da região, as variações do relevo e as linhas de água.

As atividades relacionadas com florestas, pastagens e agricultura, especialmente a agricultura extensiva, podem ser identificadas como o principal fator de distribuição da terra, que por sua vez molda a paisagem em maior escala.



No que diz respeito à tecnologia de construção, a arquitetura rural europeia responde sempre à primeira premissa, utilizando os recursos materiais disponíveis no território e os conhecimentos empíricos.

O material de construção é normalmente limitado às alternativas tradicionais convencionais, ou seja, se um território tem tradicionalmente utilizado lama como elemento de construção, acaba sempre por utilizar lama com a menor transformação possível, devido ao escasso desenvolvimento de ferramentas e restrições energéticas.

A ausência de recursos tecnológicos é normalmente compensada por soluções de construção extremamente pragmáticas e inventivas, facilitando o desenvolvimento de estilos e técnicas muito particulares. Um exemplo destes pode ser visto nos terraços *cantiléveres* das "casas suspensas" do centro histórico de Cuenca, um Património Mundial em Espanha, que são um bom exemplo detalhado de tais soluções, demonstrando uma interessante articulação da estrutura do chão de madeira e da alvenaria de pedra.

Como seria de esperar, os sistemas de construção observados mostram uma predominância da pedra na parte sul da Europa, com uma maior presença de argamassa nas regiões de influência histórica romana. Alguns dos climas mais secos também aplicam sistemas de aterramento, por exemplo no sul da província de León, em Espanha, e alguns dos locais mais povoados também determinam a utilização de métodos de construção em tijolo refratário. A utilização de madeira é transversal em todos os casos, particularmente na estrutura de suporte do piso superior e do telhado. Contudo, a sua preponderância noutros elementos arquitetónicos aumenta consideravelmente à medida que se avança para o norte da Europa.

3.4. A ABORDAGEM HISTÓRICA DA ARQUITETURA RURAL NA EUROPA

Ao interpretar a arquitetura do ambiente rural, devemos ter em conta a localização dos assentamentos rurais como um todo. A **localização dos povoamentos rurais** surge de diferentes fatores: **defensivos**, em busca de terrenos mais altos; **topográficos**, como curvas no terreno; **comerciais**, com a existência de comunicações entre estradas, rios ou canais; ou **pragmáticos**, como o acesso individual de cada parcela às respetivas propriedades ou culturas. Algumas são vitais, como o abastecimento de água, a existência de zonas de caça ou áreas férteis; climáticas, procurando uma ventilação ótima, luz solar ou sombra, enquanto que os fatores sociais visam distinguir entre espaços públicos e privados e a sua utilização. Estes locais nunca são fortuitos, mas foram o resultado de séculos de tentativas e erros, que estabeleceram a melhor localização e conceção para os fatores condicionantes circundantes. Por esta razão, o **conhecimento da história dos núcleos rurais, levando a cabo uma prospeção das suas origens históricas, ajuda-nos a compreender porque é que o núcleo rural se encontra ali** e não noutro lugar.

A partir deste ponto, podemos obter uma compreensão ainda melhor das características da arquitetura rural daquele centro populacional específico.

Tomando o exemplo das **aldeias rurais de montanha**, estas estão geralmente localizadas na encosta sul (na Europa, devido à sua localização no hemisfério norte), em primeiro lugar, para aproveitar a luz e o calor do sol, e em segundo lugar, para não ocupar terras agrícolas no vale, garantindo o máximo de sol possível e evitando possíveis inundações. Graças a esta localização,



podem encontrar os cantos mais abrigados dos ventos predominantes, e assim a salvo de avalanches ou deslizamentos de terras ou neve.

Há uma sabedoria na localização das povoações, que não é imprevista, mas muitas vezes esquecida, até que as catástrofes naturais actuem como um lembrete da razão pela qual foram inicialmente construídas nestes locais e não noutros.

A arquitetura é também o resultado da combinação de **materiais disponíveis, condições climáticas e idiosincrasias e cultura locais**. Portanto, numa única fachada ou especialmente num interior, é fácil encontrar estruturas, paredes, elementos pertencentes a épocas passadas, a fases passadas do edifício. Portanto, não faz sentido proteger apenas as fachadas, como se os edifícios estivessem vazios de conteúdo, uma vez que os edifícios são suscetíveis de incorporar elementos mais antigos e possivelmente até mais valiosos do que as próprias fachadas.

56

Ao longo dos séculos, os edifícios sofreram uma transformação gradual como resultado de desenvolvimentos tecnológicos que melhoraram a qualidade de vida dos seus habitantes, que chegaram a cada lugar num momento específico ligado a circunstâncias específicas. Nem todas estas evoluções ocorreram ou ocorrerão no futuro, uma vez que todas elas dependem das condições locais, embora muitas reflitam uma tendência comum. Num grande número de casos, as fachadas originais foram substancialmente alteradas, ocultando-as com materiais modernos e mais resistentes às intempéries, oferecendo melhor isolamento contra as condições meteorológicas, manutenção mais rápida e barata ou simplesmente por razões estéticas e tendências da moda. Um exemplo disto é a tendência generalizada em Espanha rural para cobrir as fachadas de casas rurais feitas de barro com cimento, que tem um acabamento mais delicado e pode ser pintado em diferentes cores. Esta tendência, que começou nos anos 80, significou a perda da originalidade e da riqueza cultural e estética deste tipo de construção. Felizmente, a tendência abrandou e as regulamentações urbanísticas parecem estar a ajudar a inverter este flagelo das últimas décadas.

O mesmo está a acontecer na **evolução dos telhados e pavimentos**. Aqui podemos observar a progressiva escassez de madeira em alguns locais e a procura de soluções menos dependentes da mesma, incorporando pavimentos específicos e isolamento progressivo a partir dos pisos inferiores. De pavimentos e telhados exclusivamente de madeira a pavimentos e telhados combinados com outros materiais, treliça de madeira e argila ou telhas de terracota. A variedade é tão grande que deve ser analisada caso a caso.

Na distribuição de casas rurais, vimos construções que antes eram estábulos com cheiro a feno e estrume transformados em garagens para veículos com cheiro a combustível; sótãos que antigamente eram utilizados para preservar os alimentos mais valiosos e para uso doméstico diário eram transformados em parte das habitações, oficinas e espaços de trabalho no rés-do-chão eram convertidos em instalações comerciais. As habitações mais pequenas foram agrupadas com as mais pequenas, e as grandes mansões foram divididas para abrigar diferentes famílias.

Os corrimões de madeira locais foram substituídos por grades de ferro ou madeiras finas de outras regiões do mundo. As pequenas janelas, que tinham funções de isolamento externo (frio, calor, chuva) e funções de ventilação, foram transformadas em grandes janelas com funções estéticas modernas em vez de funcionais. Há **numerosos exemplos da evolução histórica da fisionomia da arquitetura rural**; apenas nos casos em que houve uma grande sensibilidade para respeitar a tradição de construção se mantiveram os padrões tradicionais de construção rural, como no Reino Unido.



A arquitetura rural tradicional tem sido caracterizada por uma austeridade generalizada na utilização dos recursos e na utilização das estruturas existentes, sem gerar escombros através da demolição, uma vez que esta foi reutilizada noutras partes da casa e mesmo para outras habitações. Esta sustentabilidade, cada vez mais evidente, juntamente com a preservação da identidade cultural refletida, deveria ser razão suficiente para intervir através da conservação e reabilitação, para a qual uma interpretação correta do valor histórico, cultural e humano da arquitetura rural é o grande desafio para o intérprete europeu do património rural.

Os **materiais de construção** presentes na arquitectura rural são o resultado de séculos de tradição local e de evolução histórica. A disponibilidade de diferentes materiais, geralmente do ambiente, gera combinações lógicas destes para formar a arquitetura local. Tendo em conta as limitações existentes, estas são as melhores soluções para as condições climáticas, necessidades de isolamento e ventilação, por exemplo.



Diferentes tipos de materiais de construção presentes na arquitetura rural, dependendo da sua disponibilidade no ambiente, no clima, etc.



Ao interpretar o património rural, devemos considerar que a incorporação de materiais fabricados industrialmente, especialmente os pré-fabricados, explode num ambiente artesanal bem preservado, homogeneizando soluções de construção e apagando a riqueza e diversidade cultural da arquitetura vernácula.



O intérprete deve atribuir um valor especial aos exemplos arquitetónicos que salvaguardam e respeitam a tradição local como sinal de identidade cultural.

As consequências disto são não só estéticas, mas também económicas, uma vez que os edifícios que foram feitos ou restaurados por artesãos locais utilizando materiais locais e seguindo as tendências tradicionais alimentam diretamente a economia

local, favorecendo uma economia e desenvolvimento locais sustentáveis.

Todos estes fatores devem ser tidos em conta pelo intérprete europeu da arquitetura popular europeia, a fim de compreender e poder explicar a evolução histórica do património rural europeu.

O principal problema que as nossas zonas rurais e a sua arquitetura enfrentam é a atual globalização, em que materiais de outros territórios estão disponíveis a baixo custo, formas e elementos de outros territórios são acedidos como resultado de modas e tendências, com o resultado de estarmos a assistir a um forte risco de perda total deste património transmitido, o que também representa os nossos sinais de identidade.

3.5. INTERPRETAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ARQUITETURA VERNACULAR NA EUROPA.

Geralmente, a arquitetura vernacular é uma "montra" do que pode ser feito, em termos de abrigo, com os recursos naturais disponíveis na região: pedra, barro, madeira, gelo e muito mais.

Tiram materiais diretamente do ambiente, apenas menos nocivos para a natureza. E as soluções arquitetónicas utilizadas na arquitetura vernacular, combinadas com materiais orgânicos, acabam por permitir um melhor isolamento térmico e acústico dos edifícios.

Embora tenha boas qualidades, a arquitetura vernacular é por vezes considerada repetitiva e obsoleta por pessoas sem conhecimentos técnicos adequados. Esta crítica à arquitetura vernacular é totalmente errada. Os bons profissionais já sabem que a inovação reside em saber utilizar elementos simples e naturais para conforto e interação social.



Uma característica habitual da arquitetura vernacular é a simplicidade nas técnicas de construção. É normalmente produzida por pessoas menos avançadas tecnologicamente e a arquitetura vernacular é a linguagem arquitetónica do povo, com os seus 'dialectos' étnicos, regionais e locais.

Características gerais da arquitetura vernacular na Europa:

1) Em regiões quentes e secas:

- Proximidade entre edifícios;
- Telhados planos;
- Estruturas diretamente sobre o solo;
- Utilização de materiais pesados;
- Paredes espessas;
- Fachadas em cores claras e com pequenas aberturas;
- Pátios internos com fontes ou elementos de água.

2) Em regiões de clima frio:

- Proximidade entre edifícios;
- Telhados de inclinação média;
- Estruturas elevadas do chão;
- Utilização de materiais de baixa emissividade térmica;
- Paredes espessas;
- Fachadas com aberturas largas, apenas nos lados mais iluminados.

3) Em regiões chuvosas e húmidas:

- Edifícios separados uns dos outros;
- Telhados de betão armado;
- Beirados e varandas;
- Estruturas elevadas do chão;
- Utilização de materiais leves;
- Paredes finas;
- Fachadas com aberturas que permitem a ventilação cruzada.

Uma lista geral de possíveis tipologias de construções de edifícios nas zonas rurais europeias:

- Habitações: Espaços habitados por pessoas
 - o Casas compactas: Em algumas regiões os seres humanos partilharam espaços de vida com o gado (como o exemplo de Pallozas).
- Armazéns e celeiros: há uma enorme variedade na Europa, com uma grande diferença entre regiões e áreas.
- Espigueiros e eiras.
- Jardins e áreas de cultivo e seus sistemas de recintos.
- Espaços públicos ou edifícios públicos:
 - o Fornos comunitário
 - o Moínhos de vento
 - o Fontes
 - o Bebedouros tradicionais
- Capelas e igrejas de diferentes períodos e estilos
- Assentamentos subterrâneos
- Estruturas de água e irrigação



- Entre espaços e lugares limítrofes.



Alguns exemplos de tipos de construções de edifícios em zonas rurais na Europa: paredes de cercados de prados, secador de feno, casas, fonte e rega, moinho de vento, pombal, casa.



As partes da arquitetura vernacular a estudar no processo de interpretação:

- A colocação e localização geral
- O ambiente climático e orográfico
- Um pouco de história
- Os materiais: terra, madeira e madeira, pedra e as suas combinações.
- As paredes: técnicas de construção
- Os telhados: variedade de materiais e técnicas de construção
- Os pavimentos: materiais e tipologias de decoração.
- Outros: sistemas de isolamento, ventilação e técnicas de arrefecimento.

Em conclusão, desenvolver um módulo didático que cubra toda, ou a maior parte, da vasta tipologia da arquitetura vernacular ou popular europeia é uma tarefa impossível. Apenas uma única macroregião europeia (a Bacia Mediterrânica, Sudoeste Europeu, Europa Central, Espaço Báltico, Espaço Atlântico, etc.) contém uma tão grande variedade de exemplos suscetíveis de serem citados e analisados que é impossível chegar a uma análise tão detalhada.

Neste módulo didático, o objetivo é que o futuro Intérprete do Património Cultural Europeu nas zonas rurais adquira as competências necessárias para poder identificar os elementos da arquitetura rural existentes num território específico que sejam suficientemente relevantes para adquirir uma categoria de conservação e para ser um elemento de atração e valorização turística. Esperamos que seja capaz de adquirir a consciência necessária para se sentir identificado com a riqueza do património rural europeu.



Foto: SERVIMA SL



3.6. EXEMPLOS DE ARQUITETURA POPULAR/VERNACULAR EUROPEIA NAS ZONAS RURAIS.

3.6.1. SÍTIO MUNDIAL DE PATRIMÓNIO DA UNESCO (QUE TAMBÉM SÃO PROTEGIDOS A NÍVEL NACIONAL ou LOCAL)

3.6.1.1. *O conjunto de moinhos de vento do campo de Cartagena e Consuegra. Campo de Cartagena (Región de Murcia) & Consuegra (Castilla-La Mancha), país: Espanha*

Inicialmente construídos para moer grãos, os moinhos foram modelados nos moinhos holandeses dos séculos XVI e XVII, com uma torre cilíndrica e um tabuleiro cónico onde estão alojados o eixo e as suas quatro lâminas retangulares. O interior está dividido em três andares ligados por uma escadaria ao longo da parede. No piso inferior encontra-se o silo, onde o grão moído era armazenado. No segundo andar, há uma peneira para separar a farinha do farelo. No terceiro andar, o maior, encontra-se a maquinaria, sendo o elemento mais marcante a roda "Catalina". Na parte superior da parede, foram abertas oito janelas para ajudar o moleiro a determinar a direcção do vento e, assim, a orientação das lâminas.

Os moinhos da torre foram passados de geração em geração até serem reformados nos anos 80. Doze dos 13 moinhos originais foram restaurados e abertos como uma atração turística. Em 2006, os moinhos de vento e o adjacente Castelo de La Muela, do século XII, foram declarados um local histórico cultural.



Foto: Jesús Núñez

3.6.1.2. *Old Village de Hollókő e os seus arredores, local: Hollókő e arredores, país: Hungria*

A antiga aldeia de Hollókő, localizada no norte da Hungria, foi inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO desde 1987, tornando-se assim a primeira aldeia do Património Mundial e um



dos dois primeiros sítios húngaros do Património Mundial. Hollókő, uma povoação de Palócz representa uma arquitetura e tradições populares deliberadamente preservadas. Mas não é apenas um exemplo vivo para Palócz e a vida rural da Europa Central que foi geralmente abolida pela revolução agrícola no século passado (critério v), mas é também um exemplo pioneiro de integração de diferentes níveis de protecção do património. Hollókő significou uma nova categoria na protecção de monumentos, uma vez que incorporou elementos do património imaterial (conhecimento e artesanato tradicional local) desde o início da sua conservação, apesar do facto de primeiro se ter tornado protegido como um conjunto de edifícios vernáculos (incluindo elementos do seu ambiente de bois e ambiente natural).

A protecção da aldeia teve lugar a diferentes níveis: a nível nacional começou nos anos 60, (durante a época em que a arquitetura vernacular passou a fazer parte do inventário nacional na Hungria), a nível universal nos anos 80, o que é claramente considerado como resultado da longa cooperação entre os habitantes e os profissionais da protecção do património (como Ferenc Mendele e András Román, ICOMOS). Nos últimos anos, o nível regional de protecção e interpretação do património tornou-se cada vez mais importante (por exemplo, a criação do "Palóc út", como rota temática cultural na região fronteiriça húngaro-eslovaca, e os eventos do Museu Palóc em Ballassagyarmat). Contudo, Hollókő é também um exemplo ilustrativo dos perigos da patrimonização e dos desafios resultantes da mercantilização e do turismo em massa que alteraram seriamente o carácter sócio-cultural de uma aldeia, que é agora considerada como um "museu vivo", em vez de uma "aldeia viva".

Mais informações podem ser encontradas em exemplos de interpretação do património (no Módulo 6) e na análise crítica do sítio em Sonkoly 2019.

Fontes: <https://whc.unesco.org/en/list/401/>

G. Sonkoly, "From tangible to intangible heritage. Hollókő, the 'world -protected village'", *Ethnologies*, vol. 41, no. 2. 2019, pp. 3–20.

https://edit.elte.hu/xmlui/bitstream/handle/10831/51333/Sonkoly_From%20tangible%20to.pdf



Foto: Hungarorum, CC BY-SA 4.0 <<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>>, via Wikimedia Commons



3.6.2. NÍVEL NACIONAL E LOCAL DE PROTEÇÃO

3.6.2.1. Hórreos de Astúrias, Galiza e algumas aldeias da província de León, país: Espanha

São construções auxiliares características para o armazenamento e secagem de produtos agrícolas, construídas em madeira ou pedra, levantadas do chão, suportadas por quatro colunas

Um hórreo é um celeiro típico do noroeste da Península Ibérica (Astúrias, Galiza, Leão e também Norte de Portugal). É uma pequena construção, construída em madeira ou pedra, levantada do solo (para manter os roedores afastados) por pilares, a fim de impedir o acesso por roedores. A ventilação é permitida pelas fendas nas suas paredes.

Dependendo da região ou província, os *hórreos* são construídos de forma esteticamente diferente, por vezes utilizando pedra e madeira, outras vezes apenas pedra (mais comum na Galiza e Norte de Portugal).

64



Foto: SERVIMA SL

3.6.2.2. Nome: Schumacher House, local: Nagyvázsony, país: Hungria

O renascimento da Casa Schumacher é exemplar, pois foi a primeira vez na Hungria, quando o método de conservação utilizado para monumentos históricos ("rand art") foi aplicado para um sítio rural. Como resultado, a Casa Schumacher pôde ser conservada na sua localização original (ao contrário do que acontecia no caso dos skanzens) e aberta ao público, uma vez que se tornou um museu de arte popular (coleção etnográfica), exibindo não só arquitetura folclórica, mas também artesanato local e regional típico dos planaltos do Balaton.



3.6. BIBLIOGRAFIA

Roderick J. Lawrence (1983) The Interpretation of Vernacular Architecture, Vernacular Architecture, 14:1, 19-28, DOI: 10.1179/vea.1983.14.1.19

Brown, R., & Maudlin, D. Concepts of Vernacular Architecture. The SAGE Handbook of Architectural Theory, 340–368. <https://doi.org/10.4135/9781446201756.N21>

Slavova, Gergana. (2013). Craftsmanship, opportunity and perspective for development of non-agricultural activities in rural areas in Bulgaria. 11. 207-214.

ICOMOS 2004, The World Heritage List: Filling the Gaps - an Action Plan for the Future. An Analysis by ICOMOS, <https://whc.unesco.org/document/102409>

ICOMOS 1964, Venice Charter, <https://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf>.

Dipasquale, Letizia & Correia, Mariana & Mecca, Saverio & Mileto, Camilla & Morot-Sir, Patrice & Vegas, Fernando & Akermann, Kristina & Andersson, Jenny & Bavay, Gérard & Bei, Georgia & Benža, Mojmír & Berescu, Catalin & Bertašiu̇té, Rasa & Blu̇ms, Peteris & Braxén-Frommer, Ann-Marie & Bronchart, Sophie & Buch, Pierre & Buzás, Miklós & Castro, Alexis & Guérin, René. (2011). TERRA EUROPAE Earthen Architecture in the European Union.

Szabóová, Tímea. (2019). Rural buildings in European regions RUBER 2019: Architectural - construction - technology - safety / Vidiecke stavby v európskych regiónoch RUBER 2019: Architektúra, konštrukcie, architektúra - konštrukcie - technológie - bezpečnosť. 10.15414/2019.9788055220680.

The World Heritage Programme on Earthen Architecture web site <https://whc.unesco.org/en/earthen-architecture>

The UNESCO website <https://whc.unesco.org>.



MÓDULO 4. PATRIMÓNIO RURAL TANGÍVEL (III): PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Índice

- Introdução.
- Património Industrial - conceito.
- Atuais desafios na proteção e interpretação do Património Industrial.
- Património contestado.
- Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial.
- Princípios de Dublin.
- Os valores do Património Industrial.
- Paisagem Industrial.
- Exemplos de Património Industrial nos países parceiros.
- Para informação adicional / Bibliografia.

66

4.1. INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que o património industrial é um tesouro cultural, pois em cada elemento que o integra, há uma história. Cada elemento contém um valor histórico/cultural/social/pessoal rico e, juntamente com os demais elementos, conta a história de um povo. Cada máquina, cada ferramenta, cada veículo, cada pequeno elemento faz parte da memória coletiva de cada local. (Cardoso, V. 2012)

De acordo com a **Rota Europeia do Património Industrial (ERIH)**, a popularidade do património industrial aumentou à medida que a posição relativa da Europa no padrão global de mineração e manufatura diminuiu. A indústria tem origens antigas, mas cresceu para dominar as economias da maioria dos países europeus a partir do século XVIII. Hoje em dia assistimos com tristeza ao lento desaparecimento desta importante parte do nosso património cultural tangível e imaterial com, por exemplo, o encerramento das últimas minas de carvão na Europa Ocidental e respetiva maquinaria que se tornou supérflua. Todos nós temos um papel importante na descoberta, proteção e preservação do nosso património industrial. Como vimos nos módulos anteriores, o património industrial está muitas vezes ligado às outras categorias de património apresentadas anteriormente, tanto ao património material como ao imaterial (por exemplo, monumentos históricos, património construído vernacular/popular e também ao património imaterial através do conhecimento tradicional e do artesanato).

Desde o início, a industrialização cruzou fronteiras - nunca foi um fenómeno puramente nacional. Desde meados do século XVIII, novas tecnologias e métodos de produção se espalharam rapidamente por toda a Europa. Os fabricantes construíram as suas fábricas em diferentes países e geraram lucros maciços, e milhares de trabalhadores migraram para as áreas industriais emergentes.

Cada cidade, cada monumento industrial e cada propriedade operária foi e ainda é, parte desse processo que começou na Europa e posteriormente se espalhou por todo mundo. Mas a maioria dos visitantes ainda ignora isso. A rede estreitamente conectada de regiões industriais europeias



que continuam a inspirar e fortalecer umas às outras é algo que raramente é apresentado hoje na maioria dos monumentos e atrações industriais.

Por outro lado, novos destinos para passeios familiares e visitas educativas surgiram ao longo do último meio século, por exemplo, ferrovias a vapor renovadas, barcos de recreio, moinhos de água e vento que ainda funcionam, etc. que apesar de parecerem um interesse minoritário, são algo que muitas pessoas desejam experimentar.

Edifícios industriais foram conservados e museus da indústria foram estabelecidos por vários organismos, desde órgãos governamentais nacionais a ONGs, que determinaram que as histórias de suas comunidades não deveriam ser perdidas.

Também o património industrial tem desempenhado um papel muito importante na renovação e desenvolvimento da museologia em muitos países e particularmente em Portugal, nas últimas décadas. Com efeito, tanto ao nível dos conteúdos (património que pode ser “musealizado”) como das infraestruturas (estruturas reaproveitadas como museus), o património industrial está presente em inúmeros casos, alguns dos quais com notáveis sucessos e que serão descritos mais adiante (Mendes, 2012).

67

4.2. PATRIMÓNIO INDUSTRIAL - CONCEITO

A preocupação com o passado industrial, seus edifícios, suas máquinas, seus produtos, as memórias dos trabalhadores e empresários, não é um fenómeno inteiramente recente. O termo “arqueologia industrial” significa o estudo sistemático de evidências materiais associadas ao passado industrial ou, em outras palavras, o estudo dos restos físicos de sistemas passados de mineração, manufatura e transporte. O campo da arqueologia industrial incorpora uma gama de disciplinas, incluindo arqueologia, arquitetura, construção, engenharia, preservação histórica, museologia, planeamento urbano e outras especialidades, a fim de reunir a história das atividades industriais passadas. Este conceito apareceu no reino Unido desde os meados da década de 1950 e foi mais tarde adotado noutros países.

Foi então no período pós-Segunda Guerra Mundial, que muitos vestígios de industrialização desapareceram e que continuou a ocorrer no período de reconstrução acelerada que se seguiu. Houve também a chamada “destruição criativa” (Joseph Scumpeter), resultante da dinâmica inerente à 2ª revolução industrial, então em curso (Mendes, 2012).

Uma maior preocupação com o rápido desaparecimento do património industrial foi posteriormente expressa também no Reino Unido na década de 60, com a criação de cinco museus ao ar livre dedicados ao passado industrial (antigas ferrovias com locomotivas a vapor, preservação de moinhos e vários artefatos. A partir dos anos 70, esta preocupação com o passado industrial ecoou por toda a Europa (ERIH).

A Europa exibiu muitos museus de tecnologia em muitas capitais (Paris, Londres, Viena, Estocolmo...). O museu ao ar livre surgiu no final do século XIX na Escandinávia e posteriormente noutros países, principalmente a partir de 1945. Mais tarde houve a preocupação de preservar edifícios e artefatos característicos da vida rural em determinadas regiões.

O património industrial, um “território novo”, como já foi denominado, chamando a atenção para os valores que lhe estão associados e as suas potencialidades, nomeadamente ao nível da



reutilização para novas funções – dando-lhe assim uma “segunda vida”, incluindo as de um tipo de museu (MENDES, 2012).

DESAFIOS DA PROTEÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL NOS NOSSOS DIAS

Os encontros com o património industrial lembram-nos o nosso lugar na história. Podemos admirar gerações passadas de edifícios industriais ou manufaturas ou antigos modelos de locomotivas. As pessoas que visitam alguns locais do património industrial podem ver como alguns saberes são fomentados e transmitidos às gerações futuras.

Por toda a Europa, os edifícios foram preservados pela sua importância para a comunidade, às vezes tornando-se residências para coleções de museus, locais para reuniões, concertos e exposições.

Por exemplo, certas estruturas industriais, pela sua escala e dimensão, são adequadas para a exposição de grandes obras, como se viu, por exemplo, no Tate Modern, em Londres, instalado numa antiga central termoelétrica, cuja sala de turbinas permitiu a exposição deste tipo de objectos. Neste caso, as instalações inserem-se no contexto de uma nova relação que se estabelece entre património, cultura e economia, para além de estarem localizadas junto ao rio Tamisa, que também se insere no movimento de valorização das “frentes de água”, em voga nas últimas décadas.



Independentemente da solução adotada, os novos museus ou outras instituições (fruto da utilização de antigas estruturas ligadas à atividade económica) são testemunhos importantes do papel desempenhado por determinadas atividades nas respetivas áreas ou localidades onde se encontram. Além de poder contribuir para fomentar o desenvolvimento económico, social e cultural dessas regiões, com destaque para a contribuição que podem e devem dar ao turismo cultural, são também fatores de identidade das próprias comunidades que, desta forma, se sentem reconhecidas e lembradas e ao mesmo tempo fazem com que a memória e o legado transmitidos pelos seus ancestrais não sejam esquecidos.



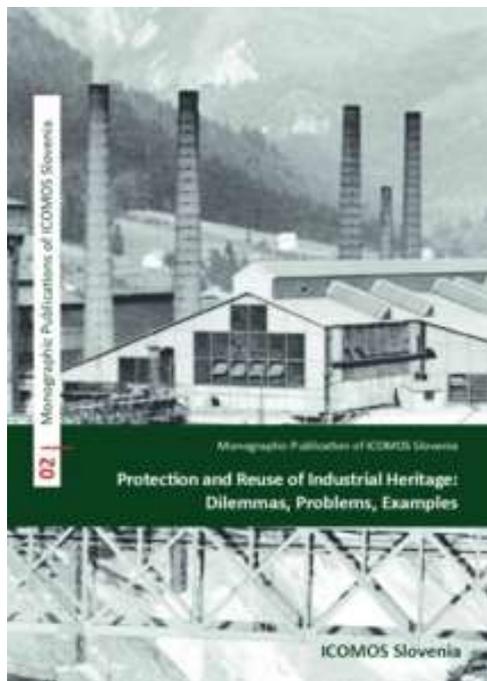
Em Portugal, existem alguns exemplos como a indústria têxtil (Vale do Ave e Covilhã), a indústria de chapéus (S. João da Madeira) e a indústria vidreira na Marinha Grande, a indústria conserveira em Espinho e Setúbal e a indústria da cortiça no Algarve. (Mendes, 2012).

Podemos apreciar alguns dos benefícios frutos da industrialização (por exemplo, a existência de combustíveis mais baratos para o aquecimento doméstico que por sua vez traz benefícios para a saúde) e lembrar a importância dos grupos de migrantes nos países que lhes deram refúgio.

4.3. PATRIMÓNIO CONTESTADO

Muitas vezes, o património industrial é considerado e apresentado como património contestado (ver Módulo 2). A preservação e interpretação do património industrial é um dos aspetos mais complexos da proteção do património material. Pode trazer confrontos com aspetos do nosso passado, pois muitas vezes está relacionado à nossa herança sombria (por exemplo, o tráfico de escravos ou os movimentos forçados de grupos étnicos após a Segunda Guerra Mundial).

Na Hungria, à semelhança de outros países da Europa Centro-Oriental (que faziam parte do Bloco Soviético), a importância e representação do património industrial não foi devidamente tratada e a sua proteção só surgiu no final dos anos 1980 inícios de 1990 por razões históricas e estéticas. Durante muito tempo foi considerado como património contestado e ainda existem muitos locais desprotegidos em estado de deterioração, apesar dos esforços contínuos e atividades de preservação de profissionais, civis e organizações internacionais (como o Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial (TICCIH) desde 1978 ou as Rotas Europeias do Património Industrial (ERIH) desde 2004). O desaparecimento da produção e das atividades industriais, o encerramento de fábricas e o desaparecimento deste rico património alertaram as pessoas para a proteção e conservação desses pontos turísticos e objetos únicos.



Os edifícios industriais, as máquinas que lá trabalharam, os produtos que lá foram fabricados, as memórias dos que ali trabalharam, são essenciais para a compreensão de muitos aspetos do nosso passado.

A industrialização da Europa mudou a face da Terra. As máquinas substituíram ao longo dos séculos os produtos feitos à mão e, mais recentemente, os robôs substituíram homens e mulheres em muitas tarefas. Muitas atividades de fabrico foram movidas para o leste e para o oriente. A Europa está novamente a passar por mudanças radicais à medida que indústrias antigas e não tão antigas chegam ao fim. Novas formas de atividades económicas e tecnológicas estão a surgir.

Foto: <https://openarchive.icomos.org/id/eprint/2130/>



O que resta é um rico património industrial e cultural, uma rede de locais por toda a Europa que conservam e interpretam o passado industrial do continente.

4.4. O COMITÉ INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

O **Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial (TICCIH)** é uma organização internacional fundada em 1973, orientada para a preservação do património cultural industrial e da sociedade industrial, incluindo a arqueologia industrial.

TICCIH é a organização mundial dedicada ao património industrial. Os seus objetivos são promover a cooperação internacional na preservação, conservação, investigação, documentação, pesquisa, interpretação e promoção da educação do património industrial.

Esta vasta área inclui os restos materiais da indústria – locais industriais, edifícios e arquitetura, instalações, máquinas e equipamentos – bem como habitações, povoados industriais, paisagens industriais, produtos, processos e documentação da sociedade industrial. Os membros do TICCIH vêm de todo o mundo e incluem historiadores, conservadores, curadores de museus, arquitetos, arqueólogos, estudantes, professores, profissionais do património e qualquer pessoa interessada no desenvolvimento da indústria e da sociedade industrial. Embora os membros do TICCIH sejam indivíduos e instituições, ele é organizado por meio de associações nacionais nos países onde, por sua vez, existe uma instituição nacional reconhecida para o património industrial.

70

4.6. OS PRINCÍPIOS DE DUBLIN

Os Princípios de Dublin são os princípios do **ICOMOS – TICCIH** para a conservação de locais, estruturas, áreas e paisagens ligadas ao património Industrial.

O **ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios)** é a organização não-governamental dedicada à conservação dos monumentos e locais históricos a nível mundial. Esta organização atua como conselheira da UNESCO sobre locais, edifícios, etc. a serem adicionados à Lista do Património Mundial. O TICCIH, por sua vez, aconselha sobre locais industriais com significado histórico para a mesma Lista do Património Mundial.

O **TICCIH** é reconhecido pelo Conselho Internacional de Monumentos e Locais (ICOMOS) como consultor designado em todos os assuntos relacionados com o estudo e preservação do património industrial.

No que diz respeito aos princípios de Dublin, “o património industrial consiste em locais, estruturas, complexos, áreas e paisagens, bem como máquinas, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências de processos industriais de produção passados ou em andamento, a extração de matérias-primas, sua transformação em mercadorias e as infra-estruturas de energia e transportes conexas. O património industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, pois os processos industriais – antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matérias-primas, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para mercados mais vastos. Inclui tanto os bens materiais – imóveis e móveis –, como os intangíveis, como o saber-fazer técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida das comunidades e trouxe grandes mudanças organizacionais para sociedades inteiras e o mundo em geral. Os locais considerados



património industrial são muito diversificados em termos de finalidade, design e evolução ao longo do tempo.

Muitos são representativos de processos, tecnologias e condições regionais ou históricas, enquanto outros constituem realizações notáveis de influência global. Outros são complexos operações locais ou sistemas e de vários cujos muitos componentes são interdependentes, com diferentes tecnologias e períodos históricos frequentemente presentes.

O significado e o valor do património industrial são intrínsecos às próprias estruturas e locais, ao seu tecido material, componentes, maquinaria e ambiente, expressos na paisagem industrial, na documentação escrita e também nos registos imateriais contidos nas memórias, artes e costumes.”

4.7. OS VALORES DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

O património industrial é uma fonte de aprendizagem e um sistema de suporte histórico que deve ser apresentado nas suas múltiplas dimensões. Ilustra aspectos importantes da história local, nacional e internacional e a interação ao longo do tempo e das culturas. Demonstra talentos engenhosos relacionados com desenvolvimentos científicos e tecnológicos, bem como movimentos sociais e artísticos. A consciencialização pública e empresarial do património industrial é importante para que a sua preservação seja bem-sucedida,

A **preservação** do património industrial é vital para a preservação e compreensão, a longo prazo, do nosso passado. Acreditamos que a melhor forma de preservar esse património é por meio da educação e da capacitação de nossos jovens com a valorização e o respeito pela história. Se perdermos esses locais, destruímos parte de quem somos e o que nos torna únicos como espécie.

4.8. PAISAGEM INDUSTRIAL

Um dos grandes **perigos** que o património industrial enfrenta é o processo de urbanização, embora seja verdade que no meio rural este é menos intenso do que no meio urbano, não podemos, como responsáveis do nosso património cultural, perder de vista este fenómeno.

Há um grande número de espaços, outrora ocupados por instalações industriais, que após o seu abandono permanecem até aos dias de hoje sem uso específico. Esses sítios abandonados não aproveitam os recursos que fornecem (além da rentabilidade económica de seus antigos proprietários) e destroem a paisagem ecológica do meio rural.

A tendência geral na Europa é que estes locais abandonados, como minas (um exemplo comum), instalações industriais adjacentes e outras instalações orientadas para a extração e uso de recursos naturais, são muitas vezes ecologicamente orientadas e são procuradas por turistas e visitantes como exemplos de design.

Esta estratégia, aplicada de forma adequada e otimizada, pode ser encarada como um importante recurso para o território em que a dita instalação ou recurso industrial se encontra. A introdução de ideias de paisagismo eco-industrial gera uma mudança importante e altera a imagem do meio rural, dando-lhe uma aura cultural, vanguardista e por vezes dadas como um exemplo de arquitetura adaptada às características ambientais do território. Como exemplo disso podemos



encontrar moinhos de água feitos com materiais locais, antigas ferragens que retiravam o minério de ferro do território para transformá-lo em metal, etc.

Não há dúvidas, de que a manutenção da paisagem industrial do meio rural deve ser orientada para a ecologia. A recuperação de uma mina a céu aberto, por exemplo, ultrapassa a capacidade e quaisquer recursos económicos disponíveis no meio rural, mas as instalações abandonadas associadas a esta mina podem evidenciar a necessidade de recuperar a paisagem, aumentar a sensibilidade dos habitantes e visitantes do território e aumentar a pressão sobre aqueles que exploram os recursos naturais sem controlo, desumanizando o meio rural e a cultura de seus habitantes.

Associar a paisagem industrial ao meio rural pode ser complexo, pois a sociedade em geral estabelece uma ligação direta entre a indústria e o meio urbano ou suburbano; por isso, é necessário fazer um esforço permanente para mostrar exemplos industriais do meio rural e conectá-los com a história e o passado recente desse meio utilizando para isso diferentes estratégias.

Em muitos casos, o património industrial nas zonas rurais será associado à atividade mineira (restos de antigas minas, casas para alojamento dos mineiros, etc.), antigos moinhos de rio e fábricas de farinha, canais de água, moinhos de vento, etc.

A paisagem pós-industrial tem estado em contínua exploração havendo a evolução de ideias teóricas e praticas bem como de novas tecnologias. Com o desenvolvimento da urbanização em geral, e dos espaços rurais em particular, a paisagem verde ecológica está a desempenhar um papel cada vez mais importante no desenvolvimento da construção da paisagem humana.

A paisagem rural industrial da charneca (*moorland*) é um desafio para os designers, pois têm que gerir um sistema complexo que envolve ecologia, cultura, estética, economia e sociedade; além disso, o próprio delineamento ecológico da paisagem pós-industrial é um vasto campo académico e uma tarefa difícil e complexa.

O intérprete do património rural europeu deve desempenhar um papel essencial no desenvolvimento de sensibilidades para a proteção dos recursos industriais, essencialmente os abandonados, envolvendo os agentes do território, principalmente os decisores, para que qualquer ação de preservação seja realizada de acordo com as normas de ecologia e proteção e cuidado ambiental, mas ao mesmo tempo preservando a cultura e identidade industrial que foi desenvolvida no ambiente rural correspondente.

4.9 EXEMPLOS DE PATRIMÓNIO INDUSTRIAL NOS PAÍSES DA PARCERIA

4.9.1. Hungria

4.9.1.1. Património industrial de Ózd, Hungria

Um dos projetos de revitalização de maior sucesso na Hungria ocorreu em Ózd, onde os princípios de conservação e interpretação do património industrial puderam ser realizados. Graças à aplicação da abordagem holística de reutilização adaptativa e protegendo não apenas o local, mas



também toda a paisagem industrial, incluindo os seus elementos tangíveis e intangíveis (as memórias das atividades anteriores e relíquias relacionadas).

A cidade industrial de Ózd está situada no norte da Hungria, perto da fronteira com a Eslováquia. Ózd e seus arredores eram famosos pelos seus trabalhos em ferro e metal. Na região, a indústria remonta aos séculos XIV e XV, mas as fábricas de ferro e aço foram fundadas (devido aos recursos de carvão) em meados do século XIX. Diversas invenções industriais estão ligadas à região, onde o trabalho de engenheiros e operários locais e o sucesso da produção transformaram a pequena vila numa grande cidade industrial ao formar um forte conglomerado industrial na região juntamente com outras cidades e fábricas. No entanto, foram despedaçados após a Primeira Guerra Mundial, como resultado das modificações das fronteiras da Hungria que perdeu 70% de seu território para os países vizinhos (incluindo as suas minas). Após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com a política de industrialização acelerada dos estados socialistas, as fábricas de Ózd passaram a operar como empresas nacionais. A Metalúrgica de Ózd tornou-se uma importante fábrica da região e do país, possuindo toda a gama de metalurgia nas décadas de 1970-80 (para uso nacional e internacional), na qual se empregaram mais de 14.000 trabalhadores. Mas após a mudança do regime socialista e do sistema social de 1989-90, as fábricas estatais perderam os seus principais mercados e acabaram por encerrar de forma semelhante a outras em toda a região da Europa Centro-Leste. Embora uma parte tenha sido privatizada, a maioria dos edifícios do complexo principal foram abandonados e começaram a desaparecer. O processo resultou não só em desemprego, migração, mas também significou devastação para a cidade e a sua própria identidade.

Contudo, como resultado dos esforços e pesquisas de longo prazo do arquiteto Györgyi Csontos (desde 2001) e da cooperação entre as autoridades locais, a comunidade e a proteção do monumento, alguns remanescentes do património industrial de Ózd conseguiram ser salvos e reabilitados. Três importantes edifícios, entre os quais a Casa das Máquinas Sopradoras, tornaram-se monumento industrial protegido a nível nacional em 2005, seguindo-se a revitalização da área e a renovação de alguns dos edifícios que ganharam novas funções em 2016 (ver mais sobre as novas funções e atividades relacionadas no Módulo 7).



4.9.1.2. Moinhos de vento Tés, Hungria

Tés é uma pequena aldeia, situada no maior planalto das montanhas East-Bakony na Hungria, onde as condições geográficas não permitiam o funcionamento de moinhos de água. Em vez disso, os moleiros locais foram obrigados a contar com a energia eólica no planalto, onde instalaram 4 moinhos de vento (de 1840 a 1920) que eram atípicos na região do Transdanúbio. Estes moinhos foram nomeados pelas famílias que os operaram por várias gerações - os moinhos Rotter, Vaszlav, Helt e Ozi - os dois últimos ainda existem hoje.

Ambos são exemplos únicos dos “moinhos de vento modelo holandês”, com uma forma redonda de 3 andares com telhado de telha afunilado e giratório e 6 velas completas (que podem ser estendidas por pranchas adicionais em caso de vento fraco) em comparação com as 4 velas dos moinhos típicos da Hungria. O moinho Helt (o maior) que funcionou até a década de 1950 tem dois pares de mós e pode moer 400 kg por dia. Curiosamente, ainda poderiam funcionar hoje em dia devido à sua boa conservação e manutenção pela família que os possui e poderiam fornecer acesso para turistas. Ambos os moinhos estão protegidos a nível nacional, como monumentos da história industrial, no entanto, muitos estudiosos e profissionais do património considerariam os moinhos como parte do património rural/popular (à semelhança de outras oficinas artesanais de pequena escala).



Fotos: Károly Teleki Industrial Heritage Hungary

Fontes:

- <http://www.tes.hu/turizmus/10-turizmus-programok/19-tesi-szelmalmok>
- <https://www.industrialheritagehungary.com/02-Industrial-Heritages/01-Food/tes-windmills.html>
- <https://www.youtube.com/watch?v=zFhnx-ZNVGs>

4.9.2. Itália

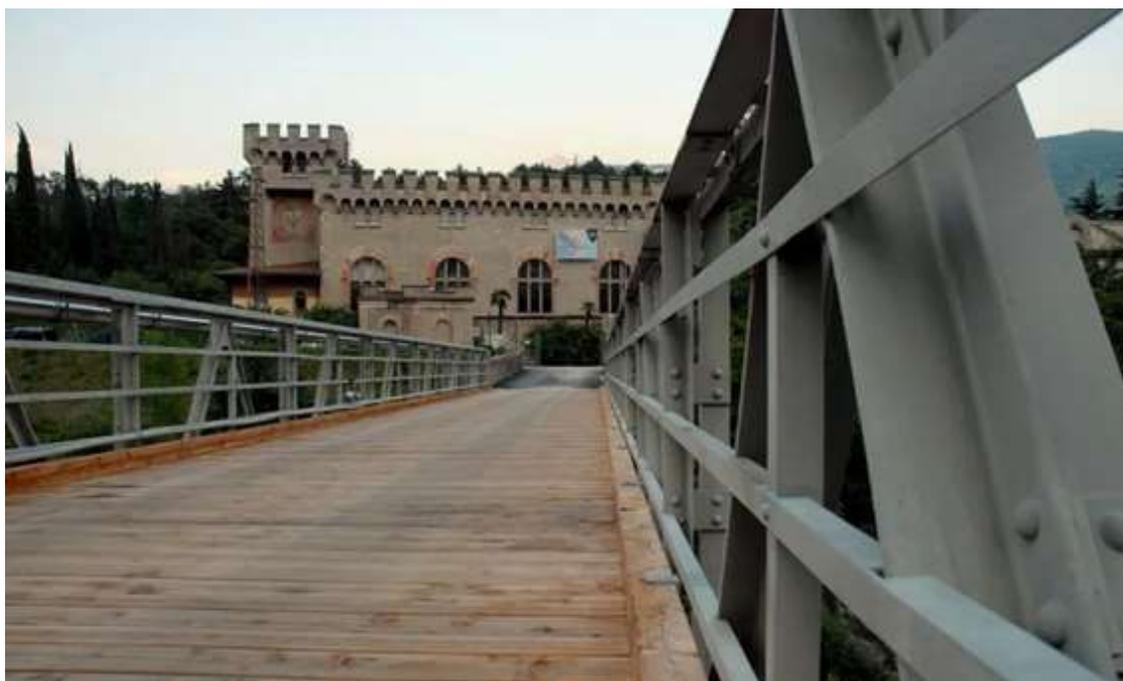
4.9.2.1. Central Hidroelétrica de Fies, Italy

A central hidroelétrica de Fies em Dro, remonta ao século XIX e é um dos exemplos mais importantes da arqueologia industrial na região de Trentino, na Itália. Hoje, ainda funciona parcialmente como uma “fábrica de arte”. O projeto de recuperação e reutilização dos espaços arqueológicos industriais, bem como seu programa cultural, foram iniciados em 1999 e hoje a Central de Fies é um empreendimento cultural com um modelo híbrido de sustentabilidade que junta financiamento público e privado. A transformação da antiga central num centro



independente de arte, incluindo um teatro, tem especial importância, pois ocorreu num território rural que carece de tais estruturas, por estar muito longe das grandes cidades. Assim, esta área, à semelhança de outras regiões rurais, tem sido habitualmente isolada das tendências culturais e sociais que dão vida às cidades, trazendo dinâmicas e ideias de constante renovação.

A Central de Fies é um centro de “espaços para a criação de artes cênicas” com o objetivo de se tornar um ponto de referência da cultura contemporânea para a Província Trentino bem como para toda a Itália, trazendo eventos inovadores para a região e tentando envolver cada vez mais o público em geral e as novas gerações em particular, por meio de atividades direcionadas e uma política de preços justos. O Festival Drosesera Fies é uma dessas atividades de sucesso (mais informação no Módulo 7).



75

Foto: Website oficial da Garda Dolomiti

Fontes:

- <https://www.cultura.trentino.it/eng/Cultural-venues/All-cultural-venues/Documentation-centres2/The-hydroelectric-power-plant-Fies-Dro>
- https://www.gardatrentino.it/it/info/centrale-fies_4301
- <https://www.centralefies.it>
- https://vimeo.com/226633941?embedded=true&source=vimeo_logo&owner=12350321

4.9.3. Espanha

4.9.3.1. Museu da Siderurgia de Castela e Leão. Sabero, León, Espanha

O Museu é um edifício neogótico, chamado “Ferrería de San Blas”, que abrigou uma unidade de laminagem e uma forja no início do século XIX e processou o aço proveniente dos primeiros altos-fornos a coque da Espanha. Ruínas deste último ainda podem ser vistos na área externa, bem como a evidência de um assentamento mineiro e uma mina de carvão. A própria “Ferrería” tornou-se um museu que conta a história dos pioneiros da siderurgia espanhola. Máquinas originais e suas



réplicas mostram aos visitantes como foi processado o ferro-gusa obtido nos altos-fornos. O contexto histórico é ilustrado por um grande modelo que traça o desenvolvimento da indústria mineira regional desde seus primórdios em 1830 até ao encerramento do último fosso em 1991.

O Museu não só se incluiu na Rota Europeia do Património Industrial, mas também numa nova rota histórico-industrial pelo património da província de León, denominada “Do cinza ao negro” que liga as cidades de León, Cistierna, Sabero, La Pola de Gordón, Brañuelas, Villablino, Fabero, Villafranca del Bierzo, Corullón, Toral de los Vados e Ponferrada. Esta cooperação regional que mostra a importância da mineração, da siderurgia e também da ferrovia visa aumentar a consciencialização sobre o património industrial da região (por exemplo, museu, poços, cidades mineiras, quintas, estações ferroviárias, etc.).

<https://www.erih.net/i-want-to-go-there/site/museum-of-the-iron-and-steel-industry-and-mining-of-castilla-and-leon>

<https://www.youtube.com/watch?v=GOrZaDvPJIE>

76



Foto: SERVIMA SL

4.9.3.2. “Pozo Ibarra”, Ciñera, provincial de León, Castela e Leão, Espanha

O Pozo Ibarra é uma estrutura monumental localizada no coração mais agreste de León, Ciñera (na região de Gordón). É um complexo de arqueologia industrial constituído por um poço, com uma torre de 31,5 metros de altura e instalações adjacentes para escritórios, balneários e uma enfermaria. Esta não é apenas uma máquina para extrair carvão. É um raio-x de um modo de vida.

A torre (chamada *castillete*) de Pozo Ibarra é o elemento mais reconhecível do complexo. Tem um contorno típico que pode ser encontrado nas aldeias mineiras de El Bierzo, Montaña Central, Montaña Oriental ou Alto Esla. Também podem ser vistas estruturas semelhantes em Pozo Julia em Fabero, em Igüeña ou no Vale do Sabero.



Esta torre foi inaugurada em 1930 e permaneceu ativa até 1997. Todo o complexo foi classificado como Bem de Interesse Cultural (B.I.C) em 15 de setembro de 2011. Foi valorizado como Sítio Etnológico, ou seja, tenta mostrar o que foi a indústria mineira dos séculos XIX e XX em León.



Foto: Jesús Núñez

4.9.3.3. *O Canal de Castela. Castilla. Castela e León, Espanha.*

O Canal de Castela é uma das principais obras de engenharia civil realizadas na Europa durante os séculos XVIII e XIX. O seu principal objetivo era criar um meio de comunicação entre o centro e o norte da Península Ibérica que facilitasse o transporte de trigo e outros produtos dos campos de Castela para os portos do Mar Cantábrico, seguindo a direção oposta aos dois afluentes do rio Duero de onde recebe o seu caudal: os rios Carrión e Pisuerga.

Esta tendência de criação de sistemas de navegação interior foi desenvolvida na Europa entre os séculos XVI e XVII e chegou a Espanha no século XVIII, graças ao Marquês de Ensenada, um ministro ao serviço do rei Fernando VI.

O engenheiro Carlos Lemaury elaborou os planos e alternativas em 1753 sob o nome de "Projeto geral de canais de navegação e irrigação para os reinos de Castela e Leão", propondo a criação de vários canais e cujas obras foram prolongadas até 1849, construindo finalmente um traçado de canal em forma de Y invertido e com um comprimento total de 207,5 quilómetros. O braço norte começa na aldeia Alar del Rey (Palencia) e atravessa diferentes zonas rurais nas províncias de Burgos e Palencia. Em Palência divide-se em dois ramos: um em direção a Medina de Rioseco (o ramo Campos) e outro em direção a Valladolid (o ramo Sul), atravessando um total de 20 municípios.

Juntamente com o canal, tiveram de ser realizadas outras obras de engenharia civil, tais como eclusas, pontes, aquedutos, barragens, docas, diques, etc. Do mesmo modo, foram construídos edifícios ao longo do percurso para armazenar produtos, deixando um rico testemunho da arquitetura industrial da época, que hoje constitui um vasto património cultural que pode ser visitado em muitos pontos do percurso, tais como o Museu-Flour Factory em Medina de Rioseco, o antigo estaleiro para as barcaças em Villaumbrales (Palencia), mais de 49 eclusas, bem como



diques, pontes, etc., várias embarcações turísticas que percorrem o canal e outras atividades turísticas interpretativas em torno do canal.

Fontes:

<https://www.canalpatrimonio.com/patrimonio-duero-el-canal-de-castilla/>

<http://www.canaldecastilla.org/>

Vídeo: <https://www.rtve.es/play/videos/80-cm/la-esclusa-cuadruple-del-canal-de-castilla/5902133/>



Foto: Rádio televisão espanhola (www.rtve.es)

4.9.4. Portugal

4.9.4.3. Minas abandonados do Portelo, Parque Natural de Montesinho, Bragança, Portugal

Não muito longe da vila de Montesinho, concelho de Bragança, encontramos o antigo complexo mineiro do Portelo. Este complexo mineiro, atualmente inativo foi, no final dos anos 60, a mina de estanho mais produtiva em Portugal. Em 2007 a área foi intervencionada e algumas das cerca de 30 casas da antiga zona mineira do Portelo foram recuperadas para fins turísticos, uma vez que as potencialidades desta área pela sua proximidade a Sanábria (Espanha) e ao Parque Natural de Montesinho representam uma mais-valia para a região.



4.9.5. Eslovénia

4.9.5.1. Museu do ferro, forja de estampagem, trilho da cultura do ferro esloveno, Koroška, Caríntia. Eslovénia

A indústria do ferro tem uma tradição de cerca de 3.000 anos na Eslovénia e continua a ser um importante setor industrial que molda a vida de seus trabalhadores e usuários de seus produtos. Koroška (Caríntia), uma região no norte do país, possui uma história intrigante de desenvolvimento industrial e uma herança fabril (chamadas “fabrike”) que operaram durante os séculos passados.

O Museu Regional da Caríntia (Koroški pokrajinski muzej) e o Museu da Caríntia de Ravne na Koroškem preservam e interpretam o património industrial há mais de 60 anos.

Os edifícios preservados mais antigos da Ravne Ironworks – são o “štauharija” (forja de estampagem), o edifício residencial e o laboratório – que foram declarados monumentos culturais (históricos) em 1994 e, em 2002, foram doados ao Município de Ravne na Koroškem. A interpretação museológica do antigo complexo Ravne Ironworks representa uma grande oportunidade para a promoção especializada do património industrial em Koroška e na Eslovénia, e uma oportunidade de pesquisa e apresentação da cultura da classe trabalhadora.

A mostra do museu inclui equipamentos e máquinas que faziam parte do museu ao ar livre no Parque do Castelo de Ravne (martelo movido a água, guindaste, locomotiva), bem como máquinas e equipamentos que a Ravne Ironworks preservou com a intenção de exibi-los (vários tipos de martelos, forno elétrico a arco etc.). Uma caldeira a vapor de uma alvenaria perto da capital Liubliana e uma prensa usada numa fábrica de Maribor que remonta a 1890 também estão associadas à exposição.

Foi igualmente inaugurado em 2003, o projeto denominado “Trilho Esloveno da Cultura do Ferro”, que envolve museus, empresas e instituições eslovenas com o objetivo de promover o património industrial. De acordo com o site do Museu Regional, isso deveu-se em parte à iniciativa de colegas húngaros e de um comité que une todos os museus regionais eslovenos detentores do património siderúrgico e também empresas (por exemplo, Store Steel Ltd. e Kovintrade). Isso mostra a importância da cooperação regional e internacional, para a preservação do património industrial. Devido a esta iniciativa, várias pesquisas bem-sucedidas e outras atividades profissionais puderam ocorrer, juntamente com a criação da primeira visão abrangente que apresenta a história da siderurgia em território esloveno e aponta o papel do Meža Valley no desenvolvimento da siderurgia e da indústria siderúrgica europeia. Como resultado, o trilho e as suas instituições puderam aderir à “Rota Europeia da Cultura do Ferro” e, assim, também tiveram sucesso na difusão do conhecimento do património cultural para além das fronteiras nacionais da Eslovénia.





Fontes:

- <https://www.kpm.si/en/exhibitions/ironmaking-museum-swaging-forge-slovenian-trail-of-iron-culture/>

80

4.10 BIBLIOGRAFIA

CLARK, C. (1995). Ticking boxes or telling stories? The archeology of the industrial landscape. In. PALMER, M.– NEAVERSON, P. (eds.): *Managing the Industrial Heritage*. University of Leicester, Leicester, 1995. 45–48.

COSSONS, N. (2012). Why preserve the industrial heritage? In. James Douet (ed.): *Industrial Heritage Re-tooled. The TICCIIH guide to Industrial Heritage Conservation*. TICCIIH, Carnegie, 2012. 6–16.

DOUET, J. (2012): *Industrial Heritage Re-tooled. The TICCIIH guide to Industrial Heritage Conservation*. TICCIIH, Carnegie.

Douet, James. “Industrial Heritage Re-tooled: The TICCIIH Guide to Industrial Heritage Conservation.” (2016).

fault/files/konymellekletek/varia0054.pdf

EBERT, W. (2012). Industrial heritage tourism. In. James Douet (ed.): *Industrial Heritage Re-tooled. The TICCIIH guide to Industrial Heritage Conservation*. TICCIIH, Carnegie, 2012. 201–206.

LANDORF, Ch (2009). A Framework for Sustainable Heritage Management: A Study of UK Industrial Heritage Sites. In. *International Journal of Heritage Studies* Vol. 15. No. 6. 2009. 494–510. <http://dx.doi.org/10.1080/13527250903210795>

MENDES, J.A. (2012), in *Património Industrial na Museologia contemporânea: O caso português*. Missing data

MÉRAI, D., SIDÓ, Zs., SZEMZŐ, H. et al. (2021). *From Burden to Resource: Uses of Industrial Heritage in East-Central Europe*, Archeolingua, Budapest 2021.

<http://www.archaeolingua.hu/sites/de>



MÜLLER, R. (2013). Museums designing for the future: some perspectives confronting German technical and industrial museums in the twenty-first century. In. *International Journal of Heritage Studies* Vol. 19. No. 5. 2013. 511–528.

<http://dx.doi.org/10.1080/13527258.2011.651736/>

NÉMETH, Gy. (2007): *Growth, Decline and Recovery. Heavy Industrial Regions in Transition*. HAS–Univ. Miskolc, Budapest–Miskolc, 2007.

OEVERMANN, H. – DEGENKOLB, J. – DIEßLER, A. – KARGE, S. – PELTZ, U. (2016). Participation in the reuse of industrial heritage sites: the case of Oberschöneweide, Berlin. In. *International Journal of Heritage Studies* Vol. 22. No. 1. 2016. 43–58. <http://dx.doi.org/10.1080/13527258.2015.1083460>

RAUTENBERG, M. (2012). Industrial heritage, regeneration of cities and public policies in the 1990s: elements of a French/British comparison. In. *International Journal of Heritage Studies* Vol. 18. No. 5. 2012. 513–525. <http://dx.doi.org/10.1080/13527258.2011.637945>

STEARNS, P.N. (2017). *The Industrial Turn in World History*. Routledge, New York – London.

STORM, A. – OLSSON, K. (2013). The pit: landscape scars as potential cultural tools. *International Journal of Heritage Studies* Vol. 19. No. 7. 2013. 692–708. <http://dx.doi.org/10.1080/13527258.2012.705060>

STOTT, P.(2012). Industrial Heritage and the World Heritage Convention. In: James Douet (ed.): *Industrial Heritage Re-tooled. The TICCIH guide to Industrial Heritage Conservation*. TICCIH, Carnegie, 2012. 161–166.

STUART, I. (2012). Identifying industrial landscapes. In: James Douet (ed.): *Industrial Heritage Re-tooled. The TICCIH guide to Industrial Heritage Conservation*. TICCIH, Carnegie, 2012. 48–54.

Swensen, G., & Skrede, J. (2018). Industrial heritage as a culturally sustainable option in urban transformation. *FormAkademisk - forskningstidsskrift for design og designdidaktikk*.

TEMPEL, Norbert: Post-industrial landscape. In. DOUET, J. (ed.). *Industrial Heritage Re-tooled. The TICCIH guide to Industrial Heritage Conservation*. TICCIH, Carnegie, 2012. 142–148.

Zhang, J., Cenci, J., & Becue, V. (2021). A Preliminary Study on Industrial Landscape Planning and Spatial Layout in Belgium. *Heritage*.



MÓDULO. 5. PATRIMÓNIO IMATERIAL E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS.

Índice

- Introdução
- Tradições orais
- Artes performativas
- Práticas sociais, rituais e eventos festivos
- Conhecimentos e práticas relativas à natureza e ao universo
- Artesanato tradicional
- Exemplos
- Bibliografia

82

5.1. INTRODUÇÃO

Segundo a UNESCO, "o termo 'património cultural' mudou consideravelmente o seu significado nas últimas décadas, em parte devido aos instrumentos desenvolvidos pela UNESCO. O património cultural não termina em monumentos e coleções de objetos. Também inclui tradições ou expressões vivas herdadas dos nossos antepassados e transmitidas aos nossos descendentes, tais como tradições orais, artes cénicas, práticas sociais, rituais, eventos festivos, conhecimentos e práticas relativas à natureza e ao universo ou os conhecimentos e habilidades para produzir artesanato tradicional".

Para desenvolver este módulo didático, seguimos a estrutura das declarações da UNESCO que também considera que a importância do património cultural imaterial não é a manifestação cultural em si, mas sim a riqueza de conhecimentos e competências que é transmitida através dela de uma geração para a outra.



Foto: SERVIMA SL



O valor social e económico desta transmissão de conhecimentos é relevante para os grupos minoritários e para os principais grupos sociais dentro de um Estado, e é tão importante para os Estados em desenvolvimento como para os desenvolvidos.

Para a UNESCO é património cultural intangível:

Tradicional, contemporânea e viva ao mesmo tempo: o património cultural intangível não representa apenas tradições herdadas do passado, mas também práticas rurais e urbanas contemporâneas em que diversos grupos culturais participam;

Inclusivo: podemos partilhar expressões de património cultural imaterial que são semelhantes às praticadas por outros. Quer sejam da aldeia vizinha, de uma cidade do lado oposto do mundo, quer tenham sido adaptadas por povos que migraram e se estabeleceram numa região diferente, todas elas são património cultural imaterial: foram transmitidas de uma geração para outra, evoluíram em resposta aos seus ambientes e contribuem para nos dar um sentido de identidade e continuidade, proporcionando um elo do nosso passado, através do presente, e para o nosso futuro. O património cultural intangível não suscita questões sobre se certas práticas são ou não específicas de uma cultura. Contribui para a coesão social, encorajando um sentido de identidade e responsabilidade que ajuda os indivíduos a sentirem-se parte de uma ou diferentes comunidades e a sentirem-se parte da sociedade em geral;

Representante: o património cultural imaterial não é meramente valorizado como um bem cultural, numa base comparativa, pela sua exclusividade ou pelo seu valor excepcional. Ele prospera na sua base em comunidades e depende daqueles cujo conhecimento das tradições, competências e costumes são transmitidos ao resto da comunidade, de geração em geração, ou a outras comunidades;

Baseado na comunidade: o património cultural imaterial só pode ser património quando é reconhecido como tal pelas comunidades, grupos ou indivíduos que o criam, mantêm e transmitem - sem o seu reconhecimento, ninguém mais pode decidir por eles que uma dada expressão ou prática é o seu património.

As diferentes **Convenções** entre a história para preservar o património imaterial:

- A **Convenção de 1972** trata do património tangível: monumentos, bem como sítios culturais e naturais. Entre outras coisas, o património deve ser de valor universal excepcional e de carácter autêntico. Peritos e gestores de sítios são atores-chave para a identificação e proteção.
- A **Convenção de 2005** visa proporcionar a artistas, profissionais da cultura, profissionais e cidadãos do mundo a possibilidade de criar, produzir, promover e desfrutar de uma vasta gama de bens, serviços e atividades culturais.
- A **Convenção de 2003** surge na intersecção destas convenções. O seu objectivo é salvaguardar uma forma específica de património (imaterial): práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências que as comunidades reconhecem como seu património cultural. É também um instrumento de apoio às comunidades e aos profissionais nas suas práticas culturais contemporâneas, enquanto os peritos estão associados apenas como mediadores ou facilitadores. Como forma viva de património, as



medidas de salvaguarda do património cultural imaterial visam, entre outras coisas, assegurar a sua contínua renovação e transmissão às gerações futuras.

Definições relevantes incluídas no artigo 2º da **Convenção de 2003**:

- O "património cultural imaterial" significa as práticas, representações, expressões, conhecimentos, competências - assim como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais associados - que as comunidades, grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado por comunidades e grupos em resposta ao seu ambiente, à sua interação com a natureza e a sua história, e proporciona-lhes um sentido de identidade e continuidade, promovendo assim o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, será apenas considerada a herança cultural intangível compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes, bem como com as exigências de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de desenvolvimento sustentável.
- O "património cultural imaterial", tal como definido no parágrafo 1 acima, manifesta-se, entre outros, nos seguintes domínios:
 - tradições e expressões orais, incluindo a língua como veículo do património cultural intangível;
 - artes performativas;
 - práticas sociais, rituais e eventos festivos;
 - conhecimentos e práticas relativas à natureza e ao universo;
 - artesanato tradicional.
- "Salvaguarda" significa medidas destinadas a assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, particularmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos vários aspetos desse património.

84

5.2. TRADIÇÕES ORAIS

A área das tradições e expressões orais compreende uma grande variedade de formas faladas; a predominância de algumas sobre outras depende das regiões e da tradição cultural herdada. Por expressões orais entendemos **histórias, canções e rimas infantis** (que ocupam um género especial), cânticos (por oposição a canções), **orações, mitos e lendas, poemas, representações teatrais**, etc.

O principal desafio das tradições orais é **transmitir conhecimentos, oralmente, de uma pessoa para outra, mantendo vivas as culturas**, uma vez que ao mesmo tempo **transmitem valores culturais e valores sociais**, contribuindo para a interação entre gerações de uma forma mais activa.

As tradições orais têm uma característica que as torna peculiares; algumas só são transmitidas de homens para homens, outras de mulheres para mulheres e mesmo entre os mais velhos, mas estas são peculiaridades, uma vez que o conhecimento é geralmente transmitido entre gerações e entre classes sociais.



As tradições orais são transmitidas com códigos estabelecidos, mas podem variar de pessoa para pessoa, ou pode mesmo haver diferenças entre grupos ou territórios vizinhos, dando às tradições orais a sua própria personalidade em relação aos seus vizinhos. Em muitas sociedades, a interpretação das tradições orais é uma ocupação altamente especializada e a comunidade tem estes profissionais que são altamente considerados como **guardiães da memória coletiva**. Isto pode ser observado em muitas culturas africanas, onde o **contador de histórias** se torna uma figura essencial na transmissão de conteúdos culturais, principalmente porque não há outra forma de o fazer. Por outro lado, na Europa (por exemplo, os "filandones" de Leão) ou nos Estados Unidos, existem centenas de contadores de histórias profissionais, que continuam a ter uma função de transmissão cultural, mas o seu papel já não é "essencial" ou "vital", como no caso acima mencionado, em comparação com o que acontece em certas culturas africanas.

Como indicado acima, as tradições orais são transmitidas de boca em boca, pelo que podem variar significativamente na sua narração, dependendo de quem as conta, quem enfatiza uma ou outra parte da história, quem se detém mais ou menos numa ou noutra passagem. Varia, portanto, de pessoa para pessoa, varia de acordo com o sexo, a classe social e mesmo com a idade do narrador. Esta variação na história contada, que depende em grande medida do narrador, torna as **tradições orais ricas e variadas**, cheias de nuances, mas ao mesmo tempo torna-as **expressões culturais muito frágeis**.

As **tradições orais estão ameaçadas** pela globalização (como a maioria das formas de património cultural imaterial), pela expansão da vida urbana, pela migração rural-urbana, pela modernização do ambiente rural, pela sua mecanização e industrialização. Há muitos exemplos de histórias orais que foram transmitidas enquanto se realizavam trabalhos agrícolas, ou enquanto as mulheres, por exemplo, realizavam tarefas típicas de tempos passados, tais como os "filandones" de León, que costumavam ser realizados no Inverno por fogo ou luz de velas. Outros perigos para as tradições orais residem nos diferentes meios de comunicação que surgiram nas sociedades modernas, tais como livros, jornais e revistas, rádio, televisão e Internet, todos os quais podem ter um efeito particularmente prejudicial nas tradições e expressões orais.

Se há uma coisa que podemos fazer para salvaguardar as tradições e as expressões orais, é **manter o seu papel quotidiano na sociedade**. É também essencial que as oportunidades para o conhecimento ser transmitido de pessoa para pessoa sobrevivam; **oportunidades para os mais velhos interagirem com os jovens** e transmitirem histórias em casa e nas escolas, por exemplo.

A tradição oral deve constituir uma parte importante das celebrações festivas e culturais e estes eventos podem precisar de ser promovidos e novos contextos encorajados, tais como festivais de contos, "filandones" e expressões similares, de forma a permitir que a criatividade encontre novas arenas nas quais possa ter lugar.

Comunidades, investigadores, instituições e profissionais da narração de histórias podem utilizar **novas tecnologias para ajudar a salvaguardar toda a gama e riqueza das tradições orais**, incluindo variações textuais e diferentes estilos de interpretação.

Não podemos deixar de pensar que características expressivas que são consideradas únicas para cada pessoa, como a entoação, podem hoje em dia ser gravadas em áudio e vídeo, para que possam ser utilizadas para preservar e reforçar as tradições e expressões orais através da transmissão de espetáculos gravados tanto para as suas comunidades de origem como para um público mais vasto.



5.3. ARTES PERFORMATIVAS

As artes do espetáculo compreendem um grande número de disciplinas. A UNESCO entende que esta categoria inclui **música, tanto vocal como instrumental, teatro, mímica, verso cantado, dança e muitas outras disciplinas culturais** que refletem a criatividade humana e que também se encontram, em certa medida, em muitos outros domínios do património cultural intangível.

A música, juntamente com o teatro e a dança, é a mais universal das artes performativas e encontra-se em todas as sociedades, mais frequentemente como parte integrante de outras formas de artes performativas e outros domínios do património cultural intangível, incluindo rituais, eventos festivos ou tradições orais.



A música pode ser encontrada nos mais diversos contextos, desde o sagrado ao profano, e pode ser encontrada em ambientes relacionados com o trabalho, mas também com o lazer e entretenimento.



A dança, embora muito complexa, pode ser descrita de uma forma simples como movimentos corporais ordenados, normalmente executados com música. Quase sempre, a dança está totalmente ligada à música, no entanto, esta tem a sua existência independente de qualquer outra arte performativa.

No que diz respeito às performances teatrais tradicionais, combinam uma mistura de disciplinas, tais como representar, cantar, dançar e música, mas também unem outras como o diálogo e a narração, oferecendo uma espécie de arte performativa com uma grande variedade de disciplinas.

Música, canto e narração são disciplinas das artes performativas que têm funções que por vezes transcendem o lúdico, de tal forma que encontramos canções que têm a sua autêntica razão de ser em certos momentos em que o trabalho é realizado, por exemplo canções que têm lugar em momentos de trabalho agrícola, canções que tiveram o seu momento em que se teceram tecidos ou se fizeram fios de lã ou linho; podemos também mencionar as canções ou narrações que têm lugar no momento de cuidar de bebés, para os ajudar a adormecer ou a relaxar em momentos de choro.

Para a UNESCO, os instrumentos, objetos, artefactos e espaços associados a expressões e práticas culturais estão todos incluídos de facto na definição de património cultural intangível. Por conseguinte, incluímos como tais instrumentos musicais das artes performativas, mas também máscaras e trajes, ou genericamente falando, trajes.



Foto: SERVIMA SL

Muitas formas de artes do espetáculo estão hoje ameaçadas, pelas mesmas razões que as tradições orais; a este respeito podemos mencionar a música que, embora tenha um papel de intercâmbio cultural e fomenta a criatividade que enriquece a cena artística internacional, o fenómeno também pode causar problemas. Desta forma, a música pode tender a homogeneizar-se, para não falar dos avanços tecnológicos utilizados na sua criação e reprodução, eliminando na sua raiz a personalidade e particularidade de um território ou nação. Para além desta homogeneização da música, mudanças nos instrumentos tradicionais para os tornar mais familiares ou mais fáceis de tocar, modificam fundamentalmente os próprios instrumentos, fazendo-os perder as suas próprias características e privando o instrumento que é específico de um lugar da sua personalidade.

As medidas para salvaguardar as artes performativas tradicionais, especialmente as das zonas rurais, devem **concentrar-se principalmente na transmissão de conhecimentos e competências, em tocar e fazer instrumentos da forma tradicional e em reforçar os laços entre mestre e aprendiz.**

Não devemos perder de vista o facto de que, enquanto a globalização e a tecnologia excessiva colocam em risco muitas disciplinas das artes do espetáculo, **a própria tecnologia pode ajudar muito a salvaguardá-las.**



Muitas danças rurais, canções, poemas recitados, etc., perderam-se ao longo dos séculos por muitas razões, mas hoje em dia temos tecnologia que nos ajuda a recolher gravações áudio e vídeo de danças tradicionais que são **executadas por pessoas idosas porque não há jovens nas zonas rurais para continuar a tradição**. Devemos aproveitar as oportunidades que a tecnologia nos oferece para os proteger e cuidar deles e não os esquecer.

A UNESCO encoraja as instituições e indústrias culturais a desempenharem um papel na garantia da viabilidade das formas tradicionais das artes do espetáculo, desenvolvendo o público e sensibilizando o público em geral. A salvaguarda pode também envolver melhorias na formação e infraestruturas para preparar adequadamente o pessoal e as instituições para preservar toda a gama das artes do espetáculo.

5.4. PRÁTICAS SOCIAIS, RITUAIS E EVENTOS FESTIVOS.

88

As práticas sociais, rituais e eventos festivos são considerados importantes porque **reafirmam a identidade daqueles que os praticam como grupo ou sociedade**, quer sejam realizados em público ou em privado. Além disso, são atividades que estruturam a vida quotidiana das comunidades, especialmente das comunidades rurais e dos grupos que as partilham.

Este tipo de categoria de património imaterial é **especialmente relevante e particular para o meio rural, pois ajudam a marcar a passagem das estações, os acontecimentos do calendário agrícola ou as etapas da vida de uma pessoa**.

O Intérprete do Património Cultural Europeu nas zonas rurais deve prestar especial atenção a esta categoria, uma vez que está intimamente ligada à visão e perceção do mundo de uma comunidade sobre a sua própria história e memória, além de estar inserida nas práticas agrícolas quotidianas, sendo por isso um elemento com um forte efeito diferenciador.

Não podemos ignorar o facto de que muitas destas práticas, hoje em dia, não têm sentido e, em



Foto: SERVIMA SL

alguns casos, podem ser censuráveis; por esta razão, não podemos ficar alheios à relevância que tiveram ao longo dos séculos e devemos, portanto, acompanhá-los na transição necessária para os adaptar às atuais exigências regulamentares e mesmo culturais. Em outras ocasiões, é provável que esta mudança (por vezes necessária) acabe por distorcer a essência destas tradições.

Em alguns casos, o acesso a certos rituais pode ser restringido a certos membros da comunidade; os ritos de iniciação são um caso em questão. Outros podem ser restringidos a membros de uma comunidade de acordo com a idade, grupo social ou se são homens ou mulheres. No entanto, alguns eventos festivos são uma parte fundamental da vida pública e estão abertos a todos os membros da sociedade, tais como os **carnavais, o início da Primavera e o fim da colheita, o solstício de Inverno ou de**

Verão, etc., que são momentos chave e importantes nas sociedades agrícolas e, portanto, no mundo rural.

A UNESCO lista como práticas sociais, rituais e eventos festivos que envolvem uma grande variedade de formas, por exemplo, "**ritos de culto; ritos de passagem; rituais de nascimento,**



casamento e funerais; juramentos de fidelidade; sistemas legais tradicionais; jogos e desportos tradicionais; cerimónias de parentesco e rituais de parentesco; padrões de acordo; tradições culinárias; cerimónias sazonais; práticas específicas apenas para homens ou mulheres; práticas de caça, pesca e recolha; e muito mais incluindo uma grande variedade de expressões e elementos físicos: gestos e palavras especiais, recitações, canções ou danças, vestidos especiais, procissões, sacrifício de animais, comida especial". A variedade de elementos que podem ser encontrados nesta categoria é tão grande que cabe ao Intérprete do Património Cultural Europeu nas zonas rurais identificar cada um deles e proceder à sua valorização para que aqueles que os observam pela primeira vez tentem compreendê-los da mesma forma que aqueles que os executam há gerações nas zonas rurais.

Um dos grandes riscos enfrentados pelas práticas sociais, rituais e eventos festivos na Europa rural



é o constante despovoamento e abandono das zonas rurais. As mudanças que as sociedades modernas estão a sofrer, a modernização do ambiente rural, a "urbanização" rural devido à interferência dos modos urbanos, são uma grande ameaça que é complexa de combater. A introdução geral da educação formal, a influência crescente das principais religiões do mundo e outros efeitos da globalização têm um efeito particularmente acentuado sobre estas práticas.

89



Existem numerosos exemplos em que um evento em particular, um feriado por exemplo, que se pretendia celebrar num determinado dia do ano, é deslocado no calendário devido à falta de pessoas para o celebrar, e acaba por ser celebrado numa altura do ano ou da semana em que não se pretendia originalmente celebrá-lo. Este facto compromete a contextualização do rito, de modo que o regresso às suas origens pode ser uma

estratégia a seguir e pode ajudar a atrair visitantes ou familiares que uma vez deixaram o meio rural, reafirmando a identidade e a ligação com as tradições da comunidade.

Assegurar a continuidade das práticas sociais, rituais ou eventos festivos requer frequentemente



a mobilização de um grande número de pessoas e instituições. É verdade que o envolvimento do turismo local e regional em tais eventos ajuda à sua permanência e sustentabilidade, mas devido aos riscos acima mencionados, são necessários mecanismos sociais, políticos e legais, uma vez que os preparativos, os trajes e as máscaras e a manutenção dos participantes são frequentemente muito dispendiosos, especialmente num ambiente rural caracterizado por populações abandonadas ou semi-abandonadas.



5.5. CONHECIMENTOS E PRÁTICAS RELATIVAS À NATUREZA E AO UNIVERSO.

Relativamente à disciplina de conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo, a UNESCO inclui aqueles "**conhecimentos, saberes, competências, práticas e representações desenvolvidas pelas comunidades à medida que interagem com o ambiente natural**".

Estas formas de pensar o universo são expressas através da linguagem, utilizando tradições orais, sentimentos de pertença a um território, através de memórias transmitidas de geração em geração, bem como a visão particular do universo.

Esta disciplina influencia de forma especial os valores ou crenças de um determinado coletivo e está subjacente a muitas práticas sociais e tradições culturais. Ao mesmo tempo, estes valores são condicionados pelo ambiente em que uma sociedade em particular se baseia.

Os conhecimentos, capacidades, práticas e representações desenvolvidas pelas comunidades na interação com o ambiente natural incluem **sabedorias ecológicas ancestrais, conhecimentos sobre fauna e flora locais, sistemas tradicionais de cura através de remédios naturais, ritos de grande variedade que se caracterizam por serem particulares a um determinado território e diferirem mesmo dos territórios vizinhos, crenças sobre a existência e a vida, festas relacionadas com as estações do ano e mesmo crenças religiosas, línguas e dialetos ou palavras particulares a um território, e muitos outros.**

Tal como noutros campos do património imaterial, os conhecimentos e práticas tradicionais estão no centro da cultura e identidade de uma comunidade, mas são **gravemente ameaçados pela globalização.**

Muitas práticas tradicionais estão a desaparecer, algumas das quais podem ser de grande ajuda para a ciência, tais como conhecimentos ancestrais derivados dos usos farmacológicos de certas plantas. A necessidade de terra para cultivo também tem um efeito negativo na floresta que alimenta muitos usos medicinais tradicionais. Além disso, os perigos universais, tais como as alterações climáticas, a desflorestação e a expansão dos desertos, são afetados.



Proteger a cultura de um lugar, especialmente a sua visão de mundo e crenças, é um desafio para as sociedades modernas, que por vezes têm dificuldade em ligar-se a esta forma de ver e compreender a vida. O Intérprete do Património Cultural Europeu nas zonas rurais deve moldar o seu sistema de crenças e ligar-se às



crenças particulares de um território, chegando a compreender porque é que estas e não outras são as crenças predominantes num determinado lugar.

Para a UNESCO, "a **proteção do ambiente natural está muitas vezes ligada à salvaguarda da cosmologia de uma comunidade, bem como outros exemplos do seu património cultural intangível**".

5.6. ARTESANATO TRADICIONAL.

A UNESCO considera o artesanato tradicional como talvez a **manifestação mais tangível do património cultural intangível**. Embora seja uma disciplina inicialmente considerada como estando ligada ao módulo de Ensino do Património Arquitetónico Rural, foi finalmente decidido considerar esta disciplina dentro da categoria de património imaterial, tal como previsto pela UNESCO.

A **Convenção de 2003 preocupa-se principalmente com as competências e conhecimentos relacionados com o artesanato e não com os próprios produtos artesanais**. Por outras palavras, não é mais importante conservar os objetos individuais (pois isso tornaria a tarefa de conservação incontroável), mas sim a proteção deve concentrar-se no apoio aos artesãos para continuarem a produzir artigos artesanais e transmitirem as suas competências e conhecimentos a outros, particularmente no seio das suas próprias comunidades.

Os exemplos que podem ser incluídos nesta categoria são numerosos: recipientes de armazenamento, vestuário, jóias, objetos de arte decorativa e rituais, instrumentos musicais e utensílios domésticos, brinquedos, mas também as ferramentas e máquinas para os criar.



Muitos destes objetos têm uma função muito importante na vida diária das pessoas, uma vez que



Foto: SERVIMA SL

são utilizados diariamente, tais como objetos de armazenamento, cerâmicas utilizadas em cozinhas, mas outros, tais como fatos ou jóias rituais, são utilizados numa base *ad hoc* e foram criados para ritos festivos. Ambos são transmitidos de geração em geração, alguns deles atingindo centenas de anos de transmissão, mas o que é interessante é que há também uma **transmissão de conhecimentos sobre como fazer estes objetos e utensílios**.



Tal como acontece com outras formas de património cultural imaterial, a globalização coloca grandes desafios à sobrevivência das formas tradicionais de artesanato. A produção industrial acaba por disponibilizar às sociedades, mesmo rurais, os bens necessários à vida quotidiana a baixo custo e muito rapidamente em termos de tempo, muito mais do que a produção manual e caseira. É muito difícil adaptar-se a esta competição, ainda mais se tiverem de lutar também contra as contrafações e imitações da sua arte particular, uma vez que são criadas réplicas, difíceis de identificar, que prejudicam gravemente o artesanato local e tradicional.



O despovoamento das zonas rurais, o abandono dos modos de vida tradicionais e a migração rural-urbana põem em risco a transmissão de conhecimentos intergeracionais. A aprendizagem destas técnicas tradicionais de produção artesanal envolve muito tempo e dedicação, razão pela qual em muitos casos são abandonadas pelas novas gerações em favor de outras formas mais imediatas de ganhar a vida. Muitas tradições artesanais envolvem

92

a aprendizagem de certos segredos na produção, receitas, formas especiais de criação de um produto, que provavelmente se perdem e são esquecidas devido à falta de substituição geracional.

Portanto, mais importante que os objetos em si, é necessário e urgente preservar os conhecimentos e competências associados ao artesanato tradicional, de modo a assegurar que estes conhecimentos sejam transmitidos às gerações futuras, para que o artesanato possa continuar a ser produzido nas suas comunidades, proporcionando meios de subsistência aos seus criadores e refletindo a criatividade e as suas próprias particularidades e personalidade.

Encorajar novos aprendizes a retomar a produção do artesanato tradicional local, bem como promover mercados locais tradicionais de produtos artesanais, pode ser uma boa estratégia para que o futuro Intérprete do Património Cultural Europeu nas zonas rurais se desenvolva na salvaguarda e proteção deste património imaterial.

A UNESCO encoraja as instituições e indústrias culturais a desempenhar um papel na garantia da viabilidade das formas tradicionais, quer através de legislação, permitindo ou facilitando o acesso aos recursos naturais locais, quer protegendo a propriedade intelectual e os registos de patentes ou direitos de autor. Estas podem ser algumas das estratégias que precisam de ser implementadas para salvaguardar e proteger esta categoria do património imaterial nas zonas rurais.



5.7. EXEMPLOS DO PATRIMÓNIO IMATERIAL E DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NA EUROPA.

5.7.1. UNESCO

5.7.1.1. "Caretos de Podence", local: Podence (Macedo de Cavaleiros), Bragança país: Portugal

Breve descrição: O Carnaval de Caretos de Podence é uma prática social relacionada com o fim do Inverno e o início da Primavera. No coração do Nordeste de Trás-os-Montes, o tão aclamado Carnaval de Podence é celebrado durante a semana de carnaval em Fevereiro, onde os Caretos de Podence (encenação pagã) dão cor à aldeia e aos muitos turistas que passam por lá com os seus trajes. Este evento ritual, originário do chamado "longo tempo", de organização da vida de acordo com os ritmos do ciclo agrário, refere-se às celebrações do fim do ciclo de Inverno e do início do ciclo produtivo da Primavera.

<http://caretosdepodence.pt/>

<https://www.facebook.com/Caretos-de-Podence-229759826113/>



5.7.1.2. Método Táncház: um modelo húngaro para a transmissão de património cultural imaterial, local: país: Hungria

O método Táncház, um modelo húngaro para a transmissão de património cultural imaterial, foi acrescentado ao Registo de Boas Práticas de Salvaguarda da UNESCO desde 2011.

O movimento Táncház (literalmente "casa de dança") nasceu em Budapeste, a capital húngara, nos anos 70 e começou como uma iniciativa contra o regime político e cultural socialista, de baixo para cima. Em breve, tornou-se cada vez mais popular e propagou-se rapidamente no campo e mais tarde para além das fronteiras húngaras e na região da Europa Central (Polónia, Eslováquia). O movimento sociocultural foi criado graças aos esforços combinados de investigação folclórica, educação pública e atividades artísticas.



Aí, muitos exemplos locais, regionais, nacionais e internacionais de experiências interpretativas utilizando os métodos Táncház, por exemplo o Festival e Feira Nacional Táncház anual que é o maior encontro de portadores, mediadores e entusiastas, bem como workshops, acampamentos, casas de jogos e clubes de artesanato ou as noites Táncház durante as semanas intensivas regulares do Programa Conjunto de Mestrado Erasmus Mundus de Património e Desenvolvimento dos Territórios Europeus TEMA+, onde estudantes internacionais de todo o mundo se podem reunir, aprender e transmitir esta parte única do património cultural intangível.



5.7.2. A NÍVEL NACIONAL, REGIONAL OU LOCAL

5.7.2.1. "Filandón", lugar: província de León (também nas regiões das Astúrias e Galiza), país: Espanha.

A tradição "Filandón" pertence à categoria de Património Cultural Imaterial. É uma antiga tradição típica de diferentes zonas rurais da província de León, que consiste nos encontros sociais noturnos à volta da lareira, depois de terminar o trabalho agrícola e pecuário, em que os assistentes contavam contos, lendas e histórias diferentes, e canções tradicionais eram cantadas utilizando instrumentos tradicionais enquanto as mulheres giravam (é por isso que esta tradição é denominada "filandón" uma antiga palavra dialetal de Leon de etimologia latina, derivada de "filum" que significa fio. Desta forma, a cultura oral era transmitida dos avós aos filhos e netos.



Esta tradição foi declarada como "Bem de Interesse Cultural" em Castela e Leão e foi proposta para inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO há alguns anos atrás.



5.7.2.2. "Aluches" (Wrestling), lugar: *Provincia de León, país: Espanha.*

A luta livre de León, também chamada "aluches", é um dos desportos mais antigos do continente europeu, originário da província de León.

A luta livre realiza-se em pares num espaço circular de cerca de 17 metros de diâmetro, existindo diferentes categorias de acordo com o peso. Os wrestlers devem usar um cinto de couro que pode ser agarrado pelo adversário. O objetivo é, através de certas técnicas, fazer o adversário tocar o chão com qualquer parte das suas costas.

É declarado um Bem Intangível de Interesse Cultural a nível regional da Comunidade Autónoma de Castela e Leão.



Fotos: SERVIMA SL

6.7.2.1. 5.7.2.3. *Bandeiras de Leon (Pendones leoneses), local: todas as aldeias da provincia de León, país: Espanha*

As bandeiras de Leão são um elemento de identidade local de cada município da província, que mantêm viva na sua tradição a história não escrita das comunidades rurais, com um carácter simbólico afirmado nos valores sociais e culturais da instituição Leonística conhecida como "concejo" (conselho). Esta tradição ancestral contém significados profundos e contribui para o sentimento de identidade do povo enquanto grupo e para a simbiose com o ambiente geográfico que habita. As bandeiras são feitas em seda, damasco ou tecido de veludo, com cerca de 5 metros de altura, numa ou mais cores distribuídas em riscas e terminando em dois pontos. O poste de madeira tem entre 5 e 15 metros de comprimento e pesa cerca de 30-40 kg. É por isso que é necessária destreza e habilidade para o transportar e numerosos portadores se revezam para o transportar pelo caminho, procissão ou peregrinação.



Fotos: Jesús Núñez e SERVIMA SL



5.7.2.4. Museu degli Usi e Costumi Della Gente Trentina, local: S. Michele all'Adige, Trento, país: Itália

O Museu representa um dos mais importantes museus de cultura popular e tradição em Itália. É um dos maiores dos Alpes, alojado num antigo convento agostiniano. Através dele, é possível descobrir as tradições relacionadas com a arquitetura popular e o artesanato da Região do Trentino.

https://www.visittrentino.info/it/guida/da-vedere/musei/museo-degli-usi-e-costumi-della-gente-trentina_md_2657

<https://www.museosanmichele.it/>



96

5.7.2.5. Nome: Capa de Honras, local: Miranda do Douro, país: Portugal

A "Capa de Honras" Mirandesa é uma peça com grande valor etnográfico e requer um trabalho meticuloso por parte do artesão devido à sua grande complexidade. É uma peça de artesanato, utilizada por individualidades em actos célebres mas também por "boieiros", pastores e lavradores com o objetivo de protegê-los de todas as condições atmosféricas nos meses mais duros, nomeadamente no Inverno. O nome "honra" não provém unicamente do seu uso por pessoas mais ricas e nobres, mas sim por ser uma peça muito trabalhada



<https://folclore.pt/capa-de-honras-mirandesa/>
https://www.cm-mdouro.pt/pages/38?news_id=394

Foto: SERVIMA SL



5.7.2.6. *Associazione Arte Sella Impresa Sociale, local: Borgo Valsugana, Trento, país: Itália*

Arte Sella: a montanha contemporânea. Há mais de trinta anos que representa o lugar onde a arte, a música, a dança e outras expressões da criatividade humana se unem, dando vida a um diálogo único entre o engenho do homem e o mundo natural. Arte Sella é uma associação cultural de empresa social, que conta com a colaboração de um pessoal qualificado, com o apoio de uma importante rede de parceiros. Ao longo dos anos, mais de 300 artistas colaboraram no crescimento da Arte Sella, dando vida a três percursos expositivos pontilhados de obras de arte.



5.8. BIBLIOGRAFIA

Dippon, Peter and Johannes Moskaliuk. "Sharing intangible cultural heritage: disparities of distribution." *Journal of Heritage Tourism* 15 (2019): 450 - 471.

Petković, Jelena. "EUROPEAN CULTURAL POLICY: PRIORITIES AND PRACTICES IN THE FIELD OF CULTURAL HERITAGE." (2020).

Pirkovič, Jelka. "Heritage Management at the Local Level: Heritage Communities and Role of Local Authorities." *Issues in ethnology and anthropology* 15 (2020): n. pag.

UNESCO, Ich. "Basic texts of the 2003 Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, 2016 edition." (2016).

"Safeguarding and enhancing intangible cultural heritage in Europe." (2018).

Qiu, Qihang et al. "Intangible Cultural Heritage in Tourism: Research Review and Investigation of Future Agenda." *Land* (2022): n. pag.

UNESCO website <https://www.unesco.org/en>



MÓDULO 6. PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGENS CULTURAIS.

Índice:

- Introdução
- Património natural europeu
- Importância das medidas de conservação e proteção do património natural
- Reservas da Biosfera da UNESCO
- O conceito de paisagem e paisagem cultural
- Interpretar a paisagem
- Exemplos de património natural e paisagens culturais nos países da parceria
- Bibliografia

98

6.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende dar a conhecer a importante relação entre património natural e cultural, especialmente significativa no meio rural, e introduzir o conceito de paisagem como uma manifestação clara desta estreita ligação entre ambos e, conseqüentemente, ser tida como um recurso interpretativo muito interessante nas áreas rurais.

Tentar também mostrar quão diversa é a Europa do ponto de vista do património natural e paisagístico e a importância das medidas de conservação para preservar este valioso património.

“O património natural e cultural faz parte do património inestimável e insubstituível de toda a humanidade. A perda, por degradação ou desaparecimento, desses bens preciosos constitui um empobrecimento do património de todos os povos do mundo” (UNESCO, Convenção sobre Património Mundial, 2014).

Património Natural é algo de grande valor feito pela natureza para ser preservado e que merece ser herdado de geração em geração. Podemos referir-nos a património natural quando falamos de algo material, vivo, um monumento ou qualquer outra coisa de grande valor que foi feita pela natureza, geralmente locais protegidos por diferentes categorias de conservação.



Foto: SERVIMA SL

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, património natural significa:

- 1) Monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou grupos de formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.
- 2) Formações geológicas e fisiográficas e áreas estritamente delimitadas que constituam habitat para espécies animais e



vegetais ameaçadas de extinção, de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.



Foto: SERVIMA SL

- 3) Locais naturais de interesse ou áreas naturais estritamente delimitadas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural. Pode dizer-se que o património natural compreende áreas de preservação, importância histórica e beleza cênica, ou seja, áreas que transmitem à população a importância do ambiente natural para que possamos lembrar-nos quem somos, o que fazemos, de onde viemos e, conseqüentemente, como seremos. Para isso, a preservação da Biodiversidade é um pilar fundamental, pois traduz-se na variedade de formas de vida e nos processos que se relacionam com as mesmas, incluindo todos os organismos vivos, as suas diferenças genéticas e as comunidades e ecossistemas em que ocorrem.

Como vimos anteriormente, cultura é um conceito amplo, que representa um conjunto de tradições, costumes e crenças de uma determinada área ou grupo social, podendo ser repassado através de diversas formas e qualquer tipo de comunicação. A cultura é representada pela herança social de um grupo e região, portanto, é a soma de todos os aspetos criados num lugar. O património cultural é o conjunto de todos os bens, cultos, tradições que podem ser materiais (tangíveis) ou imateriais (intangíveis). Ambos podem ser reconhecidos de acordo com sua ancestralidade, importância histórica e cultural. O património apresenta uma durabilidade simbólica e material. Portanto, tudo o que segue o acordo de particularidade significativa ou qualquer outra forma de expressão cultural é classificado como património cultural.

Por outro lado há a importância da **paisagem**, particularmente na Europa onde os sinais da interação humana com a natureza e a paisagem são tão variados, contrastantes e localizados. Apesar da imensa escala de mudanças socioeconómicas que acompanharam a onda de



industrialização e urbanização deste século em muitas partes da Europa, grande parte dessa diversidade permanece, dando caráter distinto a países, regiões e áreas locais.

Na Europa, praticamente não há áreas que possam ser consideradas 'naturais' no sentido estrito, onde não existe qualquer influência humana, e poucas há onde não existe presença humana. As paisagens culturais caracterizam-se por esta inter-relação distinta entre a natureza e o homem e incluem um conjunto de paisagens maioritariamente rurais. Ao prevalecer sobre os restantes tipos naturais de cobertura do solo, as paisagens culturais desempenham um papel significativo para o estado do ambiente da Europa.



Fotos: SERVIMA SL

A inter-relação entre a natureza e as pessoas varia de lugar para lugar, devido a diferenças nas condições físicas, como topografia, clima, geologia, solos e fatores bióticos, e o tipo de uso ou ocupação humana que pode variar de mínimo a intensivo.

Os padrões de uso do solo evoluíram em torno de dois fatores significativos: o tipo e acessibilidade dos recursos naturais e a dinâmica dos processos demográficos. Ambos os fatores estão intimamente interligados através de uma rede de componentes económicos, ecológicos, sociais e culturais. Ao atuar como documentos visuais para a natureza complexa dessas ligações, as paisagens muitas vezes representam valores estéticos na percepção do nosso ambiente.

O **conceito de meio ambiente** evoluiu de anos atrás, passando quase que exclusivamente dos elementos naturais, físicos e biológicos, para uma conceção mais ampla, na qual os aspetos culturais são incluídos e as interações entre os diferentes aspetos são destacadas, com ênfase nos económicos e socioculturais.



O ser humano, como qualquer outra espécie, tem uma relação muito próxima com o meio ambiente; é uma relação mútua: enquanto o ambiente condiciona o modo de vida das pessoas, os seres humanos influenciam e modificam o ambiente. Desde sua origem, o homem transformou o meio ambiente direta ou indiretamente, muito mais do que qualquer outra espécie, transformando o meio natural e criando novos espaços e paisagens. A relação dos seres humanos com os ecossistemas em que viveram mudou ao longo da história de acordo com o aumento da população humana e o desenvolvimento tecnológico.

Podemos encontrar muitas e **variadas definições de meio ambiente**:

" O meio ambiente é um sistema complexo e dinâmico de inter-relações ecológicas, socioeconómicas e culturais, evoluindo ao longo do processo histórico da sociedade. Engloba a natureza, a sociedade, o património histórico-cultural, o que foi criado pela humanidade, a própria humanidade, e como elemento principal, as relações sociais e a cultura".

" O meio ambiente é o sistema formado por elementos naturais e culturais que se relacionam entre si e são modificados pela ação humana".

Portanto, dentro do meio ambiente, podemos distinguir entre: **elementos naturais** (clima, geografia, fauna, flora e tudo o que encontramos naturalmente) e **elementos culturais** (todos aqueles criados pelo ser humano ou suas atividades socioeconómicas e culturais).

Infelizmente, durante décadas, a atividade humana causou alterações muito fortes no meio ambiente que resultaram na perda de habitats e extinção de espécies, poluição, deslocação de populações animais e humanas devido à destruição de seus habitats, mudanças climáticas, etc..

Além disso, o processo de globalização e a tendência geral de concentração da população nas cidades está a causar a perda de um património cultural rural riquíssimo, ligado a costumes e práticas rurais tradicionais, tradição oral, saberes populares, festas e ritos, arquitetura vernacular, etc., como já desenvolvido nos módulos anteriores.

Quando, na década de 60, se questionou o modelo de crescimento humano e se mostrou o impacto que estava a causar no meio ambiente, foram feitos inúmeros diagnósticos da crise ambiental. Aos poucos, uma nova interpretação do ambiente em que o ser humano está imerso começou a surgir, bem como uma nova visão de sua relação com o meio ambiente.

Foi na **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972)** que começou a ficar claro que o modelo de desenvolvimento económico tinha efeitos ambientais negativos e que o crescimento económico causava uma pressão excessiva. Esta conferência foi a precursora da Cimeira do Rio de Janeiro que aconteceria em 1992 e cujas repercussões foram bem mais conhecidas.

O Relatório Brundtland de 1987 vinculou definitivamente desenvolvimento e meio ambiente como inevitavelmente interdependentes e usou o conceito de desenvolvimento sustentável pela primeira vez de forma popular.



Nas últimas décadas, a ideia de que os problemas ambientais não são apenas problemas da natureza, mas também problemas humanos ou sociais. A crise ambiental tem uma dimensão social que começa a ser amplamente reconhecida. Portanto, hoje em dia, não só os problemas clássicos relacionados à perda de ecossistemas naturais e biodiversidade, poluição, resíduos, etc. são identificados como ambientais, mas também outros mais ligados a questões sociais, económicas, culturais, etc.

Em 2015, a **ONU adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, uma oportunidade para países e sociedades embarcarem num novo caminho para melhorar a vida de todos. Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, também conhecidos como Objetivos Globais, foram adotados pelas **Nações Unidas** em 2015 como um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são integrados, ou seja, reconhecem que a ação numa área afetará os resultados noutras, e que o desenvolvimento deve equilibrar a sustentabilidade social, económica e ambiental. Os países comprometeram-se a dar prioridade ao progresso de outros países que estão mais atrasados. A criatividade, o *know-how*, a tecnologia e os recursos financeiros de toda a sociedade são necessários para atingir as metas de 2030 em todos os contextos. É muito importante a ação local para soluções globais (irradicação da pobreza, combate às mudanças climáticas, educação, proteção ambiental, comunidades sustentáveis, etc.).

6.2. PATRIMÓNIO NATURAL EUROPEU

A Europa é um lugar cheio de história. Foi o berço de vários pensadores, descobridores e influenciadores do mundo atual. Caracterizado por um mosaico muito rico em cultura, com vários legados de gerações anteriores. O património natural traz ainda mais riqueza ao cidadão europeu em diversos setores e desempenha um papel preponderante na questão social europeia, bem como para o crescimento económico, entre outros fatores.

Embora seja o segundo menor continente em extensão territorial, depois da Oceania, a Europa possui uma grande diversidade natural, onde se encontram montanhas, planícies, florestas e penínsulas. De fato, esse grande número de penínsulas com saídas para mares e oceanos possibilitou o contato com outros povos de diversos continentes; sendo as penínsulas: Escandinava, Ibérica, Itálica e Balcânica, as mais importantes do continente europeu.

O relevo do continente é predominantemente plano, com baixas altitudes, principalmente na Europa Ocidental, onde encontramos os Países Baixos cujo nome vem, justamente, por estar abaixo do nível do mar. Mas o património natural europeu não se limita às planícies, a Europa possui um vasto conjunto de regiões altas, como os Alpes, que se localizam na região centro-norte do continente, contemplando a região da França, Suíça, Itália, Áustria, Alemanha, Liechtenstein e Eslovénia. Com o pico mais alto, localizado a 4808 metros de altitude, conhecido como Mont Blanc (França/Itália). O clima dos Alpes é de baixa temperatura durante a maior parte do ano. As montanhas alpinas servem como coletores de chuva na Europa, pois as montanhas formam uma extensa barreira às massas de ar vindas do Atlântico e do Mediterrâneo, formando assim uma “parede” que força a retenção de humidade nos topos das montanhas, formando assim a neve. Nos meses mais quentes, esse gelo derrete e serve para abastecer lagos e cursos de água.

A Europa tem vários parques naturais, espalhados por todo o continente, considerados pela UNESCO como património natural da humanidade.



A **Rede Natura 2000** é a rede europeia de proteção dos espaços naturais que foi criada em 1992 com a adoção da Diretiva Habitats: Diretiva 92/43/CEE sobre a Conservação dos Habitats Naturais e da Fauna e Flora Selvagens. Inclui 2 tipos de locais/zonas:

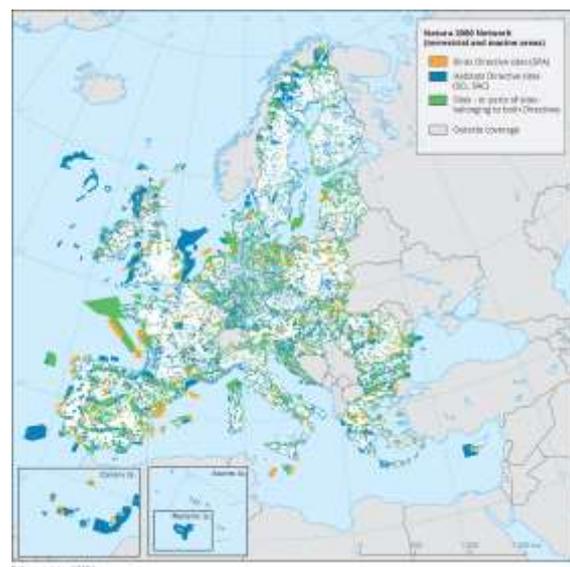
1. Os **Sítios de Interesse Comunitário (SIC)** são sítios que albergam tipos de habitats naturais ou espécies de especial valor a nível da UE. Estes sítios são designados ao abrigo da Diretiva Habitats. As SICs tornam-se **Áreas Especiais de Conservação (SAC)** assim que são formalmente declaradas pelos Estados-Membros da UE.
2. **As Zonas de Proteção Especial para Aves (ZPE)** são locais que albergam espécies de aves selvagens a serem conservadas a nível da UE. As ZPE são designadas ao abrigo da Diretiva Aves: Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979, relativa à conservação das aves selvagens.

A proteção destes diversos locais visa garantir a sobrevivência a longo prazo das espécies e habitats mais valiosos e ameaçados da Europa. Para tal, os Estados-Membros da UE devem tomar as medidas adequadas para mante-los num estado de conservação favorável.

A Rede Natura 2000 está bastante completa no que diz respeito ao ambiente terrestre e a ligação — espacial e funcional — dos sítios Natura 2000 através das fronteiras nacionais é relativamente boa. No entanto, a componente marítima da rede ainda está incompleta em muitos países e inclui principalmente águas costeiras, deixando as águas *offshore* com níveis de proteção precários. Mais informações sobre o progresso da rede Natura 2000 estão disponíveis no **Barómetro Natura 2000**.

Durante o século passado viu-se um grande aumento tanto no número de áreas protegidas como na área total de superfície que recebeu o estatuto de proteção. Com mais de 120 000 locais designados em 52 países como parte da rede Natura 2000, a Europa tem mais áreas protegidas do que qualquer outra região do mundo.

O tamanho das áreas designadas da Europa varia muito, o que reflete a elevada pressão sobre o uso da terra decorrente da agricultura, transportes e desenvolvimento urbano na Europa.



6.3. IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

Após a Segunda Guerra Mundial, a crescente valorização do valor intrínseco da natureza levou à ideia de que o principal papel de uma área protegida era salvaguardar a diversidade biológica. No entanto, a partir da década de 1970, surgiu um modelo mais misto, no qual as áreas protegidas são vistas como um componente crítico de um sistema de suporte à vida, um repositório de biodiversidade e, ao mesmo tempo, uma fonte potencial de riqueza económica, desde que essa riqueza fosse usada de forma sustentável.

Cada vez mais, o valor social e económico das áreas protegidas recebe reconhecimento da sociedade à medida que as pessoas se tornam mais conscientes dos serviços ecossistémicos (regulação da temperatura, fornecimento de alimentos,...) que as áreas protegidas fornecem além da preservação da biodiversidade (European Environment Agency).

<https://www.eea.europa.eu/themes/biodiversity/europe-protected-areas>).

Numa tentativa de descrever e categorizar as diferentes abordagens de gestão em locais específicos, a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) identificou **sete diferentes categorias de áreas protegidas** com base nos objetivos de gestão.

De acordo com a IUCN *“a atividade humana, principalmente para produção de alimentos e silvicultura, está a transformar as paisagens. Hoje, um terço de toda a terra está deteriorada ou em deterioração, o que prejudica a biodiversidade e coloca em risco serviços ecossistémicos essenciais. As áreas protegidas oferecem uma solução. Se geridas de forma eficaz e governadas de forma justa, essas áreas podem salvaguardar a natureza e os recursos culturais, proteger a saúde e o bem-estar humanos, proporcionar meios de subsistência sustentáveis e, assim, apoiar o desenvolvimento sustentável”*.

Essa mudança na perceção do que é uma área protegida também envolveu uma mudança no que se refere a área protegida como um espaço isolado, para passar a ser reconhecida como parte de uma rede ecológica. As redes de áreas protegidas permitem uma gestão mais eficaz e harmoniosa do património natural partilhado por todos.

O conceito de promover a cooperação internacional para a conservação e uso racional do património natural também ganhou reconhecimento desde a década de 1970, dando origem a tipos internacionais de áreas protegidas e redes como as Áreas Húmidas de Ramsar de Importância Internacional.

A importância da preservação da biodiversidade

A conservação e o uso sustentável da biodiversidade são elementos-chave para avançar em direção a um modo de vida sustentável que minimize o impacto das atividades humanas e reconheça o valor e a relevância dos serviços ecossistémicos para o desenvolvimento e o bem-estar de todos. A conservação da biodiversidade ligada à manutenção dos ecossistemas naturais é um dos desafios da humanidade.

O termo "Biodiversidade" refere-se à variedade de diferentes seres vivos que vivem num determinado território. Por outras palavras, num sentido biológico simplificado, biodiversidade é



o número de diferentes espécies de seres vivos presentes nos nossos ecossistemas. O termo pode ser descrito do ponto de vista de **genes, espécies e ecossistemas**.

A perda de raças autóctones (plantas e animais) é também uma perda de biodiversidade que está intimamente ligada à perda de usos e conhecimentos tradicionais nas zonas rurais.

Para além do seu valor ecológico intrínseco, a biodiversidade é fundamental para a existência humana no nosso planeta e se for utilizada de forma sustentável é uma fonte de grande variedade de recursos e serviços.

A biodiversidade está intimamente ligada à saúde e ao bem-estar do ser humano e é uma das bases do desenvolvimento social e económico.



A proteção da biodiversidade, em toda a sua amplitude é, portanto, um desafio coletivo que deve ser enfrentado numa perspetiva global e com uma abordagem integrada, tendo em conta todos os atores ambientais, sociais e económicos.

A biodiversidade do planeta diminuiu drasticamente nas últimas décadas e é impossível determinar exatamente quantas espécies terão desaparecido ou estarão em vias de extinção. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), que publica a chamada Lista Vermelha de espécies ameaçadas internacionalmente, apresenta números alarmantes para a ameaça e extinção de espécies e habitats naturais.

A inter-relação entre os diferentes aspetos e problemas é clara e está bem documentada. Como resultado, ao nível do quadro político e da estratégia global, as várias crises ambientais existentes estão a ser ou devem ser abordadas em conjunto.



6.4. RESERVAS DA BIOSFERA DA UNESCO

As reservas da biosfera promovem soluções que conciliam a conservação da biodiversidade com seu uso sustentável. São áreas de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável em diversos contextos ecológicos, sociais e económicos, afetando a vida de mais de 250 milhões de pessoas por todo o mundo. Existem atualmente 738 reservas da biosfera em 134 países, incluindo 22 locais transfronteiriços que pertencem à **Rede Mundial de Reservas da Biosfera**.

As reservas da biosfera são locais para testar abordagens interdisciplinares para a compreensão e gestão das mudanças e interações entre sistemas sociais e ecológicos, incluindo prevenção de conflitos e gestão da biodiversidade. São lugares que fornecem soluções locais para desafios globais.



As Reservas da Biosfera devem cumprir três funções básicas:

- 1) conservação da biodiversidade e dos ecossistemas que contêm,
- 2) desenvolvimento de populações locais,
- 3) função logística de apoio à investigação, formação e comunicação.

Por conseguinte, as Reservas da Biosfera são **locais rurais onde a interpretação do património tem um interesse especial em vários campos de aplicação diferentes** (conservação do património, comunicação, formação de pessoas locais, turismo local sustentável, desenvolvimento económico, etc.)

Incluem ecossistemas terrestres, marinhos e costeiros. Cada sítio promove soluções que conciliam a conservação da biodiversidade com a sua utilização sustentável. As Reservas da Biosfera são nomeadas pelos governos nacionais e permanecem sob a jurisdição soberana dos Estados onde estão localizadas. São designadas no âmbito do programa intergovernamental MAB pelo Director-Geral da UNESCO, na sequência das decisões do Conselho de Coordenação Internacional do MAB (MAB ICC). O seu estatuto é reconhecido internacionalmente. Os Estados Membros podem submeter locais através do **processo de nomeação**.

Existem 738 reservas da biosfera em 134 países, incluindo 22 locais transfronteiriços. Estão distribuídos da seguinte forma:

- 90 locais em 33 países africanos
- 36 locais em 14 países de estados árabes
- 172 locais em 24 países asiáticos e do pacífico
- 308 locais em 41 países europeus e norte americanos
- 132 locais em 22 países latino americanos e caribenhos.

Especificamente nos países da parceria existem: 6 na Hungria, 20 na Itália, 12 em Portugal, 4 na Eslovénia e 52 em Espanha. (mais informações , <https://en.unesco.org/biosphere>).

<http://rerb.oapn.es/red-espanola-de-reservas-de-la-biosfera/reservas-de-la-biosfera-espanolas/mapa>



6.5. O CONCEITO DE PAISAGEM E PAISAGEM CULTURAL

O conceito de paisagem pode ser analisado de muitos pontos de vista diferentes. Em geografia, paisagem pode ser entendida como um "documento geográfico básico onde diferentes elementos entram em jogo uns com os outros num espaço geográfico concreto". Neles podemos encontrar elementos bióticos, abióticos e antrópicos (aqueles que são o resultado da interação humana com a natureza).

Na maioria dos casos não são apenas os espaços geográficos naturais, mas é o agente humano que os modificou. Geralmente, falamos de uma paisagem cultural quando um determinado espaço contém um grande contexto histórico, ou quando aí tiveram lugar atividades significativas para um país ou região. A UNESCO, ou a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, concede distinções específicas chamadas "Património Mundial", considerando uma categoria específica para as paisagens culturais.

Poderíamos falar de outros significados mais estéticos ou artísticos para a análise e definição da paisagem.

A Convenção Europeia da Paisagem do Conselho Europeu, também conhecida como Convenção de Florença, é o primeiro tratado internacional a ser exclusivamente dedicado a todos os aspetos da paisagem europeia. Aplica-se a todo o território das Partes e abrange zonas naturais, rurais, urbanas e periurbanas. Diz respeito a paisagens que podem ser consideradas paisagens excepcionais, bem como a paisagens quotidianas ou degradadas. A Convenção tem por objetivo: a proteção, gestão e planeamento de todas as paisagens e a sensibilização para o valor de uma paisagem viva.

O preâmbulo desta Convenção refere que a *paisagem*...

... tem um importante papel de interesse público nos domínios cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à atividade económica e cuja proteção, gestão e planeamento podem contribuir para a criação de emprego;

... contribui para a formação de culturas locais e ... é uma componente básica do património natural e cultural, contribuindo para o bem-estar humano ...;

... é uma parte importante da qualidade de vida das pessoas em toda a parte: em áreas urbanas e rurais, em áreas degradadas e em áreas de alta qualidade, em áreas reconhecidas como sendo de beleza excepcional e em áreas do quotidiano;

... é um elemento-chave do bem-estar individual e social e ... a sua proteção, gestão e planeamento implicam direitos e responsabilidades para todos.

A definição de paisagem, segundo a Convenção, é uma área cujo carácter é o resultado da ação e interação de fatores naturais e/ou humanos. Define também "proteção da paisagem" como ações para conservar e manter as características significativas ou características de uma paisagem e "gestão da paisagem" como uma ação que assegura a manutenção regular de uma paisagem, de modo a orientar e harmonizar as mudanças que possam existir.



Resumindo, portanto, a paisagem:

- É um elemento chave do bem-estar individual e social;
- Contribui para a formação de culturas locais e que é uma componente básica do património natural e cultural europeu;
- É uma parte importante da qualidade de vida das pessoas onde quer que elas existam.

A Convenção Europeia da Paisagem do Conselho da Europa é um texto jurídico de nível internacional que aborda a proteção e gestão do património natural e cultural, e o planeamento regional e espacial. É complementar a outros tratados internacionais, tais como:

- A Convenção da UNESCO relativa à Proteção do Património Cultural e Natural Mundial, (Paris, 16 de Novembro de 1972);
- A Convenção do Conselho da Europa sobre a Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais Europeus, (Berna, 19 de Setembro de 1979);
- A Convenção do Conselho da Europa para a Proteção do Património Arquitetónico da Europa, (Granada, 3 de Outubro de 1985);
- A Convenção do Conselho da Europa para a Proteção do Património Arqueológico (revista) (Valletta, 16 de Janeiro de 1992). [13]

A definição de "paisagem" na Convenção Europeia da Paisagem é mais ampla do que a de "paisagem cultural" na Convenção do Património Mundial da UNESCO; a primeira inclui qualquer tipo de paisagem, enquanto a segunda denota sítios de valor universal excecional que foram identificados como Sítios do Património Mundial.

Em 1992, a **Convenção do Património Mundial da UNESCO** (um importante instrumento de cooperação internacional para a conservação de sítios naturais de grande importância internacional) tornou-se o primeiro instrumento jurídico internacional a reconhecer e proteger as paisagens culturais. Na sua 16ª sessão, o Comité adotou orientações relativas à sua inclusão na Lista do Património Mundial.



Foto: SERVIMA SL

Foi reconhecido que as **paisagens culturais representam as "obras combinadas da natureza e do homem"** designadas no artigo 1º da Convenção. São ilustrativas da evolução da sociedade humana e do povoamento ao longo do tempo, sob a influência das limitações físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, tanto externas como internas.



Estas paisagens refletem frequentemente técnicas específicas de utilização sustentável do solo, considerando as características e limites do ambiente natural em que estão estabelecidas, e uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção das paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de utilização sustentável do solo e pode manter ou melhorar os valores naturais na paisagem. A existência contínua de formas tradicionais de uso do solo sustenta a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. A proteção das paisagens culturais tradicionais é portanto útil para a manutenção da diversidade biológica.

As paisagens culturais enquadram-se em **três categorias principais** (definidas pela Convenção do Património Mundial):

1. Paisagem concebida e criada intencionalmente pelo homem. A mais facilmente identificável de todas as três. Abraça paisagens de jardins e parques construídos por razões estéticas que estão frequentemente (mas nem sempre) associadas a edifícios e conjuntos religiosos ou outros monumentais.

2. Paisagem organicamente evoluída. Isto resulta de um imperativo social, económico, administrativo e/ou religioso inicial e desenvolveu a sua forma atual através da associação com e em resposta ao seu ambiente natural. Tais paisagens refletem esse processo de evolução na sua forma e características componentes.

3. Paisagem cultural associativa. A inclusão de tais paisagens na Lista do Património Mundial é justificável em virtude das poderosas associações religiosas, artísticas ou culturais do elemento natural e não de provas culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes. (<https://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>)

Enquanto a dimensão internacional das paisagens naturais tem sido prontamente reconhecida há muitos anos através da conservação da natureza, as paisagens culturais têm tendido a ser consideradas quase exclusivamente como uma preocupação nacional. Certamente a proteção das paisagens, e a gestão da mudança no seu interior, é sobretudo uma questão de ação nacional e local, mas também existe claramente uma escala europeia de preocupação.

A complexidade dos fatores que contribuem para a formação das paisagens culturais da Europa reflete-se na diversidade dos valores que lhes estão ligados. Estes valores e problemas das paisagens culturais baseiam-se muito mais em aspetos económicos e sociais que precisam de ser distintamente diferenciados. No entanto, a conservação das paisagens também ajuda a proteger as espécies e habitats dentro delas e, tomando medidas para proteger as espécies e habitats, contribui para salvaguardar a riqueza e diversidade da paisagem.

(<https://www.eea.europa.eu/publications/92-826-5409-5/page008new.html>)

A particular riqueza e diversidade das paisagens europeias, os visitantes que isto atrai de dentro e de fora da Europa, combinados com as suas muitas associações culturais, tornam as paisagens uma questão de interesse e preocupação para todos. Em última análise, a diversidade regional e a singularidade das paisagens formam colectivamente um património europeu comum.

Uma vez que a maioria das paisagens são um subproduto das atividades humanas, estão particularmente expostas à mudança. Esta é uma característica importante das paisagens culturais que não é, *per se*, prejudicial para o ambiente. No entanto, é importante definir um potencial ótimo onde tanto os valores económicos como ecológicos das paisagens sejam equilibrados.



6.6. INTERPRETAR A PAISAGEM

A paisagem é um meio que contém **valores tangíveis e intangíveis**. Fornece um habitat para plantas, animais, e outros meios de subsistência na terra. Moldam a superfície com morfologia, água, vegetação, solo e mudam com o tempo. Na paisagem pode ler-se informação sobre as atividades humanas e a evolução histórica do lugar. Mas as **sensações, sentimentos, sentidos, memórias, sonhos... Também estão envolvidos na sua interpretação.**

É criado por memórias pessoais e coletivas para além do fenómeno natural da própria paisagem. As memórias de um lugar recolhem-se vezes sem conta como um manuscrito em pergaminho e tornam-se as camadas de memória do lugar em questão. Os dispositivos mnemónicos nas paisagens são os elementos de recordação da memória do lugar. Podem ser usados para recordar o passado, um acontecimento, uma pessoa, ou mais profundamente dentro do nosso subconsciente.

110



Foto: SERVIMA SL

Cada observador, pelo simples facto de ser um observador, intervém na realidade, fazendo dela a sua própria experiência subjetiva. Portanto, podemos afirmar que diante da mesma paisagem, não haverá duas pessoas que tenham a mesma experiência, mesmo que tecnicamente possam observar a mesma coisa.

A interpretação da paisagem pode ser defenida de muitas maneiras, enfatizando principalmente as relações socioculturais e processos ambientais. Os trabalhos clássicos sobre a paisagem em toda a Europa tomaram como característica a transformação histórica das formas físicas por grupos culturais como o seu principal interesse. A interpretação paisagística resumia-se essencialmente à explicação de como as forças naturais e culturais se combinavam na modelação dos ambientes.



Foto: SERVIMA SL



A partir dos anos 70, surgiram novas correntes que se afastaram desta concepção tradicional. Sob a influência de uma compreensão humanística, a interpretação de paisagens aproximou-se de outras preocupações metodológicas, prestando atenção à importância do sujeito humano e aos valores culturais estimulou um amplo envolvimento na interpretação de paisagens dentro dos seus contextos sociais em mudança, como lugares de valor cultural, prazer estético ou experiência comum, entre outros.



A interpretação da paisagem tornou-se mais fortemente influenciada pelos desenvolvimentos da teoria social e cultural. Enquanto as interpretações clássicas da paisagem eram vistas como carentes de compreensão teórica da cultura e da luta social, o trabalho humanista foi questionado por uma atenção limitada ao poder e à política da paisagem.

Outros trabalhos influentes na história da arte enfatizaram a importância da paisagem como espaço visual, moldada através de processos sociais e expressando formas de ver em movimento. Crucial para a nova geografia cultural dos finais dos anos 80 e 90 era que a paisagem precisava de ser considerada em termos de práticas de representação, e, por implicação, a interpretação da paisagem implicava traçar as expressões do poder social tanto no exterior e no ambiente construído como nos espaços discursivos de imagens, mapas e textos.

Em meados dos anos 90, surgiu um interesse cada vez maior pela paisagem como política e lugar de justiça, em particular nos países nórdicos.

Outra afirmação de materialidade geográfica, incluindo a atenção à prática encarnada, à emoção, ao afecto e ao não humano, surgiu mais recentemente na sequência de teorias não representacionais.



6.7. EXEMPLOS DO PATRIMÓNIO NATURAL E DAS PAISAGENS CULTURAIS NOS PAÍSES DA PARCERIA

6.7.1. Itália

A Itália é um dos países mais encantadores do mundo, de norte a sul é um país cheio de beleza natural, rico em cultura, gastronomia, entre outras. Berço e capital do Império Romano, o país tem muitos monumentos e paisagens naturais, muitos deles com séculos de história e que estão agora classificados como Património Mundial. Com 58 sítios reconhecidos pela UNESCO com este selo em território italiano. O primeiro a ser classificado como tal em Itália foi a "Arte Rupestre do Vale dos Camonica" em 1979. Mas para Património Natural, a Itália é também muito diversificada, do interior ao litoral, com locais desde 1997, como as praias na Costa de Amalfi, a cidade de Portovenere, Cinque Terre, Ilhas Palmaria, Tino e Tinetto. Os Alpes ocupam um pouco do território italiano e, com isso, a Itália é abençoada com um belo património natural, como o Lago di Carezza, é um lago dos Alpes com águas cristalinas, composto por cerca de 300 metros de comprimento e 130 metros de largura, tudo isto a uma altura de 1534 metros acima do nível do mar, na província de Bolzano.

112

6.7.2.2. 6.7.1.1.- Montanhas Dolomiti - UNESCO Património Mundial

Dentro das Dolomitas existem numerosas áreas protegidas. Para além dos parques nacionais, regionais e locais, existem também Sítios de Importância Comunitária (SIC) e Zonas de Proteção Especial (ZPE). Por este motivo, a UNESCO sempre considerou de interesse especial as áreas protegidas das Dolomitas, estabelecendo os perímetros de cada um dos nove sistemas de Dolomitas da UNESCO de tal forma que coincidem quase perfeitamente com os seus limites.



6.7.3. Espanha

A Espanha é um país com condições físicas e climáticas muito diversas e, portanto, com uma grande diversidade de espaços naturais, espécies de flora e fauna e paisagens. Está localizado na Península Ibérica e, portanto, tem uma longa linha costeira, banhada pelo Oceano Atlântico, o Mar Cantábrico e o Mar Mediterrâneo. Tem também dois arquipélagos, as Ilhas Baleares e Canárias, e diferentes cadeias de montanhas que proporcionam uma diversidade ainda maior de condições bioclimáticas.

A situação geográfica de Espanha como cruzamento entre a Europa e a África favorece a existência de espécies muito diferentes, uma vez que várias regiões climáticas e biogeográficas coincidem no seu território, dentro de cada uma das quais as condições de relevo acima mencionadas devido à orografia proporcionam uma variedade ainda maior. Existem três regiões bioclimáticas:

- **Eurosiberianas:** coincidem com a margem norte (Galiza, zonas cantábricas e Pirenéus); são as zonas de clima oceânico ou atlântico, caracterizadas por precipitações elevadas e regulares e temperaturas temperadas com formações vegetais de floresta de folha caduca temperada.
- **Mediterrâneo:** Esta região ocupa a maior parte da Península e estende-se pelas zonas climáticas mediterrânicas, caracterizadas por precipitações escassas e irregulares, com forte seca estival e temperaturas amenas. As suas formações vegetais características são a floresta e o matagal mediterrânicos, com espécies como azinheira, sobreiro, oliveira, etc. dominando.
- **Macaronésico:** coincide com as Ilhas Canárias, onde prevalece um clima subtropical com temperaturas quentes durante todo o ano e baixa pluviosidade. Devido às suas características climáticas e ao seu isolamento, plantas e animais endémicos são comuns, ou seja, não habitam outros territórios.

A Espanha é o país com mais Reservas da Biosfera no mundo, com um total de 52, o que equivale a mais de 12% do seu território. Castela e Leão é a Comunidade Autónoma com mais Reservas da Biosfera em Espanha, com 10 no total, seguida da Andaluzia com 9, das Ilhas Canárias e Astúrias com 7 cada e da Galiza com 6.)

6.7.2.1.- Reservas da Biosfera de Ancares e Parque Natural de Somiedo (na lista indicativa do Património Mundial da UNESCO)

Este local inclui duas áreas muito distintas: de um lado o território dos Ancares, um distrito encontrado entre as províncias de León (região de Castela e Leão) e Lugo (região da Galiza) e, do outro, o parque natural de Somiedo, situado no Principado das Astúrias.

Trata-se de uma paisagem cultural em terreno montanhoso da Serra Cantábrica que combina beleza paisagística com uma estrutura socioeconómica enraizada no passado, ilustrando um estilo de vida ancestral que já não comum na Europa. Caracteriza-se pela coexistência de valores ecológicos excepcionais, juntamente com um legado etnográfico único que testemunha o método ancestral do homem de exploração de recursos.

Um elemento importante é o sistema tradicional de pecuária baseado na transumância, ainda hoje em uso, e que define a paisagem e a sociedade locais, representando um património vivo que combina de forma única a natureza e a cultura. Os estudos antropológicos ajudaram a compreender a importância destas pastagens como um fenómeno técnico-ecológico racional e



eficaz. A característica comum é o trabalho sazonal e o pastoreio do gado das "gramíneas firmes" dos pastos.

<https://whc.unesco.org/en/tentativelists/5132/>



Fotos: SERVIMA SL e Jesus Nuñez

6.7.2.2. Áreas com "Dehesa" no sudoeste da Península Ibérica (principalmente na Extremadura, Andaluzia, Castela e Leão, Castilha La Mancha e Madrid)

O "dehesa" (em português, montado) é um ecossistema único encontrado no sudoeste da Península Ibérica. É uma floresta mediterrânica modificada pelo homem que cobre cerca de 5 milhões de hectares em Espanha. É um ecossistema artificial onde, graças a um modelo de utilização sustentável, foi criado um lugar de grande biodiversidade. O "dehesa" é o lar da vida selvagem, com mais de 20 espécies de mamíferos e 60 espécies de aves, algumas delas espécies ameaçadas de extinção, como o lince e a águia imperial.

Combina a utilização agrícola, pecuária e florestal. Parte da floresta original foi eliminada para criar pastagens e um espaço ideal para a criação extensiva de gado (ovinos, caprinos, bovinos e suínos ibéricos). As árvores do género Quercus (azinheiras, sobreiros, carvalhos e castanheiros) representam a quase totalidade da massa arbórea do "dehesa", produzindo as bolotas altamente apreciadas para alimentar o porco ibérico, altamente adaptadas ao "dehesa". Outro uso tradicional interessante é a produção de cortiça pelo sobreiro.

<https://www.youtube.com/watch?v=DsbMCO4dwtk>



Fotos: SERVIMA SL



6.7.4. Hungria

A Hungria, país da Europa Oriental, é também visitada por muitos turistas durante o ano, principalmente para os locais classificados como Património Mundial pela UNESCO. Um deles encontra-se no norte da Hungria, na cidade de Borsod-Abaúj-Zemplén, um município conhecido pelo grande número de grutas no Parque Nacional de Aggtelek. Foi fundado em 1985, contendo mais de 270 grutas e foi o primeiro parque húngaro dedicado à proteção de formações terrestres pouco profundas e grutas propriamente ditas. A tarefa do parque consiste em desenvolver o ecoturismo na região, que se expande para os territórios da Hungria e Eslováquia. A gruta mais famosa é a de Baradla, onde ecoturismo está bem desenvolvido. Ali, para além das visitas a pé dentro da caverna, o parque oferece desde visitas guiadas específicas (zoológicas e botânicas) para os mais interessados até passeios de bicicleta em família. Com toda esta estrutura e beleza natural, desde 1995 o Parque Nacional de Aggtelek faz parte da Lista do Património Mundial da UNESCO.

115

6.7.3.1. Paisagem Cultural Histórica da região vinícola de Tokaj, Hungria

A Paisagem Cultural Histórica da Região do Vinho de Tokaj (uma das 3 paisagens culturais húngaras) encontra-se na Lista do Património Mundial da UNESCO desde 2002. A região representa uma tradição vitivinícola distinta, com mil anos, que sobreviveu intacta até ao presente e toda a paisagem, incluindo tanto os vinhedos como povoações há muito estabelecidas, ilustra a forma especializada de utilização tradicional da terra que representa.

Um dos primeiros sistemas de classificação de vinhas do mundo foi estabelecido em 1737 em Tokaj, localizado no nordeste da Hungria. Tal como outros locais de património mundial, Tokaj tem um grande valor simbólico para a autorrepresentação nacional que gerou uma categoria especial de proteção também a nível nacional. Todo o património mundial e a sua zona tampão - com as suas 27 povoações (quintas, aldeias e pequenas cidades), viticultura distinta (por exemplo, produção de vinho aszú) com uma rede histórica de mais de 3.000 adegas, e um património arqueológico, natural e imaterial diverso - tem sido legalmente protegido como a primeira "paisagem histórica" da Hungria desde 2012. O objetivo da proteção é preservar os edifícios históricos e o ambiente natural, sustentar a utilização tradicional da terra, bem como assegurar a gestão sustentável do Valor Universal Excepcional da propriedade. Para além das áreas protegidas nacionalmente, mais de metade da paisagem histórica pertence à Rede Natura 2000, pelo que goza de proteção a nível da UE como um sítio natural de importância comunitária. Além disso, um grande número de monumentos históricos são também individualmente (localmente) protegidos. A região tem sido também membro da rede internacional *ViTour Landscape*, incorporando 6 vinhedos do Património Mundial na Europa.



6.7.5. Eslovénia

Outro país da Europa Oriental que chama a atenção para a sua beleza natural, é a Eslovénia especialmente quando se trata de grutas. Com um esplêndido sistema de cavernas, as grutas de Skocjan formam uma das mais magníficas paisagens subterrâneas da Europa. Banhadas pelo rio Reka, as grutas desaparecem no subsolo e reaparecem a 34 km, continuando o seu caminho em território italiano. O sistema de cavernas subterrâneas em Skocjan é milenar, o que traz muitos turistas para a região, além disso, existem escritos sobre as mesmas que datam de 60 a.C. Em todos os 6200 metros de comprimento das grutas de Skocjan, além da sua beleza natural, podemos encontrar espécies animais únicas no local, um belo exemplo disto é o dragão bebé, uma espécie de salamandra. Vários tipos de morcegos, insetos subterrâneos e crustáceos são encontrados nestas grutas.

6.7.4.1.- Grutas de Škocjan, Eslovénia

As Grutas de Skocjan situam-se na misteriosa região eslovena de karst, onde existe uma série de maravilhas naturais. As Grutas de Skocjan que, com o maior desfiladeiro subterrâneo da Europa, foram as primeiras na Eslovénia a serem inscritas na Lista do Património Mundial Natural e Cultural da UNESCO. As Grutas de Skocjan foram inscritas na lista do património mundial da UNESCO a 28 de Novembro de 1986. São, acima de tudo, um fenómeno natural de importância global, classificando-se lado a lado com o Grand Canyon (EUA), a Grande Barreira de Corais (Austrália), as Ilhas Galápagos (Equador), o Monte Everest (Himalaias), entre outros. As Grutas de Skocjan são um fenómeno natural único criadas pelo rio Reka. O rio Reka nasce por baixo do planalto Sneznik e corre cerca de cinquenta e cinco quilómetros na superfície. Depois de atingir o Karst, ou seja a superfície calcária, o rio não só aprofunda o seu leito através da erosão mas também por meio da corrosão - dissolve o calcário.

<https://www.park-skocjanske-jame.si/en/>

<https://www.park-skocjanske-jame.si/en/read/educational-programmes/skocjan-education-trail>



6.7.4.2.- Florestas primitivas na Eslovénia

As áreas de florestas primordiais de faia dos Cárpatos e outras regiões europeias que fazem parte da Lista do Património Mundial da UNESCO são as partes mais preservadas das florestas de faia que tiveram um papel importante no desenvolvimento e impacto destes ecossistemas na Europa desde o último período glacial há 12.000 anos. Estas áreas incluem as reservas florestais da Floresta Primitiva de Krokár e Snežnik Ždročle. A Floresta Primitiva de Krokár é um esplêndido pedaço de natureza intocada localizado no coração das florestas de Kočevje. Esta floresta ainda não foi tocada pelo homem, mas é o lar de espécies indígenas de mamíferos e aves. As antigas florestas de faias, que garantiam o seu lugar na lista da UNESCO com a sua preservação, também se espalhavam na Reserva Snežnik Ždročle. Ambas as reservas fazem parte da rede Natura 2000.

117

A floresta virgem de Krokár representa a beleza e a integridade das florestas primitivas de faia ocupando uma superfície de mais de 75 hectares. É uma reserva restrita, que também faz parte da rede Natura 2000, e representa o ecossistema de um equilíbrio em constante mudança entre solo, clima e inúmeros organismos vivos (desde organismos microscópicos a ursos). Apenas as leis da natureza se aplicam aqui, pelo que as pessoas se mantêm conscientemente afastadas. Só podemos entrar na olhando para ela a partir da trilha natural de Borovec. Krokár faz parte da Lista do Património Mundial da UNESCO com a reserva florestal Snežnik Ždročlje, o que é um testemunho da sua importância excepcional.

[UNESCO World Heritage | I feel Slovenia](#)

[Virgin Forest and Forests » Kočevsko \(kocevsko.com\)](#)



Fotos: [Jaka Arbutina](#), Entrada para a floresta primitiva



6.7.6. Portugal

Portugal é um país de cultura e património únicos, é muito fácil de reconhecer quando algo é português, sejam os seus azulejos, as suas peças, a sua arquitetura e paisagens naturais. A UNESCO já classificou 25 locais portugueses como Património Mundial, entre eles: centros históricos, sítios arqueológicos, parques, paisagens culturais entre outros. Muitos destes locais têm contribuído para a história portuguesa e mundial durante milhares de anos.

A região norte de Portugal é particularmente rica em património cultural e natural, alguns exemplos são as bacias dos rios Douro, Minho, Lima Cávado e Ave. O norte está repleto de diversidade, com bacias hidrográficas até às montanhas, como na região de Trás-os-Montes, Alto Douro e Meseta Ibérica.

Trás-os-Montes localiza-se atrás das serras do Marão e Alvão, ambas a norte do rio Douro.

118

6.7.5.1.- Alto Douro Vinhateiro (Paisagem cultural evolutiva e viva)

A Região Demarcada do Alto Douro é uma área particularmente representativa da paisagem que caracteriza a vasta Região Demarcada do Douro, a mais antiga região vitivinícola regulamentada do mundo. A paisagem do Alto Douro combina a natureza monumental do vale do rio Douro, feito de encostas íngremes e solos pobres e irregulares, com a ação ancestral e contínua do Homem, adaptando o espaço às necessidades agrícolas de tipo mediterrânico que a região suporta.

Esta relação íntima entre a atividade humana e a natureza permitiu a criação de um ecossistema de valor único, onde as características do terreno são utilizadas de forma exemplar, com a modelação da paisagem em socalcos, preservando-a da erosão e permitindo o cultivo da vinha.



Fotos: SERVIMA SL



6.8. BIBLIOGRAFIA

Duncan, James S., and Nancy Duncan. "Doing Landscape Interpretation." In *The SAGE Handbook of Qualitative Geography*. Edited by Dydia Delyser, Steve Herbert, Stuart C. Aitken, Mike Crang, and Linda McDowell, 225–247. Los Angeles: SAGE, 2010.

European Environment Agency. *Europe's Environment - The Dobris Assessment*. Chap. 8. Landscapes. (23 Nov 2020).

European Environment Agency

<https://www.eea.europa.eu/themes/biodiversity/europe-protected-areas>).

European Landscapes

(<https://www.eea.europa.eu/publications/92-826-5409-5/page008new.html>)

Howard, Peter. *An Introduction to Landscape*. Farnham, UK: Ashgate, 2011.

International Union for Conservation of Nature (IUCN)

<https://www.iucn.org/our-work/protected-areas-and-land-use>

Johnson, Matthew. *Ideas of Landscape: An Introduction*. Oxford: Blackwell, 2006.

Morin, Karen M. "Landscape: Representing and Interpreting the World." In *Key Concepts in Geography*. 2d ed. Edited by Nicholas J. Clifford, Sarah L. Holloway, Stephen P. Rice, and Gill Valentine, 286–299. Los Angeles: SAGE, 2009.

Natura 2000 Network

<https://natura2000.eea.europa.eu/>

https://ec.europa.eu/environment/nature/natura2000/sites_hab/index_en.htm

<https://www.renovablesverdes.com/pt/patrimonio-natural/>

UNESCO Cultural Landscape

<https://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>

UNESCO Biosphere Reserves

<https://en.unesco.org/biosphere>).

<https://culture.ec.europa.eu/cultural-heritage>

Winchester, Hilary P. M., Lily Kong, and Kevin Dunn. *Landscapes: Ways of Imagining the World*. Harlow, UK: Pearson, 2003.

Wylie, John. "Landscape." In *The SAGE Handbook of Geographical Knowledge*. Edited by John A. Agnew and David N. Livingstone, 300–315. Los Angeles: SAGE, 2011.



PARTE III. INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO



**RURAL
HERITAGE**

MÓDULO 7. INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO. RELAÇÃO COM A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO.

Índice:

- Introdução à Interpretação do Património
- O que é a interpretação do património?
- A interpretação do património e a sua relação com a conservação do património rural.
- Bibliografia

7.1. INTERPRETAÇÃO À INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO

121

Interpretação do património (IP) é uma estratégia de comunicação baseada na experiência reconhecida do *National Park Service* nos Estados Unidos da América, o país onde foi desenvolvida, e nas contribuições de vários autores sobre metodologia de interpretação, especialmente Sam Ham, que desenvolveu a interpretação temática, ou seja, interpretação onde um tema serve como ideia de partida para estimular o pensamento nos visitantes.

A IP é geralmente definida como uma técnica de comunicação estratégica que, através de mensagens compreensíveis e atrativas, procura ligar intelectual e emocionalmente o público ao recurso a ser conhecido, neste caso com o património rural.

O objetivo da interpretação é revelar o significado do sítio ou do elemento patrimonial, numa atmosfera relaxada e agradável, a fim de suscitar uma resposta de apreciação e empenho dos visitantes.

Pode também ser descrita como a "**arte**" de comunicar *in situ* os valores patrimoniais a grupos não especialistas do público em geral que visitam o sítio nos seus tempos livres. Dar a conhecer o património a grupos homogéneos de especialistas (etnógrafos, geógrafos, historiadores, arqueólogos, biólogos, antropólogos, arquitetos ou profissionais de turismo) cujas motivações e conhecimentos são fáceis de compreender é relativamente fácil. Mas trabalhar com grupos heterogéneos, compostos por famílias ou grupos de amigos, de idades muito diferentes, com interesses diversos, é mais complicado. A IP é uma estratégia particularmente adequada para trabalhar com estes grupos heterogéneos.

Âmbito da interpretação do Património
• Áreas naturais protegidas
• Turismo
• Desenvolvimento rural
• Gestão e conservação do património
• Educação

A IP tem muitas áreas de aplicação. Nasceu como método de intervenção junto do público visitante em **áreas naturais protegidas** e ao longo do tempo foi-se estendendo ao campo do turismo, oferecendo o atractivo de **aproximar o público de um lugar de uma forma diferente**.

Outra área interessante de aplicação é o **desenvolvimento rural**, envolvendo a população local e os visitantes através de estratégias em que ambos se tornam protagonistas. Pode também ser utilizado na



gestão e conservação do património e, claro, no **campo educativo**, como uma estratégia de aprendizagem atractiva.

A IP é um instrumento que pode apoiar o desenvolvimento turístico e a gestão do património, porque permite tratar os sítios ou recursos como produtos e apresentá-los ao público, estabelecendo ligações, tanto intelectuais como emocionais, entre elementos do património natural e cultural (tangíveis e intangíveis), as experiências e necessidades das populações locais e as expectativas dos visitantes.

7.2. O QUE É A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO?

A interpretação do património é uma técnica de comunicação (oral, visual, escrita, auditiva, interativa) que procura **revelar valores patrimoniais** às pessoas que visitam um lugar nos seus tempos livres, **proporcionando-lhes experiências *in situ***, quer mostrando e experimentando objetos e lugares, quer com qualquer meio que **lhes permita compreender a essência do lugar**.

De acordo com a Associação Europeia de Interpretação do Património: "interpretação significa acrescentar significado às experiências, quer estas provenham de sentimentos ou pensamentos. A forma como interpretamos o património é fundamental para a forma como moldamos o nosso futuro comum. A interpretação do património está profundamente enraizada na cultura humana. Mesmo a decisão de conservar algo como herança requer um ato de interpretação. Antigamente, os xamãs e padres eram considerados intérpretes profissionais, e após a Era do Iluminismo, os filósofos europeus desenvolveram as suas próprias ideias de como o património poderia ser interpretado.

Contudo, o primeiro livro seminal sobre "Interpretar o nosso património" foi escrito em 1957 por Freeman Tilden para o *US National Park Service*. No seu livro, Tilden estabelece esta definição no contexto do objetivo primordial de revelar o significado de um sítio a visitantes não especialistas. Desde que o livro de Tilden foi publicado, outros aperfeiçoaram a sua definição de diferentes maneiras, mas os seus princípios-chave são ainda amplamente adotados."

Definições de interpretação do património

" É a arte de explicar o lugar das pessoas no ambiente, a fim de sensibilizar e despertar o desejo de contribuir para a conservação do ambiente " (DON ALDRIGE, 1973).

"É um processo de comunicação concebido para revelar ao público os significados e inter-relações do nosso património natural ou cultural através da participação em experiências em primeira mão com objectos, características, paisagens ou lugares" (BOB PEART, 1977).

" É a arte de revelar *in situ* o significado do património natural, cultural e histórico ao público que visita estes lugares nos seus tempos livres" (SOCIEDADE ESPANHOLA DE INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO, 1996).

"Representa a tradução de linguagem técnica das ciências naturais ou áreas afins em termos e ideias que o público em geral possa compreender " (SAM HAM, 1992).



"Atividade educativa que visa revelar significados e relações através do uso de objetos originais, por experiência própria e por meios ilustrativos, em vez de simplesmente comunicar informação factual". (FREEMAN TILDEN, 1968).

De uma forma muito simples podemos definir a IP como uma **técnica de comunicação estratégica que permite a compreensão e o usufruto do património a grupos heterogéneos.**

A interpretação do património é uma disciplina que tem uma vasta gama de directrizes metodológicas e diretivas para a comunicação com o público e para a apresentação do património *in situ*, transmitindo uma mensagem poderosa que transcende a visita (MARTÍN M., 2008).

A interpretação do património é distribuída em todo o mundo. Baseia-se numa investigação considerável e é ensinada a todos os níveis, desde a formação profissional até ao grau universitário.

123

7.3. A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO E A SUA RELAÇÃO COM A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL.

Os locais com interesse patrimonial (naturais e culturais) são também habitados por uma população local que depende dos recursos do local e pode estar envolvida em atividades de interpretação que proporcionam uma visão global do património e servem para reforçar o sentimento de pertença ao local através do conhecimento e apreciação do próprio património, ao mesmo tempo que ajudam a compreender os benefícios que a sua conservação tem para a comunidade.

Além disso, a população local pode beneficiar destas atividades, uma vez que a interpretação pode transformar as singularidades locais num "produto", criando ou expandindo a oferta turística. A interpretação do património melhora os serviços que podem representar um rendimento económico e pode, portanto, tornar-se um poderoso meio de desenvolvimento local, gerando rendimentos principais ou complementares, através de vários serviços (guias locais, catering, lojas de venda de produtos e artesanato locais, visitas a produtores, recuperação e valorização do património local, etc.).



Uma boa interpretação assegura que "os visitantes voltem, partilhem o seu entusiasmo sobre a experiência com os amigos e fiquem mais tempo da próxima vez" (Lisa BROCHU and Tim MERRIMAN, 2003).

Como o turismo patrimonial, rural, cultural e natural está em expansão, para manter a sua sobrevivência, deve assegurar a conservação do próprio património, e não se concentrar apenas



no desenvolvimento socioeconómico e na satisfação dos turistas. Precisamente a IP é um instrumento que pode contribuir para tudo isto com um bom planeamento interpretativo.



Assim, a Interpretação do Património serve de aliada na gestão e conservação de áreas naturais e do património cultural porque pode fornecer aos visitantes informação e sensibilização para a conservação, ajudando a planear a utilização do património, sítio ou recurso, sem sacrificar o gozo da experiência por parte do público. Os serviços de interpretação serão sempre oferecidos em sítios ou em torno de recursos que não sejam particularmente vulneráveis e onde a pressão

pública não tenha um impacto significativo.

É um instrumento de gestão eficaz para evitar impactos negativos e inculcar comportamentos positivos em relação ao património. É um excelente instrumento para a gestão do uso público e uma oportunidade para a sociedade estar consciente das questões de conservação do património rural e participar na sua solução.

Há uma grande diferença de objetivos, finalidade e abordagem entre a interpretação do património e a simples informação ou divulgação como ações ou instrumentos sociais que prosseguem e participam em políticas, planos e ações de conservação do património, natural ou cultural. O quadro seguinte resume estas diferenças de acordo com os autores González, M.; Lezcano M.E., Serantes A. (2014), pg. 3 (Interpretação do Património Artístico. Guia para profissionais de turismo. CEIDA- Centro de Extensión Universitaria e Divulgación Ambiental de Galicia).

Tipos de ferramentas de conservação				
Ferramenta	Informação	Divulgação	Interpretação	Educação
Foco	Comportamentos corretos Adquirir conhecimento do lugar, do recurso, do património		Mudança de atitude Envolvimento afetivo Participação em ações	
Objetivos	Cumprir as regras Segurança		Capacitar/entender as consequências das ações	
Protagonistas	Administração Fornecedores/guias de informação		Visitas População local	

Fonte: González, M.; Lezcano M.E., Serantes A. (2014). Interpretación do Patrimonio Artístico. Guía para profissionais do turismo. Ed. CEIDA- Centro de Extensión Universitaria e Divulgación Ambiental de Galicia.

A interpretação do património é também uma estratégia educacional, ligada a programas de comunicação, sensibilização e educação ambiental ou patrimonial, destinados à população local, estudantes, professores, gestores ou técnicos municipais, visitantes, etc.



As ações de conservação são desenvolvidas nas seguintes áreas: processos de revalorização do património, promoção do desenvolvimento rural, programas de educação ambiental ou patrimonial, turismo em torno do património rural ou ecoturismo, e gestão dos bens patrimoniais.

Os princípios de interpretação do património são utilizados nas comunidades locais mas ainda mais para envolver os visitantes em áreas protegidas, monumentos, museus e muitos outros locais onde o património pode ser vivido.

Os intérpretes profissionais não só facilitam os processos de aprendizagem como guias em diálogos presenciais. Fazem também uso de outros meios de apoio à experiência do património, incluindo guias áudio, painéis de texto, aplicações multimédia, etc.

Provocam a curiosidade e interesse das pessoas, relacionando o sítio ou objetos com os conhecimentos, experiência, antecedentes e valores dos próprios participantes. Os intérpretes profissionais também se abstêm de comunicar simplesmente factos não relacionados ou mensagens estritamente definidas.

125



Por tudo isto, é essencial desenvolver um processo interpretativo e planeamento adequados, tópicos que vamos introduzir no próximo módulo.

7.4. BIBLIOGRAFIA

Aldridge, Don. 2005. La interpretación como indicador de la convicción cultural. Boletín de Interpretación número 12: 11-21. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.



Ambientarte, D.L. 2012. Interpretación del patrimonio: una herramienta eficaz para la conservación. Fuentes Nuevas. Ponferrada. En: <http://www.adam-europe.eu/prj/7760/prd/12/1/INTEPA%20Didactic%20Guide%20ES.pdf>

Fernández Balboa, Carlos (Ed.). 2007. La interpretación del Patrimonio en la Argentina. Administración de Parques Nacionales de Argentina. Buenos Aires. Argentina. En: <http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/docs/docs/LA%20INTERPETACION%20DEL%20PATRIMONIO.pdf>

Fratto, Víctor. 2004. La interpretación... lamentablemente de moda. Boletín de Interpretación número 10: 6-7. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Glen, Michael Hamish. 2009. Interpretación: ¿profesión, disciplina, arte o ciencia? Boletín de Interpretación número 21: 28-33. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

González Molina, P. 2018. Ecología e interpretación del paisaje. Ed. Tutor Formacion.

Gorospé, Gorka. 2005. Interpretación espontánea. Boletín de Interpretación número 12: 4-5. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Ham, Sam H. 2005. Audiencias cautivas y no-cautivas. Un relato de cómo llegué a esa idea y a qué me refiero con esto. Boletín de Interpretación número 13: 2-4. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Ham, Sam H. 2007. ¿Puede la Interpretación marcar una diferencia? Respuestas a cuatro preguntas de psicología cognitiva y del comportamiento. Boletín de Interpretación número 17: 10-16. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Ham, Sam H. 2008. De la Interpretación a la Protección ¿Hay una base teórica? Boletín de Interpretación número 18: 27-31. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Ham, Sam H. 2011. La interpretación es persuasiva cuando el tema es convincente. Boletín de Interpretación número 25: 18-20. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Ham, Sam H. 2014. Interpretación – Para marcar la diferencia intencionadamente. Edita: Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Ham, Sam H. 2014. Un poco de psicología ayuda mucho. Boletín de Interpretación número 29: 17-20. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Holmes, T., Blackmore, E., Hawkins, R., and Wakeford, T. 2011. Common Cause Handbook. Machynlleth: Public Interest Research Centre.

Knudson, D.; Cable, T.; y Beck, L. 1995. Interpretation of cultural and natural resources. Venture Publishing, Inc. State College. Pennsylvania.

Lewis, William J. 1981. Interpreting for Park Visitors. 2nd ed.; Eastern National Park and Monuments Association. USA. ISBN 0-89062-079-2

Morales, Jorge. 1989. The Birth of Interpretation in Spain. En: D. Uzzell (ed.), Heritage Interpretation, Vol. 1, Belhaven Press, London.



Morales, Jorge. 2001. Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio - El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante. Consejería de Cultura (Junta de Andalucía) y TRAGSA. Segunda edición.

Morales, Jorge. 2005. Bases para la capacitación en interpretación del patrimonio. Boletín de Interpretación número 12: 24-27. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Morales, Jorge; Guerra, Francisco José; Serantes, Araceli. 2010. Bases para la definición de competencias en Interpretación del Patrimonio. Fundamentos teóricos y metodológicos para definir las Competencias Profesionales de Especialistas en Interpretación del Patrimonio en España. Seminarios de Interpretación Natural y Cultural. CENEAM. http://www.magrama.gob.es/es/ceneam/grupos-de-trabajo-y-seminarios/interpretacion-del-patrimonio-natural-y-cultural/anexo2_bases_competencias_interpr_tcm7-13296.pdf

127

Moreira-Wachtel, S.; y Trélez Solís, Eloísa. 2013. La interpretación del patrimonio natural y cultural: Una visión intercultural y participativa. Lima. En: http://www.eco-consult.com/fileadmin/user_upload/pdf/interpretacio%C3%ACn_patrimonio_web.pdf

Peart, Bob. 2005. La definición de interpretación. Boletín de Interpretación número 13: 13-16. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Peart, Bob. 2006. El debate continúa. La definición de interpretación. Boletín de Interpretación número 14: 13-14. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Seminario de Interpretación del Patrimonio. Centro Nacional de Educación Ambiental (CENEAM). <http://www.marm.es/es/ceneam/grupos-de-trabajo-y-seminarios/interpretacion-del-patrimonio-natural-y-cultural/>

Serantes Pazos, Araceli. 2006. Tilden: las palabras que dieron voz a los intérpretes. Boletín de Interpretación número 15: 4-5. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Sharpe, Grant W. 1982. Interpreting the Environment. 2nd ed. John Wiley & Sons, Ltd., London.

Tilden, Freeman. 1957. Interpreting Our Heritage. The University of North Carolina Press, Chapel Hill (Edition in Spanish, 2006). "La interpretación de nuestro patrimonio". Asociación para la Interpretación del Patrimonio.

Uzzell, David (Ed). 1989. Heritage Interpretation, Vol. 1, Belhaven Press, London. ISBN 1-85293-077-2

Vander Stoep, Gail. 2003. La interpretación es un instrumento para la gestión. Boletín de Interpretación número 8: 2-4. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Veverka, J.A. 1994. Interpretive Master Planning. Falcon Press Publishing Co., Inc., Helena, Montana, USA. ISBN 1-56044-274-



MÓDULO 8. COMO CONCEBER E DESENVOLVER ATIVIDADES E MATERIAL DE INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO.

Índice:

- Princípios básicos
- O processo interpretativo
- A importância da análise do público
- Técnicas de interpretação
- Meios de interpretação
- Como conceber e desenvolver itinerários interpretativos
- Como conceber e desenvolver cartazes interpretativos
- Exemplos de projetos interpretativos e experiências turísticas de interpretação do património rural nos países da parceria
- Bibliografia

128

8.1. PRINCÍPIOS BÁSICOS

A fim de conceber e desenvolver produtos e serviços interpretativos, é necessário conhecer os fundamentos básicos do bom trabalho de interpretação do património, entre os quais uma série de princípios (desenvolvidos a partir dos 6 princípios de Tilden) que, juntamente com o conhecido método, conhecido como TORE, formam os principais elementos metodológicos em que se baseia qualquer interpretação do património.

A base teórica da interpretação do património provém de "Interpretar o nosso património" de Freeman Tilden, onde as ideias fundamentais de interpretação são definidas através de seis princípios, que foram posteriormente revistos por Larry Beck e Ted Cable no seu trabalho "Interpretação para o século XXI - Quinze princípios orientadores para a interpretação da natureza e da cultura", publicado em 1998, revendo o trabalho de Tilden, redefinindo os seus seis princípios e propondo mais nove (tendo em conta a necessidade de adaptar e transformar os métodos de interpretação do património aos novos perfis dos visitantes, por exemplo, mais tecnológicos).

Assim, podemos resumir os principais princípios resultantes do trabalho de Tilden e Beck e Cable da seguinte forma:

1. Para despertar o interesse dos visitantes, o conteúdo das mensagens de interpretação deve estar relacionado com a vida e experiência dos visitantes.
2. O objetivo da interpretação vai além da entrega de informações simples; é revelar um significado mais profundo, com base nas informações.
3. Qualquer apresentação interpretativa deve ser concebida como uma história que informa, entretém e ilumina.



4. O objetivo da mensagem interpretativa é inspirar e provocar as pessoas no sentido de "alargar os seus horizontes".
5. A interpretação deve apresentar o todo e não partes isoladas; deve apresentar um tema ou abordagem completa, ao mesmo tempo que se dirige ao indivíduo como um todo.
6. A interpretação para crianças, adolescentes e cidadãos idosos deve aplicar abordagens diferentes.
7. Cada lugar tem uma história; por essa razão, os intérpretes podem reviver o passado para tornar o presente mais agradável e o futuro mais significativo.
8. A tecnologia pode revelar o mundo de formas novas e divertidas. No entanto, a sua incorporação em programas interpretativos deve ser feita com cuidado e cautela.
9. Os intérpretes devem ter cuidado com a quantidade e qualidade da informação a ser apresentada (em termos da sua selecção e exactidão). Com base numa boa pesquisa e bem sintetizada, a interpretação terá mais poder do que um grande discurso.
10. Antes de aplicar o desenho na interpretação, as técnicas básicas de comunicação devem ser conhecidas. A interpretação de qualidade baseia-se nas competências e conhecimentos do intérprete, atributos que são continuamente desenvolvidos.
11. A interpretação dos textos deve transmitir o que o público gostaria de saber, com o conhecimento, a humildade e a responsabilidade que isso implica.
12. Um programa interpretativo deve ser capaz de obter apoio (político, financeiro, administrativo, voluntário...), qualquer que seja a ajuda necessária para a sua prosperidade.
13. A interpretação deve estimular as capacidades das pessoas e incutir um desejo de sentir a beleza à sua volta, de elevar o espírito e de encorajar a conservação do que é interpretado.
14. Os intérpretes devem ser capazes de promover actividades de interpretação óptimas através de programas e serviços bem concebidos e intencionalmente concebidos.
15. A paixão é o ingrediente indispensável para uma interpretação poderosa e eficaz; a paixão pelo recurso que está a ser interpretado e pelos visitantes que se vêm inspirar por este.

O método de TORA:

É uma das metodologias mais atuais e eficazes na interpretação criada por Sam Ham (1992) com base na psicologia cognitiva e nas suas provas científicas.

O modelo TORE (Temático, Organizado, Relevante e Divertido) descreve como deve ser a interpretação a fim de provocar o pensamento nos visitantes a partir de um ponto de partida.



O modelo TORE foi adaptado a programas interpretativos em todo o mundo e é agora uma parte central da formação de intérpretes. A formação nos fundamentos do modelo TORE é um elemento essencial da formação de intérpretes.

Cada uma das cartas traz consigo um sistema de métodos e técnicas que um intérprete deve compreender e utilizar para dar um desempenho de qualidade:

T - **Temática**: tem uma ideia ou tema principal que organiza e dá sentido a outras informações.

O - **Organizada**: a informação é fácil de seguir e ser compreendida.

R - **Relevante**: tem um significado para o recetor.

A - **Agradável**: que entretém, prende a atenção e diverte.

Este autor oferece uma série de recursos para satisfazer estes requisitos:

1. Temático. Uma mensagem é apresentada sob a forma de uma história, apresentando o tema de uma forma simples, com frases curtas e simples, com uma intenção ou objetivo pré-determinado.

2. Organizado. O estabelecimento de categorias facilita às pessoas o processo de comunicação com um número limitado de ideias (aproximadamente 5 ideias relacionadas com o tema principal). Demasiadas ideias tornam o processo ineficaz.

3. Relevante. A relevância é alcançada quando pode ser relacionada com as experiências e conhecimentos dos visitantes.

4. Agradável. Um toque de humor, na medida certa, tornará a interpretação mais divertida, mas também pode ser agradável se for apresentada a relação direta entre causa e efeito, se forem utilizadas metáforas visuais, se forem utilizadas ilustrações que mostrem graficamente processos complexos, exemplos, analogias, etc.

Segue-se uma "**Checklist de boas práticas de interpretação do património**" desenvolvida pelo grupo de trabalho denominado Seminário Permanente sobre Interpretação do Património Natural e Cultural do CENEAM (Centro Nacional de Educação Ambiental) de Espanha (2017) que, além de oferecer diretrizes para a avaliação de um produto interpretativo, também fornece diretrizes sobre a forma de o conceber para que possa cumprir os princípios do modelo T.O.R.E.

A fim de analisar os diferentes pontos ou aspetos do método a avaliar, pode ser tomada em consideração uma certa escala ou chave, que, segundo os autores anteriores, pode ser a seguinte:

n/a= não se aplica

0= não se aplica (mas poderia ter sido aplicado)

1= aplica-se, mas requer melhoramento ou ajuste

2= bem aplicado

3= muito bem aplicado

Precisamos de compreender o conceito de **interpretação sequencial e não sequencial**. A interpretação sequencial é a interpretação por um intérprete-guia em pessoa, que controla a ordem em que a informação é entregue ao público, apresentando um "tópico" de forma ordenada. Na interpretação não sequencial, é o público que decide a ordem em que se aproxima da interpretação, não o intérprete, por exemplo, num museu, numa exposição num centro de visitantes, painéis/sinais exteriores, guias áudio, aplicações para telemóveis, etc.



CHECKLIST PARA BOAS PRÁTICAS NA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO (CENEAM- Centro Nacional de Educação Ambiental de Espanha, 2017)

	n/a	0	1	2	3	Comentários
A. INTERPRETAÇÃO SEQUENCIAL (com guia-interprete)						
1. Temático						
a. Tem um tema poderoso que provoca o pensamento do público						
2. Organizado						
a. É fácil de ser seguido sem um grande esforço						
b. Tem 4 sub-tópicos ou menos						
c. A estratégia de "Introdução, Corpo da mensagem e Conclusão" é utilizada de uma forma eficaz						
3. Relevante						
a. Tem em conta os antecedentes, idiosincrasias e experiências dos visitantes						
b. A língua é compreensível e apropriada para o público.						
c. As mensagens incluem conceitos universais						
d. Utiliza exemplos, analogias, comparações e outras técnicas que contribuem para a relevância						
e. Alusão direta ao público						
4. Agradável						
a. O guia-intérprete é amigável, sorri						
b. Utiliza o sentido de humor e a ironia						
c. Utiliza a estratégia das perguntas						
d. Propõe tarefas mentais						
e. Estimula o uso de mais do que um sentido						
f. Liga alguns eventos a pessoas ou personalidades						
g. Apresenta situações hipotéticas						
h. Estimula a Imaginação						
i. Promove a participação física (deslocação, utilização de objetos, etc.)						
Outras técnicas						
a. Faz transições entre parágrafos do itinerário ou entre blocos de conteúdo						
b. Utiliza material de apoio						
c. Confia nos comentários feitos pela audiência						
d. Faz demonstrações simples						
e. Utiliza citações de autores ou personalidades						



	n/a	0	1	2	3	Comentários
INFORMAÇÃO NÃO SEQUENCIAL (cartazes, exposições, sistemas áudio, etc.)						
1. Temático						
a. Tem um tema poderoso que provoca o pensamento do público						
b. Tem um título equivalente ao tema ou um título que o sugere						
2. Organizado						
a. Desenvolve o tema de uma forma organizada (é fácil de ser seguido sem grande esforço)						
b. Os textos ou gravações são claro						
c. Há uma ordem lógica na estrutura da mensagem						
d. O texto visível (cartazes, unidades de exposição, sinais, etc.) é breve						
e. Há uma parte com mais informações para aqueles que querem saber mais						
3. Relevante						
a. A língua é compreensível e apropriada para o público.						
b. As mensagens incluem conceitos universais						
c. Utiliza exemplos, analogias, comparações e outras técnicas que contribuem para a relevância						
d. Alusão direta ao público						
e. Considera diferentes tipos de público						
4. Agradável						
a. A mensagem inclui humor e ironia						
b. Inclui algumas questões em aberto						
c. Estimula a imaginação dos visitantes						
d. O desenho é atrativo e chama a atenção						

Fonte: "Checklist de boas práticas de interpretação do património" desenvolvido pelo grupo de trabalho intitulado Seminário Permanente de Interpretação do Património Natural e Cultural do CENEAM (Centro Nacional de Educação Ambiental) de Espanha (2017)

De acordo com Leslie DAWSON (1999), four elements need to be taken into account when designing or programming an interpretive activity:

- 1) O público ou visitantes a quem a mensagem é dirigida
- 2) As atividades propostas, coerentes com as características desse público
- 3) Os recursos escolhidos (tendo em conta o que pode ou deve ser mostrado).
- 4) O intérprete-guia ou meios interpretativos a utilize.



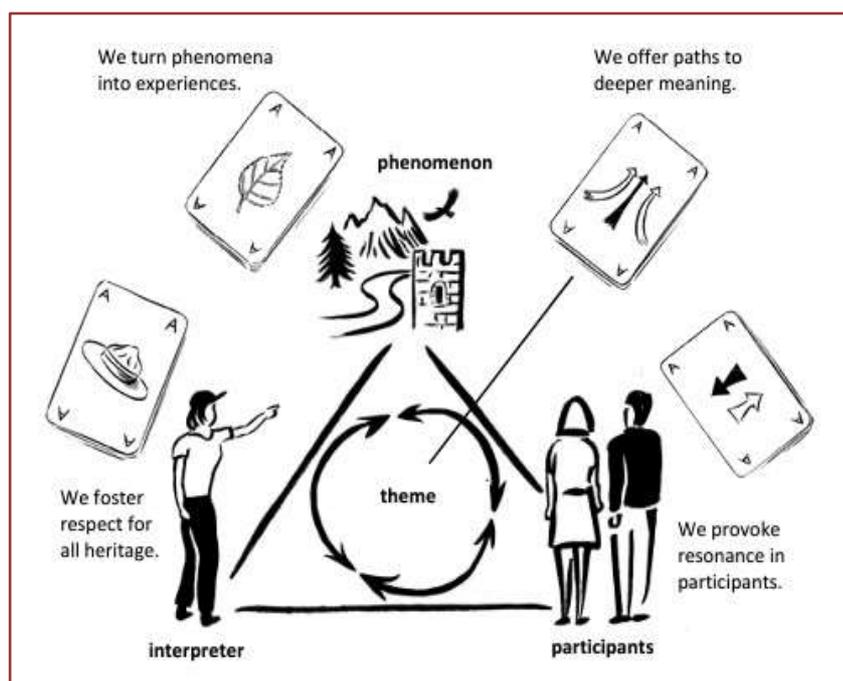
Os melhores temas são aqueles que ligam coisas tangíveis com ideias intangíveis. Estes últimos facilitam as conexões misturando ideias com significados, utilizando conceitos universais que todos partilhamos, tais como amor, solidariedade, família, liberdade, amizade, maternidade, etc. Por vezes o resultado é uma ligação intelectual (compreensão do contexto, percepção, descoberta, revelação, etc.) e por vezes vem através de emoções (prazer, sensação, espírito, renovação, empatia, maravilha, desafio...).

Uma experiência é interpretativa quando os visitantes participam voluntariamente nos seus tempos livres (não são um "público cativo"); não tentamos instruí-los mas sim provocar o seu interesse e sensibilidade, satisfazendo as suas expectativas e convidando-os a respeitar as medidas de conservação e gestão do património.

8.2. O PROCESSO INFORMATIVO

Na disciplina de interpretação do património é importante o chamado **triângulo interpretativo**, com três pedras angulares em cada processo interpretativo:

- 1) O sítio, objeto ou fenómeno patrimonial a ser experimentado
- 2) As pessoas que o experimentam
- 3) O intérprete ou meios de comunicação que facilitem a sua interpretação



Fonte: Thorsten Ludwig, 2018 "Guia interpretativo. Partilhar o património com as pessoas" Ed. Michael Hamish

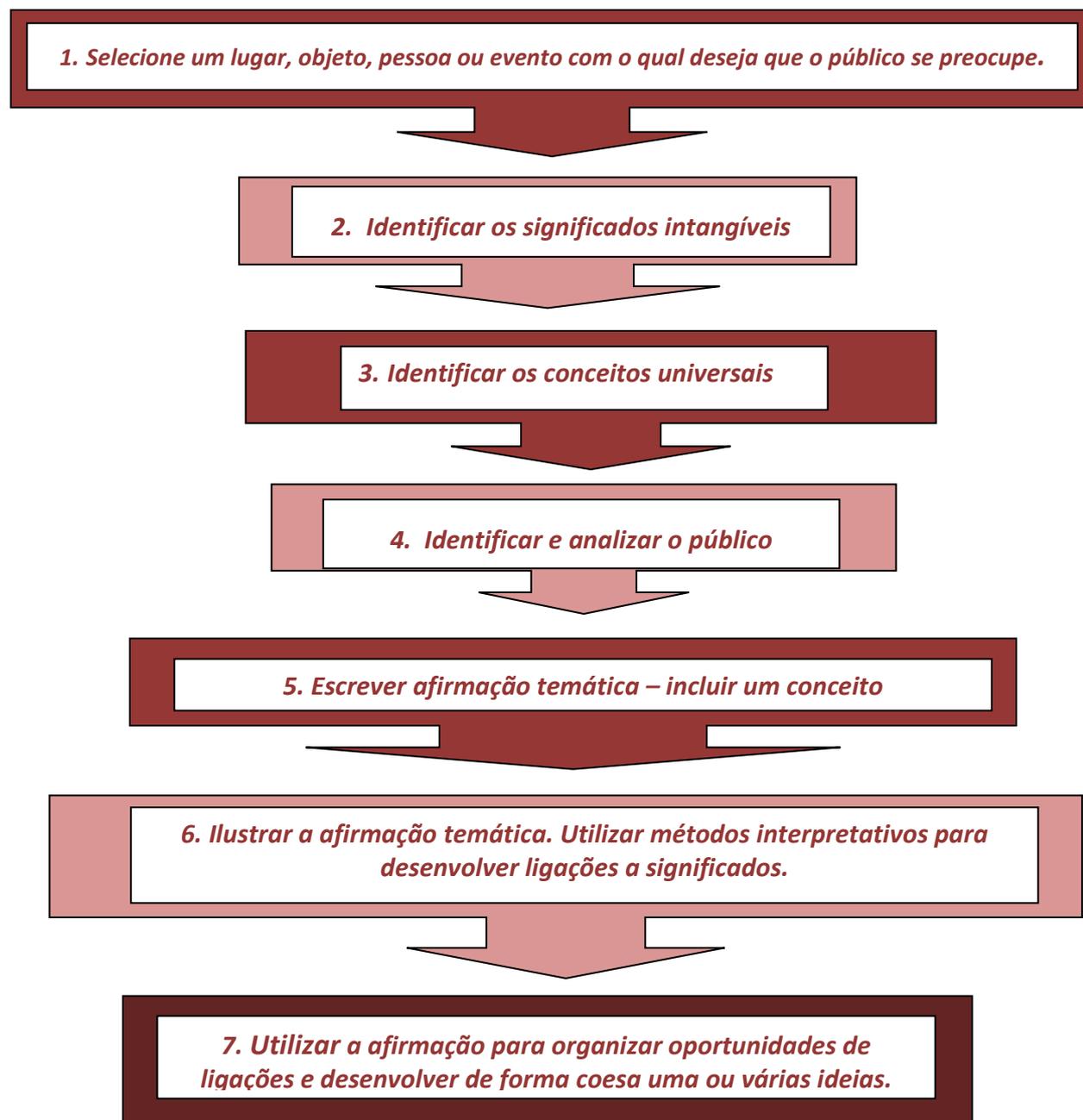
Segundo a Associação Europeia para a Interpretação do Património, são **quatro os elementos que estão ligados ao triângulo interpretativo** e chamam-lhes os quatro ases da interpretação com quatro créditos ligados a estes quatro ases:

- Oferecer caminhos para um significado mais profundo;
- Para transformar fenómenos em experiências;
- Provocar ressonância e participação;
- Promover o respeito por todo o património.



Existe um **modelo de processo interpretativo** que ajuda os intérpretes a criar todos os tipos de produtos interpretativos que ligam o público aos significados de um lugar, objeto, evento ou pessoa. O modelo do processo interpretativo que será apresentado abaixo baseia-se nos princípios do Currículo de Desenvolvimento Interpretativo do Serviço Nacional de Parques dos EUA (www.nps.gov/idp/interp)

MODELO DE PROCESSO INTERPRETATIVO (Serviço Nacional de Parques dos EUA)



Fonte: Serviço Nacional de Parques dos EUA (www.nps.gov/idp/interp)

O modelo do processo interpretativo centra-se em elementos que tornam um produto interpretativo e fornece uma sequência de fases com as quais um intérprete pode desenvolver oportunidades para que o seu público faça ligações emocionais e intelectuais aos significados do recurso e desenvolva de forma coesa ideias que sejam relevantes para o recurso e para o público.



1. Selecção de um lugar, objeto, pessoa ou evento tangível

Embora um produto ou serviço interpretativo possa incluir vários recursos tangíveis, existe normalmente um recurso tangível que atua como um ícone. Este é o recurso tangível com o qual se pretende que o público se preocupe.

O ícone é o motor que alimenta a apresentação. É uma âncora que capta e revela uma constelação de ideias, relações, contexto, sistemas, valores e processo. O ícone fornece um ponto de partida para uma exploração de recursos tangíveis associados e de múltiplos significados de recursos.

Um produto ou serviço interpretativo pode utilizar mais do que um recurso tangível como símbolo. Um passeio interpretativo geralmente foca um objeto ou recurso diferente em cada paragem para explorar um significado ou significados únicos. Por vezes, um ensaio ou palestra utiliza dois ou mais ícones para descrever múltiplas perspetivas sobre o mesmo tópico. No entanto, quanto mais ícones um produto interpretativo utilizar, mais complicado será o desenvolvimento e a entrega.

2. Identificar significados intangíveis.

Identificar quais são os processos, ideias, relações, conceitos, e valores que o recurso tangível pode representar de forma significativa. Estes significados, relacionados com o recurso tangível, são as suas ligações tangíveis/imateriais. A lista de ligações deve ser longa.

Se o intérprete não tiver conhecimentos suficientes sobre o recurso, terá de fazer alguma pesquisa e considerar múltiplas perspetivas e interesses.

Quando algo tangível está ligado a significados intangíveis mais vastos, o seu valor torna-se relevante para mais pessoas e a sua importância é mais relevante e acessível.

Cada recurso tangível tem uma incrível variedade de significados intangíveis. Esses significados podem ser óbvios e populares ou obscuros e controversos.

Quanto mais Conhecimento do Recurso (CR) e Conhecimento do Público (CP) um intérprete tiver, mais significados podem ser ligados ao recurso tangível.

As experiências de ligação ocorrem quando o recurso tangível está ligado a algum significado intangível maior de uma forma que o público se possa relacionar e que provoque compreensão e/ou apreciação.

Os significados intangíveis falam a diferentes pessoas de diferentes maneiras. Só quando a ligação tangível/intangível é pessoalmente relevante é que um indivíduo se liga ao recurso.

3. Identificar conceitos universais.

Alguns dos significados intangíveis da lista anterior devem ser conceitos universais, pois proporcionam a máxima relevância para o mais vasto público.

Os conceitos universais são significados intangíveis que são relevantes para a maioria das pessoas. São veículos poderosos que chegam a muitas pessoas de forma significativa.

Os conceitos universais podem ser ligados a um recurso tangível mas, quando apresentados por eles próprios, podem ser abstratos para ajudar as pessoas a estabelecerem ligações pessoais com



os significados do recurso. As ligações que incluem um conceito universal tendem a funcionar melhor quando apresentadas com outras ligações tangíveis/imateriais, desta forma os conceitos universais, unidos a outras ligações tangíveis/imateriais, podem provocar um desejo de compreender e apreciar significados intangíveis que de outra forma poderiam parecer desinteressantes.

4. Identificar o público.

Todos os públicos procuram algo de valor ou especial para si próprios quando visitam ou leem sobre um sítio ou elemento.

Cada visitante tem um sentido pessoal do que o local significa (muito sobre ele, o que a família ou amigos lhe disseram ou simplesmente assumem que o recurso contém algo que vale a pena).

Os significados que o público atribui ao recurso têm muito a ver com o sucesso da interpretação. O público especializado requer abordagens diferentes do público em geral, tal como as crianças, os idosos, ou os visitantes internacionais. É claro que um determinado produto interpretativo pode ser exigido para satisfazer qualquer combinação desses públicos, bem como muitos mais.

Todos os intérpretes, durante a conversa casual que muitas vezes se oferece, podem beneficiar perguntando aos visitantes o que significa o recurso para eles, de modo a identificar recursos tangíveis que abordam estes significados do público e criar produtos interpretativos que utilizam esses significados para provocar novas ligações aos significados do recurso. Os intérpretes podem reunir a compreensão dos significados do público ao fazerem perguntas como "O que o trouxe aqui hoje"? "O que esperava encontrar?" "O que espera ganhar aqui?" "O que espera que os seus filhos levem com eles?"

5. Escrever uma afirmação temática que inclua um conceito universal.

Os temas interpretativos são frases únicas que expressam significado, ligam um recurso tangível aos seus significados intangíveis e organizam produtos interpretativos. A afirmação do tema interpretativo é mais poderosa quando liga um recurso tangível a um conceito universal.

A interpretação bem-sucedida ocorre quando o público faz as suas próprias ligações com os significados do recurso. Pode parecer uma contradição - um produto interpretativo transmite uma ideia, mas o público deve retirar-lhe os seus próprios significados. O tema interpretativo resolve o problema.

Um tema interpretativo é uma ferramenta que desenvolve uma ideia ou ideias com o objetivo de inspirar conexões. Não é tanto uma mensagem como um ponto relevante que encoraja novos pensamentos e sentimentos. Um programa bem apresentado, baseado num tema interpretativo sólido, provocará provavelmente ligações que o intérprete não antecipou e poderá nunca tomar consciência disso. Ninguém na audiência pode ser capaz de repetir exatamente o tema do intérprete, mas o foco deve ser claro e a maioria das versões das pessoas estarão relacionadas e serão reconhecíveis. O tema permite que o intérprete comunique e permite que a audiência se envolva pessoalmente com base nessa comunicação.

A elaboração de um interpretativo toma cuidado, tempo, e edição. Muitas vezes são necessários vários rascunhos tanto do tema como do produto para que o intérprete se torne claro sobre o que dizer.



6. Ilustrar uma afirmação temática.

Utilizar métodos interpretativos para desenvolver ligações em oportunidades de ligações a significados. Uma boa declaração temática permite ao intérprete escolher ligações tangíveis/imateriais que ilustrem o tema. Mas as ligações devem ser desenvolvidas em oportunidades de ligações a significados, a fim de apresentar o recurso de uma forma convincente e evocadora.

Há muitas formas de desenvolver uma ligação para uma oportunidade de ligação emocional ou intelectual aos significados do recurso: histórias, explicações, citações, atividades, demonstrações, exemplos, provas, ilustrações, perguntas, e discussões são apenas alguns dos métodos que os intérpretes utilizam.

Sam H. Ham sugeriu que um produto interpretativo não desenvolva mais do que cinco pontos principais que não sobrecarreguem a audiência, mas que forneçam ao intérprete bastante material para proporcionar oportunidades de ligação aos significados do recurso.

Algumas das ligações devem ser intencionalmente desenvolvidas para proporcionar oportunidades de ligações emocionais e outras de ligações intelectuais. Um intérprete precisa de planejar oportunidades específicas que se destinam a inspirar ou provocar sentimentos como espanto, admiração, simpatia, curiosidade, espanto, arrependimento, dor e raiva. Outras oportunidades específicas devem provocar discernimento, compreensão do contexto, descoberta, e revelar relações.

7. Utilizar a afirmação para organizar oportunidades de ligações e desenvolver ideias de forma coesa.

Para ser relevante e provocador, um produto interpretativo deve desenvolver de forma coesa uma ideia ou ideias no decurso da sua entrega. Uma ideia significativa capta e sustenta a atenção do público e proporciona oportunidades para que o público faça as suas próprias ligações aos significados do recurso.

Oportunidades de ligações emocionais e intelectuais aos significados do recurso, sequenciadas com transições eficazes e organizadas de modo a apoiar uma boa declaração temática interpretativa, proporcionam a arquitetura para ideias desenvolvidas de forma coesa.

8.3. A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO PÚBLICO

Os visitantes podem ser caracterizados de acordo com a sua idade, sexo, etnia, estatuto socioeconómico, local de origem, grupo de amigos ou famílias, etc. e a comunicação pode ser adaptada às suas características únicas.

A investigação e análise do público para adquirir um conhecimento profundo do público será utilizada para proporcionar oportunidades de ligação intelectual e emocional aos significados e importância inerentes ao recurso para uma diversidade de pessoas (quaisquer que sejam as suas perspetivas ou interesses, todos serão potenciais guardiões do recurso).

Para desenvolver uma interpretação que seja relevante para uma grande variedade de públicos, é necessário conhecer as suas características, interesses, expectativas e múltiplos pontos de vista. O



conhecimento das fases da vida, incluindo diferentes formas de aprendizagem e desenvolvimento funcional da audiência entre diferentes membros da audiência, é fundamental para satisfazer as diversas expectativas e interesses desta audiência. Compreender as muitas motivações para visitar um local de valor patrimonial e estar consciente das atitudes que os visitantes têm sobre o recurso podem ser elementos muito importantes para tornar a interpretação relevante para o maior número possível de visitantes.



É importante conhecer os interesses, gostos, preferências e a forma como o público desfruta (Sam Ham, comunicação pessoal).

O produto de interpretação final e as mensagens devem ser relevantes para o público.

O conhecimento do público é fundamental para se relacionar com o visitante com sucesso. O público quer saber como o relaciona pessoalmente com ele ou "o que é que eu ganho com isso".

Todas as audiências que querem visitar ou ler sobre um sítio procuram algo de valor para si próprias. Esperam algo de especial.

Formas de conectar com o público:

- * Contacto ocular (examinar também reações)
- * Enfrentar os participantes e utilizar linguagem corporal apropriada
- * Humor (com cautela!)
- * Abertura de espírito (por exemplo, vontade de se desviar das ideias pessoais)
- * Apresentando-se uns aos outros e utilizando os nomes dos participantes
- * Ouvir para saber mais (Então, são desta região?)
- * Detetar e captar interesses e pontos de vista semelhantes



- * Fazendo referência a amigos ou grupos ligados aos participantes
- * Fazendo referência ao próprio mundo dos participantes (trabalho, passatempos, família...)
- * Compreensibilidade (linguagem e conteúdo)

Respeito para com o público

O conhecimento do público não é apenas importante para proporcionar oportunidades de interpretação, sendo também essencial ser-se respeitoso. Os intérpretes devem reconhecer e respeitar os valores e interesses pessoais específicos que os visitantes associam aos recursos. Para tal, os intérpretes devem saber quais são esses valores e interesses. Os intérpretes devem ter em mente que os visitantes têm direito a: ter a sua privacidade e independência respeitadas; manter e expressar os seus próprios valores; ser tratados com cortesia e consideração; receber informação precisa e equilibrada.

O intérprete deve ser capaz de proporcionar oportunidades de ligação com os significados do recurso que são relevantes (significativos e pessoais) para uma grande variedade de visitantes.

139

8.4. TÉCNICAS DE INTERPRETAÇÃO

A interpretação tem uma grande variedade de técnicas que, quando aplicadas adequadamente, podem criar oportunidades para o visitante se "conectar" com o recurso.

A seleção de técnicas deve sempre basear-se nos objetivos específicos do programa e numa compreensão das possibilidades e limitações de cada técnica.

O intérprete deve ser capaz de escolher e utilizar as técnicas interpretativas adequadas, a fim de ligar os recursos naturais aos conceitos intangíveis que representam e ser relevante para o público.

Embora as técnicas devam ser apropriadas para o público, também devem ser apropriadas para o recurso. Protegendo o recurso, o lugar é sempre primordial. As técnicas que degradam o recurso devem ser evitadas.

As técnicas devem ajudar a promover uma ligação intelectual ou emocional aos significados e importância do recurso, tornar o recurso atrativo e a atividade interpretativa o mais participativa possível. Qualquer que seja a técnica selecionada, um serviço interpretativo deve ser motivador. Fazer perguntas provocadoras de pensamento pode ser tão participativo como uma atividade manual, pelo que todos os serviços interpretativos, incluindo os meios de comunicação social, podem ser participativos. Técnicas eficazes permitem um certo grau de participação e envolvimento do público.

Para que a interpretação seja eficaz, é essencial que o visitante seja envolvido, quer diretamente, quer trazendo-lhes a experiência com as suas próprias perguntas, preocupações e observações, quer dando-lhes algo a fazer, preocupações e observações, quer dando-lhes algo específico ou tangível com que se possam relacionar de forma pessoal.

Os meios interpretativos (tais como uma brochura ou painéis informativos nos percursos) com textos bem concebidos podem encorajar os visitantes a participar na experiência interpretativa se



forem incluídas perguntas que lhes permitam refletir sobre as suas próprias experiências ou partilhar as suas ideias com outros membros do seu grupo.

Competências comunicacionais

Os intérpretes e os serviços que prestam são o elo de comunicação entre o visitante e o recurso. O intérprete pode ter um programa maravilhoso planeado, mas se não tiver boas capacidades de comunicação ou de transmissão de informação, mesmo o serviço mais bem concebido pode falhar.

Painéis de informação com demasiada informação podem ter o efeito oposto ao desejado que seria criar ligações.

Nos serviços dirigidos pelo pessoal (staff), o contacto visual, o olhar voltado para o grupo, o volume e o tom apropriados, o uso correto da língua e alguma confiança desempenham um papel importante na entrega do programa.

As capacidades de comunicação e transmissão podem também incluir decifrar e reagir à linguagem não-verbal e ultrapassar as barreiras de comunicação.

Nos serviços com meios físicos é crucial que os textos e desenhos sejam claros, concisos e organizados para chegarem efetivamente ao público.

O guia/intérprete deve executar habilmente uma variedade de técnicas nos programas interpretativos, na implementação dos meios de comunicação e em contactos informais.

Existem muitas técnicas interpretativas, tais como:

- Narração de histórias
- Mencionar textos importantes
- Desenvolvimento de atividades práticas
- Uso do humor
- Estimulação da imaginação
- Comparações e analogias
- Ironia
- Demonstrações
- Jogos (também *role play*)
- Expressão numa arte performativa (poesia, rima, canção,...)
- Mistério
- Personificação de elementos
- Encenações, figurinos, narrações, etc.
- Estimular a perceção sensorial (utilização de todos os sentidos)
- Estratégia de perguntas e respostas
- Debates
- Provérbios
- Passar do particular para o geral
- Propor tarefas mentais
- Possibilitar situações hipotéticas
- Participação física (movimentação, manipulação de objetos, etc.)
- Confiar nos comentários dos visitantes
- Etc.



Os guias/intérpretes devem compreender o papel das técnicas de interpretação e conhecer os pontos fortes e fracos de cada técnica particular, identificando a adequação de uma técnica particular em relação ao recurso, localização, circunstâncias ambientais e audiência.

8.5. MEIOS DE INTERPRETAÇÃO

Os programas de interpretação podem ser apresentados através de diferentes meios de comunicação social. A classificação mais comum é:

- 1) Meios de comunicação impessoais (cartazes, publicações, folhetos, trilhos autoguiados, etc.)
- 2) Meios de comunicação pessoais (visitas e itinerários com guias-intérpretes).

As mais comuns são rotas ou itinerários, painéis interpretativos ou cartazes e centros de interpretação ou centros de visitantes, com grande potencial atualmente também em aplicações móveis ou tablet).

8.6. COMO CONCEBER E DESNVOLVER ITINERÁRIOS INTERPRETATIVOS

As rotas ou itinerários são um recurso amplamente utilizado na interpretação do património porque permitem aos visitantes conhecer os valores patrimoniais de um lugar de uma forma participativa, divertida e planeada para a boa compreensão e interação dos visitantes com o recurso. Permitem também aos visitantes tornarem-se atores na sua própria experiência e interagir diretamente com o património. Devem também procurar apresentar algo novo, especial e importante para o visitante (Freeman TILDEN, 2006).

Ao planear uma rota interpretativa, devem ser mostrados aos visitantes os lugares únicos e as características marcantes do património, evitando sempre as zonas perigosas e as mais sensíveis à ação humana.

As rotas interpretativas devem ser temáticas (ter um tema poderoso que provoque reflexão na audiência) e ter uma narrativa organizada, lógica e ordenada que seja fácil de seguir e não exija muito para que as pessoas compreendam a importância do sítio ou do património.

Devem ser desenvolvidos em torno de uma ideia que inspire o desenho interpretativo, estabelecendo paragens temáticas em torno desse tema (paragens temáticas que podem ser especificadas numa frase), mas também estabelecendo vários subtemas ou visões diferentes de diferentes pontos de vista ou perspectivas. Em cada paragem haverá uma introdução, uma mensagem e uma conclusão; recomenda-se fazer uma transição ou uma ligação temática no final de cada paragem (Sam Ham, 1992).

Recomenda-se não desenhar rotas lineares que começam e terminam em pontos diferentes, bem como aquelas que vão e voltam ao longo da mesma rota, especialmente se forem muito



frequentadas, porque os visitantes têm a sensação de saturação ao cruzarem-se constantemente com outros visitantes, interferindo com a experiência de uma forma negativa.

É melhor desenhar itinerários circulares unidireccionais e ainda mais recomendável desenhar itinerários em forma de 8 que permitam várias alternativas e encurtem a visita, se necessário.

Nos itinerários turísticos ou recreativos e nos concebidos para introduzir um local, a ordem das paragens é normalmente secundária, ou seja, pode ser variada sem alterar o resultado.

Os itinerários podem ser divididos em **guiados** e **autoguiados**, dependendo se são apoiados por um intérprete-guia em pessoa ou se são autoguiados. Os primeiros têm as vantagens de facilitar o contacto personalizado, permitindo adaptar a rota às características do grupo específico e encontrar alternativas em caso de eventuais contratemplos, entre outros.

142



Os itinerários autoguiados têm a vantagem de cada utilizador ou grupo de utilizadores poder adaptar o itinerário ao seu próprio horário, ritmo, disponibilidade de tempo, etc. São também mais baratos, podem acomodar mais visitantes e podem ser oferecidos em várias línguas.

1) Itinerários guiados

Os itinerários guiados utilizam o que se chama "**interpretação sequencial**", ou seja, é o intérprete que controla a ordem em que a informação é entregue ao público. Nas visitas guiadas, é possível seguir a estratégia de "Introdução, Corpo de mensagem e Conclusão", como forma de apresentar e desenvolver um "tema" de forma ordenada e eficiente ao público visitante (embora o guia também possa fazer transições, bem como utilizar outras técnicas de interpretação que só são aplicáveis em serviços com pessoal).

Nos itinerários guiados, o intérprete-guia deve tentar não se tornar o principal foco de atenção, **dando destaque ao sítio ou recurso patrimonial, bem como aos visitantes.**

Um bom intérprete-guia tentará alcançar o seguinte durante o itinerário:

- Incentivar a **interação e o contacto com o recurso**; tornar possível a sua observação e, na medida do possível, o manuseamento e utilização de objetos.
- Incentivar a utilização de **todos os sentidos** (olfato, degustação, tato, audição).
- Incentivar **experiências de vida** e desta forma os visitantes identificam-se melhor com o local (utilizando encenações, trajes, narrações e textos, etc).
- Adaptar o passeio tanto quanto possível aos interesses e **características do grupo.**



- Tirar partido de recursos esporádicos que possam surgir.
- Consultar diretamente o público ao longo do percurso.
- Utilizar situações familiares e quotidianas para explicar as características do recurso a ser interpretado.
- Falar sobre os elementos que são vistos, deixando de fora os que não aparecem.
- **Usar exemplos, analogias, comparações, metáforas ou outras técnicas** que ajudem a relevância da informação.
- Esclareça ao visitante quaisquer dúvidas que possam surgir durante o itinerário.

O intérprete será amigável, sorridente, usará humor e/ou ironia. Outras estratégias interessantes a serem utilizadas são: fazer perguntas, propor tarefas mentais ou situações hipotéticas, estimular a imaginação, convidar à participação física (mover-se, manipular objetos, etc.).

É aconselhável fazer transições entre as diferentes paragens ao longo do percurso, utilizar material de apoio (guias, desenhos, lupas, etc.), confiar nos comentários dos visitantes, dar demonstrações simples, etc.

OUTRAS DICAS PRÁTICAS:

- Recomenda-se o desenvolvimento de itinerários guiados com grupos de cerca de 15 pessoas no máximo.
- Deve iniciar o itinerário a tempo, tentando estar alguns minutos antes na reunião ou ponto de partida (tendo a oportunidade de falar informalmente com o grupo com antecedência, o que lhe permite ter uma ideia dos seus interesses e expectativas).
- Comece por se apresentar e apresentar o programa, atividade, organizações envolvidas, etc.
- O intérprete-guia deve ir à frente do grupo, estabelecendo o ritmo do itinerário, adaptando-se sempre àqueles que são mais lentos (embora em algumas ocasiões, quando o itinerário é claro, devido a circunstâncias diferentes pode ser interessante ir no final).
- Nas paragens, tentar ser visto por todos os participantes, só começando a falar quando o grupo estiver reunido.
- Tente não utilizar termos técnicos ou palavras complexas que os visitantes não compreendam.
- As paragens devem ser feitas onde haja espaço suficiente para todo o grupo de uma forma confortável e segura.
- As paragens devem ser feitas em pontos em que não haja ruído ou interferência auditiva.
- Falar alto e claro, utilizando equipamento de comunicação quando necessário.
- As primeiras paragens podem ser mais próximas, afastando-se mais à medida que o percurso avança e o grupo se torna mais cansado.
- Não é recomendado fazer muitas paragens (cerca de 8 é o número recomendado), embora isto possa ser adaptado dependendo do grupo.



- Na última paragem, pode ser feito um breve resumo da visita e, sempre que possível, esta deve ser feita num ponto emblemático ou com uma característica especial.

2) Itinerários autoguiados

Itinerários autoguiados são aqueles suportados por diferentes meios de comunicação para serem realizados de forma autónoma, tais como folhetos, guias áudio, painéis, mapas, etc., bem como sinais ou marcações que guiam o itinerário.

Estes materiais de apoio interpretativo são concebidos para serem utilizados *in situ*, na presença do objeto ou recurso a ser interpretado.



Desenvolvem o tema de uma forma lógica, simples, concisa e com textos compreensíveis, mas com informação exhaustiva e relevante. Devem incluir imagens e títulos atraentes, sugestivos e provocativos que captem a atenção do visitante. Devem incluir informação sobre as paragens, que podem ser numeradas.

Uma vez que existe uma grande proporção do público que lê muito pouco ou presta muito pouca

atenção a este tipo de meios, é imperativo encontrar uma solução para garantir que mesmo estes visitantes obtenham a essência do "tema". Segundo o Professor Sam Ham, a solução pode ser a redação estratégica de títulos, de apresentações como "título do tema", combinada com algum elemento de design gráfico (cores, fotos, desenhos, etc.).

ALGUMAS DICAS PRÁTICAS:

- Recomenda-se concebê-los com uma distância total não superior a 2 km e, sempre que possível, oferecer alternativas para poder encurtá-los em caso de acontecimentos imprevistos (por exemplo, conceção em 8 formas).
- É recomendável incluir não mais de 15 paragens, mais concentradas no início (e em nenhum caso incluir mais de 12 paragens para cada km de percurso).
- A primeira paragem deve incluir uma informação bem-vinda e detalhada sobre as características de todo o percurso (duração, duração, dificuldade, tema, etc.).
- Utilizar o fator surpresa, especialmente no final do itinerário.



8.7. COMO CONCEBER CARTAZES INTERPRETATIVOS

Os cartazes interpretativos são um recurso interessante em lugares onde não existe um serviço de intérprete-guia pessoal porque são lugares onde pode haver um grande número de visitantes ou onde o impacto dos visitantes é baixo.

Podem ser utilizados para apoiar rotas autoguiadas ao ar livre ou como parte de exposições, centros de interpretação, edifícios de interesse (etnográficos, artísticos, etc.), monumentos, museus, etc.

Os cartazes interpretativos fornecem informação interpretada sobre um recurso ou sítio patrimonial de forma atrativa e concisa, complementando a mensagem escrita com ilustrações, fotografias, diagramas, relevos, etc., como forma de tornar o processo interpretativo mais eficaz.

Na sua conceção, é importante estruturar corretamente a informação para facilitar a compreensão, com cabeçalhos principais sugestivos e atrativos, blocos de subtemas com diferentes níveis de leitura (diferenciados por tamanhos de texto, informação complementar dentro de caixas e outros recursos semelhantes).

Recomenda-se que o texto visível de sinais, cartazes, painéis ou unidades de exposição seja breve, com menos de 80 palavras em cada unidade, com um nível de leitura "saiba mais" para aqueles que querem mais informação.

É interessante complementar os painéis interpretativos com outros tipos de recursos que, para além de informação escrita e visual, forneçam informação sonora ou tátil. Elementos tridimensionais que podem ser manipulados ou elementos que podem ser interagidos ou experimentados podem ser adicionados.

Além disso, as mensagens nos cartazes podem convidar as pessoas a realizar ações que as ajudem a compreender o processo, recurso ou elemento patrimonial, o que é conhecido como aprendizagem "kinaesthetic".

Também é possível tentar interagir com os visitantes através dos cartazes interpretativos, utilizando perguntas incluídas nos quadros que facilitam a provocação, reflexão, observação, crítica, etc., sobre os visitantes.



Na conceção e produção dos cartazes, o tamanho dos mesmos deve ser bem dimensionado, tendo em conta a distância a que são expostos. Há algumas recomendações gerais de acordo com Sam Ham (1992): 2,15 m como altura máxima do painel, os títulos devem estar no máximo 30 cm acima dos olhos, e o texto não deve ser colocado abaixo dos 70 cm.



8.8. BIBLIOGRAFIA

Aldridge, Don. 1975. Guide to Countryside Interpretation, Part I: Principles of Countryside Interpretation and Interpretive Planning. HMSO for Countryside Commission and Countryside Commission for Scotland. ISBN 0-11-880156-2

Aldridge, Don. 2005. La interpretación como indicador de la convicción cultural. Boletín de Interpretación número 12: 11-21. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Aston, Michael. 1985. Interpreting the Landscape - Landscape Archaeology and Local History. Ed. Taylor & Francis L.

Alonso Villalobos, Carlos, 2005. La interpretación y el patrimonio histórico sumergido: un problema conceptual. Boletín de Interpretación número 12: 6-5. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Ambientarte, D.L. 2012. Interpretación del patrimonio: una herramienta eficaz para la conservación. Fuentes Nuevas. Ponferrada. En: <http://www.adam-europe.eu/prj/7760/prd/12/1/INTEPA%20Didactic%20Guide%20ES.pdf>

Beck, L. & Cable, T.. 1998. Interpretation for the 21st Century – Fifteen Guiding Principles for Interpreting Nature and Culture. Sagamore Publishing, Champaign, Il. USA.

Beckmann, Elizabeth A. 2003. Los ves aquí y allá, esos “interactivos” están por todas partes ¿pero funcionan? Boletín de Interpretación número 8: 23-27. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Benítez Mengual, Mária. 2014. Natural y cultural: ¿un amor imposible? Boletín de Interpretación nº 30: 9-10. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

European Association for heritage Interpretation. <https://interpret-europe.net/>

Berecz, Zs., Bőczén, Á. (Ed.). (2019) Értékeld a látogatót! - Közösségismeretek, látogatókutatás, hatásmérés. KÖME, Budapest.

Bertonatti, Claudio. 2005. Interpretación y turismo: ¿nos interesa dejar un mensaje al turista? Boletín de Interpretación nº 12: 2-4. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Boulanger, F. David; y John P. Smith. 1973. Educational Principles and Techniques for Interpreters. USDA Forest Service, Tech. Rep. PNW - 9.

Bradley, Gordon A. 1982. The Interpretive Plan. En: G. Sharpe (Ed.), Interpreting the Environment, Wiley & Sons, Inc., London.

Brochu, Lisa. 2003. Interpretive Planning: The 5-M model for successful planing projects. The National Association for Interpretation. InterPress, Fort Collins, Colorado, USA.

Brochu, L.; y Merriman, Tim. 2003. Interpretación personal: Conectando su audiencia con los recursos patrimoniales. The National Association for Interpretation. InterPress, Fort Collins, Colorado, USA.



Brochu, L. and Merriman, T. 2002. Personal Interpretation. InterPress, Fort Collins, Colorado, USA.

Buchholz, J., Lackey, B., Gross, M., and Zimmerman, R. 2015. The Interpreter's Guidebook. 4th ed. Stevens Point, University of Wisconsin, USA.

Buzan, T. and Buzan, B. 1993. The Mind Map Book. London, BBC Consumer Publishing, USA.

Candelas Piña, Gema. 2013. Negra sombra. Boletín de Interpretación número 27: 19-20. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Caputo, Paul; Lewis, Scea; y Brochu, Lisa. 2008. Interpretation by Design – Graphic Design Basics for Heritage Interpreters. The National Association for Interpretation. InterPress, Fort Collins, Colorado, USA. (INDISPENSABLE)

Carta ICOMOS para la interpretación y presentación de Sitios de Patrimonio Cultural. Preparado bajo los auspicios del Comité Científico Internacional del ICOMOS sobre la Interpretación y Presentación de Sitios de Patrimonio Cultural. Ratificada por la 16ª Asamblea General del ICOMOS, Québec (Canadá), el 4 de octubre de 2008.

http://www.international.icomos.org/charters/interpretation_sp.pdf

Carter, James (Ed.). 2001. A Sense of Place: An interpretive planning handbook. First edition: 1997 by the Tourism and Environment Initiative Bridge House, Bridge Street, Inverness IV1 1QR. <http://vircs.bc.ca/environment/files/resourcedocs/sofp.pdf>

Carter, James. 2004. ¿Standard o estándar? Boletín de Interpretación número 10: 4-5. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Comisión de Calidad y Buenas Prácticas en Interpretación. 2006. Recomendaciones para las Buenas Prácticas en Interpretación del Patrimonio Natural y Cultural. Asociación para la Interpretación del Patrimonio (AIP).

Company, Rafael. 2009. Una apuesta arriesgada, una realidad singular: la exposición permanente del MuVIM. Boletín de Interpretación número 20: 34-42. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Duncan, James S., and Nancy Duncan. 2010. "Doing Landscape Interpretation." Edited by Dydia Delyser, Steve Herbert, Stuart C. Aitken, Mike Crang, and Linda McDowell, 225–247.

Edwards, R. Yorke. 1980. The Land Speaks: Organizing and Running an Interpretation System. 2nd ed. The National and Provincial Parks Association of Canada. Golden Star Publishing, Golden, British Columbia. ISBN 0-920570-07-0

Espinosa Ruiz, Antonio. 2002. La accesibilidad física e intelectual de todo tipo de público al patrimonio cultural (I). Boletín de Interpretación número 6: 13-15. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Espinosa Ruiz, Antonio. 2002. La accesibilidad física e intelectual de todo tipo de público al patrimonio cultural (II). Boletín de Interpretación número 7: 4-6. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.



- Eubanks, Ted Lee. 2015. Interpretación guerrillera: El mobiliario interpretativo. Boletín de Interpretación número 31: 5-7. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Fernández Balboa, Carlos (Ed.). 2007. La interpretación del Patrimonio en la Argentina. Administración de Parques Nacionales de Argentina. Buenos Aires. Argentina. En: <http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/docs/docs/LA%20INTERPETACION%20DEL%20PATRIMONIO.pdf>
- Fratto, Víctor. 2004. La interpretación... lamentablemente de moda. Boletín de Interpretación número 10: 6-7. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Glen, Michael Hamish. 2009. Interpretación: ¿profesión, disciplina, arte o ciencia? Boletín de Interpretación número 21: 28-33. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- González, Matilde; Lezcano, M. Elvira; y Serantes, Araceli. 2014. Interpretación do Patrimonio Cultural. Guía para profesionais do turismo. Centro de Extensión Universitaria e Divulgación Ambiental de Galicia (CEIDA).
<http://www.ceida.org/files/publicacions/IPCulturalTurismo2014.pdf>
- González Molina, P. 2018. Ecología e interpretación del paisaje. Ed. Tutor Formacion.
- Gorospe, Gorka. 2005. Interpretación espontánea. Boletín de Interpretación número 12: 4-5. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Grater, Russell K. 1976. The Interpreters Handbook. Earl Jackson (Ed.), Southwest Parks & Monuments Association. USA. ISBN 0-911408-40-1
- Grinder, A. L. and McCoy, E. S. 1985. The Good Guide. Scottsdale: Ironwood Ham, USA
- Sam H. 1992. Interpretación Ambiental: Una guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequeños. North American Press, Colorado.
- Ham, Sam H. 2005. Audiencias cautivas y no-cautivas. Un relato de cómo llegué a esa idea y a qué me refiero con esto. Boletín de Interpretación número 13: 2-4. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Ham, Sam H. 2006. La psicología cognitiva y la interpretación: síntesis y aplicación. Boletín de Interpretación número 15: 14-21. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Ham, Sam H. 2007. ¿Puede la Interpretación marcar una diferencia? Respuestas a cuatro preguntas de psicología cognitiva y del comportamiento. Boletín de Interpretación número 17: 10-16. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Ham, Sam H. 2008. De la Interpretación a la Protección ¿Hay una base teórica? Boletín de Interpretación número 18: 27-31. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Ham, Sam H. 2011. La interpretación es persuasiva cuando el tema es convincente. Boletín de Interpretación número 25: 18-20. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Ham, Sam H. 2014. Interpretación – Para marcar la diferencia intencionadamente. Edita: Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.



- Ham, Sam H. 2014. Un poco de psicología ayuda mucho. Boletín de Interpretación número 29: 17-20. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Holmes, T., Blackmore, E., Hawkins, R., and Wakeford, T. 2011. Common Cause Handbook. Machynlleth: Public Interest Research Centre.
- Howard, Peter. 2011. An Introduction to Landscape. Farnham, UK: Ashgate.
- Interpret Europe Association. 2017. Engaging citizens with Europe's cultural heritage. How to make best use of the interpretive approach. Ed. Interpret Europe
- Interpret Europe Association. 2016. Engaging your visitors: Guidelines for achieving excellence in heritage interpretation Ed. Interpret Europe
- Knudson, D.; Cable, T.; y Beck, L. 1995. Interpretation of cultural and natural resources. Venture Publishing, Inc. State College. Pennsylvania.
- Kohl, J. 2018. Interpretive Theme Writer's Field Guide. Fort Collins: National Association for Interpretation.
- Lacome, Becky. 2009 ¡Analice esto! Analizar y medir la efectividad interpretativa. Boletín de Interpretación número 19: 23-27. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Larsen, D. (Ed.). 2003. Meaningful interpretation—how to connect hearts and minds to places, objects and other resources. U.S. National Park Service. Fort Washington, Pennsylvania, USA: Eastern National.
- http://www.nps.gov/parkhistory/online_books/eastern/meaningful_interpretation/index.htm
- Larsen, D.L. 2007. Ser relevante al público o convertirse en una reliquia. Boletín de Interpretación número 16: 18-23. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Leftridge, Alan. 2006. Interpretive Writing. The National Association for Interpretation, InterPress. Fort Collins, Colorado.
- Lewis, William J. 1981. Interpreting for Park Visitors. 2nd ed.; Eastern National Park and Monuments Association. USA. ISBN 0-89062-079-2
- Lezcano González, Mavi. 2011. El Sanatorio Riazor, una auténtica experiencia interpretativa. Boletín de Interpretación número 25: 13-14. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Lipman, D. 1995. The Storytelling Coach. Little Rock: August House Publishers.
- Lois, Antón. 2006. Ponga un Centro de Interpretación en su vida (o en bajada). Boletín de Interpretación número 14: 7-8. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Luque Cortina, Manuel. 2001. Atapuerca en Braille y en lengua de signos. Boletín de Interpretación número 5: 3-5. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.
- Machlis, Gary (ed.). 1986. Interpretive Views. National Parks and Conservation Association. Washington, D.C.



Machlis G.E.; y Field, D.R. (Eds.) .1992. On interpretation. Sociology for interpreters of natural and cultural history. Oregon State University Press. Corvallis, Oregon. ISBN 0-87071-339-6

Martín, Marcelo. 2003. Autenticidad. Boletín de Interpretación número 9: 23-26. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Mateos Rusillo, Santos M. 2003. El peligroso éxito de los centros de interpretación - Una amenaza para la interpretación del patrimonio en España. Boletín de Interpretación número 8: 7-9. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Mills, E. 1990. Adventures of a Nature Guide. Friendship: New Past Press.

Mitchell, Don. 2000. Cultural Geography: A Critical Introduction. Oxford: Blackwell.

Morales, Jorge. 1989. The Birth of Interpretation in Spain. En: D. Uzzell (ed.), Heritage Interpretation, Vol. 1, Belhaven Press, London.

Morales, Jorge. 1994. ¿Centros de Interpretación? Carpeta Informativa del CENEAM (Centro Nacional de Educación Ambiental), "Firma del Mes", octubre de 1994. <http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/docs/docs/CentrosdeInterpretacion.pdf>

Morales, Jorge. 1997. Environmental, Historical, Cultural, Natural Interpretation: A Spanish View on Heritage Interpretation. Legacy 8(5): 10. USA.

Morales, Jorge. 2001. Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio - El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante. Consejería de Cultura (Junta de Andalucía) y TRAGSA. Segunda edición.

Morales, Jorge. 2005. Bases para la capacitación en interpretación del patrimonio. Boletín de Interpretación número 12: 24-27. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Morales, Jorge. 2008. El sentido y metodología de la interpretación del patrimonio. En: Santos Mateos Rusillo (coord.), La comunicación global del patrimonio cultural, Gijón: Trea.

Morales, Jorge; Guerra, Francisco José; Serantes, Araceli. 2010. Bases para la definición de competencias en Interpretación del Patrimonio. Fundamentos teóricos y metodológicos para definir las Competencias Profesionales de Especialistas en Interpretación del Patrimonio en España. Seminarios de Interpretación Natural y Cultural. CENEAM. http://www.magrama.gob.es/es/ceneam/grupos-de-trabajo-y-seminarios/interpretacion-del-patrimonio-natural-y-cultural/anexo2_bases_competencias_interpr_tcm7-13296.pdf

Morales, Jorge.; y Ham, Sam H. 2008. ¿A qué interpretación nos referimos? Boletín de Interpretación número 19: 4-7. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Morales, J.; Guerra, F.; Serantes, A. 2009. Bases para la definición de competencias en Interpretación del Patrimonio. IV Seminario de Interpretación del Patrimonio.

http://www.marm.es/es/ceneam/grupos-de-trabajo-y-seminarios/interpretacion-del-patrimonio-natural-y-cultural/anexo2_bases_competencias_interpr_tcm7-13296.pdf



Moreira-Wachtel, S.; y Tréllez Solís, Eloísa. 2013. La interpretación del patrimonio natural y cultural: Una visión intercultural y participativa. Lima. En: http://www.eco-consult.com/fileadmin/user_upload/pdf/interpretacio%C3%ACn_patrimonio_web.pdf

Moscardo, Gianna. 1999. Making visitors mindful – Principles for creating sustainable visitor experiences through effective communication. Champaign, Illinois, USA: Sagamore Publishing.

Moscardo, Gianna.; Ballantyne. R.; y Hughes, K. 2007. Designing interpretive signs – Principles in practice. Applied Communication Series. Golden, Colorado, USA: Fulcrum Publishing.

Navajas, Óscar. 2008. ¿Interpretación ideológica o la ideología del intérprete? Boletín de Interpretación número 18: 8-11. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

National Park Service y Center for Heritage Resource Studies. S.f. Effective Interpretation of Archeological Resources: A four-part program for archeologists and interpreters.

<http://www.heritage.umd.edu/CHRSWeb/nps/guideweb/guidehome.htm>

O'Connor, Catherine. 2002. Una experiencia de supervisión de guías en Irlanda. Boletín de Interpretación número 6: 5-6. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Peart, Bob. 2005. La definición de interpretación. Boletín de Interpretación número 13: 13-16. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Peart, Bob. 2006. El debate continúa. La definición de interpretación. Boletín de Interpretación número 14: 13-14. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Pierssené, A. 1999. Explaining Our World: An Approach to the Art of Environmental Interpretation. London, E & FN Spon.

Regnier, Katheen; Gross, Michael; y Zimmerman, Ron. 1992. The Interpreter's Guidebook: Techniques for Programs and Presentations. Interpreter's Handbook Series. UW-SP Foundation Press, Inc.; University of Wisconsin. ISBN 0-932310-17-6

Ritzer, Ted. 2005. Un gigantesco retroceso para la interpretación - Mi visión personal. Boletín de Interpretación número 13: 16-18. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Ritzer, 2006. Veintiún años después. Cómo me siento ahora. Boletín de Interpretación número 14: 14-15. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Roth, S. F. 1998. Past into Present. Chapel Hill, The University of North Carolina Press.

Seminario de Interpretación del Patrimonio. Centro Nacional de Educación Ambiental (CENEAM). <http://www.marm.es/es/ceneam/grupos-de-trabajo-y-seminarios/interpretacion-del-patrimonio-natural-y-cultural/>

Serantes Pazos, Araceli. 2006. Tilden: las palabras que dieron voz a los intérpretes. Boletín de Interpretación número 15: 4-5. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Sharpe, Grant W. 1982. Interpreting the Environment. 2nd ed. John Wiley & Sons, Ltd., London.

Schirch, L. and Campt, D. 2007. Dialogue for Difficult Subjects. New York, Good Books.



Stergioti, V. Interpret Europe Association. 2016. European trends and developments affecting heritage interpretation. Ed: Interpret Europe

Thorsten Ludwig. 2018 "Interpretive Guide. Sharing heritage with people" Ed. Michael Hamish

Tilden, Freeman. 1957. Interpreting Our Heritage. The University of North Carolina Press, Chapel Hill (Edition in Spanish, 2006). "La interpretación de nuestro patrimonio". Asociación para la Interpretación del Patrimonio.

Trapp, Suzanne; Gross, M.; y Zimmerman, R. 1992. Signs, Trails, and Wayside Exhibits. Interpreter's Handbook Series. UW-SP Foundation Press, Inc.; University of Wisconsin.

Uzzell, David (Ed). 1989. Heritage Interpretation, Vol. 1, Belhaven Press, London. ISBN 1-85293-077-2

Uzzell, David; y Ballantyne, Roy (Eds.). 1998. Contemporary issues in heritage and environmental interpretation: problems and prospects. London: The Stationery Office. ISBN 0-11-290572-2

Vander Stoep, Gail. 2003. La interpretación es un instrumento para la gestión. Boletín de Interpretación número 8: 2-4. Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España.

Veverka, J.A. 1994. Interpretive Master Planning. Falcon Press Publishing Co., Inc., Helena, Montana, USA. ISBN 1-56044-274-

Yarham, R. (Consultant Editor David Robinson). 2010. "How to Read the Landscape". Bloomsbury Publishing PLC



MÓDULO 9. EXEMPLOS DE PROJETOS INTERPRETATIVOS & EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS DE ITERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL NOS PAÍSES DA PARCERIA

Índice:

- Hungria
- Itália
- Espanha
- Eslovénia
- Portugal

153

9.1. HUNGRIA

9.1.1. Viagem aos primórdios – Százhalombatta, Hungria (acolhida e gerida pela organização cultural Progressione), em cooperação com a Sérvia, Roménia, Croácia.

O projeto 'Journey to the Beginnings' (viagem aos primórdios) foi uma cooperação internacional, que decorreu entre o Outono de 2018 e Fevereiro de 2020, cofinanciada pelo programa 'Creative Europe' da Comissão Europeia que envolveu 4 sítios arqueológicos pré-históricos e os seus museus: Lepenski Vir na Sérvia, o Museu da Região dos Portões de Ferro na Roménia, o Museu de Cultura Vučedol na Croácia e o Museu Matrica na Hungria e abraçaram a história de 9500-6000BC, 3000-2500BC e 2000-1400BC. Como Zsuzsa Berecz e Árpád Böczén, os líderes operacionais e especialistas em interpretação de heranças (KÖME - Associação dos Gestores do Património Cultural, Hungria) do projeto veranearam: "o principal objetivo do projeto era promover o turismo patrimonial sustentável, baseado na arte em quatro sítios ao longo do Danúbio, apresentando culturas arqueológicas pré-históricas (Gârla-Mare, Lepenski Vir, Vučedol, Vatyá) e investigação arqueológica através da arte contemporânea e tecnologias modernas" (Berecz-Böczén 2020). Um dos objetivos específicos era visar o público jovem e promover sítios arqueológicos com a ajuda de tecnologias digitais, no contexto de uma narrativa conjunta, criando ao mesmo tempo as melhores práticas para uma colaboração multidisciplinar.

Os colaboradores planearam criar um jogo de teatro-aventura pré-histórico com uma narrativa comum, adaptada aos quatro sítios e concebida também para plataformas digitais móveis para os ligar virtualmente. Graças ao envolvimento de práticas de interpretação, em vez de uma peça de teatro de ação ao vivo e a sua mera digitalização, estes dois produtos criativos diferentes puderam ser realizados. Além disso, em vez de criar uma obra de arte baseada em heranças, o principal objetivo passou a ser a conceção de um serviço baseado na arte que pudesse ser mais centrado nos bens patrimoniais reais (e na sua interpretação) com uma clara ênfase educativa. Isto foi experimentado e muito apreciado pelos estudantes internacionais de mestrado dos Territórios Europeus TEMA+: Mestrado Conjunto Erasmus Mundus Heritage and Development e o Programa de Estudos do Património Cultural da Universidade Eötvös Loránd (ELTE) em Budapeste, que participaram na versão inicial do jogo de aventura teatral em Százhalombatta. O envolvimento de



estudantes na fase experimental de tais projetos pode ser mutuamente benéfico e recomendamos para projetos semelhantes.

Tipo de atividade: jogo de teatro-aventura, plataformas digitais móveis (aplicação), atividade educacional, serviço baseado na arte

Berecz, Zs. – Bőczén, Á. (2020). 'Interpretive valuation and archeological heritage. The Lessons from the Journey to the Beginnings Project.' In. Hungarian Archaeology Vol. 9 (2020), Issue 1, pp. 56–61, URL: <https://doi.org/10.36338/ha.2020.1.6>

<http://journeytothebeginnings.eu/>

<https://www.heritagemanager.hu/en/kome/>

<https://apps.apple.com/hr/app/journey-to-the-beginnings/id1491888886>

Journey to the Beginnings Trailer: <https://vimeo.com/342985231>

TEMA+ Programme's Intensive Week video 2018 (Saber Qechai): <https://youtu.be/nz48WfSe5aU?t=30>



Fotos: Lilla Zámbo (2018)

9.1.2. Amigos de Szádvár's para salvar o Castelo de Szádvár, Sződliget (Hungria)

O Castelo de Szádvár tem sido um dos maiores e esquecido castelo medieval em ruínas da região norte da Hungria (Alta-Hungria). Os primeiros souces mencionam o castelo em 1268 que era propriedade da família Bebek que efectuou construções significativas, incluindo: a estrutura principal, a rondela e na parte norte o elevador de corda, o chamado 'caracol'. Durante o século XVII, Szadvar passou pelas mãos de vários proprietários. Finalmente, 1686 os Habsburgs ordenaram a demolição do castelo para evitar que se tornasse um baluarte rebelde e tem estado num estado de ruína desde então.

Os Amigos de Szádvár, um grupo de voluntários reunidos em 2006 para salvar e preservar o Castelo de Szádvár. Juntam-se à Associação de Castelos do Alto-Hungria e têm colaborado com várias autoridades a fim de conservar e promover adequadamente o castelo. As obras conservadoras começaram em Outubro de 2006 com a aprovação de várias autoridades competentes, incluindo profissionais do Parque Nacional de Aggtelek (ANP) e do antigo Instituto do Património Cultural. O objetivo dos Amigos é trabalhar em conjunto, pesquisar, escavar e conservar o castelo,



tornando-o mais acessível ao público em geral. Como resultado do seu trabalho, o seu projeto foi incluído no programa do Castelo Nacional e vários fundos europeus e nacionais foram investidos na conservação do castelo. A qualidade e a abordagem da conservação e do projeto de desenvolvimento que exigiu a investigação arqueológica e histórica foi notável e o programa e os Amigos de Szádvár foram premiados pelo ICOMOS Hungria em 2021.

Tipo de atividade: de baixo para cima, projeto de investigação participativa e de conservação, viagens de estudo, Vármentő napok (datas de salvamento do Castelo), atividades de voluntariado.

<https://www.szadvar.hu/az-egyesulet/egyesuletunkrol/>

<https://www.octogon.hu/epiteszet/icomos-dijban-reszesult-a-szogligeti-szadvar-ket-evig-tarto-fejlesztési-munkalata/>



Conservação participativa do Castelo.

Foto: Octogon. <https://www.octogon.hu/epiteszet/icomos-dijban-reszesult-a-szogligeti-szadvar-ket-evig-tarto-fejlesztési-munkalata/>

9.1.3. Rede de Edifícios do Património Rural (Casas de Campo) na Hungria

A proteção da arquitetura rural (arquitetura popular/vernacular que são mais populares em húngaro) na Hungria começou em 1957. A Casa Schumacher em Nagyvázsony foi a primeira casa emblemática a ser conservada e renovada com sucesso em 1960 graças à Inspeção Nacional de Monumentos (Országos Műemléki Felügyelőség, OMF) que comprou o edifício e impediu a sua deterioração (ver Módulo 3). Desde então, seguiram-se centenas de outros que levaram à criação da única Rede de Edifícios do Património Rural (ou Casas de Campo) na Hungria ("tájház hálózat" em húngaro, compreendendo cerca de 300 edifícios. A rede que foi acrescentada à Lista Indicativa dos Sítios do Património Mundial da UNESCO em 2017.

O objetivo da rede é preservar este complexo valor patrimonial *in situ* na sua forma original completa. A ideia está intimamente relacionada com os princípios de proteção e conservação do monumento histórico e do património para manter e apresentar o edifício na sua localização original, acompanhado do seu completo ambiente original e de todos os acessórios da vida relacionada (é assim que a preservação e interpretação desta categoria de património tangível está intimamente ligada aos seus bens intangíveis relacionados, por exemplo, o artesanato tradicional).

Este objetivo é parcialmente alcançado em estilo de museu: pela formação de interiores contendo mobiliário tradicional no seu lugar original e acompanhado, claro, por todo o solar, ou seja, os



edifícios agrícolas e os seus acessórios. Consequentemente, as casas rurais/de campo são consideradas coleções etnográficas ao ar livre que, acompanhadas de objetos recolhidos e preservados *in situ*, apresentam a cultura material tradicional de um determinado povoado ou região através de interiores domésticos e por vezes também de oficinas, edifícios agrícolas, ou instalações industriais mais simples. O interior de pelo menos uma sala característica de cada casa de campo é mobilado com objetos originais recolhidos no assentamento em questão. Em cada região, os edifícios restaurados e mobilados são as relíquias mais características da cultura local.

As casas de agricultores restauradas e mobiladas tornam-se verdadeiras *casas de campo* (e não apenas museus de história local) ao serem feitas os locais de eventos da comunidade, ocasiões de adesão a diferentes grupos etários, eventos de formação e educação, e programas para a apresentação e transmissão de artesanato tradicional. A rede ultrapassa as fronteiras da Hungria, uma vez que em muitos Estados da região da Europa Central e Oriental há sítios patrimoniais semelhantes bem preservados que oferecem a possibilidade de uma extensão posterior através das fronteiras, principalmente com a participação da Roménia, Eslováquia, Áustria, Sérvia e Ucrânia.

Tipo de atividade: coleções etnográficas ao ar livre (museus locais e regionais), eventos e atividades culturais e comunitárias, programas educativos

<https://whc.unesco.org/en/tentativelists/6264/>

<https://www.tajhazszovetseg.hu>

<https://infota.org/en/projects/research-projects/the-rural-farm-house-project/>

Bassa, L. (2013). Network of Rural Heritage Farmhouses, Heritage Digitation and Preservation: a Tool for Network Management - in Cultural Tourism, CABI, editado por R Raj, Leeds Metropolitan University, UK, K Griffin, Dublin Institute of Technology, N Morpeth, Senior Lecturer, Leeds Metropolitan University, UK, Março de 2013. pp. 151-163.



Fotos:

1. Tard. Fonte: kirandulastervezo (2022)

<https://kirandulastervezo.hu/latnivalo/tard/tardi-tajhaz>

2. Interior de uma casa de campo em Tard, Foto de Lilla Zámbó (2021)



9.1.4. Experiência turística, moinhos de vento de Tés, Hungria

Os dois moinhos de vento (ainda em pé) de Tés são abertos aos turistas por cortesia da família proprietária do terreno. A história do moinho Helt pôde ser aprendida devido a uma aplicação móvel (código QR). No pátio vizinho, são também expostos equipamentos agrícolas juntamente com uma oficina tradicional de ferreiro com todas as ferramentas originais de ferreiro, ferreiro e carpinteiro, comemorando o artesanato local.

Tipo de actividade: experiência turística, artesão local, oficina aberta, aplicação móvel

Fontes:

<https://welovebalaton.hu/en/venue/windmills-and-blacksmith-s-shop-in-tes>

<http://www.tes.hu/turizmus/10-turizmus-programok/19-tesi-szelmalmok>

<https://www.youtube.com/watch?v=zFhnx-ZNVGs>



Foto: Kőrösi Tamás - We Love Balaton

<https://welovebalaton.hu/en/venue/windmills-and-blacksmith-s-shop-in-tes>

9.1.5. Projetos de preservação e interpretação do património em Ózd: Parque Temático Nacional de História do Cinema e Central Eléctrica Digital

Os projetos de reabilitação do património industrial de Ózd, de renome nacional e internacional, incluíram vários excelentes exemplos de proteção integrada do património e de reutilização e interpretação adaptativa, por exemplo, o "Projeto Ózd", o projeto premiado "Fábrica Cultural", incluindo a fundação do Parque Temático Nacional de História do Cinema (na Casa do Motor de Sopro), a Central Digital, a Coleção do Museu de Ózd e o Parque Memorial de História da Fábrica, que é um museu ao ar livre. Infelizmente, muitos edifícios e relíquias não tiveram tanta sorte, por exemplo as chaminés que tinham sido rebentadas anteriormente (agora um parque de estacionamento) e 90 por cento do grande salão também tinham perecido (as restantes partes foram salvas graças a Györgyi Csontos e à sua equipa). A integração da Ózd e dos seus arredores em redes regionais e europeias poderia garantir um maior nível de proteção e reconhecimento.



Tanto o Parque Temático Nacional de História do Cinema como a Central Digital foram inaugurados em 2016 em 2.800 metros quadrados e exibe uma exposição interactiva da história do cinema, estúdios Greenbox e arquivo do Instituto de Cinema e Arquivo Digital Nacional da Hungria ([MaNDA](#)). A Central Eléctrica Digital que está localizada na central eléctrica de estilo Art Nouveau da antiga metalurgia de Ózd, que se tornou um edifício multifuncional com áreas de exposição, blocos de educação e de escritórios e salas de conferências.

O projeto "Fábrica Cultural" (Kultúrgyár em húngaro) ganhou o *Prémio Mundial de Património de Excelência da FIABCI*, devido à protecção do património construído industrial, à revitalização do campo castanho e à atribuição de prémios à forma como o património industrial foi transformado.

Tipo de atividade: fábrica de arte, museu ao ar livre, atividades turísticas e culturais

Fontes:

<https://epiteszforum.hu/kiszinezett-barna-zona-az-ozdi-projekt>

<http://www.ozdimuzeum.hu/>

<http://www.nfe.hu/?lang=en>

<file:///Users/admin/Downloads/21020-Artikeltext-54939-1-10-20150611.pdf>

http://dla.epitesz.bme.hu/appendfiles/1654-vargapiroska_ertekezes_k.pdf



Projetos de preservação e interpretação do património em Ózd: Parque Temático Nacional de História do Cinema e Central Eléctrica Digital.

Foto: <https://www.octogon.hu/epiteszet/a-vilag-legiobbja-lett-az-ozdi-digitalis-eromu/>

9.1.6. Museu Húngaro ao Ar Livre (Skanzen) em Szentendre

O Museu ao Ar Livre da Hungria (Szentendrei Szabadtéri Néprajzi Múzeum) é o maior museu ao ar livre da Hungria que foi fundado em 1967 e que mostra a arquitectura popular húngara e o património imaterial em várias áreas das Montanhas dos Cárpatos.

Os museus etnográficos ao ar livre foram estabelecidos no final do século XIX devido a exigências científicas e museológicas e também à procura da criação de um museu etnográfico adequado para demonstrar a vida folclórica da forma mais complexa, incluindo mobiliário e equipamento



agrícola. Além disso, a economia capitalista resultou numa urbanização intensiva e numa modernização do noroeste para o leste da Europa. Como consequência, as peças de arquitetura camponesa existentes começaram a afundar-se em decadência a uma velocidade alarmante. A preservação de monumentos da arquitetura popular tornou-se imperativa e a criação de "skanzens" - seguindo o primeiro exemplo sueco em Estocolmo - provou ser importante.

Na Hungria, em 1949, algumas peças de arquitetura popular tornaram-se protegidos como monumentos históricos e, paralelamente ao desenvolvimento da investigação científica neste campo, foi fundado em 1967 o Museu Húngaro ao Ar Livre em Szentendre. Primeiro, funcionava como Departamento do Museu da Aldeia do Museu Etnográfico de Budapeste e depois, em 1972, tornou-se independente, funcionando numa área de 46 hectares no vale do ribeiro de Sztaravoda. O objetivo da fundação do Museu ao Ar Livre de Szentendre era apresentar a arquitetura popular, decoração de interiores, agricultura e modo de vida na zona de língua húngara desde a 2ª metade do século XVIII até à 1ª metade do século XX, através de objetos autênticos e casas originais, relocalizadas, dispostas em velhos padrões de povoamento. O plano de colonização cada vez mais elaborado apropriou-se da relocalização de mais de 400 edifícios no museu, dispostos em unidades regionais semelhantes a vilas, com base em considerações etnográficas. Dentro das unidades, os edifícios estão integrados no sistema tradicional de casas de camponeses, complementados por edifícios sagrados, comunais e exteriores que costumavam ser partes integrantes de aldeias tradicionais. As habitações e edifícios agrícolas representam as casas e edifícios típicos que evoluíram historicamente em cada região.

As 9 unidades regionais inicialmente planeadas (Aldeia no Norte da Hungria Upland Market Town, Upper Tisza Region, Middle Tisza Region, The Great Hungarian Plain /Alföld/, Southern, Bakony-Balaton Uplands, Western Transdanubia, Kisalföld) foram recentemente concluídas pela Transilvânia.

Os Skanzen acolhem também a unidade operacional que coordena as atividades de salvaguarda do património cultural intangível na Hungria: a Direcção do Património Cultural Imaterial (Szellemi Kulturális Örökség Igazgatósága, SZKÖI), liderada por Eszter Csonka -Takács. Organizam regularmente com os Skanzen atividades científicas, educativas, culturais e turísticas, incluindo o festival do Património Cultural Imaterial Withsun que é o encontro das comunidades detentoras do património cultural imaterial da Hungria e de países estrangeiros. Os organizadores pretendem trocar experiências entre as várias comunidades e introduzir o património tradicional ao público. Tipo de atividade: museu ao ar livre (skansen), programas e investigações culturais, etnográficos, científicos e de investigação, atividades e festivais turísticos, educativos e culturais

Fontes:

<https://skanzen.hu/en>

http://szellemikulturalisorokseg.hu/index_en.php





Foto do Skanzen.

Vídeo da nova região da Transilvânia: https://www.youtube.com/watch?v=x-ult_J83Fc

9.1.7. Rota Cultural do Danúbio da Idade do Ferro

A Rota do Danúbio da Idade do Ferro (Rota Cultural oficial do Conselho da Europa desde 2021) foi criada a partir de um Programa Transnacional do Danúbio com várias instituições parceiras da Áustria, Croácia, Hungria, Eslováquia e Eslovénia. O objetivo do projeto era estabelecer uma abordagem conjunta de investigação, gestão e proteção de paisagens pré-históricas complexas que se caracterizam não só por estruturas monumentais (por exemplo, cemitérios funerários, cemitérios planos, colinas fortificadas e povoações, bem como paisagens pertencentes ao período entre o 9º e o final do século I a.C.), mas também de património móvel e intangível, que estão expostos em numerosos museus (regionais e nacionais) da região do Danúbio.

Reunindo as fontes de conhecimento existentes e criando uma forte rede interdisciplinar e internacional de instituições especializadas da Áustria, Croácia, Hungria e Eslovénia nos domínios da arqueologia, proteção do património cultural, turismo, bem como das partes interessadas locais, foi fundada em Julho de 2020 a Associação da Rota do Danúbio da Idade do Ferro, com o objetivo de continuar a desenvolver e gerir a IADR.

Juntamente com os esforços da Associação da Rota do Danúbio da Idade do Ferro, a Rota do Danúbio da Idade do Ferro vai avançar através do projeto Transnacional Interreg Danúbio "Paisagens arqueológicas virtuais da região do Danúbio" (Julho de 2020 - Dezembro de 2022). Este projeto centra-se em tornar as paisagens arqueológicas da região do Danúbio mais visíveis e atrativas para a sua integração bem sucedida no turismo cultural sustentável a nível regional, nacional e internacional.

Tipo de atividade: Rota Cultural Europeia do Conselho da Europa, atividade de investigação, turismo

Foto: <https://www.ironagedanuberoute.com/copy-of-about>





Foto: Parque arqueológico e a sua paisagem em Százhalombatta (Hungria). Foto: Parque arqueológico: Museu da Matrica. <https://matricamuzeum.hu/>

9.2. ITÁLIA

9.2.1. Espaço de trabalho artístico Central Fies e Festival Casa de Drodeseira. Fies, Dro (Itália)

O espaço de trabalho artístico Centrale Fies é um centro independente para residências e produção de artes performativas contemporâneas, localizado no Trentino dentro de uma central hidroelétrica do século XIX e parcialmente ainda ativo. O projeto de recuperação e reutilização dos espaços arqueológicos industriais, bem como o seu programa cultural são iniciados em 1999 por Barbara Boninsegna e Dino Sommadossi com a Cooperativa il Gaviale. Actualmente, a Centrale Fies é uma empresa cultural com um modelo híbrido de sustentabilidade feito de financiamento público e privado.

Casa de Drodeseira (1981), o festival internacional de artes performativas a partir do teatro e das artes visuais, Centrale Fies dedica-se à investigação: formação do olhar crítico sobre o contemporâneo e experimentação de novas formas e processos artísticos, numa perspectiva aberta a todas as disciplinas, temas e campos de estudo. Assim, a Centrale Fies contribui para criar pensamento lateral e biodiversidade cultural, com firme fé no papel político intrínseco das artes e na sua indomável capacidade de desdobrar novas visões.

Visitada todos os anos por dezenas de artistas e criadores de todo o mundo, a Centrale Fies apoia-os em todos os aspetos: desde a curadoria à produção (através de residências, disponibilidade de salas equipadas, assistência técnica, espaços de *co-working*) e apoio prático (assistência no desenvolvimento, organização, angariação de fundos, apoio administrativo, produção, e criação de redes nacionais e internacionais).

Tipo de atividade: experiência turística, festival de arte, teatro

<https://artelagunaprize.com/network/centrale-fie/>



9.3. ESPANHA

9.3.1. Projetos de preservação e interpretação do património em Villar del Monte - município de Truchas - província de León (Espanha)

Recuperação de conhecimentos sobre ofícios antigos (carpintaria, cerâmica, rendas, cestaria, etc.) e a arquitetura vernácula numa pequena aldeia da região chamada "La Cabrera" (León), que foi praticamente abandonada há décadas e que preservou intacta a sua arquitetura tradicional. Uma associação de pessoas está a trabalhar na reabilitação e remodelação de alguns edifícios e casas, e criou oficinas para ofícios tradicionais, entre outras atividades interpretativas, educativas e turísticas sobre o património rural, tangível e intangível.

Tipo de atividades: Visitas guiadas à aldeia, atividades educativas e oficinas de artesanato, arqueologia, olaria, etc.

162



Fotos: SERVIMA SL

<https://www.youtube.com/watch?v=a-OOYI9n7co>

<https://www.facebook.com/watch/?v=188650242520435>

9.3.2. Projeto de interpretação no Lago de Babia - município de Cabrillanes - província de León (Espanha)

Numa pequena aldeia do Parque Natural de Babia e Luna, foi levada a cabo uma iniciativa original para interpretar o património rural através da arte mural. Trata-se de uma iniciativa promovida pelo conselho do bairro como parte de um projeto de transformação do espaço público do município para o tornar mais utilizável, ao mesmo tempo que sensibiliza os turistas para os valores rurais. Manuel Sierra, famoso artista de Leon, pintou murais no exterior de vários edifícios da aldeia, representando os elementos mais característicos da aldeia, a sua gente, o seu ambiente e os usos e ofícios antigos (como a transumância, a criação de cavalos, etc.), bem como a instalação de painéis interpretativos com informação.

As pinturas baseiam-se na opinião de que o artista recolhe das pessoas que abdicam das suas paredes e, portanto, há obras relacionadas com a história pessoal ou profissional dos habitantes da aldeia.



Tipo de atividade: Painéis interpretativos e pinturas murais em toda a aldeia. Alguns outros eventos e atividades.



Fotos: SERVIMA SL

<https://www.facebook.com/watch/?v=269665940788270>

9.3.3. Museu dos Povos de León - município de Mansilla de las Mulas - província de León (Espanha)

Este museu alberga a coleção etnográfica da Diputación de León (Conselho Provincial de Leão), realizando a conservação, investigação e divulgação da cultura tradicional e da identidade do Património Etnográfico de Leão, através da sua cultura material, costumes e tradições em relação ao território, paisagem e diversidade do seu povo.

O museu conta com uma coleção de mais de 8.000 peças distribuídas no armazém e na exposição permanente, que está dividida em 27 áreas temáticas onde se expõe uma espantosa coleção de peças relacionadas com a etnografia de Leão, tais como uma magnífica representação de alfaia ou ferramentas para trabalhar os campos, objectos relacionados com o transporte, artesanato e ofícios que mostram peças de incalculável valor antropológico.

Dentro do ciclo festivo podem-se ver os diferentes carnavais tradicionais, nos trajes e jóias tradicionais cada uma das regiões de Leão estão representadas, e as diferentes recriações de algumas salas de uma habitação tradicional, a confeção de uma parede de lama ou a confeção de um telhado de colmo de uma "palloza" parte completa do passeio através desta coleção do museu.

Além disso, existe um extenso programa de divulgação com uma multiplicidade de atividades.

Fontes:

<https://www.institutoleonescultura.es/museo-de-los-pueblos-leoneses/>

<https://www.turismocastillayleon.com/es/arte-cultura-patrimonio/museos/museo-pueblos-leoneses>





Fotos : <https://www.turismocastillayleon.com/es/arte-cultura-patrimonio/museos/museo-pueblos-leoneses>

164

9.4. ESLOVÉNIA

9.4.1. O sistema sikocjan do património natural e cultural. Grutas de Sarkocjão, Eslovénia

As Grutas de Sâncrito e os seus arredores foram inscritos na lista de sítios do património mundial natural e cultural da UNESCO em 1986. Em 1999, as Grutas foram inscritas na Diretiva Ramsar de Zonas Húmidas de Importância Internacional e em 2004, o Parque das Grutas de Sânskocjan foi incluído na rede mundial de reservas da biosfera chamada MAB - "O Homem e a Biosfera"; tudo isto sob os auspícios da UNESCO.

As Grutas de Sâncocjan são típicas e a mais característica área Karst de importância global e são consideradas como um dos tesouros naturais do planeta Terra. É portanto necessário, adequado e ético preservá-las para os nossos descendentes.

A área das Grutas de Sâskocjan está entre os exemplos clássicos de Karst de contacto que se desenvolveu na junção de flysch impermeável e calcário permeável.

O sistema Sarkocjan do património natural e cultural: O parque regional compreende uma paisagem única que reúne um grande número de características naturais valiosas ou património natural sob a forma de Karst ou outros fenómenos e características interessantes. O parque regional constitui uma típica "arquitetura Karst" com o seu sistema de grutas, dolinas em colapso e monumentos naturais individuais. A distribuição única de flora e fauna que coexiste numa área extremamente pequena prova que se trata de uma região altamente diversificada em termos de parâmetros bióticos e abióticos e simultaneamente vulnerável. Com a ajuda dos residentes locais, os funcionários do Parque prestam atenção principalmente à preservação dos ecossistemas naturais e da vida no ambiente natural genuíno.

Fontes:

[Škocjan Education Trail | Park Škocjanske jame \(park-skocjanske-jame.si\)](http://park-skocjanske-jame.si)



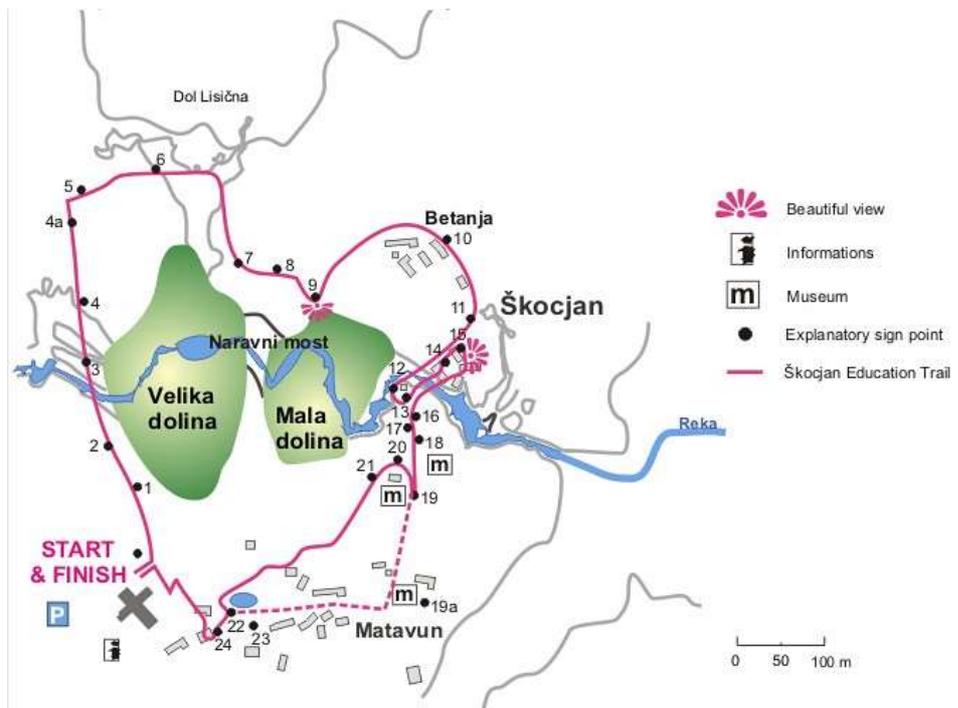


Foto: [Škocjan Education Trail | Park Škocjanske jame \(park-skocjanske-jame.si\)](http://park-skocjanske-jame.si)

9.4.2 Reutilização de edifícios rurais na Eslovénia na execução do programa de desenvolvimento rural

<https://rm.coe.int/european-heritage-strategy-for-the-21st-century-the-golden-collection-/1680966dda>

9.5. PORTUGAL

9.5.1. Atividades turísticas rurais na Quinta da Bacelada. Rabaçal, Mêda, país: Portugal.

A Quinta da Bacelada é uma empresa de turismo rural centrada no Turismo Equestre e no Turismo Cinegético. É uma propriedade agrícola com cerca de 34 hectares. Esta empresa tem um vasto conjunto de serviços, tais como; alojamento, prática equestre, recuperação de cavalos desportivos, organização de experiências pedestres ou de bicicleta, organização de eventos, criação de animais, produção e venda de produtos agrícolas, organização de caçadas e solturas em campos de treino e concursos de pesca. Esta propriedade, porque aposta no desenvolvimento sustentável da comunidade e na promoção e difusão da cultura equestre, é uma unidade certificada no turismo sustentável.

Fontes:

<https://www.solaresdeportugal.pt/pt/quinta-da-bacelada>



9.5.2. Museu da Memória Rural, município of Carrazeda de Ansiães (Portugal)

O Museu da Memória Rural é um conjunto de museologia concebido para trabalhar sobre questões relacionadas com a Cultura Rural e o Património Imaterial da região do Douro e Trás-os-Montes. Um projeto de museologia social e coesa, participado pela comunidade, onde é valorizada uma abordagem participativa do património, uma visão dinâmica do passado e uma intervenção científica e cultural que funciona com "metodologias democráticas e participativas de intervenção comunitária".

Trata-se de um projeto de museologia rural centrado num edifício principal com centros espalhados pelo resto do município, com um total de cinco espaços museológicos disponíveis para visitas.

Embora não seja apenas um projeto de museologia, inclui também Projectos de Memória: a gravação escrita, vídeo e áudio das manifestações do património imaterial e da memória histórica da região do Douro e Trás-os-Montes é uma das prioridades centrais do Museu da Memória Rural. De acordo com as boas práticas recomendadas pela UNESCO, o objetivo é registar as manifestações sociais, rituais e eventos festivos do concelho e da região envolvente, as suas técnicas tradicionais, expressões artísticas e artes performativas, tradições e expressões orais e o conhecimento de práticas relacionadas com a natureza e o universo.

<https://museudamemoriarural.pt/projetosemvideo/>

<https://museudamemoriarural.pt/>



Fotos: *SERVIMA SL*



ANEXOS



**RURAL
HERITAGE**

ANEXOS

1) ASSOCIAÇÃO EUROPEIA PARA A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO

<https://interpret-europe.net/>

2) ASSOCIAÇÕES NACIONAIS PARA A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO NA EUROPA

Croácia:

[Interpretirajmo Hrvatsku – Hrvatska udruga za interpretaciju baštine](http://interpretirajmo-hrvatsku.hr/)

<http://interpretirajmo-hrvatsku.hr/>

República Checa:

[Sdružení pro interpretaci místního dědictví \(SIMID\)](https://dobrainterpretace.cz/)

<https://dobrainterpretace.cz/>

Portugal:

[Associação de Interpretação do Património Natural e Cultural \(Interpretare\)](https://www.facebook.com/interpretare.aipnc/)

<https://www.facebook.com/interpretare.aipnc/>

Espanha:

[Asociación para la Interpretación del Patrimonio – Espana \(AIP\)](https://interpretaciondelpatrimonio.com/)

<https://interpretaciondelpatrimonio.com/>

Suíça:

[Interpret Switzerland – Swiss Association for Heritage Interpretation](https://interpret-switzerland.org/)

<https://interpret-switzerland.org/>

Reino Unido:

[Association for Heritage Interpretation \(AHI\)](https://ahi.org.uk/)

<https://ahi.org.uk/>

[Scottish Interpretation Network](http://scotinterpnet.org.uk)

<http://scotinterpnet.org.uk>

3) MATERIAL E EVENTOS SELECIONADOS DA ASSOCIAÇÃO EUROPEIA PARA A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO

<https://interpret-europe.net/material/>

[Fostering communities through heritage interpretation:](https://www.interpret-europe.net/fileadmin/Documents/publications/interpret_europe_fostering_communities_through_heritage_interpretation_v28-05-2020.pdf)

[chrome-extension://efaidnbmninnbpcapjpcglclefindmkaj/https://www.interpret-europe.net/fileadmin/Documents/publications/interpret_europe_fostering_communities_through_heritage_interpretation_v28-05-2020.pdf](https://www.interpret-europe.net/fileadmin/Documents/publications/interpret_europe_fostering_communities_through_heritage_interpretation_v28-05-2020.pdf)

[Engaging citizens with Europe’s cultural heritage. How to do the best use of interpretive approach:](#)



chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.interpret-europe.net/fileadmin/Documents/publications/ie_engaging_citizens_with_europes_cultural_heritage_co.pdf

[Guidelines: Engaging your visitors. Guidelines for achieving excellence in heritage interpretation:](#)

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.interpret-europe.net/fileadmin/Documents/interpret_europe_engaging_your_visitors.pdf

[Cautiva a tus visitantes. Cómo lograr la excelencia en interpretación del patrimonio](#)

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.interpret-europe.net/fileadmin/Documents/interpret_europe_engaging_your_visitors_es.pdf

[European trends and developments affecting heritage interpretation](#)

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.interpret-europe.net/fileadmin/Documents/publications/interpret_europe_trend_analysis_2016.pdf

[Freelancers' guide. Guidelines for all who are considering launching a freelance business in heritage interpretation:](#)

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://interpret-europe.net/wp-content/uploads/2022/04/interpret_europe_freelancers-guide_final.pdf

4) MATERIAL SELECCIONADO DA ASSOCIAÇÃO ESPANHOLA PARA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO (EM ESPANHOL)

Boletín de Interpretación. Asociación para la Interpretación del Patrimonio.

<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/Boletin/>

Benayas, J. “La formación sobre interpretación entra en la universidad española”:

<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/boletin/index.php/boletin/article/view/25>

Sureda, J. “Casi a punto el primer Curso de Postgrado en Interpretación Ambiental y del Patrimonio en España: Comunicar, participar, disfrutar”:

<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/boletin/index.php/boletin/article/view/47>

<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/info/interpretacion.html>

<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/info/documentos.html>

“Recomendaciones para las Buenas Prácticas en Interpretación del Patrimonio Natural y Cultural”:

http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/docs/Jornadas%20AIP/IVjornadas/Recomendaciones_Calidad_AIP.pdf

Web del Seminario de Interpretación del Patrimonio del CENEAM:



<http://www.magrama.es/es/ceneam/grupos-de-trabajo-yseminarios/interpretaciondel-patrimonio-natural-y-cultural/default.aspx>

Ham, S. Formación reglada: Los Elementos Indispensables en la Formación de Intérpretes.

http://www.marm.es/es/ceneam/grupos-de-trabajoyseminarios/interpretacion-del-patrimonio-naturalycultural/09047122801aeb8d_tcm7-13295.pdf

Fundamentos teóricos y metodológicos para definir las Competencias Profesionales de Especialistas en Interpretación del Patrimonio en España.

http://www.marm.es/es/ceneam/grupos-de-trabajoyseminarios/interpretacion-del-patrimonio-naturalycultural/09047122801b95b5_tcm7-13296.pdf

Glosario de términos de Interpretación. Blog de Jorge Morales.

<http://interpretacionpatrimonio.blogspot.com/2008/07/glosario-de-trminos-de-interpretacin.html>

170

5) ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES EUROPEIAS RELEVANTES PARA O PATRIMÓNIO E A INTERPPRETAÇÃO:

Alpine Network of Protected Areas (ALPARC)

Architects' Council of Europe

Association des Centres Culturels de Rencontre (ACCR)

Association for Teacher Education in Europe (ATEE)

Association of Historic Theatres in Europe (PERSPECTIV)

Association of Zoo and Aquarium Docents and Volunteers (AZADV)

Birdlife Europe

Civilscape

Coalition Internationale pour un Tourisme Responsable (CITR)

Commission Internationale pour la Protection des Alpes (CIPRA)

Conservation Capital

Council of Europe – Department of Culture, Heritage and Diversity

Council of Europe – European Heritage Days

Council of Europe – Observatory on Policies and Values of European Heritage

Culinary Heritage Europe

Early Watercraft

eCultValue

Educ'Alpes

E-Platform for Adult Learning in Europe (EPALE)

EUROCITIES



EuroNatur Foundation
Europa Nostra
Europäische Tier- und Naturschutzstiftung
EUROPARC Federation
European Alliance for Responsible Tourism and Hospitality (EARTH)
European Association for the Education of Adults (EAEA)
European Association of Archaeologists (EAA)
European Association of Architectural Heritage Restoration Companies
European Association of Historic Towns and Regions (EAHTR)
European Association of History Educators (EUROCLIO)
European Association of Zoos and Aquaria (EAZA)
European Botanic Gardens Consortium
European Centre for the Development of Vocational Training (CEDEFOP)
European Civil Society Platform on Lifelong Learning (EUCIS-LLL)
European Commission – Centre for Research on Education and Lifelong Learning
European Commission – Cultural Heritage Forum
European Commission – DG Education and Culture
European Commission – DG Environment
European Commission – Education, Audiovisual and Culture Executive Agency
European Commission – Network of European Heritage Label awarded sites
European Confederation of Conservator-Restorers' Organisations (E.C.C.O.)
European Council of Spatial Planners (ECTP-CEU)
European Cultural Foundation
European Cultural Tourism Network (ECTN)
European Distance and E-Learning Network (EDEN)
European Federation for Architectural Heritage Skills (FEMP)
European Federation Associations of Industrial and Technical Heritage (E-FAITH)
European Federation of Fortified Sites (EFFORTS)
European Federation of Museum and Tourist Railways (FEDECRAIL)
European Federation of Rural Tourism (EUROGITES)
European Federation of Tourist Guide Associations (FEG)
European Geoparks Network
European Heritage Alliance
European Heritage Heads Forum
European Heritage Volunteers



European Historic Houses Association (EHHA)
European Historic Thermal Towns Association (EHTTA)
European Infonet Adult Education
European Landowners' Organisation (ELO)
European Maritime Heritage (EMH)
European Museum Academy (EMA)
European Museum Forum (EMF)
European Network for Conservation, Restoration and Education (ENCORE)
European Network for Education and Training (EUNET)
European Network for Sustainable Tourism Development (ECOTRANS)
European Network of Cultural Administration Training Centres (ENCATC)
European Network of Education Councils (EUNEC)
European Network on Cultural Management and Cultural Policy Education
European Parliament
European Tourism Association (ETOA)
European Training Foundation (ETF)
European Travel Agents' and Tour Operators' Associations (ECTAA)
European Travel and Tourism Advisory Group (ETAG)
European Travel Commission (ETC)
European University Continuing Education Network (EUCEN)
European Vocational Training Network (EVTA)
European Walled Towns (EWT)
European Wilderness Society
Europeana
EUROSITE
Expertise Centre for Biodiversity and Sustainable Development (ECNC)
Future for Religious Heritage (FRH)
Global Ecotourism Network (GEN)
Greenpeace – European Unit
Heritage Europe
Heritage Hotels of Europe
Heritage Portal
Ice Age Europe
ICOMOS Committee on Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites
Institute of European Environmental Policy (IEEP)



International Council of Museums in Europe (ICOM Europe)
International Council on Monuments and Sites (ICOMOS)
International Museum Theatre Alliance (IMTAL) Europe
International National Trusts Organisation (INTO)
International Organisation for Experimental Archaeology (EXARC)
European Ranger Federation
International Society of City and Regional Planners (ISOCARP)
International Union for Conservation of Nature (IUCN) / Regional Office for Europe
International Union of Architects
IUCN World Commission on Protected Areas (WCPA)
John Muir Trust
Mad'in Europe
Michael Culture Association (MCA)
Mountain Wilderness
NABU – Naturschutzbund: NABU International Naturschutzstiftung
Network of European Museum Organisations (NEMO)
Network of European Regions for a Sustainable and Competitive Tourism
Ökologischer Tourismus in Europa (ÖTE)
Organisation of World Heritage Cities (OWHC)
Réseau Art Nouveau Network (RANN)
South East European Heritage Network
The European Nature Trust (TENT)
The European Route of Industrial Heritage (ERIH)
The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage
Trans Europe Halles (TEH)
UNESCO Forum University and Heritage (FUUH)
UNESCO Liaison Office in Brussels
UNESCO Regional Bureau for Science and Culture in Europe
Virtual Archaeology International Network (INNOVA)
Wild Europe
Wild Foundation
Wildland Research Institute
World Wide Fund for Nature (WWF)



6) PORTAIS E PLATAFORMAS EDUCATIVAS EUROPEIAS

Open Education Europa Portal (Access to all existing European Open Educational Resources).

<http://www.european-net.org/2015/06/open-education-europa/>

EPALE- E-Platform for adults' learning in Europe

<https://epale.ec.europa.eu/>

EUROPEANA

<https://www.europeana.eu/>

Publications office of the European Union

<https://op.europa.eu/en/>

EUNET European Network for Education and Training

<http://www.european-net.org/>

eCultValue

<https://ecultvalue.wordpress.com/results/>

EUROPA NOSTRA

<https://www.europanostra.org/>

Historiana

<https://historiana.eu/>

EduOER service: Open Educational Resources Metadata Aggregation Hub & Portal Service

<https://oer.up2university.eu/>

ARIADNE

<https://www.ariadne-eu.org/category/eu-initiatives/learning-platforms/>

EUROPEAN VOCATIONAL TRAINING ASSOCIATION

<https://www.evta.eu/>

EUROPEAN SCHOOLNET

<http://www.eun.org/home>



Project RURAL HERITAGE: Training plan on European cultural heritage interpreter in rural areas. Project ERASMUS+: 2020-1-ES01-KA202-082577



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union



O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista dos autores, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.